

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLII



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

LISBOA • 2021





MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

---

No pórtico do tomo XLII das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa – Classe de Letras*, presta-se homenagem à memória dos Académicos Fernando Guedes, João Bigotte Chorão, José Loureiro dos Santos, Manuel Jacinto Nunes, Nuno Gonçalo Vieira Matias e Pedro Soares Martínez que, com a sua dedicação e o seu saber, prestaram a esta Academia os mais altos serviços. O presente volume reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras no ano de 2013.

---

*Título:* Memórias da Academia das Ciências de Lisboa  
Classe de Letras

Tomo XLII

*Edição:* Academia das Ciências de Lisboa

*Impressão:* Gráfica 99

*Data de impressão:* Dezembro de 2021

*ISBN:* 978-972-623-400-5

*Depósito legal:* 61370/92

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

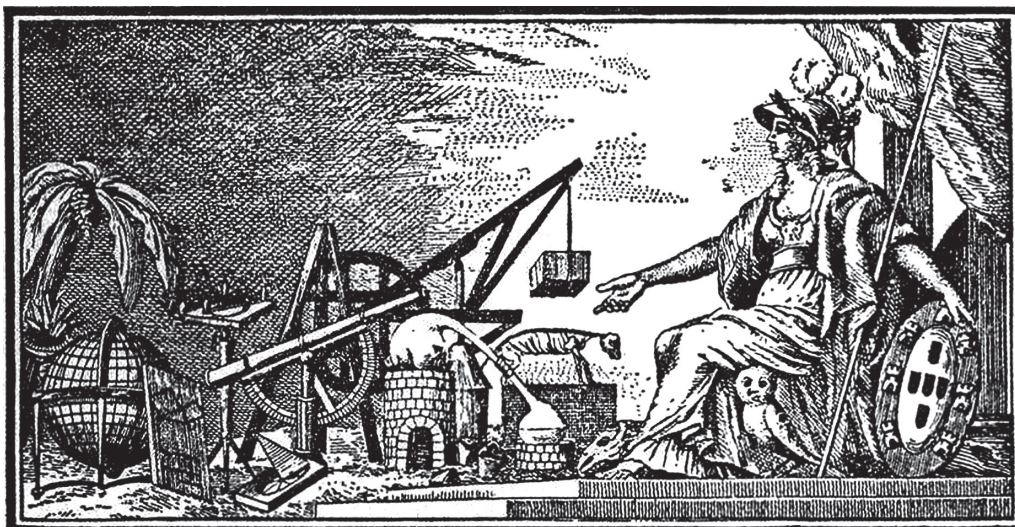
TOMO XLII



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

LISBOA • 2021





## Os últimos cem anos da Classe de Letras da Academia das Ciências (1912-2012)

ARTUR ANSELMO

Cumpriu-se, no passado dia 9 de Novembro de 2012, um século sobre a data em que um decreto do regime republicano, estabelecido em 1910, pôs termo à situação indefinida em que se encontrava a Academia das Ciências após a queda da monarquia. Como é geralmente sabido, os presidentes da Academia eram tradicionalmente, por força de uma decisão tomada em assembleia extraordinária após a morte do Duque de Lafões, “príncipes de sangue da Casa Real Portuguesa”. Assim, ocuparam a presidência, entre 1810 e 1910, o infante D. Pedro Carlos de Bragança e Bourbon, sobrinho e genro de D. João VI (de 1810 a 1812), o infante e depois rei D. Miguel (de 1813 a 1834), o príncipe D. Augusto de Leuchtenberg, primeiro marido da rainha D. Maria II (em 1835), e os reis D. Fernando II (de 1836 a 1855), D. Pedro V (de 1855 a 1861), D. Luís (de 1861 a 1889), D. Carlos (de 1889 a 1908) e D. Manuel II (de 1908 a 1910).

Abaixo da autoridade real encontrava-se o vice-presidente da Academia, escolhido alternadamente na presidência das duas classes (a de Ciências e a de Letras) ano após ano.

A proclamação da República veio alterar a tradição das presidências de sangue real, mas até 1912 viveu-se na Academia uma situação indefinida, que os presidentes das classes ultrapassaram com prudência e tacto diplomático. Ainda com a designação de vice-presidentes, dirigiram a Academia: em 1910 Veiga Beirão, em 1911 Silva Amado, em 1912 Teixeira de Queiroz, monárquicos os dois primeiros, republicano o terceiro. Após a publicação do decreto de 9 de Novembro de 1912, que veio clarificar o novo regime hierárquico da Academia, esta passou a ser dirigida por um presidente e um vice-presidente, eleitos anualmente em assembleia geral, os quais deveriam pertencer a classes diferentes e assumiriam cada um deles a presidência da respectiva classe, renovando-se a presidência da Academia, cada ano, entre as duas classes.

O primeiro presidente eleito da Academia, para o ano de 1913, foi o presidente da Classe de Letras, Teixeira de Queiroz, festejado autor de duas séries de romances e contos (a *Comédia do campo* e a *Comédia burguesa*), de quem o cientista Pereira Forjaz – que serviu esta Academia longos anos, como secretário-geral – nos deixou este brevíssimo mas eloquente retrato:

Tem cerca de 63 anos [estávamos em 1912 e Teixeira de Queiroz nascera em 1849], usa paletó às riscas, gravata multicolor, e colarinho alto, engomado, de pontas dobradas, óculos de acentuada miopia, sobancelhas severas a contrastar com um *rictus* zombeteiro – fixado, para a posteridade, por Columbano e António Carneiro. Já então lhe chamavam o Balzac português. Usava um pseudónimo: Bento Moreno.

Espíritos menos conhecedores dos hábitos da Academia poderiam supor que a escolha de Teixeira de Queiroz para a presidência se devera a compadrio político com os novos governantes republicanos. Acreditar nisso seria o mesmo que esquecer o permanente esforço de imparcialidade ideológica que a Academia tem mantido ao longo dos tempos. No caso concreto da personalidade de Teixeira de Queiroz, basta consultar as actas das assembleias gerais e das sessões da Classe de Letras (então designada “de Ciências Morais, Políticas e Belas-letras”)

para se verificar a isenção – direi mesmo: o escrúpulo – com que ele se pronunciou acerca de decisões do novo regime político que se prendiam com a vida académica. Assim, por exemplo, quando o Governo Provisório da Republica, chefiado por Teófilo Braga (ele próprio sócio efectivo da Classe de Letras, embora já então de candeias às avessas com a Academia), faz publicar os decretos de 17 de Outubro e de 2 de Novembro de 1910, que extinguem a tipografia da Academia e cortam as verbas de financiamento regular das publicações subsidiadas, redige uma representação ao Parlamento, protestando energicamente contra o que a Academia considerava “um prejuízo para as Letras e um desdouro para a Nação”.

Evocando essa época conturbada em que a Academia das Ciências ficou a dever a Teixeira de Queiroz serviços inestimáveis, alguns dos quais prestados discretamente, como convinha aos interesses de uma Casa imbuída de respeitosa obediência às instituições monárquicas, lembrarei o que se passou quando Ramalho Ortigão, após a proclamação da República, apresentou a sua demissão do cargo de primeiro oficial da Secretaria. Acto contínuo, foi Teixeira de Queiroz quem propôs em assembleia geral a candidatura de Ramalho a sócio-effectivo e quem, na sessão da Classe de Letras, em 28 de Outubro de 1910, leu o parecer que, a esse respeito, ele próprio redigira. A nobreza do carácter de Teixeira de Queiroz está patente logo nas duas primeiras frases:

Julgo dispensável detida análise da obra de Ramalho Ortigão, para o propor a sócio efectivo desta Academia, com destino a preencher a vaga na secção de Literatura pela sentida morte de Sousa Monteiro. Peço igualmente escusa de se não seguirem, neste caso, os termos do nosso Estatuto para admissão de sócios, como preito à excepcional figura de que se trata e tendo em consideração as especiais circunstâncias em que a proposta é feita. Ramalho Ortigão de há muito, e com assinalada precedência de alguns, estaria entre nós, se não fora a circunstância especialíssima de ter, durante quarenta e dois anos, ocupado o lugar de chefe da nossa Secretaria.

Contava Júlio Dantas, anos mais tarde, que, em 1908, antes de começar a ler a sua primeira comunicação nesta mesma sala onde hoje nos encontramos, vira sentado nas cadeiras da assistência a Ramalhal Figura. «Só então me lembrei

– acrescentava Dantas – de que o grande crítico das *Farpas*, o prosador inimitável da *Holanda*, o estilista erudito do *Culto da Arte em Portugal*, o homem que, com Eça, Camilo e Fialho, mais tinha contribuído para renovar, para ductilizar a prosa portuguesa, arejando-a, criando-lhe ritmos novos, dando à linguagem ainda pesada, ainda lenta, de Garrett, fluidez, transparência, movimento, energia e graça, não era um acadêmico: era apenas um empregado da Academia, o oficial encarregado de redigir as actas. Senti-me mal no meu lugar. Por um momento, passou-me pela cabeça a ideia de levantar-me, de descer do meu *fauteuil*, de acercar-me desse homem três vezes respeitável, pela idade, pelo carácter, pelo talento, e de dizer-lhe, com a simplicidade das emoções sinceras: “Mestre, trocaram os nossos lugares. Sou eu que devo ficar aqui...” Ora, logo que Ramalho tomou conhecimento da sua eleição para a Academia, escreveu aos seus confrades uma carta que, sobre ser uma das páginas mais belas da epistolografia portuguesa, e também extremamente honrosa para a Academia. Por estes motivos, vale a pena reler dois excertos da missiva:

*A eleição de que fui objeto tem para mim mais alta significação que a de um simples aplauso, certamente imerecido, aos meus modestos trabalhos de escritor. Eu a considero principalmente como generoso testemunho de estima votado ao empregado da Secretaria académica que durante longos anos foi o intérprete burocrático do pensamento dessa corporação servindo-a com afectuosa fidelidade e devotado zelo. Dessa obscura tarefa eu me dava por bem pago com a intimidade espiritual e com a recíproca amizade em que, durante quase meio século, me foi dado viver entre os espíritos mais cultos de Portugal. Em torno de mim, no sigilo da Secretaria, decorreu em todo esse tempo a vida íntima da Academia. Não fui somente o escrevedor das deliberações, fui também o caixa dos segredos. Devo dizer que, revolvendo hoje esse depósito de confidências diversas, de escola, de seita, de partido, de impugnação filosófica ou de contestação estética, eu não encontro, no fundo da minha memória, senão um puro resíduo de saudade, efervescente ainda de finura e de graça literária, por vezes irónica e mordaz, mas sem nenhuma mácula com que, em nossos dias, fora dessa privilegiada região, na controvérsia parlamentar e jornalística, tantas vezes se abastarda e avilta a nobre profissão das letras... Como escritor, eu recomeço laboriosamente a minha carreira precisamente no momento em que a Academia tão liberalmente lhe coroa o fim.*

Em Janeiro de 1912, quando Teixeira de Queiroz é eleito presidente da Classe de Letras, fazem equipa com ele o vice-presidente Henrique Lopes de Mendonça e o secretário Cristóvão Aires. Às reuniões comparecem habitualmente outros sócios-efectivos, como Leite de Vasconcelos, Veiga Beirão, Coelho de Carvalho e Gonçalves Viana. São sócios correspondentes Alfredo da Cunha, Brito Aranha, Cunha Gonçalves, Pedro de Azevedo, Silva Teles, José Maria Rodrigues, José de Figueiredo. Dos estrangeiros, habitual a presença de Edgar Prestage. A Classe presta homenagem a Gabriel Pereira, falecido pouco antes, com várias contribuições dos seus convidados, do maior interesse para o conhecimento da vasta obra do investigador eborense.

Em 30 de Maio desse ano de 1912, Gonçalves Viana lê o parecer favorável à candidatura de D. Carolina Michaëlis. Veiga Beirão não subscreve a proposta, por entender que, segundo a letra e o espírito dos Estatutos, lhe parecia que não são elegíveis senão os homens; Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, Júlio de Vilhena e Cristóvão Aires ponderam que “os Estatutos se referiam a sócios, sem distinção de sexo”. Na mesma altura, Teixeira de Queiroz lê um extenso parecer propondo também a eleição de Maria Amália Vaz de Carvalho. São agora duas as candidaturas femininas: a Classe está solidária com a inovação. Veiga Beirão resigna-se e acentua que “a sua divergência era apenas jurídica, nada tendo com o alto apreço em que tinha a reputação literária das duas senhoras”.

Desfolhando os livros de actas da Classe, verifica-se de início um claro domínio das questões de História, de Literatura e de Filologia, enquanto as áreas do Direito e da Economia são objecto de menor número de intervenções, pese embora a alta qualidade dos seus autores. Com o correr do tempo, esta diferença ir-se-á atenuando e, sobretudo nos últimos quarenta anos, as inteligências mais lúcidas da área económica no país prestam uma colaboração inestimável às sessões da Classe; alguns dos seus presidentes provêm da Economia, das Finanças, do Direito e da Ciência Política.

Tal como a 1.<sup>a</sup> Classe (das Ciências), a 2.<sup>a</sup> Classe (das Letras) teve (até 1978) vinte sócios-efectivos, a cada um dos quais correspondia uma cadeira numerada: nas Ciências a numeração corria de 1 a 20, nas Letras de 21 a 40. Cada classe estava dividida em cinco secções e cada secção tinha quatro sócios-efectivos. (Depois de 1978, o número de secções foi alargado para cinco e recentemente para

sete.) Nos termos da legislação académica, o novo sócio-efectivo deve pronunciar, no prazo de seis meses a contar da data da sua eleição, o elogio histórico do académico cujo falecimento determinar a vaga em que foi provido.

Por curiosidade, indicarei, por ordem cronológica das respectivas posses, os números e os nomes aos titulares das vinte cadeiras da Classes de Letras que, desde 1912 até 1991, foram providos nos termos regulamentares:

- 21 – Leite de Vasconcelos, Rebelo Gonçalves e Mário Martins;
- 22 – Artur Montenegro e Pedro Pitta;
- 23 – Bulhão Pato, Júlio Dantas, Vitorino Nemésio e David Mourão-Ferreira;
- 24 – David Lopes e Lindley Cintra;
- 25 – Jorge Rodrigues, Agostinho de Campos e Jacinto do Prado Coelho;
- 26 – Braamcamp Freire, António Baião e Braga Paixão;
- 27 – António Ferrão, Costa Veiga, Sarmento Rodrigues, António da Silva Rego e Manuel Viegas Guerreiro;
- 28 – Bento Carqueja, Fernando da Silva e Manuel Jacinto Nunes;
- 29 – José Joaquim Nunes e Gustavo Cordeiro Ramos;
- 30 – Teixeira Botelho, Damião Peres e Joaquim Veríssimo Serrão;
- 31 – Júlio de Vilhena, Caeiro da Mata e Pedro Soares Martinez;
- 32 – Cunha Gonçalves, Abel de Andrade, Beleza dos Santos e Paulo Cunha;
- 33 – Cristóvão Aires, Moses Amzalak e Teixeira Ribeiro;
- 34 – Queiroz Veloso, Laranjo Coelho e Alberto Iria;
- 35 – Francisco António Correia e Armando Gonçalves Pereira;
- 36 – Barbosa de Magalhães e Jaime Lopes Dias;
- 37 – Joaquim Leitão, Aquilino Ribeiro, Delfim Santos e Domingos Monteiro;
- 38 – João Albino Sousa Rodrigues, Rui Ulrich e António Manuel Pinto Barbosa;
- 39 – Lopes de Mendonça, Eugénio de Castro, António Correia de Oliveira, D. Manuel Trindade Salgueiro e Luís Forjaz Trigueiros;
- 40 – Coelho de Carvalho, Alfredo da Cunha, Augusto de Castro e Fernando Namora.

O último elogio académico parece ter sido o de Vitorino Nemésio, de que se encarregou David Mourão-Ferreira em 20 de Junho de 1991. Digo “parece”

porque admito ter havido outro ou outros elogios que, embora proferidos, não tenham sido arquivados nas *Memórias da Classe de Letras*.

Nos últimos cem anos presidiram à Classe de Letras vinte académicos efectivos, cuja lista é a seguinte:

- 12 – Teixeira de Queiroz (1912-1913);
- 22 – Lopes de Mendonça (1914-1915);
- 32 – Coelho de Carvalho (1916-1917);
- 42 – Braamcamp Freire (1918-1919);
- 52 – Júlio de Vilhena (1920);
- 62 – Cândido de Figueiredo (1921);
- 72 – Júlio Dantas (1922-1923; 1928-1945);
- 82 – José Maria Rodrigues (1924-1927);
- 92 – Queiroz Veloso (1946);
- 102 – Teixeira Botelho (1947);
- 112 – Moses Amzalak (1948; 1960-1972);
- 122 – António Baião (1949);
- 132 – Caeiro da Mata (1950-1959);
- 142 – Pedro Pitta (1973);
- 152 – Braga Paixão (1974);
- 162 – Jacinto do Prado Coelho (1975-1979)
- 172 – Manuel Jacinto Nunes (1980-1991);
- 182 – Pina Martins (1992-2006);
- 192 – António Braz Teixeira (2007);
- 202 – Adriano Moreira (2008-2012).

A presidência mais longa foi a de Júlio Dantas (vinte anos), seguindo-se as de Pina Martins (quinze), Moses Amzalak (catorze), Jacinto Nunes (doze), Caeiro da Mata (dez), Prado Coelho (cinco) e Adriano Moreira (também cinco).

Ao referir o nome de Adriano Moreira, nosso último presidente, não posso calar um sentimento da mais profunda admiração pela forma ponderada e eficiente como, durante a sua presidência, se trataram todos os assuntos de interesse para a Classe: não apenas os que dizem respeito às sessões quinzenais, aos seminários e às sessões solenes, às reuniões de sócios-effectivos, à representação

externa da Academia, mas também os que exigem diálogo permanente com a Classe de Ciências, através do qual (sei-o por experiência própria há mais de vinte anos) percebemos bem a sabedoria popular subjacente à “parábola dos sete vimes”.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 10 DE JANEIRO DE 2013)

## Nos 300 anos do *Vocabulário de Bluteau*

TELMO VERDELHO

Rafael Bluteau, figura cimeira entre os vultos mais ilustres da cultura portuguesa, foi um operoso cultivador e defensor da nossa língua, aqui evocamos um pouco da sua vida e sobretudo relembramos a sua obra maior, o *Vocabulário Português e Latino*, quando justamente celebramos o terceiro centenário da sua publicação.<sup>1</sup>

1. Nasceu de pais franceses, em 1638, em Londres, onde viveu até aos seis anos. Aprendeu em casa o francês e na rua o inglês. Fez depois em França a formação escolar, como aluno dos Padres da Companhia de Jesus, por quem manteve sempre uma grande admiração; a eles se refere como “incansáveis cultores das boas Artes, Oráculos das Universidades, plenipotenciários de toda a erudição, e perpetuos dispensadores de todo o saber, humano e Divino”.<sup>2</sup> Sugere mesmo que adotou o título de *Vocabulario*, por analogia com o subtítulo da *Prosodia* do P. jesuíta Bento Pereira.

Com 21 anos, Bluteau ingressou na ordem dos Clérigos Regulares da Divina Providência, mais geralmente conhecidos por Teatinos e também por Caetanos sobretudo em Portugal. Aqui, muitos dos seus membros adotaram o nome de um dos fundadores, S. Caetano de Thiene (1480-1547). Fez o noviciado em Florença e prosseguiu os estudos de filosofia e de teologia em Verona. Recebeu a ordenação de presbítero em Paris, em 1665.

---

<sup>1</sup> A figura e a obra de Bluteau foram objeto de uma investigação muito competente, apresentada como tese de doutoramento por João Paulo Silvestre, na Universidade de Aveiro e depois publicada na INCM, em 2008, com o título *Bluteau e as origens da lexicografia moderna*. É um estudo consciencioso, bem estruturado e com informação ampla e insubstituível para a história da lexicografia e da língua portuguesa. Participei muito ativamente nessa investigação como orientador e por isso retomo aqui, com grata satisfação, em síntese, alguns elementos elaborados e recolhidos nessa publicação, correspondentes a uma apresentação geral do *Vocabulário Português e Latino*. Irei acrescentando, como reflexão nova, pela minha parte, algumas observações sobre a importância da obra de Bluteau, no âmbito do pensamento linguístico do seu tempo, e da política de defesa, louvor e ilustração da língua portuguesa.

<sup>2</sup> “Apologia do Autor”, *Vocabulário Português e Latino, Suplemento II*, 1728, p. 583.

Com 29 anos foi enviado pelos superiores para Portugal, onde chegou a 26 Junho de 1668. Logo nesta data começou a preparação do *Vocabulario Portuguez e latino*.

O percurso de formação de Bluteau é extraordinário, merece particular referência a sua versatilidade linguística. Além de um sólido conhecimento das línguas clássicas, falava com proficiência todas as grandes línguas europeias. O português foi provavelmente a última que aprendeu. Andava pelos 30 anos, idade em que já não era costume ser estudante, mas Bluteau foi ainda a tempo de estudar a nossa língua e de nos deixar dela uma preciosa lição, o mais notável e proveitoso monumento da lexicografia portuguesa, um “thesouro inexausto”, na expressão lapidar de Fr. Lucas de Santa Catarina.

Bluteau foi uma divina dádiva para a língua e para a cultura portuguesas.

2. Em 1712 e 1713, há justamente 300 anos, na tipografia do Colégio das Artes, em Coimbra, concluiu-se a impressão do primeiro e segundo e do terceiro e quarto tomos desse faustoso conjunto bibliográfico que iria ter oito volumes e mais dois de Suplemento, com um título muito copioso, encimado pelo exergo *Vocabulário Português e Latino*, seguido de 57 epítetos eruditos, por ordem alfabética: *Vocabulario Portuguez e Latino; Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtyologico, Indico, Isagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rethorico, Rustico, Romano, Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Terapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico*.

*Autorizado Com Exemplos Dos Melhores Escriitores Portuguezes, E Latinos*

Este título, pelo número e pelos esdrúxulos, foi certamente objeto de enredo no colóquio urbano da Lisboa daquele início do século XVIII. Bluteau ouviu os remoques e respondeu-lhes no Prólogo do Suplemento, aduzindo, contra as “línguas” do “Leitor Pseudocrítico”, duas razões: primeira, pela necessidade de tornar o título mais explícito, como fizeram, ainda com mais copiosos e “enfáticos

atributos” o “Abade Furetiere no seu *Diccionario Francez*; Luís Moreri, no *Diccionario Historico* e João Jacobo Hofman no *Lexicon Universal*.” Segunda razão, pela oportunidade de exaltar a língua portuguesa, exibindo a sua ductilidade para formar adjetivos de relação:

“... he a lingua Portugueza taõ noble, que senão fora filha da lingua Latina, podera competir com ella; (...) No tocante pois ao grande numero de esdruxulos da primeira folha do Vocabulario, entendo, que se o Francez, e outros idiomas foraõ taõ capazes destas dactylicas dicçoens, como o Portuguez, não fariaõ escrupulo de usar delles...”<sup>3</sup>

Os quatro volumes seguintes foram impressos em Lisboa, numa sequência pouco regular: em 1716 o quinto; em 1720 o sexto e o sétimo, e em 1721 o oitavo, todos na oficina de Pascoal da Silva; os dois volumes do Suplemento foram impressos em 1727 o primeiro, na oficina de José António da Silva (filho de Pascoal da Silva, que entretanto terá falecido em 1725), e o segundo, na Patriarcal Oficina da Música em 1728.

A história tipográfica e editorial deste empreendimento, que passou por três tipografias, e teve pareceres condicionados para as licenças dos primeiros volumes, está ainda por fazer, mas será certamente objeto de pesquisa gratificante para um estudioso interessado na história da cultura, das ideologias e da vida social e económica, no início do século XVIII. Adivinha-se uma fascinante teia de compromissos e desencontros, no relacionamento das pessoas e das instituições daquele tempo.

3. O *Vocabulario* começou a ser publicado por iniciativa do autor, certamente com a cumplicidade da Companhia de Jesus, mas com o desagrado da Inquisição, e sem o sufrágio da Corte, que mantinha o afastamento de Bluteau.

Entretanto, a apresentação e qualidade dos primeiros volumes e, provavelmente alguma intercessão junto da benevolência real, venceram o preconceito político. A partir de 1713, os encargos tipográficos passaram a ser custeados pela Real Fazenda, e depois, por corroborado merecimento, a impressão das obras de

---

<sup>3</sup> *Vocabulário*, Supl., t.I, “Prologo segundo” páginas não numeradas (28).

Rafael Bluteau beneficiaram do mecenato régio. Assim, o *Vocabulario* pode, com justiça, integrar-se entre as grandes realizações que ainda hoje relembram e honram D. João V como protetor das artes e da ciência.

A publicação é contemporânea da construção do Convento de Mafra (iniciada em 1717), ambos os monumentos ornamentam a memória do Rei Magnânimo. Em todo o caso, quando hoje contemplamos um e outro, e comparamos os seus relativos méritos, podemos concluir pela superior utilidade do *Vocabulario* para o interesse do bem comum, pela sua herança no percurso da lexicografia portuguesa e pela sua repercussão na história da língua e da cultura. O monumento de pedra ficou em Mafra e, sem dúvida, enriquece, embeleza e nobilita a paisagem; mas, por seu lado, a grande edificação lexicográfica de Bluteau rebrilha e celebra a lusitana língua nas mais importantes bibliotecas do mundo culto e, mais ainda, ilustra e ilumina a memória filológica do português, em todo o mundo lusófono.

A novidade dos dois primeiros volumes do *Vocabulario*, o efeito vistoso da sua configuração gráfica, e sobretudo a insinuante afirmação da soberania da língua portuguesa contribuíram certamente para a mudança de atitude na Corte e suscitaram um auspicioso acolhimento real, secundado pela Academia de História, e repercutido entre os mais grados e conceituados estudiosos e leitores daquele tempo. Portugal passava a dispor de um dicionário que podia competir com o Grande Dicionário da Academia, de que os franceses tanto se vangloriavam, e superava-se uma ressentida humilhação do português, no conserto das línguas europeias, humilhação inevitavelmente murmurada, por quem quer que considerasse o nosso modesto pecúlio de dicionários.

4. Bluteau teve certamente muitas dificuldades para dar início à publicação da sua obra: era indesejado na Corte, por melindres políticos nas relações com a França, e confrontava-se com uma oposição malevolente por parte do Santo Ofício. Nos textos das Licenças e dos Prólogos transparecem muito claramente estas adversidades. Em todo o caso, os pareceres do Paço ou Real Mesa Censória, foram desde o princípio favoráveis, ao contrário da Inquisição que só a partir do IV tomo começou a mudar de opinião.

No Prólogo do Suplemento, “Ao leitor malevolo”, Bluteau enumera uma larga e gratulatória lista de beneméritos que colaboraram ou deram contributos para a composição do *Vocabulario* e que saudaram e louvaram a obra e o autor.

Cita mesmo um testemunho do Advogado Manoel Tinoco de Magalhães que, da Cidade de Braga lhe escreveu uma carta com data de 12 de Janeiro de 1727, a qual começa assim:

“Reverendissimo Senhor. Reconhecendo a grande obrigação em que a nação Portuguesa está a V. Reverendissima no excessivo desvelo, e louvavel trabalho, com que exhaurio, e acreditou a propriedade, e excellencia de sua lingua, com incançavel estudo, e revolução de tantos livros, se anima a minha confiança cá destas partes remotas, a dar-lhe em nome desta Cidade Primaz, o condigno agradecimento de taõ frutifero, e generoso beneficio, &c.”

Nessa lista tão justamente lisongeira se incluem naturalmente os censores que, contrariando a primeira posição do Santo Ofício, deram os seus pareceres hiperbolicamente favoráveis para o “imprimatur”. O sucesso da obra e o prestígio de Bluteau podem certamente aferir-se por estes textos, todos de muito encómio, que vão preenchendo as licenças dos volumes ao longo da sua publicação, escritos pelos mais eruditos e prestigiados qualificadores daquele tempo. Entre eles se destacam o dominicano Frei Lucas de Santa Catarina; o jesuíta padre mestre Pantaleão de Barros; os cistercienses Frei Bernardo Teles e Frei Bernardo de Castro; o Conde da Ericeira, que assina o texto da censura do Desembargo do Paço, com um magnânimo enaltecimento de admiração e certamente de amizade, lembrando que, diferentemente dos outros vocabulários, que “servem só para buscar”, este serve “também para ler, instruindo e deleitando”, e que nele “se acha a cada folha huma flor e hum fruto”.

Pormenor curioso, nesta história editorial, Bluteau nomeia, na lista dos que não são “leitores malevolos”, os censores que lhe foram favoráveis, e foram quase todos, mas silencia os outros e deixa-os implícitos no anonimato dos leitores malévolos. Entre os dois ou três indignos de nomeação, podemos citar o franciscano Frei Francisco da Natividade, que escreveu os seus pareceres justamente aqui, nesta casa da Academia, que então se chamava Convento de Nossa Senhora de Jesus, este frade menor foi de todos os “calificadores”, o menos enfático e mais avaro de louvores, salientou apenas as “muytas e singulares noticias, proveitosas para honestos divirtimentos”; deve-lhe ter parecido obra de profana vulgaridade, pouco devota e, caso raro nos textos das licenças, desceu à miudeza censórea de

notar (segundo as suas próprias palavras) “algumas faltas, que bem mostraõ foi descuido do Author, & remedeadas conduzem para mayor perfeição da obra...” e enumera com muito destaque sete entradas com observações irrelevantes, referentes, em geral a falhas puramente tipográficas. Frei Francisco da Natividade não chegou a compreender a grandeza e o alcance da obra e muito menos o superior talento do autor que ele julgava poder corrigir. Avia-lo-ia Bluteau com a recomendação de que era necessário saber distinguir entre os “erros” e as “erratas”, os “erros” da ignorância ou inadvertência do autor e as “erratas” por lapso ou incúria do impressor.

5. O *Vocabulario* publicou-se, finalmente e pode chegar até nós numa realização tipográfica feita com grandeza e sumpto, digna dos generosos proventos da majestade de D. João V, a quem a obra foi “offerecida”. “Pequeno tributo para taõ grande Monarcha” declara o autor, com modéstia retórica, numa dedicatória tensa entre a procura do acolhimento real, de que se encontrava excluído, e um jubiloso entusiasmo pelo valor e magnitude da obra oferecida.

A dedicatória, ou melhor as dedicatórias (porque o suplemento é também iniciado por uma desenrolada dedicatória “Ao muito Alto, muito Poderoso e Magnifico Rey D. João Quinto”) resumem o pensamento linguístico e sobretudo lexicográfico de Bluteau; esclarecem os fundamentos epistemológicos da obra, justificam o empreendimento, e dão notícia do método e das diligências da sua realização. É sobre este enquadramento de cariz científico que Bluteau baseia a captação da benevolência e do apoio real que seria imprescindível para a publicação do *Vocabulario*.

Começa justamente por anunciar a dimensão enciclopédica do *Vocabulario* “Nesta obra offereço a V. M. hum extracto de grandes livrarias, & hum trabalho de trinta annos”; (e podemos ainda somar-lhe mais quinze, contando com os vols. do Suplemento); exalta o nobilíssimo exercício do lexicógrafo e depois alarga-se na consideração da “fecundidade e elegância das lingoas” e na virtualidade das palavras para a opulência dos reinos, citando Quintiliano: “todo o Reyno, falto de palavras, he pobre... Sem abundacia de vozes para todas as materias do discurso, emudecem as artes, & as sciencias, & fica ociosa a capacidade dos que nos Pulpitos, Academias, & congressos dos sabios, querem expor os cabedaes do seu engenho.”

A língua é uma espécie de brasão ou emblema de um reino e, por isso, para a dignidade e grandeza de um rei português, a língua deveria ser defendida, ilustrada e louvada, de modo a competir com os outros reinos ou línguas da Europa. O *Vocabulario* surge assim como um instrumento oportuno para servir o reino engrandecendo a língua.

Entre as boas recomendações do português, salienta a excelência da sua originalidade. As palavras portuguesas têm “graças e galas” que não se encontram em nenhuma outra língua. Lembra então a singularidade da palavra “menino”, e da “preciosa, & dulcíssima palavra, Saudade”, ainda hoje citados como emblemas da nossa especiosa individualidade linguística.

Justifica eventuais estrangeirismos e o convívio com outras línguas, como via de alargamento da riqueza lexical, com especial relevo para os latinismos, que tão notoriamente foram marcando a história do português: “Em todas as lingoas são permttidas estas innocentes usurpaçoens, & discretos latrocínios de Palavras...” – e acrescenta: “Na grande afinidade do Portuguez com o Latim, se vê claramente, que o Lacio há de ser a fonte, & o thesouro mais propinquo, donde Portugal há de tirar as palavras, de que necessita.”

Não deixa de evocar o larguíssimo roteiro da memória textual da língua, essencial na elaboração do *Vocabulario*. Bluteau lembra os longos anos de pesquisa para recolha de atestações, alude às muitas “penalidades” que continuamente experimentou para “revolver Authores Portuguezes, & Latinos, para exemplificar as dicçoens mais proprias, & elegantes de hum, & outro idioma; em buscar ethymologias, & derivaçoens de palavras, que me pareceraõ estranhas, & remotas da nossa intelligencia; em correr officinas mechanicas, para colher os termos proprios das Artes, & finalmente em explicar, & definir todas as entidades corporeas, & espirituas, que me vieraõ à noticia”.<sup>4</sup>

Conclui protestando o desprendimento do autor. O *Vocabulario* é uma doação faustosa e de generosidade desinteressada: “todo o meu empenho, he a utilidade publica”, e fecha a Dedicatória com um louvor muito pomposo de artificiosa retórica para D.João V.

A publicação do *Vocabulario* não foi fácil nem simples. Bluteau receou não poder concluí-la. Correu o risco, avançando com a publicação dos quatro primeiros

---

<sup>4</sup> *Vocabulário*, t.I, (dedicatória) páginas não numeradas (8).

volumes em Coimbra, na tipografia do Colégio das Artes, provavelmente com a conivência dos Jesuítas. Finalmente a corte de D. João V percebeu a importância, a utilidade e o lisonjeiro favorecimento da magnificência real e assumiu o encargo da publicação. Podemos hoje, com bem provada distância, recordá-la como um acontecimento festivo e fecundo da nossa memória filológica e cultural. A composição lexicográfica foi feita com um esclarecido e confrontado conhecimento dos mais atualizados modelos dicionarísticos daquele tempo, foi uma elaboração operosa, frutífera, um melhoramento imenso para a língua portuguesa.

6. O *Vocabulario Portuguez e latino* é verdadeiramente o primeiro dicionário da língua portuguesa, com as exigências que determinam um dicionário monolíngue. O latim é apenas um complemento secundário mas adjuvante, no quadro da informação filológica procurada e estimada, naquele tempo. Efetivamente, não havia ainda então um dicionário da língua portuguesa que pudesse comparar-se à disponibilidade dicionarística de que beneficiavam já as grandes línguas europeias. Convém lembrar que as três alfabetações da língua portuguesa anteriormente publicadas (Jerónimo Cardoso 1562; Agostinho Barbosa 1611; Bento Pereira 1647) eram simples listas de entradas de dicionários de português-latim, sem nenhum entorno semântico ou gramatical, para além das equivalências latinas, com a desvantagem de acolherem um cópulo muito reduzido e geralmente pouco cuidado nas opções ortográficas.

O *Vocabulario* apresenta definições bastante cuidadas; discute e muitas vezes fundamenta as opções ortográficas; e alarga-se em cerca de 38.000 entradas, mais precisamente, cerca de 32.000 nos 8 volumes de base e aproximadamente 6.000 no Suplemento.

Poderá parecer um número de modestas proporções, sobretudo para um leitor a três séculos de distância, fora do contexto dicionarístico da época; mas, a história da língua e da lexicografia esclarecem-nos sobre a verdadeira valia e a generosa dimensão dessa nomenclatura.

Acompanhamos na recolha destes dados, a informação de João Paulo Silvestre que observa:

“Os números só adquirem sentido perante um elemento comparativo que deve ser procurado entre a lexicografia estrangeira contemporânea. Um bom

correspondente será a 2.<sup>a</sup> edição (1721) do dicionário de Trévoux, pois há semelhanças no que concerne à seleção da nomenclatura e à técnica lexicográfica. Segundo informação de B. Quemada, os cinco volumes contêm 47.871 entradas, o que é apenas um indicador da extensão da nomenclatura de um dicionário de tipo universal. A diferença não é surpreendente, pois os dicionários franceses eram já o resultado de sucessivos esforços de acumulação, desde finais do século XVII, enquanto o *Vocabulario* é um primeiro ensaio.”<sup>5</sup>

Podemos considerar que se trata de uma nomenclatura ou nominata amplíssima, tendo em conta as solicitações do discurso e as vivências linguísticas daquele tempo. Para uma ideia mais fundamentada será oportuno relançar um olhar sobre os três dicionários do cópuz lexicográfico anterior:

Jerónimo Cardoso em 1562 /1570 (*Dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem*, Lisboa, João de Barreira, e Coimbra, João de Barreira), colige, num primeiro granjeio da língua portuguesa, cerca de 12.000 palavras; Agostinho Basbosa, em 1611 (*Dictionarium Lusitanicolatinum*, Braga, Frutuoso Lourenço de Basto) acumula cerca de 17.000 entradas, com muitas expressões e repetições, não terá muito mais de 12.000 palavras diferentes; Bento Pereira, em 1647 (*Thesouro da Lingoa Portuguesa* Lx. Paulo Craesbeeck) arrecada cerca de 24.500 entradas, vangloriando-se, com euforia, da quantidade de palavras novas que acrescentou aos anteriores.

Convirá ainda lembrar que a maior parte dos dicionários práticos portugueses até à primeira metade do século passado, tinham um cópuz que raramente ultrapassava as 40.000 entradas, e o Vocabulário Resumido da Academia das Ciências, com data última de 1970, não chegava às quarenta mil entradas.

É bem sabido que a quantidade, hoje em lexicografia, é um fator geralmente perverso. Os caudais de inovação lexical confrontam as línguas com riscos de ruptura comunicacional e com graves prejuízos para a cidadania linguística. As línguas têm que poder funcionar com poucas palavras. Mas, a quantidade de palavras era ainda uma necessidade no tempo de Bluteau. Quem observou aspectos da estatística linguística de autores e recolhas glossarísticas dos séculos passados, pode aperceber-se do processo de adequação dos vernáculos à escrita e da

---

<sup>5</sup> Bluteau e as origens da lexicografia moderna, p.?

funcionalização das línguas como instrumentos de indexação do mundo, e particularmente do grande empreendimento da ciência e da produção tecnológica.

Na história da língua portuguesa, Bluteau é um marco privilegiado deste percurso, porque assiste à língua num momento decisivo da história da Europa, na véspera dos grandes empreendimentos Enciclopédicos e de uma perceptível aceleração civilizacional que é geralmente entendida como a origem da ideia de progresso.

7. As cerca de 40.000 entradas do *Vocabulário* correspondem a um lastradíssimo levantamento do corpus lexical disponível para os falantes de português no princípio do século XVIII. Além do copioso acrescentamento, em relação ao quantitativo das nomenclaturas já citadas, de Cardoso, Barbosa e Bento Pereira, que eram as únicas conhecidas, o *Vocabulário* abre caminho para as vias de inovação lexical que vão hipertrofiar o português moderno e contemporâneo. Noto sobretudo o desenvolvimento e a exploração dos novos paradigmas derivacionais que podem duplicar ou triplicar o número de palavras que enchem um dicionário. Não vale a pena lembrar a produtividade do sufixo *-mente* que é uma espécie de flexão adverbial do adjetivo e que, desde muito cedo teve um uso fácil e abundante. Bluteau regista 1761 palavras com essa terminação, mas Bento Pereira já tinha usado 1588.

O *Vocabulário Ortográfico Atualizado* da Academia das Ciências (2012) recolhe pouco mais de uma centena, porque se optou por incluir apenas os mais frequentes e mais desprendidos da sua raiz adjetival. Os advérbios em *-mente* constituem uma classe aberta, homóloga da variação dos adjetivos e por isso pode atribuir-se-lhe o estatuto lexicográfico de sub-entrada flexional e, deste modo, aliviar o peso das entradas do dicionário.

Mais inovadores são outros sufixos latinizantes ou grecizantes, que são solicitados no progrediente apetrechamento para os tecnoletos do português atual, e que dão origem a uma imparável produção de palavras novas. Esta expansão derivacional amplia os recursos lexicais e renumera o vocabulário culto, disponível para a mobilização na plástica lírica e narrativa dos séculos XVIII e XIX. Relembro o surpreendente sufixo *-ismo* que se encontra aos milhares nos dicionários atualmente em uso. A exercitação dessa disponibilidade criativa incrementou-se em progressão geométrica. No conjunto dicionarístico de

Jerónimo Cardoso (1569/1570), contamos 6 palavras com essa partícula morfológica (*barbarismo, batismo/bautismo, judaísmo, paganismo, solecismo, silogismo*); na *Prosodia* e no *Thesouro* de Bento Pereira (edição de 1697) encontram-se 11 (*batismo/bautismo, calabrismo* (“dança desonesta”), *catecismo, exorcismo, judaísmo, paganismo, paroxismo, priapismo, silogismo, solecismo*); Bluteau, no *Vocabulario*, dá entrada a cerca de meia centena (*aforismo, anacronismo, analogismo, apoflematismo / apoflegmatismo, apostematismo, arcaísmo, arrianismo [arianismo], asterismo, ateísmo, barbarismo, baptismo/bautismo, cataclismo, catecismo, cristianismo, coribantismo, dialogismo, embolismo, estrabismo, exorcismo, galicismo, gargarismos, gentilismo, grecismo, hebraísmo, idiotismo, italianismo, jotacismo/iotacismo, judaísmo, laconismo, lamdacismo, luteranismo, maometismo, monaquismo, nepotismo, nestorianismo, ostracismo, paganismo, paralogismo, parocismo/paroxismo, pedantismo, priapismo, prosilogismo, ptialismo reumatismo, seísmo, silogismo, solecismo*). Parece pouco, mas a progressão é elucidativa. O *Vocabulário* já citado da Academia das Ciências (2012) selecionou 1243 ocorrências; e o *Dicionário Houaiss* (2001) regista 2341.

Podemos também lembrar o sufixo *-ico* que se atualiza nos adjetivos de relação dos famosos esdrúxulos do título (*crítico, químico, dogmático, dendrológico, económico, etc.*) que Bluteau explora como uma versatilidade que distingue a língua portuguesa, registando 1322 formas com essa terminação, enquanto Bento Pereira anotava apenas 239 e Jerónimo Cardoso 76 (*apostólico, arismético, asmático, etc.*).

Mais significativo, em todo o caso, me parece, o sufixo *-idade* que retoma a terminação latina do acusativo *-ITATEM* do sufixo *-I/TAS*. É um sufixo com grande recursividade no latim medieval e muito característico do processo de latinização da língua portuguesa, com espiciosa utilidade para recobrir os domínios semânticos da intelectualidade da moralidade e, na generalidade, da formulação abstrata e categorial. Jerónimo Cardoso regista apenas 146 palavras terminadas em *-idade* (correspondendo a um *cópus* latino que dava já entrada a cerca de 420 formas com o sufixo *-ITAS*), Bento Pereira regista 339 e Bluteau, com muita novidade anota 706 formas com esse paradigma morfológico. Terminam em *-idade* 1114 palavras no *Vocabulário* da Academia e 2456 no *Dicionário Houaiss*.

Além desta sensibilidade para a plástica criativa da língua, o *Vocabulario* de Bluteau é suficientemente amplo para documentar e municiar, com abundância, uma língua disponível para nomear novos mundos, como se pode verificar pelo

registo de muitas centenas de brasileirismos. Com a mesma abrangência, assiste ao desenvolvimento da ciência e da técnica do mundo moderno, agenciando o mais abundante vocabulário tecnoletal até então explicitado em português. Finalmente, prolongando a tradição da lexicografia humanista, oferece o mais copioso socorro de vocabulário poético e de palavras escolhidas para a exercitação literária, acrescentando ainda no *Suplemento um Vocabulario de sinonimos, e phrases portuguezas*, (II, Lisboa, Patriarcal Officina de Musica, 1728, 57-424.).

8. Um dos aspectos mais fecundos do *Vocabulario*, e com rara valia filológica, mais do que a abundância ou cópia de palavras, é a valorização do património textual e a recuperação da memória literária. O procedimento lexicográfico retoma o modelo ensaiado nos dicionários humanistas, que procuraram agenciar o léxico latino, pesquisando e contextualizando a sua recolha nos autores clássicos. Bluteau procurou referenciar e fundamentar também o léxico português na memória escrita, e soube efetivamente encontrar, no património literário, o melhor “cabedal” da língua e reativá-lo para a memória viva, para o discurso quotidiano, para o convívio culto e para a exercitação dos “amadores das boas letras”. Devemos-lhe o reconhecimento, quase o descobrimento do legado já vultoso da escrita em português, no final do século XVII:

“...a Lingoa Portugueza, como lingoa viva, sempre se vai enriquecendo, e já he tão abundante, e opulenta, que em todas as materias tem ricos termos; [...] com as obras de muitos Autores teve successivamente tão preciosos ornatos, que não tem que envejar às mais elegantes Lingoas da Europa o seu luzimento.” (*Vocabulario*, t.I, *Catalogo alphabetico*)

As citações bibliográficas não consagram um cânone literário hierarquizado (“Não pretendo que os ditos Autores sejam todos igualmente de boa nota” – lê-se no Prólogo), mas validam a memória linguística da tradição autoral e equacionam a sua valorização distintiva. Bluteau não antecipa mas incentiva a denominação de uma galeria de “autores clássicos” portugueses, que será esboçada no discurso metaliterário da segunda metade do séc. XVIII, nas obras de Cândido Lusitano (Francisco José Freire 1719-1773), nos ensaios filológicos publicados nas *Memórias de Literatura Portuguesa* da Academia Real das Ciências (1792-1818),

nomeadamente de António Pereira de Figueiredo (1725-1797), António das Neves Pereira (?-1818), Francisco Dias Gomes e, de um modo geral, nas justificações dos poetas da Arcádia.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> A expressão “autor clássico” encontra-se em cerca de trinta ocorrências, no *Vocabulário Português e latino*, mas é sempre referida à literatura latina. Um cânone de autores clássicos do vernáculo português foi explicitamente ensaiado pelos dois eruditos filólogos, ambos oratorianos, Francisco José Freire e António Pereira de Figueiredo. O primeiro inicia as *Reflexões sobre a língua portuguesa*, (Lisboa, ed. póstuma, 1842), com um texto “Sobre a auctoridade dos Auctores Clássicos da Língua Portuguesa”, antecipando as fontes da sua doutrina – “Mostremos pois ao Escripitor principiante, quaes sejam estes *Classicos* pelo commum consenso dos que mais cultivam a pura Linguagem Portuguesa. ...” Ao longo de toda a *Reflexão 1.<sup>a</sup>*, desdobra um justificado elenco de prosadores e também de poetas exemplares. Nomeia, ao todo, cerca de sessenta autores, distinguindo entre eles:

– o “insigne” João de Barros – “Empenhou-se este illustre homem em dar regras seguras á Língua, e em pratica-las nas suas obras, escrevendo-as com termos tão proprios, e puros, que mereceu ser chamado o *fundador* da pureza, e elegancia da sua Língua”;

– Frei Luís de Sousa – “a nenhum outro *Classico* cede em pontos de pureza de linguagem, e energia d’expressões”;

– e, sobre todos, o Padre António Vieira – “o classico mais auctorisado da lingua portugueza... nem antes, nem depois deste singular orador tivemos penna do mesmo aparato. Possui elle em gráu sublime todas as delicadezas, propriedades, e energia da sua lingua... Seguir sempre em tudo e por tudo o fallar de Vieira é uma segurissima regra de conseguir não só a pureza, mas o louvor de ter todo o conhecimento das subtilizas do idioma portuguez”.

Cândido Lusitano aceita entre os clássicos os poetas (treze mereceram citação) que escreveram com “escrupulosa propriedade e pureza”, com natural primazia para Luís de Camões – “honra immortal, não só da Poesia, mas da Linguagem Portuguesa, porque assim na sua Epopea, como em todas as demais obras poeticas praticou uma admiravel clareza, propriedade, elegancia, e energia de Língua”. Alarga finalmente o rol dos clássicos a um conjunto de estudiosos de domínios de especialidade que trataram “com linguagem correcta de diversas sciencias e artes”.

O Pe. António Pereira de Figueiredo, de modo não totalmente coincidente com o anterior, procurou também inventariar um roteiro de autores clássicos numa *Dissertação Academica* sob o exergo “João De Barros, exemplar da mais sólida Eloquência Portuguesa. Escrita, e recitada no ano de 1781”: “... Os Authores *Classicos* da Língua Portugueza considerados assim em grosso são os seguintes: *João de Barros, Damião de Goes, Francisco de Andrade, Diogo de Couto, Affonso de Albuquerque, Francisco de Sá de Miranda, Luis de Camões, Diogo Bernardes, Antonio Ferreira, Francisco Rodrigues Lobo, Duarte Nunes de Leão, D. Fr. Amador Arraiz, D. Fr. Marcos de Lisboa, Jorge de Montemór, Gaspar Barreiros, Fernão Mendes Pinto, Fernão Alvares do Oriente, Fr. Heitor Pinto, Fr. Bernardo de Britto, Fr. Luiz de Sousa, o Padre João de Lucena, D. Francisco Manoel, os dous Brandões Chronistas Mores, Fr. Manoel da Esperança, D. Rodrigo da Cunha, Jacintho Freire de Andrade, Duarte Ribeiro de Macedo, o Padre Antonio Vieira, o Veneravel Padre Bartholomeu do Quental, o Padre Manoel Rodrigues Leitão, o Padre Manoel Bernardes. E depois destes, os que até á nossa idade se esforçarão por imitar os melhores: entre os quaes met-têra eu ao Padre Francisco de Santa Maria, Conego Secular de S. João Evangelista; ao Padre Francisco de Sousa Author do Oriente Conquistado; ao Padre Diogo Curado da Congregação do Oratorio; ao Padre D. José Barbosa Clerigo Regular da Divina Providencia. Logo estes são os Authores, por onde os eruditos da Língua devem julgar e decidir, o que he fallar bem, ou fallar mal Portuguez. Estes os que devem ser imitados, pelos que o quizerem fallar sempre bem, debaixo das precauções que deixo apontadas”. (*Memórias de Literatura Portuguesa*, Lisboa, 1793, t. IV, p. 25).*

Bluteau compendiou cerca de trezentos autores e mais de quatro centenas de títulos, elencados no *Catalogo alphabetico, topographico, & chronologico dos autores portuguezes, citados pella mayor parte nesta obra*. O *Catalogo* foi publicado entre os paratextos introdutórios do primeiro tomo (1712); são 32 páginas em que se oferece, pela primeira vez, um roteiro impresso da bibliografia portuguesa. O âmbito de rastreio deste universo textual foi certamente condicionado pelo espaço de leitura do autor, mas ele teve acesso privilegiado às melhores bibliotecas e arquivos conventuais e senhoriais daquele tempo. O que mais nos surpreende, neste granjeio de fontes, para além da sua abrangência, muito ampla e bem preenchida, é o seu minucioso escrutínio, operosamente efetuado, e a sequente inventariação e contextualização da massa lexical.<sup>7</sup>

9. A memória da língua escrita, agenciada como fonte lexicográfica, ainda que de modo incipiente, foi procurada ainda na primeira metade do século XVII; encontra-se entre os textos introdutórios do *Tesouro da língua portuguesa* (1647 mas efetivamente 1638 – ano da licença de impressão). Bento Pereira propõe uma referência textual para a coleta do léxico geral e enumera uma rudimentar listagem dos “Autores Portugueses os quaes todos se leram pera fazer este Vocabulario”.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> O levantamento bibliográfico da escrita portuguesa tinha já sido ensaiado por vários eruditos, ao longo do século XVII. António Anselmo dá notícia dessas compilações que não acederam ao prelo, (*Bibliografia das bibliografias portuguesas*, Lisboa, 1923, p. 18) e conservam-se ainda hoje, em reprodução manuscrita, entre outras, a *Bibliotheca Lusitana* de João Franco Barreto e, de João Soares de Brito, o *Theatrum Lusitaniae Litteratum siue Bibliotheca Scriptorum Omnium Lusitanorum*.

<sup>8</sup> Não obstante a brevidade, e a aglomeração um tanto espontânea e pouco sistemática deste pequeno catálogo, com ele inaugura Bento Pereira a diagnose lexicográfica do português. O horizonte linguístico pesquisado parece-nos bastante abrangente e criteriosamente qualificado, inclui os dicionários conhecidos, e o testemunho dos bons autores do século XVI. Merece lembrança:

“Flos Sanctorum de Frey Diogo do Rosario.

Martyrologio em Portugues por algüs da Companhia de JESVS.

Catechismo em Portugues, pelo Padre D. Christovão de Mattos.

Catechismo do Archebispo Dom Bertholameu dos Martyres.

Constituições do Arcebispado de Goa.

M. Marullo em Portugues, por Frey Marcos.

Tratado da payxão, por Frey Nicolao Dias.

Itinerario de Frey Pantalião de Aveiro.

Vida de Sam Francisco Xavier, pelo Padre João de Lucena.

Dialogos de Frey Eitor Pinto.

A dicionarização da língua, tomando como referência a memória escrita e particularmente a memória literária, foi depois assumida no programa lexicográfico da Academia Real das Ciências e deu lugar à elaboração do *Catalogo dos Autores e obras que se lérão e de que se tomárão as autoridades para a composição do Diccionario da Lingoa Portugueza*, publicado como paratexto inicial do *Diccionario* da Academia de 1793 (p. LIII, atribuído a Pedro José da Fonseca por Inocêncio Silva, *Dic. Bibliographico*, t.II. p. 137).

O *Catalogo* é precedido de um *Aviso ao Leitor* em que se explicitam os critérios de autoridade de vernaculidade e de ilustração (“pureza e elegância”) que motivam e fundamentam a lexicografia acadêmica:

“O seguinte Catalogo he huma necessaria e prévia noticia dos Autores e Obras, que entrão na composição do Diccionario da Lingoa Portugueza. Nem a todos, que delle usarem, ficaria sem a dita noticia, facil e pronto hum tal conhecimento, sendo este importantissimo para se perceber e differençar o valor de cada huma das vozes e seus usos, segundo a qualificação, que recebem dos escritos, com que se autorizão. [...] Nelle se procurou tratar com maior curiosidade e diligencia das letras e sciencia dos Autores, [...] e mais ainda do valor individual de cada hum de seus escritos, [...] com especialidade pelo tocante á pureza e elegancia da lingoa Portugueza.”(LII)

---

Asia de João de Barros.

Ordenações de Portugal.

Primeira Parte da Monarchia Lusitana, por Frey Bernardo de Brito.

Laguna sobre Dioscorides.

O Vacabulario de Jeronymo Cardoso.

O Vacabulario de Agostinho Barbosa.

O Vacabulario Japonico lusitano, feyto pelos Padres do Japão.

Os contos de Trancoso.

Primeira parte das Chronicas, por Duarte Nunes de Lião.

As obras todas de Luis de Camões.

As obras de Diogo Bernardes.

Cerco de Dio, por Francisco de Andrade.

As grandes diligencias de mão, que nesta materia fez o Padre Manuel Barreto da nossa Companhia.

Tambem se aproveitou muito o author da industria, estudo, e erudiçam do senhor Manoel Severim de Faria Chantre da Sancta Sè de Evora, pessoa bem conhecida nestes Reynos em todo genero de letras, assi divinas como humanas”.

Em 1799 publicou-se um segundo catálogo, coligido por Agostinho José da Costa de Macedo. *Catalogo dos livros, que se haõ de ler para a continuação do Diccionario da Lingua Portugueza*, mandado publicar pela Academia Real das Sciencias de Lisboa. (Lisboa: Na typographia da mesma Academia, 1799)<sup>9</sup>

Entretanto, em 1789 e depois em 1813, na primeira e na segunda edição do *Dicionário da Língua Portuguesa* António de Moraes Silva retomou e ampliou o córpus autoral de Bluteau e deu sequência à sua integração na memória lexicográfica moderna.

Deve advertir-se que Bluteau não limitou as suas fontes à tradição documental escrita, deu também acolhimento à informação de testemunhos orais por ele próprio procurados, ou fornecidos por vários contemporâneos que lhe prestaram colaboração. Nesta criteriosa abrangência do córpus lexical se integra também o registo sistemático dos enunciados proverbiais, retomando os adagiários de António Delicado e de Bento Pereira.

O património literário foi justificadamente privilegiado, constituía, no final do século XVII, o repositório mais abundante de palavras e o mais cultivado pela erudição humanista e pelo talento artístico. Por outro lado, Bluteau soube corresponder ao discurso linguístico do seu tempo que prolongava os ideais de defesa, louvor e ilustração. Hierarquizavam-se o texto literário e o “falar da corte” como indicadores de civilização e de aristocracia. A língua era uma referência simbólica principal, do prestígio do Reino, no concerto das nações e na competência dos impérios.

10. No universo do convívio interlinguístico e da política da língua, ganha especial relevo o contributo da obra de Bluteau para o reconhecimento e acreditação do português como grande língua europeia, dotada de um importante património de escrita acumulada, de uma preciosa memória literária e, finalmente de um monumento lexicográfico conveniente e de imprescindível utilidade.

Bluteau lembrou aos portugueses essa dimensão aristocrática do português, cultivando e recuperando o espólio impresso ou manuscrito, como um tesouro

---

<sup>9</sup> O autor do *Dicionário Bibliográfico* censurou este *catálogo* com uma severa e fundamentada recensão crítica, notando que “eram nele triviais os erros, lacunas e confusões de toda a espécie” e observando ainda que o autor ou autores “se haviam limitado a extrair servilmente da *Bibliotheca* de Barbosa os nomes dos escritores e indicações das obras que incluíram, não só reproduzindo a maior parte das vezes, sem reparo ou emenda, os erros e faltas que na *Bibliotheca* existiam, mas, o que pior é, cometendo ainda novos descuidos na transcrição que fizeram.” (I. Silva, *Dic. Bibliográfico*, t.II, p. 54-62).

que enriquece e distingue as poucas línguas que se podem louvar de serem proprietárias da grande herança do melhor do espírito humano.

A memória literária portuguesa retomou a sua identidade na segunda metade do século XVII, quando se desprende do complexo ibérico, porque a literatura espanhola tinha entre os intelectuais portugueses uma soberania simbólica que menorizava o estatuto da sua língua materna.

O *Vocabulário* veio coroar um período excecional de florescimento da produção literária, exornada com a escrita metódica e erudita de Rodrigues Lobo (1580-1622); com o verbo fascinante desse «imperador da língua» que foi o P. António Vieira (1608-1697); com a arte dútil e erudita de D. Francisco Manuel (1608-1666); com a frase simples e suave, mas cintilante do P. Manuel Bernardes (1644-1710). Estes escritores, entre outros, resistiram à sedução centrípeta do castelhano e afirmaram, com talento e laboriosa dedicação, a autonomia da língua portuguesa, nesse momento crucial; salvaguardaram a memória dos séculos anteriores e reconfiguraram o espaço linguístico, abrindo horizontes para a comunidade transnacional e transcontinental da lusofonia.

Com a obra de Bluteau, a língua recebeu uma espécie de consagração internacional, desafiou a parceria com o latim e prestigiou-se perante os outros vernáculos europeus. Alguns portugueses achavam que a sua língua era imperfeita, que era um dialeto corrompido do castelhano e que, além disso sofria dessa enfermidade malsonante das terminações em -ão: *Disposição, Elocução Pronunciação* e em especial dos “latrativos” monossílabos *pão, mão, são, cão, vão, não*, etc.

Houve mesmo alguns espíritos militantes que levaram muito a sério as dores desta inferioridade material da língua portuguesa. Bluteau repercutiu e impugnou esse fantasma metalinguístico que ele considerava malicioso. Retirou fundamento à pretextada disfunção fonética, explicando que uma articulação normal, em que se juntassem brandamente o *A* e *O*, sem abrir muito a boca, não ofendia os ouvidos.

Este transe jocoso da filologia portuguesa, que deu origem a um livro espesso de pesada erudição (publicado na Flandres, à roda de 1710, releve-se-lhe alguma erudição, e uma aplicada releitura da obra de Camões)<sup>10</sup>, é um interessante

---

<sup>10</sup> *Antídoto da lingua portugueza. Offerecido ao muito Alto, e muito Poderoso Rey, Dom João o Quinto nosso Senhor / por Antonio de Mello da Fonseca* [José de Macedo] Amsterdam, Miguel Dias, [1710].

indicador do instável convívio e da insegura auto-estima pela língua materna, por parte dos homens de letras, durante o domínio filipino e depois na sequência da Restauração.

Ambientados pela administração centralista e castelhanizante, os portugueses ressentiam um melancólico desamparo na cidadania linguística, em contraste com a euforia de outros vernáculos europeus. O próprio Bluteau dá notícia dessa avaliação negativa, mas, contrastando o lugar-comum, acrescenta o testemunho da surpreendente reversão de tal preconceito, quando se apercebeu do copioso património da língua, comprovado pelo empreendimento lexicográfico:

“A vista destes volumes, (aos quaes com o tempo se poderâm acrescentar outros,) que dirâm certos Estrangeiros, os quaes publicavão pella Europa, que a lingua Portugueza he hum idioma pobre, inculto, barbaro, & casualmente formado de varios Fragmentos da Lingoa Mourisca, & Castelhana? Confesso, que depois de ajuntar os materiaes para esta obra, eu mesmo fiquei admirado, & juntamente opprimido da multidam dos vocabulos, que achei nos Autores antigos, & modernos.”

11. Bluteau ofereceu à língua portuguesa o mais eficaz contributo para a superação da “apagada e vil tristeza” a que parecia estar condenada, no seu convívio desfavorável com a língua do império espanhol.

O *Vocabulario* redimensionou a consciência linguística do português. Recusou e contestou a menorização acatada e a subsidiariedade em relação ao castelhano. Nos prólogos do primeiro vol. e do Suplemento “Ao Leitor estrangeiro”, desenvolveu uma argumentação sincera e convincente em defesa da língua portuguesa e além disso acrescentou no tomo VIII um dicionário de espanhol-português, para que também os espanhóis pudessem ler o *Vocabulario Portuguez e Latino*. Sem forçar a hipótese, podemos pensar que ele quis confrontar os espanhóis com a relutância em quererem entender o português, retirando-lhes a desculpa da falta de um dicionário. Parece ser esta a ideia subjacente a um discurso introdutório do *Diccionario Castellano y Portuguez*, que tem o título: “Prosopopeia del idioma portuguez a su hermana la lengua castellana”.

Entretanto, no início do século XVIII, o castelhano já não era uma ameaça para a língua portuguesa. Tinham-se mudado todos os paradigmas de referência.

A escrita abundante do século XVII, de soberana qualidade artística, dotou a língua e aumentou a sua referência patrimonial de modo estável, categórico e prestigiante. Por outro lado, o francês era agora a língua de todos os ideais de contacto cultural e transnacional, e até as rainhas de língua espanhola foram substituídas, em renovada estratégia, pelas rainhas francófonas, mas o *Vocabulário* de Bluteau foi o grande baluarte de defesa e ilustração, nesse percurso novo de modernização interna da língua e de expansão fora da Europa, num processo de transumância que a enriqueceu e a naturalizou no atual espaço da lusofonia.

Igualmente importante foi o apetrechamento lexicográfico e a implantação duma genealogia fundacional de toda a subsequente dicionarística portuguesa.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 24 DE JANEIRO DE 2013)



## The Armory Show – Escândalo e sucesso

FERNANDO GUEDEST†

A 17 de Fevereiro de 1913 – completa-se um século no próximo domingo – a Arte Moderna europeia fazia a sua irrupção tumultuosa em Nova Iorque.

Cinquenta anos mais tarde, no catálogo referente à Exposição comemorativa do cinquentenário da realizada em 1913, Milton Brown, da Universidade de Nova Iorque, escrevia: *In fifty years since it was held the Armory Show has already taken on the aspects of a myth*. Hoje, outro meio século passado, a exposição continua mitificada, quer pelo sucesso obtido há cem anos, quer pelo escândalo então causado.

Nos Estados Unidos, ao iniciar-se o Século XX, ultrapassadas as sequelas deixadas pelo drama violento de 1865, a vida artística desenvolvia-se ordeira e tranquila, sem chama nem dela as cinzas, apesar da existência de alguns trâns-fugas, como Whistler ou Sargent, que na Europa perseguiam outros horizontes, enquanto inúmeros jovens enxameavam Paris presos à ilusão de um Impressionismo que já não era desejável mas que, por algum tempo, transformaram a cidade no centro mais activo da arte norte-americana, embora por motivos já errados.

Os Estados Unidos não podiam, por então, dar grande importância às lides do espírito, à literatura e às artes. O meio século entre o fim da Guerra da Secessão e o início da Primeira Guerra Mundial foi marcado por um enorme desenvolvimento material, com a construção de milhares e milhares de quilómetros de linhas férreas atravessando o país de costa a costa e de norte a sul, a facilitar um desenvolvimento extremamente rápido, firmado na opção pela indústria e deixando ao lado o país agrícola que a guerra vencera, arrastando o nascimento de um comércio poderoso e ainda a inevitável “conquista do Oeste” que haveria, a bem ou a mal, de conduzir à unificação do país. Tudo acompanhado por um enorme surto de imigração (num só ano a Geórgia recebeu um milhão de imigrantes), um enorme surto de imigração nem sempre devidamente regulado nem sempre bem controlado, principalmente nos começos deste período ou seja, nos anos que se seguiram a 1865.

Todavia em Filadélfia, pátria da pátria, discretos embora, iam-se formando alguns artistas presos aos ideais daqueles que ali tinham lançado as bases da nação. Muitos deles ali tinham feito os seus estudos secundários, frequentado a escola de Belas-Artes e recebido a influência e os ensinamentos de Thomas Eakens, o grande pintor “realista” que havia de provocar uma tempestade na Academia de Filadélfia, e dela ser expulso como professor, por insistir na necessidade, para si imperiosa, da pintura de nú, fosse utilizando modelos profissionais fosse, se o modelo faltava, solicitar a alguma aluna que posasse para a classe...

A saída de Eakens desencadeara várias ondas de choque que se revelaram das mais variadas formas, como a ida para França, durante alguns meses ou alguns anos, de alunos, agora ex-alunos, da Academia e umas reuniões informais, nas quintas-feiras à tarde, que se tornaram importantes e famosas no *atelier* do pintor Robert Henri, regressado de França em 1891 onde frequentara, com gosto, os encontros promovidos por Mallarmé, igualmente às quintas de tarde, nas quais prevalecia a informalidade e as temáticas improvisadas eram abrangentes, desde a poesia à pintura, à música, ao bailado. Aqui, sob a influência tutelar de Walt Whitman, que todos veneravam, falava-se da *Olímpia* de Manet ou da obra de Dostoiévski e das peças de Ibsen. Ou das grandes partituras de Wagner.

Este Robert Henri iria ser, durante as duas dezenas de anos seguintes, o participante, ou o motivador, de quantos movimentos, ou acções ou actividades se iriam desenvolver, ou nascer e morrer, ou organizar-se e desfazer-se, entre aqueles artistas que, senhores de uma certa modernidade, americana e pouco europeia, repudiavam o ensino da Academia, essa academia que se sentia feliz por se encontrar à sombra de pintores europeus como Bouguereau, estafado mestre da Academia Julian cujo ensino terminava onde começava a obra de Manet.

Desde um fracassado *Charcoal Club*, que um dos mais activos amigos de Henri, John Sloan, tentara organizar para prestar aulas de pintura (mas encerrara seis meses após a criação) passando por outras escolas efémeras ou não (como a New York Art School), por reuniões de quantos artistas desejassem romper com o atraso em que viviam, mas sem abdicar do seu americanismo; passando por várias visitas à Europa que não só a Paris – em tudo e sempre Robert Henri esteve presente, incluindo nos *beer parties* em que, durante algum tempo, as suas reuniões das quintas-feiras estiveram transformadas... Em cada grupo que surgia, em cada escola que abria e fechava as portas, variavam os participantes ou os

alunos, mas Henri estava lá – e pouco a pouco, com o correr dos anos, alguns outros se tornaram permanentes junto ao dinâmico pintor, gente que já não confinava as suas actividades a Filadélfia mas reconhecia Nova Iorque como destino inevitável. Foram Arthur Davies, William Glackens, Ernest Lawson, George Luks, Maurice Prendergast, Everett Shinn e John Sloan os quais, desde há muito ligados a Robert Henri, haveriam de formar com ele, cerca de 1907, o grupo que ficou desde logo conhecido por *The Eight*, mais tarde, até ao presente, *The Immortal Eight*.

A primeira exposição desse grupo foi inaugurada a 3 de Fevereiro de 1908 na Galeria Macbeth, na 5.<sup>a</sup> Avenida de Nova Iorque. Aguardando a abertura, às 9 da manhã, mais de três centenas de pessoas se acotovelavam no estreito corredor que dava acesso à galeria. O êxito destes “Realistas”, como eram então designados, iria ser fulgurante, com pedidos para que levassem a exposição a outras cidades da União, como Filadélfia, Chicago e Newark. Todavia, um tal êxito com uma tal exposição, deve fazer-nos reflectir sobre o tempo e as circunstâncias em que tudo isto acontecia.

*The Eight* eram obviamente bons pintores, da melhor vanguarda então existente nos Estados Unidos. Todavia, já tanta água passara debaixo das pontes do Sena e debaixo das pontes do Danúbio, do Oder e do Elba desde que os vanguardistas franceses ou os vanguardistas da Europa Central e Oriental tinham ultrapassado aqueles estilos ali presentes, que só as reais dificuldades de contacto entre os dois lados do Atlântico podia justificar o interesse e a surpresa demonstrados pelos nova-iorquinos perante aquela “novidade”.

Em 1908 já acontecera, cinco anos antes, *Die Bruck* em Dresden e Munique, com Kirshner, Munch, Nolde e Kokoshka; já acontecera *Der Blau Reiter* com Kandinski e Franz Marc; já Picasso pintara, em 1907, *Les Demoiselles d’Avignon*. “A América para os americanos”, como propusera triunfantemente, noventa anos antes, a doutrina do Presidente Monroe, tinha contrapartidas muito sérias no desenvolvimento das artes, situação (ou estado de espírito) que, todavia, iria muito em breve ser rompida.

Em 1910 *The Eight*, ou os “Realistas de Nova Iorque”, apresentam-se em nova exposição (agora sob a designação de *Independentes*) com êxito discutível mas, entretanto, uma pequena Galeria (a *Photo-Secession Gallery*), propriedade do fotógrafo Alfred Stiglitz, começara a mostrar, aos seus poucos frequentadores,

algumas peças de artistas europeus como Rodin, de quem foram exibidos desenhos e aguarelas, estudos destinados a futuras esculturas; esboços de Matisse e alguma pintura de Henri Rousseau, bem como litogravuras de Toulouse-Lautrec. Acentue-se, contudo, que foi nesta pequena Galeria, situada no número 291 da 5.<sup>a</sup> Avenida, que veio a ocorrer nos Estados Unidos, discretamente, a primeira exposição individual de dois pintores europeus, Cézanne e Picasso, em 1909. O relacionamento pessoal entre Stiglitz e o grupo de Robert Henri, porém, não era dos melhores. O galerista era judeu e esse facto não facilitava que estes “americanistas” dessem grande importância ao que se passava na “291”, nem abrissem os olhos para o que estava a acontecer nessa modesta galeria de 30 metros quadrados. Iria ser necessário que alguns outros artistas, agora não ligados directamente aos *Eight*, que expunham então numa galeria na Madison Avenue, tomassem a iniciativa de avançar para uma organização mais ampla e mais estável. Foram eles Jerome Meyers, Elmer Mac Era, e Walt Kuhn, aos quais se juntou o próprio dono da Galeria, ele próprio pintor, Henry Taylor.

Passadas várias reuniões, entre estes e alguns mais que entretanto eram chamados, foi decidido criar a *Associação Americana de Pintores e Escultores* e entregar a presidência a um dos *Eight*, Artur Davies, que entusiasmadamente iria colocar em marcha o perigoso comboio. Walt Kuhn, pintor que se afastara da decrépita Academia, foi eleito secretário. Os dois – Davies e Kuhn – nem se conheciam, mas rapidamente encontraram pontos de contacto (apesar de Davies ser mais velho que Kung aproximadamente uma geração), pontos de contacto que iriam permitir uma frutuosa colaboração entre ambos.

Ao cabo de algumas reuniões na Associação, em que participaram artistas oriundos de diversas tendências, além dos famosos *Oito*, foi possível chegar a um entendimento, então expresso no texto da seguinte plataforma a que todos aderiram: *É nossa intenção desenvolver um amplo interesse nas actividades artísticas Americanas, organizando exposições dos melhores trabalhos contemporâneos que se possam obter, representativos da arte Americana e estrangeira.* A Associação surge, então, como contraponto à velha Academia, para dar nova vida e ampliar os esforços dos *Eight* de 1908, dos *Independentes* de 1910 e, desde logo, com um objectivo bem definido, embora ainda só na cabeça dos seus promotores-fundadores: realizar uma grande exposição, sem júri e sem prémios, que se assemelhasse ao famoso *Salon des refusés* que em Paris tivera o êxito que se conhece.

Inúmeras dificuldades os aguardavam, e a primeira a vencer foi encontrar um local, suficientemente grande e suficientemente iluminado, que pudesse albergar, com qualidade e a um preço compatível com as possibilidades da Associação, a magna exposição que os organizadores se propunham realizar.

O Secretário Kuhn, em permanente contacto com o Presidente, percorreu todos os locais possíveis, em Nova Iorque e fora da cidade, tendo acabado por se fixar no depósito de armamento recém construído, do 69.º Regimento de Infantaria, na Lexington Avenue, que lhes foi possível alugar por um mês, para os começos do ano de 1913, por \$5 000. Do local ficou o nome de *Armory Show* pelos anos fora.

A Associação podia considerar-se formalmente constituída no dia 2 de Janeiro de 1912 (embora ainda tivesse de ultrapassar várias vicissitudes especialmente ao nível de elementos directivos). Tinham, pois, os entusiastas que se lançaram ao empreendimento pouco mais de um ano para organizar uma exposição que se previa apresentasse mais de duas mil peças de pintura e de escultura e que, realmente desde o início dos trabalhos, se propunha não só expor o que consideravam mais importante nas artes plásticas norte-americanas mas, igualmente e sem que disso fizessem grande alarde por razões estratégicas, o que a Europa estava a produzir naqueles anos turbulentos dos princípios do século XX.

Com poucos colaboradores, com poucos auxiliares, com pouco dinheiro e sempre com o desafio constante da Academia, dispunham, contudo, de um apoiante activo, entusiasta e rico, o advogado John Quinn o qual, por essa mesma época, ia também usando a sua influência nos meios literários e jornalísticos de Nova Iorque para promover as obras nascentes de Ezra Pound e de T.S. Eliot.

As tarefas administrativas e burocráticas eram enormes: a criação e produção de inúmeras espécies de impressos para os mais variados fins, aparentemente secundários mas indispensáveis; os convites a artistas de todo o território e logo a recepção e recolha de obras que iam chegando; a solução dos problemas de seguro e a necessária informação aos autores de que a, ou as, suas obras estavam seguras e bem guardadas – tudo isto sem descurar, antes fortalecer, as informações para a imprensa, a verdadeira promoção que incutisse nos jornalistas a curiosidade pelo que se estaria a preparar, bem como interessar fortemente os *opinion makers* no sentido de que valeria a pena estar atento e bem desperto enquanto aguardavam que o mistério que rodeava os trabalhos se desvendasse...

Em determinada ocasião, no mês de Agosto de 1912, Arthur Davies enviou a Kuhn, que estava a pintar nos lagos da Nova Escócia, o catálogo de uma exposição que naqueles dias acontecia na Alemanha, em Colónia, acompanhado de uma nota na qual lhe sugeria que estudasse o pequeno volume com atenção porque seria certamente o modelo a adoptar – assim conseguissem eles realizar uma exposição daquela envergadura.

Kuhn recebeu o catálogo e não hesitou: telegrafou a Davies pedindo que lhe marcasse lugar no primeiro pacote que saísse para a Europa: ele não podia perder aquela exposição onde cinco salas eram dedicadas à pintura de Van Gogh, uma a Cézanne, outra a Paul Gauguin, uma também a Picasso e, dispersos pelas restantes salas, pinturas de outros artistas que para ele eram outras tantas novidades como Braque, Munch, Signac, Derain, Matisse, ou pintores cujo nome jamais ouvira, como Piet Mondriaan ou Wassili Kandinsky ou Kokoschka.

E Kuhn chegou a Colónia no dia do encerramento da *Internationale Kunst-Ausstellung des Sonderbundes*, a 30 de Setembro, quando a exposição já estava a ser desmontada.

Munido de uma autorização especial, pode ver tudo o que tinha estado exposto desde 25 de Maio até àquele próprio dia. Em 25 salas tinham sido expostos, entre outros, 125 peças de Van Gogh, 25 Cézannes, 31 Gauguins, 18 Signacs, 16 Picassos, 7 Braques, 5 Matisses, 31 Munchs, 1 Piet Mondriaan e inúmeros outros da Alemanha, Áustria, Suíça, Hungria, Bélgica, Espanha e Itália até um total de 1347 obras – óleos, desenhos, litogravuras e esculturas. Um deslumbramento e um espanto, para um Walter Kuhn que via pela primeira vez obras daqueles artistas, dos quais, de alguns deles, nunca sequer tinha ouvido falar.

Kuhn, tendo transmitido a Davis a sua surpresa e o seu entusiasmo, compreendeu imediatamente que o seu próximo passo seria procurar obter aquelas peças, ou outras daqueles artistas, para o seu *Armory Show*. Partiu sem mais demora para Haia, Munique e Berlim e foi na primeira daquelas cidades que viu, pela primeira vez, óleos e pastéis de Odilon Redon, que o fascinaram pela sua originalidade e pela opulência da cor. Redon era ainda pouco conhecido, mesmo nos meios europeus mais de vanguarda, e Kuhn teve a noção de que estava a fazer uma descoberta, que iria manifestar-se na larga representação deste pintor na exposição de Nova Iorque.

Ainda na Haia garantiu a cedência de uma larga representação de obras de Van Gogh e seguiu rapidamente para Munique e Berlim onde dois importantes galeristas lhe asseguraram a quase totalidade das obras que iriam preencher em Nova Iorque a representação germânica.

E de Berlim Walt Kuhn seguiu para Paris.

Paris efervescente de novidade e de qualidade: os bailados de Diaghileff, a música de Stravinsky e Schoenberg, a escrita de Mallarmé e os vários manifestos exclamados por Marinetti, acompanhavam os movimentos que se formavam e desfaziam nas artes plásticas: Matisse e o seu fauvismo já tinha tido o seu momento alto cerca de 1903; Picasso e Braque tinham arrastado na nuvem do Cubismo uma longa procissão de discípulos como Gleizes, Metzinger, Juan Gris, de la Fresnaye e André Lhote; Robert Delaunay e Marcel Duchamp circulavam agora sob a órbita dos Futuristas que aí haviam exposto em Fevereiro desse ano – Boccioni, Carrá, Balla; e havia os entusiásticos textos de Apollinaire em prol do Cubismo, a arte de Chagal e de Chirico, de Modigliani, de Brancusi, de Amadeo de Souza-Cardozo. Tantas e tão importantes eram as propostas que se lhe colocavam, que Kuhn sentiu-se incapaz de continuar sozinho. Telegrafou a Davies para que viesse imediatamente ter com ele e entretanto foi conhecendo alguns artistas norte-americanos a trabalhar em Paris e, de entre eles, um jovem pintor, Walter Pach, já bem introduzido na vida artística parisiense e que se iria revelar de grande utilidade.

Davies chegou a Paris em fins de Outubro e os dois americanos, guiados pelo terceiro, Pach, já então tão entusiasmado com o projecto quanto eles, percorreram durante dez dias as galerias que realmente importavam e os *ateliers* a que Pach lhes facilitou o acesso, bem como a alguns coleccionadores, como o famoso casal Stein que ia entusiasticamente formando a sua colecção com a pintura mais *avant garde*.

Quanto a galerias, duas se destacaram na disposição de ceder obras para a exposição naquelas terras longínquas, certamente pensando também nas hipóteses de negócio que aquele enorme e ainda virgem mercado lhes poderia vir a proporcionar. Ambroise Vollard forneceu uma quantidade significativa de Gauguins e Cézannes, enquanto Émile Druet lhes prometeu ceder, por um período de seis meses, mais de cem obras onde se incluíam os pontilistas Seurat, Signac e Cross, os mestres do pós-impressionismo – nomeadamente Van Gogh – bem como Toulouse-Lautrec e Denis, e os fauves Matisse, Marquet e Rouault.

Podia considerar-se espantoso o que aquele trio de norte-americanos conseguiu em pouco mais de dez dias, que tanto durou a permanência de Davies em Paris. Deixando Walter Pach como representante da Associação, para finalizar os acordos conseguidos e outros que ainda pudessem surgir, Kuhn e Davies partiram para Londres, tendo como primeiro objectivo visitar a Grafton Gallery, onde naqueles dias estava patente a Segunda Exposição de Pós-Impressionistas.

Os nossos norte-americanos, chegando com os olhos repletos da arte mais radical que Paris podia, naqueles dias, oferecer, não ficaram entusiasmados com o que viam. Dois anos antes, porém, naquela mesma galeria, ocorrera o maior escândalo artístico de que houve memória em Inglaterra.

Fora a Exposição “Manet e os Pós-Impressionistas” que Roger Frey, (um profundo estudioso dos velhos mestres, com uma reputação fortemente estabelecida, solicitado frequentemente para avaliações de quadros e outras peças de arte antiga ou mesmo para proceder a aquisições para importantes coleccionadores ingleses e europeus) organizara e estivera patente em Londres entre Novembro e Dezembro de 1910.

Jamais acontecera em Londres um tal “escândalo” e todo o prestígio de Frey foi abalado em poucas horas.

Virgínia Woolf, na biografia que a viúva de Roger Frey lhe pedira que dele escrevesse, dá-nos no seu livro de 1939, a melhor e a mais vívida descrição do que foram aqueles dias em Londres:

“Desde 1906, como explica numa carta a sua mulher, ele se sentiu mais e mais absorvido pela obra de Cézanne (que as suas frequentes passagens por Paris lhe vinham permitindo observar) e pela moderna pintura francesa em geral. Agora, a convite dos directores da Galeria Grafton, tinha a oportunidade de reunir em Londres uma exposição representativa dessas obras. (...) A sua excitação era total. Todos deviam ver o que ele vira naquelas pinturas – deviam partilhar da sua revelação. Ficava alguém intrigado? Mas porquê? E ele lhes explicava que era muito fácil fazer a transição de Watts para Picasso; não havia qualquer quebra, apenas uma continuação. Estes estavam apenas a puxar as coisas um pouco mais para além. E ele demonstrava; ele persuadia; ele argumentava (com pintores, com estudiosos, com críticos...). Fantástico mas razoável, gentil mas fanaticamente obstinado, intolerante mas

preparado para aceitar o contraditório e ardendo na convicção de que qualquer coisa de muito importante estava a acontecer.”

E Virgínia Woolf continuava:

“É difícil em 1939 (Frey morreu em 1934) explicar o que estes quadros excitaram há menos de trinta anos. As pinturas são as mesmas, foi o público que mudou. O público em 1910 lançava-se em paroxismos de raiva e de gargalhadas. Iam de Cézanne para Gauguin e de Gauguin para Van Gogh, iam de Picasso para Signac e de Dérain para Friez e ficavam enfurecidos. As pinturas só podiam ser um gozo e um gozo à sua custa. Uma importante *lady* pediu que retirassem o seu nome da Comissão de Patronos. Um ilustre cavaleiro teve um tão forte ataque de riso perante o retrato da mulher de Cézanne, que teve de sair da galeria e acalmar-se, ao ar fresco, durante cinco minutos. (...) Aquelas pinturas eram ultrajantes, anarquísticas e infantis. Eram um insulto ao público britânico e o homem que fora responsável pelo insulto ou era um louco, ou um impostor ou um velhaco.”

Foi, pois, com este cortejo de vaias e de insultos que a moderna pintura parisiense fez a sua aparição em Londres. Dois anos mais tarde, a segunda Exposição teve já uma recepção menos dramática. O próprio Roger Frey, tendo recordado aos seus conterrâneos, no prefácio do novo catálogo, o enorme choque de 1910, pretendia agora, com a nova exposição, que o público raciocinasse, comparasse artistas e formas e que, como escreveu então, compreendesse que “quando o primeiro choque, de surpresa ou de encanto se exauria, a obra produzia uma reacção cada vez menos violenta”. E prosseguia: daí que “a arte Clássica, mantendo um estado de espírito positivo e desinteressadamente apaixonado, comunique uma experiência, de outro modo inatingível – o espírito clássico que é comum à melhor arte francesa de todos os períodos, desde o século doze, e embora não se encontrem aqui reminiscências de um Poussin, o seu espírito parece reviver na obra de artistas como Dérain.” Por outras palavras, Frey pretendia agora que o público serenamente compreendesse que o que lhe tinha apresentado em 1910 se ligava naturalmente e sem rupturas a oito séculos de arte francesa.

Para os dois norte-americanos, porém, para a exposição que pretendiam, no que à secção europeia havia de se referir, Londres já não significava coisa alguma. As escolhas que tinham feito pela Europa eram bem significativas das suas intenções, embora, para já, quisessem manter toda a discrição possível.

O regresso a Nova Iorque fez-se na última semana de Novembro, jubilosos e confiantes em que Walter Pack iria dar boa conta do encargo que lhe haviam confiado. Não precisariam de se preocupar mais com as peças europeias e iriam dedicar todo o seu empenho na resolução dos inúmeros problemas que ainda os aguardavam nos Estados Unidos.

E assim foi.

Na extensa e detalhada carta que Kuhn enviou a Pack antes de embarcarem em Liverpool, uma das recomendações era a de que obtivesse uma boa representação de Amadeo de Sousa-Cardozo, o pintor que, a instâncias de Pach, tinham visto no seu *atelier* nas proximidades do Quai d'Orsai, ou deambulando, como tantos outros, no famoso pátio do n.º 14 da Cité Falguière (famoso ou em famoso transformado pelo livrinho de Diogo de Macedo).

A 12 de Dezembro, já em Nova Iorque, Kuhn escreve nova e longa carta a Pach. Desculpando-se do atraso em lhe dar notícias sobre o que se ia passando daquele lado do Atlântico, afirma logo de início que ele e Davies lhe estão gratíssimos pelo excelente apoio que dele receberam e, pela sua parte, reconhece que, aqueles poucos dias lhe proporcionaram um completo curso de arte. Formula então vários pedidos, como uma fotografia dos irmãos Duchamp-Villon no seu jardim, o máximo de informação sobre Odilon Redon, que ele pretende apresentar em GRANDE, e pequenas biografias de todos os restantes artistas que iriam estar presentes na Exposição. Por fim reafirma-se convencido de que a obra a que se estão devotando irá significar o surgimento de um espírito novo em Arte, pelo menos no que à América diz respeito.

Chegados, pois, a Nova Iorque a 30 de Novembro, a primeira preocupação dos dois infatigáveis organizadores foi proceder a uma divisão das tarefas a realizar, para o que criaram várias comissões, que foram entregando aos colaboradores que se dispuseram a trabalhar com dedicação, entusiasmo e rapidez, ao mesmo tempo que iam afastando diplomaticamente outros que poderiam constituir tropeços, numa altura em que já não havia tempo quer para discutir de novo decisões que já tinham sido tomadas, quer para alterar quaisquer outras

que um ou outro dos colaboradores achasse que melhoraria o conjunto, embora a razão pudesse estar com ele ou eles. Não conseguiram mais que uma vintena de pessoas que se enquadrassem nesse bom perfil que tinham desenhado, mas a verdade insofismável era que o tempo de que dispunham não excedia uns escassos 75 dias. Assim foram rapidamente criadas a Comissão Geral Executiva, a verdadeira responsável por que a Exposição abrisse as suas portas no prazo previsto; a Comissão responsável pelos expositores nacionais e uma outra pelos estrangeiros; a Comissão para a recepção das obras e responsável também pelo seguro e pela publicidade; e ainda a Comissão encarregada do Catálogo e de outras peças impressas e, finalmente, a Comissão de Publicações, responsável pela preparação e impressão de textos que se pretendia acompanhar a Exposição, com fins mais ou menos didáticos.

Quanto a Davies, a primeira tarefa a que se dedicou foi o ingrato encargo de recolher fundos que pudessem resolver o problema de pagar as contas do dia-a-dia, enquanto não começasse a entrar no cofre da organização o valor dos bilhetes de acesso. Várias voluntárias se prontificaram a ajudá-lo, nomeadamente Clara Sydney Potter, boémia, rica e entusiasta, movendo-se com à-vontade na alta sociedade nova-iorquina.

Fora decidido numa das primeiras reuniões magnas da Organização que os expositores só o seriam por convite dos organizadores. Todavia, à medida que a notícia da Exposição ia sendo mais profusamente difundida, os pedidos para expor naquela que se previa viesse a ser o rebentar da bolha que infectava há longos anos a vida artística norte-americana, iam surgindo cada vez em maior número e com maior insistência, a ponto que nova decisão teve de ser tomada e devidamente publicitada – a de aceitar espontâneos, cujas obras seriam cuidadosamente apreciadas por membros da Comissão de Expositores Nacionais e aceites ou rejeitadas. Tarefa ingente para quem de tão pouco tempo dispunha para levar a cabo as tarefas que previamente lhes tinham sido confiadas. Este trabalho, porém, não foi de todo inútil, pois das centenas de obras recebidas algumas dezenas foram aceites, dando assim visibilidade a mais uma mão cheia de artistas norte-americanos.

Com o aproximar da abertura da Exposição as discussões internas e externas foram-se avolumando, como seria de esperar. Os homens da imprensa, como era exíguo o material que podiam recolher dos organizadores, iam publicando o que

de melhores fontes lhes pareciam vir as informações, ou o que mais condissesse com os seus próprios pontos de vista, nomeadamente quanto ao que, afinal, viria da Europa. Na sua integral ignorância, a maioria ia fazendo largo uso de adjetivos como anarquistas, terroristas, degenerados ou turbulentos – enquanto alguns outros usavam termos menos ofensivos como sonhadores, libertadores e patriotas. O tom geral era, porém, muito mau, fazendo lembrar o que acontecera, três anos antes em Londres, com a primeira exposição de Roger Frey.

A inauguração da Exposição foi, porém, um êxito, pela quantidade de público que acudiu, e um espectáculo.

Precedida, na véspera por uma visita dedicada à imprensa, as centenas de pessoas que se acumularam à entrada, antes da abertura oficial na tarde de 17 de Fevereiro, já teriam lido os jornais do dia e as primeiras impressões neles expressas.

O *Sun* reconhecia que a AAPS conseguira um verdadeiro milagre ao montar aquela exposição, um evento que não podia de modo nenhum ser perdido, no que era acompanhado pelo *American*, embora neste se criticasse a excessiva dimensão da exposição, a publicidade maciça de que fora objecto e a atmosfera de circo que acompanhara a sua preparação; e repudiando embora a arte europeia que ali chegava, reconhecia que os Estados Unidos estavam vinte e cinco anos atrasados no tempo e que “quando tivermos digerido esta exposição estaremos menos fleumaticamente complacentes com as realizações dos nossos artistas”. Por seu turno, o *Times* afirmava que ninguém naquela terra podia ignorá-la, enquanto o *Press* reconhecia a profunda impressão que ela causara naqueles primeiros visitantes sofisticados.

Esta fora, pois, a impressão de sucesso que a Exposição, como um todo, provocara nos anónimos redactores dos principais jornais de Nova Iorque, embora um ou outro, mais afoito, não hesitasse em classificar a arte europeia ali exposta de “anormal” “louca” ou “idiota”. O fogo de artilharia pesada ainda estava, porém, para vir. Todavia, quem escreva, lendo o catálogo a um século de distância, não pode deixar de se impressionar com o acerto das escolhas daqueles dois neófitos, mesmo tendo eles tido como exemplos a *Sonderbunds* de Colónia ou a própria segunda exposição de Londres, na Galeria Grafton.

A valorização crítica das obras expostas iria ser, então, a tarefa dos críticos oficiais dos principais jornais e de outras publicações nova-iorquinas nas semanas

que se seguiam. Ora, se a pintura e a escultura norte-americanas não ofereciam grandes dificuldades e era-lhes obviamente possível emitir opinião sobre esse material, tão novo quanto os mentores da Exposição tinham conseguido obter, mas nem por isso alheio ou estranho ao que profissionalmente estavam habituados a olhar e a criticar, o mesmo não se podia dizer das obras europeias que Davies, Kuhn e Park lhes propunham.

Era um terreno virgem para o qual não estavam preparados e daí é que, conforme o humor de cada um, as suas inveteradas preferências artísticas e até as suas posições políticas, se iria determinar a pública opinião que haviam de expressar no seu jornal ou na sua revista, opinião que os seus leitores aceitariam e seguiriam, habituados como estavam a respeitar qualquer texto que antecedesse a assinatura de cada um deles.

Toda a concepção da apresentação da arte francesa fora obra de Davies, e este teve a nítida intenção de dar a esta região de exibidores uma posição central.

A pintura francesa dos começos do século XIX (Ingres e Delacroix, entre outros, e o espanhol Goya que aí também estava presente) não levantava problemas inultrapassáveis, embora Manet, por exemplo, ainda não fosse claramente aceite. Todavia, os grandes mestres do Pós-Impressionismo – Cézanne, Van Gogh, Gauguin – já constituíam uma novidade tal que se iria repetir em Nova Iorque, três anos mais tarde, a confusão gerada pela exposição de Londres de 1910. Contudo, os ataques mais violentos foram dirigidos contra o Fauvismo, ausente que estava o Futurismo (devido a exigências inultrapassáveis dos artistas que deveriam estar representados) e o Cubismo. Matisse foi objecto de todas as injúrias, especialmente após um curioso ter descoberto que o pé de um nú tinha apenas quatro dedos, mas foi sem dúvida o *Nu descendo uma Escada*, de Duchamp, o quadro individual que teve de suportar a lapidação mais raivosa. Ninguém queria perder aquele espectáculo, que ainda tinha, como condimento final, as obras dos cubistas.

Souza-Cardozo, segundo o já citado Prof. Milton Brown, terá tido um sucesso “*phenomenal*” o que este autor atribui ao facto de a arte de Amadeo apresentar “um ar de modernismo sem, realmente, perturbar os cânones estéticos da época.”

Nomes que actualmente nos não dizem nada mas eram reverencialmente escutados em 1913 – Royal Cortissoz no *Tribune*, William McCormick no *Press*, Joseph Chamberlain no *Mail*, Arthur Hoeber no *Globe*, entre alguns mais,

encabeçavam o pelotão de fuzilamento, enquanto o *Times*, provavelmente a pedido de uma influente accionista, apesar do seu notório conservadorismo guardava uma prudente reserva em face da polémica. Uma outra mulher, Harriet Monroe, que em Chicago dirigia uma revista de poesia, nomeara, por esse tempo, Ezra Pound como seu director para a Europa, e recusara, quase até à ruptura com Pound, a publicação de poemas de Eliot por entender que aquela poesia não fazia sentido, ao escrever para o seu *Chicago Tribune*, em 23 de Fevereiro, dizia simplesmente: “Se este grupo de teorizadores tem qualquer outro significado para além de querer aumentar o divertimento das nações, a vossa correspondente não o consegue atingir.”

Seria redundante transcrever aqui os vários tons de fúria, de desprezo ou de gozo que esses conspícuos críticos usaram nas múltiplas análises que dedicaram ao Armory Show. Basta recordar simplesmente que do epíteto de anarquistas os artistas europeus expostos raramente se livraram, bem como de expressões como “ameaça à moral”, “excrecências da arte”, “desordens de cérebros febris”, “influência nefasta, degradada e degenerada”, e daí à conclusão imediatamente tirada que “a propaganda dos pintores cubistas, futuristas e pós-impressionistas é não só uma ameaça à arte mas uma ameaça à moral pública”. E como a palavra destes (para a época) eminentes críticos poderia não bastar, foram obter a opinião de um então famoso psiquiatra, o Dr. Krafft-Ebbing, que classificou “aquelas mentes como de doentes sem cura possível” e que, para concluir, afirmou que “as mais profundas vítimas de sadismo (...) não são mais viciosamente degeneradas”. Enfim, uma ameaça à saúde mental dos americanos (os quais, felizmente, receberam os “degenerados” apenas com gargalhadas) e um grave perigo para as raízes puritanas nas quais assentava toda a cultura e todo o espírito da nação americana. Só Picabia, então residente em Nova Iorque e promovendo cuidadosamente a sua imagem, explicando, o melhor que lhe era possível, a sua pintura, ia passando, mais ou menos incólume, por entre os raios e trovões daquela tempestade.

Mas que dizer dos poucos que, não sabendo entender, sentiam, todavia, que ali estava a passar-se algo de muito importante, que não podia ser descartado com meia dúzia de gargalhadas e de insultos. A situação era muito mais difícil para estes do que para os ferozes detractores da secção europeia da Exposição.

O que chegava era um mundo inteiramente novo, do qual ignoravam as mais elementares noções. Nem livros, nem estudiosos, nem meros críticos – nada nem ninguém, em Nova Iorque ou em qualquer outro local dos Estados Unidos, lhes forneciam a chave, ou os elementos essenciais para a encontrar. O ponto de vista expresso por um professor de filosofia da Universidade de Columbia, Joel E. Spingarn, numa carta ao *Evening Post* de 25 de Fevereiro, parece-me a opinião mais acertada das poucas que então se ouviram: “Confesso que quando saí da Exposição os meus sentimentos não eram somente de excitação; mas misturada com esta sentia uma verdadeira depressão ao pensar que nenhuns outros artistas partilhavam a coragem dos pintores deste nosso tempo. Como pareceu tímida a nossa poesia e o nosso criticismo literário e dramático; quão desbotadas e anémicas todas as outras formas de expressão artística. Estes pintores e escultores, porém, quiseram mesmo expressar-se. De cabeça perdida, errados, caprichosos, eles podem até voltar um dia a ser aquilo que eu aprecio; mas, enfim, eles mostraram agora possuir o *sine qua non* da arte, a coragem de se expressar sem enganar as suas almas”.

Theodore Roosevelt, que deixara a presidência dos Estados Unidos poucos anos antes, também visitou a Exposição – e se a sua posição perante a pintura europeia exposta não é de grande agastamento, também não lhe é favorável. Com a tranquilidade que o caracterizava (e lhe valera, anos antes, o Prémio Nobel da Paz, pela solução de um grave conflito internacional que mediara) afirmou compreender que os responsáveis pela Exposição estavam perfeitamente correctos na necessidade de mostrar ao povo americano as forças artísticas que actuavam na Europa, “forças que não podiam ser ignoradas”, o que, porém, não significava que ele aceitasse minimamente as pinturas ali exibidas: “Se é verdade que não pode haver vida sem mudança, não é menos verdade que a mudança pode significar morte e não vida, e retrocesso em vez de desenvolvimento.” Reconhecia, porém, que “aquela mostra ajudaria alguns artistas americanos a produzir trabalho original e sério, não só na pintura mas também na escultura”. Podia ser um começo para Roosevelt reconhecer, como o diário nova-iorquino *Globe* também reconheceria, que *American art will never be the same again*.

No espírito dos dois grandes promotores da Exposição, havia, porém e desde o início, uma preocupação didáctica que não queriam esquecer, nem no meio da tempestade de vaias e insultos nem quando as águas se apresentavam mais

calmas, ante um ou outro texto mais favorável ou simplesmente menos violento. Daí a preocupação com a publicação, mais ou menos diária, de pequenos folhetos que eram distribuídos gratuitamente aos visitantes, ou outros de maior volume, dedicados a um ou outro pintor e que chegaram até hoje, nomeadamente os que foram posteriormente reunidos em volume, como *The New Spirit* ou *For and Against*, dos quais existem reedições recentes, provavelmente com vista ao centenário que também aqui celebramos.

Em *The New Spirit* foram reunidos cinco panfletos, vendidos à entrada da Exposição, no mesmo quiosque onde se expunham reproduções das obras principais. Incluí o texto *Noa-Noa*, de Paul Gauguin e dois ensaios de Walter Pach, um sobre Odilon Redon e o outro dedicado a *A Arquitectura de um Escultor*, neste caso Raymond Duchamp-Villon e aí se juntou também o estudo sobre Cézanne de Elie Faure e um conjunto de cartas de Van Gogh dirigidas ao seu irmão Theo.

*For and Against* constituiu uma publicação mais tardia; apenas foi vendido nas reposições da exposição em Chicago e Boston (de que falarei a seguir), pois nele foram reunidas opiniões emitidas durante o tempo em que a exposição esteve patente em Nova Iorque, quatro favoráveis e outras tantas negativas. O texto de Theodore Roosevelt só foi incluído na reedição recente, certamente para que não se perdesse no jornal aquele documento histórico.

Se a inauguração da Armory Show contou com a presença de mais de 3000 pessoas, nem por isso, durante os 26 dias em que esteve aberta ao público, os visitantes foram, em algum dos dias, muito exíguos, tanto que no total se registaram mais de 62 000 entradas pagas. E a tarde do encerramento voltou a contar com uma multidão que entupiu claramente o trânsito na Lexington Avenue e nas artérias circundantes, multidão que a imprensa do dia seguinte avaliava entre dez e doze mil interessados ou simplesmente curiosos.

De Nova Iorque a exposição seguiu para Chicago e ainda para Boston, seu último destino, por ser impossível atender a outra meia dúzia de cidades que a reclamavam. E se na Exposição nova-iorquina foram apresentadas cerca de 1 300 peças, para Chicago já só seguiram não mais de 650, não só porque o espaço disponível no Arts Institut, onde ela foi instalada, não comportava mais obras, mas também porque os dirigentes do Instituto estavam primordialmente interessados em expor a arte europeia e, da americana, não pretendiam mais do que uma peça de cada artista. A recepção local não foi mais lisonjeira do que a que

aconteceria em Nova Iorque, aqui para piorar ainda mais a situação, as autoridades de Chicago forçaram a retirada de algumas peças, por constituírem alegadamente “ofensas à moral”, nomeadamente dois óleos de Matisse e um de Marcel Duchamp.

Boston iria ser a última cidade a receber, a seu pedido, a Armory Show, que obviamente já não tinha esse nome. A elegante e cultivada Boston, porém, não acolheu mais amigavelmente as cerca de 350 obras que para aí foram enviadas. A Exposição ia-se assim reduzindo, em muitos casos devido aos compromissos internacionais assumidos e que não permitiam a permanência nos Estados Unidos de peças não vendidas por mais tempo.

Quer em Chicago como em Boston as manifestações de ignorância e de humor chocarreiro foram moeda corrente, mas a realidade verificada com a passagem dos anos mostra, afinal, quão bem aproveitados foram os ensinamentos europeus que se foram infiltrando na arte e nos artistas norte-americanos, a ponto de, trinta anos mais tarde, se chegar à década de 40 do passado século e assistir ao surgimento do Expressionismo Abstracto da chamada Escola de Nova Iorque e, mais importante, na década de 50, àquele forte movimento, bem americano e bem moderno, que fez desviar transitoriamente para os Estados Unidos o ponto fulcral das artes ocidentais: refiro-me naturalmente à *Pop-Art*, inspirando artistas como Robert Rauchenberg, Roy Lichtenstein ou Philip Guston.

Antes de terminar, devo ainda referir um último aspecto importante, os resultados financeiros das exposições.

Foram positivos nas três apresentações, mas não espectaculares. As vendas foram significativas, nomeadamente no que respeita aos “degenerados” artistas europeus, dos quais se venderam mais de dois terços das peças expostas. O que mais nos pode interessar, as vendas de Amadeo de Souza-Cardoso, foram importantes. Dos sete óleos e uma aguarela que enviou de Paris, vendeu a aguarela e seis dos óleos. É certo que os preços pedidos pelo pintor, oscilando entre \$13,50 e \$324 eram convidativos, se comparados com os marcados por outros artistas, ou já mais conhecidos em Paris, ou que cedo se tornariam célebres. Todavia, um óleo de Braque foi vendido por \$202, enquanto o espectacular *Nu descendo uma Escada* foi comprado por \$324 por um coleccionador de S. Francisco, Frederik Terry, que jamais vira a polémica pintura, mas perante as reproduções patentes nos jornais e revistas, por ter lido as inúmeras (e péssimas) referências que os

jornalistas lhe faziam, as apostas postas a circular e as adivinhas que suscitara, deu telegraficamente a ordem de compra. Está actualmente no Museu de Arte de Filadélfia, integrada no legado que o casal Arensberg fez mais tarde da sua colecção.

Os preços mais correntes, mesmo para algum Picasso, ou Leger ou Kirschner, rondavam os \$200; o patamar seguinte, o de Kandinsky, de Matisse, de Dufy ou de Gleizes era já de \$500 ou mais, até chegarmos a casos excepcionais, como o de Cézanne, de Gauguin ou de Van Gogh cujos preços, fixados pelos seus *marchands* parisienses, não tinham nada a ver com a realidade daqueles dias. *A Mulher com um Rosário* tinha no catálogo o preço de \$48.600 (mas nenhum Cézanne foi vendido na exposição), as *Flores sobre Fundo Amarelo*, de Gauguin, estava marcado por \$40.500 e as *Montanhas de Saint Rémy*, de Van Gogh, por \$15.025 (nem um nem o outro venderam qualquer óleo).

No que se refere a Sousa-Cardozo, vendeu dois óleos a um colecionador, Arthur Jerome Eddy, *Saut de lapin* e *Chateau fort*, respectivamente por \$67,50 e \$81 (as duas peças encontram-se actualmente no Art Institut de Chicago, inseridas no legado deste colecionador) e ainda um terceiro óleo, *Paysage*, por esse também adquirido por \$81, mas que não consta do legado ao Instituto de Chicago; outro colecionador Robert W. Chanler, adquiriu a aguarela, *Marine*, por \$13,50 e outro óleo, *Avant la corrida*, por \$216. Os restantes dois óleos foram adquiridos pelas Senhoras Elisabeth S. Cheever, de Nova Iorque (*Pêcheur*, por \$135) e Manierre Dawson, de Ludington, Michigan (*Le retour de la chasse*, por \$54). Invendido ficou o óleo *Le Prince et la meute*, ao qual Amadeu marcara o preço de \$324.

Se tivermos em conta o poder de compra do dólar em 1913, com o seu mesmo valor um século depois, verificamos aquilo que já sabíamos: que a valorização das obras de arte pouco ou nada tem a ver, com as oscilações da moeda. As obras valorizam-se por si próprias, pela notoriedade ou pela crescente importância que vai sendo dada ao artista, ou até pela raridade, como é hoje o caso de Amadeu.

Vou terminar. Passados estes cem anos sobre a grande exposição, se olharmos com alguma atenção para a pintura e a escultura norte-americanas da actualidade, se descontarmos o que hoje resta da Escola de Nova Iorque dos anos 40 e da *Pop Art* das duas décadas seguintes, é impressionante verificar como continuam actuais as duas frases que sempre citei ao longo deste trabalho: a do velho

---

Presidente James Monroe afirmando, em 1823, que a América é para (e dos) americanos, e o profético cronista do *Globe*, noventa anos mais tarde, ao sair daquele enorme edifício da Lexington Avenue, entre as ruas 25.<sup>a</sup> e 26.<sup>a</sup>, no dia 17 de Fevereiro de 1913, a escrever no seu jornal que a arte americana nunca mais seria a mesma a partir daquele dia.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013)



# Ilusão e empatia na teoria a ópera: de Rousseau a Wagner

MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO

O quinto volume da edição crítica das *Obras Completas* de Jean-Jacques Rousseau, empreendida pela *Bibliothèque de la Pléiade*, publicado somente em 1995, reúne todos os escritos sobre música do autor, a que acrescem o *Ensaio sobre a origem das línguas*, textos sobre teatro e ainda algumas traduções. Este volume e o seu aparato crítico tornaram-se assim uma fonte indispensável à investigação do pensamento de Rousseau sobre música e artes afins, designadamente o espetáculo músico-teatral. É deles que parto para esta minha indagação sobre a teoria da ópera, que depois me levará também a Wagner e ao seu conceito de drama musical como *Gesamtkunstwerk*.

## I

O que globalmente ressalta dos ensaios e outros textos reunidos neste volume é, desde logo, a contradição entre uma categórica tomada de posição do autor contra as artes miméticas e imitativas – designadamente as teatrais –, na *Lettre à d’Alembert sur les spectacles*, de 1758<sup>1</sup>, e o seu envolvimento ativo e continuado nessas mesmas artes, quer como teórico da música e do teatro, quer mesmo como compositor e autor dramático (e isto, tanto antes como depois da publicação deste polémico escrito).

Alega Jean Rousset, na sua introdução, que a *Lettre à d’Alembert* tem o caráter de panfleto político e não pode desligar-se das singulares motivações que lhe deram origem: a publicação do artigo *Genève* na Enciclopédia, da autoria de d’Alembert, onde, a certo passo se observa a falta de representações teatrais

---

<sup>1</sup> Jean-Jacques Rousseau, “Lettre à d’Alembert sur les spectacles” [1758], in: *Œuvres Complètes*, Paris: Gallimard, 1995: V, 1-125.

naquela *république si sage & si éclairée* e se sugere a sua introdução, pois que, bem reguladas, não seriam prejudiciais aos bons costumes, antes “formariam o gosto dos cidadãos e lhes dariam uma fineza de tato, uma delicadeza de sentimento que é muito difícil de adquirir sem essa ajuda...”.<sup>2</sup> Rousseau insurge-se contra semelhante sugestão e fá-lo em termos que dão como pressuposto precisamente o contraste entre Genebra e Paris, isto é (citando ainda do comentário): “entre uma pequena cidade idealizada e uma capital condenada, entre o sonho republicano de Rousseau e a sua experiência infeliz da monarquia ‘avançada’, entre um passado idílico que ele desejava salvaguardar e um futuro a seus olhos sinónimo de infelicidade e de decadência”.<sup>3</sup> Tal contraste é implicitamente sublinhado no próprio título do manifesto, onde o nome de Rousseau, identificado apenas como *citoyen de Genève* é contraposto aos numerosos títulos oficiais de D’Alembert.<sup>4</sup>

Rousseau não esconde a sua fonte de inspiração: Platão, mormente os passos da *República* e das *Leis* que traduziu e sintetizou num texto também incluído neste quinto volume das *Obras Completas* com o título *De l’imitation théâtrale* e que se destinava a servir de complemento ao texto principal do seu manifesto contra os espetáculos.<sup>5</sup> Esta relação entre Rousseau e Platão não é, porém, unívoca. Como observa Juliane Rebentisch, enquanto Platão toma a teatrocracia pela verdadeira face da democracia, em Rousseau a teoria da democracia apoia-se “na intuição contrária”: “situa-se no extremo oposto à teatralização da política”. Para Rousseau, o modelo da democracia como “auto-governança coletiva” não era o teatro, mas sim a “assembleia” – ou seja, um quadro de interação “em que ninguém prescreve algo aos outros ou representa algo para eles, mas sim em que todos agem em conjunto”.<sup>6</sup> Ao contrário de outras artes, o teatro propunha-se

---

<sup>2</sup> ...formeroient le goût des citoyens, & leur donneroient une finesse de tact, une délicatesse de sentiment qu’il est très-difficile d’acquérir sans ce secours... (Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers, Paris, 1751-1765, tomo VII, entrada Genève).

<sup>3</sup> ... entre une petite cité idéalisée et une capital condamnée, entre le rêve républicain de Rousseau et son expérience malheureuse de la monarchie “avancée”, entre un passé idyllique qu’il voudrait sauvegarder et un avenir synonyme à ses yeux de malheur et de décadence... (cf. J.-J. Rousseau, *Œuvres Complètes*, vol. V, p. XXX).

<sup>4</sup> ... de l’Académie française, de l’Académie Royale des Sciences de Paris, de celle de Prusse, de la Société Royale de Londres, de l’Académie Royale des Belles-Lettres de Suède, et de l’Institut de Bologne... (*ibid.*, p. XXXII).

<sup>5</sup> J.-J. Rousseau, “De l’imitation théâtrale”, in: *Œuvres Complètes*, vol. V, pp. 1196-1211.

<sup>6</sup> Während Platon das demokratische Freiheitsverständnis als Wurzel einer von der Ethik auf die Politik aufgreifenden Ästhetisierung identifiziert und deshalb die Theatrokratie für das wahre Gesicht der Demokratie hält, ist Rousseaus Demokratietheorie von der gegenteiligen Intuition getragen: Für ihn steht Demokratie in einem äußersten

representar ações e, por isso operava duas separações no mundo: respetivamente, a separação entre a pessoa e a personagem, e a separação entre os atores de um lado e o público do outro. Ora, segundo Rousseau, como nota Rebenitsch, a aceitação cultural deste modelo levava à degradação a mero simulacro (*Spiel*) tanto das próprias ações de cada um como da ideia que cada um faria das ações dos outros.<sup>7</sup> Isso tornava impossível a autogovernança coletiva – como se inferia, aliás, da experiência de Atenas, cuja democracia fora arruinada pela “teatromania”. Daí que Rebenitsch conclua, com razão, ser a *Lettre à d’Alembert* central na teoria política de Rousseau e ter consequências de longo alcance até ao nosso tempo, designadamente em autores como Hanna Arendt, Jürgen Habermas, Stanley Cavell, Walter Benjamin ou Guy Debord, que diagnosticaram a transformação da política em teatro, na sociedade do espetáculo.<sup>8</sup> Assim, Rousseau, valendo-se de Platão, divergia deste fundamentalmente, pois que, embora Platão condenasse o teatro como arte mimética, também condenava do mesmo passo a democracia como sistema de governo, enquanto Rousseau condenava o teatro para salvar o princípio do governo democrático. Platão via no teatro uma ameaça à ordem hierárquica natural sobre a qual tinha de assentar o bom governo. Rousseau, pelo contrário, via nele uma ameaça ao ideal de autogoverno coletivo de iguais. Assim, se, para Rousseau, a governação não era senão autogovernança coletiva, então ela pressupunha do mesmo passo o autogoverno de cada um, e este era incompatível com uma situação em que a pessoa se alienava de si própria, tal como acontecia com os atores. O cerne da questão, segundo Rebenitsch, era, pois, a *dissimulação* inerente ao desempenho cénico – ou a “ironia do ator” – isto é, a dissociação entre, por um lado, as palavras e os atos da personagem e, por outro lado, a pessoa do ator, que assim renunciava à sua integridade de pessoa humana.<sup>9</sup>

Essa “ironia do ator” não correspondia, porém, a um efeito de ilusão, como se a pessoa do ator desaparecesse na personagem, antes consistia na própria

---

*Gegensatz zur Theatralisierung des Politischen. Denn Demokratie ist nach Rousseaus einflussreicher Bestimmung kollektive Selbstregierung. Ihr Modell ist deshalb nicht das Theater, sondern die Versammlung – also ein Setting, in dem niemand den Anderen etwas vormacht oder vorspielt, sondern alle gemeinsam handeln.* (Juliane Rebenitsch, *Die Kunst der Freiheit. Zur Dialektik demokratischer Existenz*, Berlin, Suhrkamp, 2012: 271).

<sup>7</sup> Rebenitsch, *Die Kunst der Freiheit...*, p. 271.

<sup>8</sup> *Ibid.*: 272.

<sup>9</sup> Rebenitsch, *Die Kunst der Freiheit...*, pp. 273ss.

visibilidade da dissimulação como estratégia de comunicação, estabelecida como regra não só no teatro mas também, em geral, nas relações sociais. Christian Kaden, na sua *Musiksoziologie* (1984), chamou a esta estrutura de comunicação (assente na *visibilidade da dissimulação*) uma “estrutura épica”, no sentido em que o ator como “narrador” se dissocia da personagem “narrada”.<sup>10</sup> Neste sistema sociocomunicativo, a autorregulação pressupõe a dupla retroação do espectador (ora para o ator, ora para a personagem). Por outras palavras: a máscara usada pelo ator nunca se lhe cola à cara (como diria Fernando Pessoa), mas essa dissociação entre a máscara e a verdadeira face da pessoa é, por sua vez, inerente ao processo civilizacional, que atinge um ponto culminante de refinamento na sociedade da corte, como nos ensina Norbert Elias.<sup>11</sup>

A internalização de coações sociais como autocoações manifestava-se, segundo Elias, na necessidade de dissociar o comportamento exterior da experiência íntima, de assegurar o autocontrolo dos próprios impulsos e emoções, observando as “maneiras” ou “etiqueta” e agindo de acordo com um plano (*telos*). Esta estratégia de interação, que permeava as relações quotidianas na sociedade da corte, estendia-se naturalmente ao próprio espetáculo músico-teatral, como tenho procurado demonstrar em estudos precedentes.<sup>12</sup>

Num contexto como o dos teatros da corte, as relações entre palco e sala eram caracterizadas pela *interpenetração* e pela *simetria*. O espetáculo músico-teatral configurava-se como uma estrutura essencialmente *coloquial*, onde todos os participantes eram atores, quer os que se encontravam no palco, quer os que se encontravam na sala. A ambas as *performances* – à dos atores propriamente ditos e à dos cortesãos – era comum a duplicidade condenada por Rousseau, isto é, a dissociação entre dois eus, ou, se quisermos, entre o *eu* e a *máscara*:

- No palco, *duplicidade do ator*, que oscilava entre representar a personagem e representar a sua própria condição de ator, portador de certas faculdades

---

<sup>10</sup> Christian Kaden, *Musiksoziologie*, Berlim, Verlag Neue Musik, 1984: 149.

<sup>11</sup> Elias, Norbert, *O Processo Civilizacional* [1936], 2 vols., Lisboa: D. Quixote, 1989; *A sociedade da corte* [1969], Lisboa: Estampa, 1987.

<sup>12</sup> Cf. Mário Vieira de Carvalho, “From Opera to Soap Opera: On Civilizing Processes, the Dialectic of Enlightenment and Postmodernity”, in: *Theory, Culture & Society*, XII/2 (1995): 41-61; do mesmo, *Razão e sentimento na comunicação musical. Estudos sobre a Dialéctica do Iluminismo*, Lisboa: Relógio d’Água, 1999: 35-139.

e destrezas essenciais ao seu reconhecimento social numa sociedade fortemente hierarquizada (hierarquia que determinava a sua posição tanto na sua respetiva esfera profissional – o lugar de maior ou menor destaque que assumia no palco – como no mundo vivido, enquanto ator social, interagindo com outros atores sociais no contexto da sociedade da corte).

- Na sala, *duplicidade do espectador*, que oscilava entre assistir à representação cénica e autorrepresentar-se de acordo com o seu cargo e condição, ou seja, que retroagia ora para a representação que ocorria no palco, ora para a representação que ocorria na sala, onde cada qual nunca podia deixar cair a máscara que correspondia ao papel que respetivamente desempenhava na hierarquia social.
- Finalmente, entre palco e sala, a *duplicidade das retroações entre ator e espectador* que regia a autorregulação do sistema de comunicação no seu todo:
  - a) remetendo, pelo lado dos espectadores, ora para os artifícios músico-teatrais que expunham as faculdades ou destrezas dos seus protagonistas, ora para a ação e as personagens ficcionadas que estes representavam;
  - b) remetendo, pelo lado dos atores, tanto para a *performance* que ocorria no palco como para aquela que tinha lugar na sala.<sup>13</sup>

O que valia para o ator ou ator-cantor, e muito em particular para os *castrati*, valia para todos os artistas envolvidos na produção do espetáculo (o libretista, o compositor, os músicos, o maquinista), cujo reconhecimento social dependia também essencialmente da capacidade de, a cada passo, exibirem o seu virtuosismo. A arte em que eram exímios, fosse a poética, a musical (como compositores ou instrumentistas) ou a cenográfica, tinha de estar sempre em evidência, pois o seu alvo era um público de conhecedores, capaz de apreciar mais distintamente, nas palavras de Du Bos (1719) – referindo-se à tragédia – *tous les ressorts que le génie*

---

<sup>13</sup> Sobre os modelos de comunicação músico-teatral e as transformações da esfera pública no século XVIII, cf. Mário Vieira de Carvalho, “Belcanto-Kultur und Aufklärung: Blick auf eine widersprüchliche Beziehung im Lichte der Opernrezeption”, in: *Zwischen Aufklärung und Kulturindustrie – Festschrift für Georg Knepler zum 85. Geburtstag* (ed. Hanns-Werner Heister, Karin Heister-Grech e Gerhard Scheit), II: *Musik-Theater*, Hamburg, Von Bockel, 1993: 11-41; do mesmo, “From Opera to Soap Opera”; do mesmo, “Por lo imposible andamos”: *A ópera como teatro de Gil Vicente a Stockhausen*, Porto, Âmbar, 2005: 37-60.

*du Poëte & le talent du Comédien mettent en œuvre pour les émouvoir*<sup>14</sup> – fórmula que descreve com rigor a *estrutura épica* da comunicação: a permanente oscilação entre *ação representada* e *arte de representar*, enquanto momento da reprodução da sociedade da corte – isto é, momento didático de *civilité*, maneiras ou etiqueta, no sentido de Norbert Elias.

Em certas situações, a complexidade do sistema podia ser reduzida e o épico tendia a desaparecer. No contexto dos teatros régios, isso aconteceu sobretudo na ausência de cerimonial da corte, quando a *retroação compensatória* inerente à estrutura épica era sobrelevada por *retroações cumulativas* para os atributos de reconhecimento social de que cada um era portador: no palco, o virtuosismo dos artistas; na sala, o cargo e a condição dos espectadores. O resultado era a supressão do *fond du poëme* – da ação representada – do horizonte da percepção. O espetáculo culminava então, por um lado, na exposição do artifício (autoexibição de faculdades e destrezas) que causava espanto, e, por outro lado, na autoexibição dos espectadores (inclusive como conhecedores ou pseudoconhecedores), que faziam valer a sua autoridade sobre o palco.<sup>15</sup> Shaftesbury (1710), por exemplo, ao contrário de Du Bos, desinteressa-se do imitado ou representado. Enfatizando a distância do conhecedor, fixa-se nas faculdades e destrezas exibidas (pelo menos, tratando-se de música):

“Que pode haver que um ‘Músico’ exímio mais seriamente deseje do que executar a sua parte na presença daqueles que são conhecedores na sua Arte? É no ‘Ouvido’ somente que ele se aplica; o ‘crítico’, belo ouvido. Seja qual for o ‘Caráter’ do agrado dos seus ‘Ouvintes’: sejam eles naturalmente austeros, irritáveis, ou rígidos; pouco importa, pois são ‘Críticos’, capazes de censurar, fazer reparos e captar o som de qualquer Acorde e Sinfonia.”<sup>16</sup>

<sup>14</sup> Abbé Du Bos, *Réflexions Critiques sur la Poésie et sur la Peinture* [1719], 6.<sup>a</sup>. edição, 3 vols., Paris: Chez Pissot, 1755: I, 457s.

<sup>15</sup> Cf. Mário Vieira de Carvalho, “Por lo imposible andamos”, pp. 50-52.

<sup>16</sup> *What is there which an expert ‘Musician’ more earnestly desires, than to perform his part in the presence of those who are knowing in his Art? ‘Tis to ‘the Ear’ alone he applies himself; ‘the critical’, the nice Ear. Let his Hearers be what ‘Character’ they please: Be they naturally austere, morose, or rigid; no matter, so they are ‘Criticks’, able to censure, remark, and sound every Accord and Symphony.* – Cf. Anthony third Earl of Shaftesbury, “Soliloquy: Or Advice to an Author” [1710], in: do mesmo, *Characteristics of Men, Manners, Opinions, Times*, Forword by Douglas Den Uyl, 3 vols., Indianapolis, Liberty Fund, 2001: I, 95-224, p. 145.

A fixação nas faculdades e destrezas podia, porém, dar origem a retroações cumulativas entre palco e sala que se manifestavam ruidosa e até caoticamente, como resulta da descrição do abade António da Costa, referindo-se a um espetáculo de ópera italiana em Roma, por volta de 1752:

“Já não falo no grande rumor que se faz dentro [do palco], porque o de fora é tal que quase o encobre de todo. [...] Ora que ouvi eu aqui? Conheço que não foi coisa que me desse gosto, antes trago na cabeça um zum zum, de quatro para cinco horas de rumor de rabecas, rabecões, trompas, etc., gritaria de gente, conversação contínua, risadas, palmadas, uns a gritar: bravo, bravone! Ah caro Cafarello! os que vendem sempre a apregoar ao redor dos camarotes, gritando desesperados: quem quer vinho, frutas, doces, etc.”<sup>17</sup>

Um dos escritos que mais põe em evidência, a respeito da *tragédie lyrique*, esta mesma tendência para a supressão da ação representada do horizonte da receção é o panfleto satírico de Friedrich-Melchior Grimm intitulado *le Petit Prophète de Boehmishbroda*, publicado no calor da chamada *querelle des bouffons*, polémica plasmada em muitas dezenas de publicações suscitadas pelos espetáculos de uma companhia italiana de *opera buffa* na Academia Imperial de Música de Paris, em 1752. Num estilo inspirado nas *Lettres persanes* de Montesquieu, Grimm faz-se passar por um jovem filósofo e teólogo de Praga, educado num colégio de jesuítas, que é transportado como por encanto para Paris e descreve a estranheza que lhe causa uma visita à Ópera. Do seu depoimento infere-se que tudo no espetáculo, desde a direção musical à representação dos cantores, passando pelos dispositivos cénicos, tendia a dissociar-se – inclusivamente nos aspetos mais grosseiros ou mal trabalhados da oficina teatral – do objeto ou da ação a imitar. Grimm denuncia e condena na *praxis* de representação da tragédia lírica o mesmo tipo de “caos” – digamos assim – que o Abade António da Costa exatamente no mesmo ano (1752) diagnosticava na *praxis* da *opera seria* italiana em Roma. No panfleto de Grimm, por exemplo, o maestro era comparado a um lenhador:

---

<sup>17</sup> Abade António da Costa [1753], *Cartas* (ed. F. Lopes-Graça), Lisboa, Seara Nova, 1946: 64s. Citado in Mário Vieira de Carvalho, *Razão e sentimento na comunicação musical*, p. 41.

“E vi um homem que segurava uma batuta... E ele fazia barulho como se rachasse lenha...”<sup>18</sup>

O espírito das *Lettres Persanes* também está subjacente à carta em que Saint-Preux, na *Nouvelle Héloïse* de Rousseau, descreve, em termos idênticos de crítica impiedosa, o que viu e ouviu na Ópera de Paris:

“O fundo [do palco] é uma grande cortina pintada da mesma maneira, e quase sempre furada ou rasgada, o que representa cavidades na terra ou buracos no céu, segundo a perspectiva. Qualquer pessoa que passe atrás do palco e toque na cortina produz, ao fazê-la abanar, uma espécie de tremor de terra bastante agradável à vista. O Céu é representado por uns trapos suspensos por varas ou cordas, como o estendal duma lavadeira. O sol, pois vemos-lo às vezes, é uma tocha numa lanterna...”<sup>19</sup>

Só tendo presente estas estratégias de comunicação e o lugar que nelas ocupa o teatro e a ópera é que verdadeiramente compreendemos, a meu ver, o alcance da *Lettre à d’Alembert sur les spectacles*. Trata-se de banir das relações sociais a máscara e a duplicidade que ela representa, e, para tanto, Rousseau desenvolve não só no campo da teoria política, mas também no campo das artes – em especial, no teatro e na ópera – um modelo alternativo de comunicação ou interação social.

<sup>18</sup> [Chapitre IV: Le Bucheron] *Et je vis un homme qui tenoit un bâton, et je crus qu’il alloit châtier les mauvais violons, car j’en entendis beaucoup parmi les autres qui étoient bons, et qui n’étoient pas beaucoup.*

*Et il faisoit un bruit comme s’il fendoit du bois et j’étois étonné de ce qu’il ne se démettoit pas l’épaule, et la vigueur de son bras m’épouvanta.*

*Et je fis des réflexions,... et je me disois à moi-même:*

*Oh que les talens sont déplacés dans ce monde, et comme pourtant le génie se montre, encore qu’il soit mal à sa place!*

*Et je disois: si cet homme-là étoit né dans la maison de mon pere qui est à un quart de lieue de la Forêt de Boehmischbroda en Bohême, il gagneroit jusqu’à trente deniers par jour [...]*

*Et l’on diroit: voilà le Bucheron de Boehmischbroda, le voilà!*

– Cf. Frédéric-Melchior Grimm, *Le Petit Prophète de Boehmischbroda*, in: s. a., *Le Petit Prophète de Boehmischbroda. Le Correcteur des Bouffons et la Guerre de l’Opéra*, [Paris], 1753, pp. 9-10.

<sup>19</sup> *Le fond est un grand rideau peint de même, et presque toujours percé ou déchiré, ce qui représente des gouffres dans la terre ou des trous dans le Ciel, selon la perspective. Chaque personne qui passe derrière le théâtre et touche le rideau, produit en l’ébranlant une sorte de tremblement de terre assez plaisant à voir. Le Ciel est représenté par certaines guenilles suspendues à des bâtons ou à des cordes, comme l’étandange d’une blanchisseuse. Le soleil, car on l’y voit quelquefois, est un flambeau dans une lanterne.* – Cf. J.-J. Rousseau, “Julie ou La Nouvelle Héloïse – Lettres de Deux Amans, Habitans d’une petite ville au pied des Alpes recueillies et publiés par J.-J. Rousseau [1761], in: *Œuvres Complètes*, Paris, Gallimard, 1964, Tome II, pp. 1-794, aqui p. 283.

## II

Referindo-se às artes cénicas e em especial à ópera, a crítica de Rousseau incide em especial nos seguintes pontos:

- A) A *música imitativa* e a sua relação com a língua;
- B) A relação entre ilusão e empatia;
- C) O princípio de *l'art caché*;
- D) A experiência da compaixão e o teatro como escola de virtude.

A) A *música imitativa* e a sua relação com a língua

A música imitativa é, para Rousseau, a música de teatro, e tem por seu principal objeto *l'Accent pathétique ou oratoire*, que exprime os sentimentos de que quem fala é agitado e que os comunica àqueles que o escutam. Mas havia que distingui-lo do chamado *Accent universel de la Nature*, “que arranca gritos inarticulados a todos os seres humanos”. Objeto da música não era diretamente este *Accent universel de la Nature*, mas sim *l'Accent de la langue*, o qual engendra a melodia particular a uma nação. Aí residia a causa da maior ou menor musicalidade duma língua nacional. Donde pode inferir-se que a “melodia” duma língua dependia da gama de paixões que nela está incorporada: quanto mais contrastada e matizada na sua entoação expressiva, tanto mais musical. A música só imitava o “acento universal natural” das paixões através da mediação do acento da língua. Neste sentido, a música era – nas palavras de Rousseau – “bem mais a linguagem dos sentidos que a do espírito” (*bien plus le langage des sens que celui de l'esprit*):

“Dêem, portanto, ao Músico muitas imagens ou sentimentos e poucas ideias simples a transmitir; pois só as paixões cantam; o entendimento não faz senão falar.”<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> *Donnez donc au Musicien beaucoup d'images ou de sentiments et peut de simples idées à rendre: car il n'y a que les passions qui chantent; l'entendement ne fait que parler.* – Cf. J.-J. Rousseau, “Dictionnaire de Musique” [1749-1764; publ. Novembre de 1767, Veuve Duchesne, com a data de 1768], in: *Œuvres Complètes*, Paris: Gallimard, 1995: V, 603-1192, aqui p. 616.

Por isso, aquilo a que Rousseau chama *l'Accent rationel*, através do qual o músico reproduz com rigor as ideias do poeta, não é senão uma condição para tornar possível a finalidade da música, pois que “para inspirar aos outros, falando-lhes, o calor de que somos animados, é preciso fazê-los perceber o que dizemos”.<sup>21</sup> Decisivo na música imitativa ou teatral era a capacidade de imitar e comunicar não a dimensão significacional / concetual (ou digital) da língua, mas sim o acento ou substrato emocional desta no ato performativo (analógico) de falar: tratava-se de imitar a música que o exercício da língua trazia incorporada e que era diferente consoante as situações. Por isso, Rousseau designa de *Accent musical* aquele que é “determinado pela espécie de melodia que o músico quer tomar às palavras”. O digital subordinava-se ao analógico. A produção de sentido gerava-se no plano dos usos (emocionais) da língua e não no seu significado convencional.<sup>22</sup> Pressuposto da comunicação era assim, para Rousseau, o modelo de identificação ou empatia, que ocorre na dimensão analógica (a da entoação) e abrange ambos os polos do ato performativo da língua: produtor e recetor.

A música imitativa tomava a dimensão analógica da fala por modelo. Pressupunha-se que tanto o compositor como o ator – um no momento da conceção, o outro no momento da realização cénica – assumiam como seus os estados emocionais da personagem. Em ambos os casos, procedia-se por analogia entre a situação ficcional do discurso e o uso da língua numa situação equivalente da vida real. Na verdade, Rousseau dá como adquirido que “não se acha sangue-frio na linguagem das paixões” e proclama como “uma verdade banal” a necessidade de “estar comovido para comover os outros”. “Génio” – afirma ele – é o artista que, na busca do *Accent pathétique*, é sempre capaz de despertar todos os sentimentos, e cuja “arte” não consiste senão em ser capaz *d'allumer en son propre coeur le feu qu'on veut porter dans celui des autres*.<sup>23</sup> Parece óbvio que Rousseau retoma aqui o princípio da empatia, próprio do génio, tal como já fora formulada por Aristóteles na *Poética*:

---

<sup>21</sup> *Ibid.*: 615-616.

<sup>22</sup> A proximidade entre Ludwig Wittgenstein (o chamado “segundo” Wittgenstein) e Rousseau merece uma investigação aprofundada, que, por agora, deixo de lado.

<sup>23</sup> Rousseau, “Dictionnaire de Musique”, p. 616.

“...dos poetas com o mesmo talento, os mais convincentes são os que sentem as emoções: quem sente fúria transmite fúria e quem está irritado mostra irritação de forma mais realista. Por isso a arte da poesia é própria de génios ou de loucos, já que os génios são versáteis e os loucos deliram.”<sup>24</sup>

O efeito de suscitar a empatia do recetor é, pois, conseguido pelo génio através da sua *arte de sentir*, a qual – voltando a Rousseau – lhe permite “reproduzir as ideias através dos sentimentos, os sentimentos através dos acentos”. Por isso, “as paixões que ele exprime, excita-as ele próprio no fundo dos corações”.<sup>25</sup> *L’art de sentir encore plus précieux que l’art de penser*: tal é o princípio – formulado por Rousseau logo no seu primeiro escrito na *querelle des bouffons* (1752) – que rege a empatia nos dois polos da comunicação, neste caso musical: o do compositor e o do ouvinte.<sup>26</sup> Sem “arte de sentir” do compositor, a “arte de sentir” do ouvinte não se podia exercitar. Sem a empatia de um não se operava a empatia do outro. A empatia igualizava os humanos abolindo as diferenças de casta ou de condição.

Deste modo, a música imitativa (teatral), assim entendida, visava recuperar o que a civilização cindira: a unidade originária de canto e fala, canto e língua, na interação dos seres humanos em estado de natureza. Na verdade, para Rousseau, cantar e falar, no início não se distinguiam entre si. No texto intitulado “L’Origine de la Mélodie”, ao qual é atribuída a data de 1755 e que só foi publicado em 1974,<sup>27</sup> lê-se a certo passo:

“...a modificação da voz a que se chama canto... deve ter nascido e ter-se formado naturalmente com a língua: pois é claro que cada língua ao nascer teve de suprir as articulações menos numerosas por meio de sons mais

---

<sup>24</sup> Aristóteles, *Poética*, 1455a, cf. tradução portuguesa de Ana Maria Valente, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004: 73.

<sup>25</sup> ...il rend les idées par des sentiments, les sentiments par des accens; et les passions qu’il exprime, il les excite au fond des coeurs – Rousseau, *ibid.*: 837.

<sup>26</sup> J.-J. Rousseau, “Lettre à M. Grimm au sujet des remarques ajoutées à sa lettre sur Omphale” [1752], in: *Œuvres Complètes*, vol. V, Paris: Gallimard, 1995: 259-274.

<sup>27</sup> Marie-Élisabeth Duchez atribui a este texto um papel de charneira cronológico e filosófico entre o *Discours sur l’origine de l’inégalité* (1754) e o *Essai sur l’origine des langues*, cf. Rousseau, *Œuvres Complètes*, V, pp. CXXXVII-CXLIV.

modificados, pôr primeiro as inflexões e os acentos no lugar das palavras e das sílabas e tanto mais cantar quanto menos falava”.<sup>28</sup>

Por outras palavras, a melodia nascia com a língua e “enriquecia-se” à custa da “pobreza” inicial desta. Dispondo-se de “poucas palavras” para transmitir “muitas ideias”, era preciso dar-lhes diversos sentidos, “distinguindo-as somente através do tom”. A dificuldade de se fazer entender “não permitia senão dizer coisas interessantes”, e daí que estas fossem ditas “com calor precisamente por serem ditas com dificuldade”. Era “o ardor, o acento, o gesto” que animavam o discurso. Tratava-se de “fazer sentir” mais do que fazer “entender”. Neste sentido, continua Rousseau, a eloquência precedera o *raisonnement* e os humanos tinham começado por ser Oradores e Poetas muito antes de serem filósofos.<sup>29</sup>

Portanto, para Rousseau, a melodia da língua, inerente à *gênese da língua como canto*, era, originariamente, o principal agente produtor de sentido. E era-o num contexto de interação em que a empatia dos interlocutores com o que diziam e com o que ouviam era uma condição *sine qua non* da comunicação. O entendimento dependia essencialmente de “fazer sentir”, isto é, da partilha de estados emocionais. Os sintomas expressivos dos interlocutores no exercício (*performance*) da língua – os quais se configuravam como melodia desta, isto é, como canto, como música – eram os principais constituintes da significação.

Há um passo do romance *Julie ou La Nouvelle Heloïse* (1761) em que esta ideia é lapidarmente formulada por Saint-Preux, numa das suas cartas a Julie:

“Nos acentos da melodia aplicados aos da língua, não me apercebia [ainda então] do poderoso e secreto nexos das paixões com os sons: não via que a

<sup>28</sup> ...modification de la voix qu'on appelle chant... du naturellement naître et se former avec la langue: car il est très claire que chaque langue à sa naissance dut suppléer à des articulations moins nombreuses par des sons plus modifiés mettre d'abord les inflexions et les accents à la place des mots et des sillabes et chanter d'autant plus qu'elle parloit moins – J.-J. Rousseau, “L'Origine de la Mélodie”, *Œuvres Complètes*, Paris, Gallimard, 1995, Tome V, pp. 329-343, aqui p. 332.

<sup>29</sup> Quand on n'avoit que peu de mots pour rendre beaucoup d'idées, il falloit necessairement donner divers sens à ces mots, les composer de diverses manières, leur donner des acceptations diverses que le ton seul distinguoit, employer des tours figurés, et comme la difficulté de faire entendre ne permettoit dire que des choses interessantes, on les disoit avec feu par cela même qu'on les disoit avec peine; la chaleur, l'accent, le geste, tout animoit des discours qu'il falloit plutôt faire sentir qu'entendre. C'est ainsi que l'éloquence précéda le raisonnement et que les hommes furent Orateurs et Poetes longtemps avant d'être Philosophes. – Rousseau, *ibid.*: 333.

imitação dos tons diversos com que os sentimentos animam a voz falante dava, por sua vez, à voz cantante o poder de agitar os corações, e que é o quadro enérgico dos movimentos da alma de quem se faz ouvir que faz o verdadeiro encanto dos que o escutam.”<sup>30</sup>

O facto de Rousseau, por isso mesmo, dar precedência à oratória e à poesia, onde a comunicação se baseia na *arte de sentir*, relativamente à filosofia, onde prevalece o *raisonnement* ou “razão fria”,<sup>31</sup> é particularmente relevante, pois remete diretamente para a sua teoria da comunicação artística e, em particular, músico-teatral, colocando-a também, a meu ver, em linha com a estética de Baumgarten (1750).<sup>32</sup>

De todas as línguas, a Grega era aquela em que o discurso devia ter sido mais semelhante ao canto (333). A francesa seria, pelo contrário, uma daquelas que mais se haviam afastado da unidade originária de fala e canto, aí se manifestando, na perspectiva de Rousseau, o efeito corruptor da sociedade, isto é, a tendência para a duplicidade na interação social. A *civilité*, que Norbert Elias define como paradigma do processo civilizacional – tomando como exemplo a sociedade da corte em França – era precisamente o princípio de todos os males para Rousseau. Pois que, com a *civilité*, instituía-se mais do que nunca a cisão entre as componentes respetivamente digital e analógica da língua, entre a *aparência do que se diz* e a *verdade do que se sente*. O discurso falado tido por civilizado, conforme às boas maneiras, liquidava a empatia no uso (*performance*) da língua. A *melodia da língua* e os *sintomas expressivos* que lhe eram inerentes desapareciam do horizonte da interação por detrás da máscara das convenções sociais ou da etiqueta. Tal era o diagnóstico que Saint-Preux, em *La Nouvelle Héloïse*, fazia da sociedade parisiense:

---

<sup>30</sup> *Je n’appercevois pas dans les accens de la mélodie appliqués à ceux de la langue, le lien puissant et secret des passions avec les sons: je ne voyois pas que l’imitation des tons divers dont les sentimens animent la voix parlante donne à son tour à la voix chantante le pouvoir d’agiter les coeurs, et que l’énérgique tableau des mouvemens de l’ame de celui qui se fait entendre, est ce qui fait le vrai charme de ceux qui l’écotentent.* – Rousseau, “Julie ou La Nouvelle Héloïse...”, p. 132.

<sup>31</sup> Theodor W. Adorno / Max Horkheimer, “Dialektik der Aufklärung – Philosophische Fragmente” [1944], in: Th. W. Adorno, *Gesammelte Schriften*, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1998: III.

<sup>32</sup> Alexander G. Baumgarten, *Ästhetik* [1750], ed. bilingue Latim/Alemão de Dagmar Mirbach, 2 vols., Hamburg: 2007.

“Quando vejo as mesmas pessoas mudar de máximas segundo as Coutadas..., e que essas absurdidades não chocam ninguém, não deverei concluir imediatamente que já ninguém se preocupa aqui nem em ouvir nem em dizer a verdade, e que longe de se querer persuadir os outros quando se lhes fala, nem sequer se procura fazê-los pensar que se crê no que se lhes diz?”<sup>33</sup>

Ao modelo de comunicação músico-teatral que reproduzia esses vícios da sociedade (e como tal denunciado na *Lettre à d’Alembert* e noutros escritos) contrapõe, pois, Rousseau um modelo que pretendia, desde logo, restituir no palco cénico, no plano da *performance* da língua, a unidade originária de canto e fala, isto é, a empatia na comunicação que entretanto se perdera na própria interação social. Não admira, por isso, que na entrada *Opéra*, do *Dicionário de Música*, essa seja apontada como a principal questão a resolver. A língua grega, já de si musical, é aí contraposta às “nossas Línguas, demasiado afastadas do carácter musical”. Assim, enquanto o teatro grego já era uma espécie de ópera – dado o carácter cantado da língua –, no caso da ópera propriamente dita havia que começar por resolver a inadequação do canto à língua, o que exigia “um perfeito conhecimento” da parte musical “acrescentada”, “dos meios de a unir à palavra” e – mais uma vez, em conformidade com o princípio omnipresente da empatia – ainda “das suas relações naturais com o coração humano”.<sup>34</sup>

Considerando, pois, que “toda a Poesia” dos Gregos era Musical “e toda a sua Música declamatória”, “de modo que o seu canto não era senão quase um

---

<sup>33</sup> *Quand je vois les mêmes hommes changer de maximes selon les Coteries..., et que ces absurdités ne choquent personne, ne dois-je pas conclure à l’instant qu’on ne se soucie pas plus ici d’entendre la vérité que de la dire, et que loin de vouloir persuader les autres quand on leur parle, on ne cherche pas même à leur faire penser qu’on croit ce que l’on leur dit? – Cf. Rousseau, “Julie ou La Nouvelle Héloïse”, p. 240.*

<sup>34</sup> *Les Sons de la voix parlante n’étant ni soutenus ni Harmoniques sont innapréciables, et ne peuvent, par conséquent, s’allier agréablement avec ceux de la voix chantante et des Instrumens, au moins dans nos Langues, trop éloignées du caractère musical; car on ne sauroit entendre les passages des Grecs sur leur manière de réciter qu’en supposant leur Langue tellement accentuée que les inflexions du discours dans la déclamation soutenue, formassent entr’elles des Intervalles musicaux et appréciables: ainsi l’on peut dire que leurs Pièces de Théâtre étoient des espèces d’Opera; et c’est pour cela même qu’il ne pouvoit y avoir d’Opera proprement dit parmi eux.*

*Par la difficulté d’unir le Chant au discours dans nos langues, il est aisé de sentir que l’intervention de la Musique comme partie essentielle doit donner au Poème lyrique un caractère différent de celui de la Tragédie et de la Comédie, et en faire une troisième espèce de Drame, qui a ses règles particulières: mais ces différences ne peuvent se déterminer sans une parfaite connoissance de la partie ajoûtée, des moyens de l’unir à la parole, et de ses relations naturelles avec le coeur humain... – Rousseau, “Dictionnaire de Musique”, p. 949.*

discurso sustentado e que eles cantavam realmente os seus versos, tal como o anunciam à cabeça dos seus Poemas”, era certo que “as Tragédias Gregas se recitavam de uma maneira muito semelhante ao Canto”, sabendo-se também que “se faziam acompanhar de Instrumentos e que nelas entravam Coros”.<sup>35</sup> Dir-se-iam uma espécie de “Óperas sem Árias”, dado que “toda a Música grega, sem mesmo excetuar a Instrumental, não era senão um verdadeiro Recitativo”. A diferença, relativamente ao recitativo moderno, era que aquele tinha “muito mais energia”, ao reunir “o encanto dos Sons Musicais a toda a Harmonia da Poesia e a toda a força da declamação”, enquanto este “dificilmente podia aproveitar uma destas vantagens sem o fazer à custa das outras”.<sup>36</sup> A “aplicação da música à palavra” era, neste caso, “muito menos natural”:

“Uma prosódia incerta acordava-se mal com a regularidade do Compasso; sílabas mudas e surdas, articulações duras, Sons pouco brilhantes dificilmente se prestavam à Melodia; e uma Poesia cadenciada unicamente pelo número das sílabas tem uma Harmonia pouco sensível no Ritmo musical, e opõe-se sem cessar à diversidade dos valores e dos movimentos.”<sup>37</sup>

Tais eram as dificuldades a que se tinha procurado responder com a elaboração de uma “língua própria”, dita “lírica” e que era “rica ou pobre” consoante “as doçuras ou a rudeza daquela de que fora extraída”. Como a língua falada não tinha a musicalidade da grega era preciso começar por preparar as palavras para a música – e daí a necessidade de inventar o “poema lírico”.<sup>38</sup>

<sup>35</sup> *En me bornant donc, sur ce sujet, à quelques observations plus historiques que raisonnées, je remarquerai d'abord que les Grecs n'avoient pas au Théâtre un genre lyrique ainsi que nous, et que ce qu'ils appelloient de ce nom ne ressembloit pas au nôtre; comme ils avoient beaucoup d'accent dans leur langue et peu de fracas dans leurs Concerts, toute leur Poésie étoit Musicale et toute leur Musique déclamatoire: de sorte que leur Chant n'étoit presque qu'un discours soutenu, et qu'ils chantoient réellement leurs vers, comme ils l'annonce à la tête de leurs Poèmes; ce qui par imitation a donné aux Latins, puis à nous, le ridicule usage de dire je chante: quand on ne chante point. Quant à ce qu'ils appelloient genre lyrique en particulier, c'étoit une Poésie héroïque dont le style étoit pompeux et figuré, laquelle s'accompagne de la Lyre ou Cithare préférentiellement à tout autre Instrument. Il est certain que les Tragédies Grecques se récitoient d'une manière très semblable au Chant, qu'elles s'accompagnoient d'Instrumens et qu'il y entroit des Choeurs. – Ibid.: 949-950.*

<sup>36</sup> *Ibid.*: p. 950.

<sup>37</sup> *Une prosodie incertaine s'accorde mal avec la regularité de la Mesure; des syllabes muettes et sourdes, des articulations dures, des Sons peu éclatants et moins variés se prêtent difficilement à la Mélodie; et une Poésie cadencée uniquement par le nombre des syllabes prend une Harmonie peu sensible dans le Rhythme musical, et s'oppose sans cesse à la diversité des valeurs et des mouvemens. – Ibid.*: p. 950.

<sup>38</sup> *Ibid.*: p. 950.

A outra questão a resolver dizia respeito à música em si: como aplicá-la à palavra (a essa palavra já previamente preparada para uma utilização musical), como torná-la, na cena lírica, tão própria ou adequada que o todo pudesse ser “tomado por um único e mesmo idioma”. Para tanto, instituía-se “a necessidade de cantar sempre para parecer falar sempre” – necessidade tanto maior quanto menor era a musicalidade da língua. Em vez da alternância – “dura” e “chocante” para o ouvido – entre canto e palavra, o *discours en Chant* passara a substituir inteiramente o *discours en récit*.<sup>39</sup> Na entrada *Récitatif*, para a qual Rousseau, aliás, remete, precisa-se melhor esta sua ideia. Definindo-o como “uma maneira de Canto que se aproxima muito da palavra, uma declamação em Música em que o Músico tem de imitar tanto quanto possível as inflexões de voz do Declamador”, logo acrescenta que a “perfeição” do recitativo “depende muito do caráter da Língua”:

“...quanto mais a língua é acentuada e melodiosa, tanto mais o *Recitativo* é natural e se aproxima do verdadeiro discurso: ele não é senão o Acento notado [isto é, vertido em notação musical] numa Língua verdadeiramente musical; mas numa língua pesada, surda e sem acento, o *Recitativo* não é senão canto, gritos, Salmódia; já não se reconhece nele a palavra. Assim, o melhor Recitativo é aquele em que se canta menos.”<sup>40</sup>

Da conciliação entre estes dois passos resulta claramente que a necessidade de substituir inteiramente o *discours en récit* pelo *discours en Chant* era o compromisso a que se tinha de chegar nas línguas “menos musicais”, nas quais, ou se fala, ou se canta. Neste caso, para não destruir a verosimilhança no drama lírico, era necessário evitar a passagem brusca da fala (palavra privada de musicalidade) ao canto, e era para isso que serviam os recitativos, em que a palavra era modificada pela música, tornando-se compatível com as “árias” ou os “cantos” propriamente ditos, na sua alternância com estes. Pelo contrário, numa língua

---

<sup>39</sup> *Ibid.*: p. 950-951.

<sup>40</sup> ... plus la Langue est accentuée et mélodieuse, plus le Récitatif est naturel, et approche du vrai discours: il n'est que l'Accent noté dans une Langue vraiment musicale; mais dans une Langue pesante, sourde et sans accent, le Récitatif n'est que du chant, des cris, de la Psalmodie; on n'y reconnoît plus la parole. Ainsi le meilleur Récitatif est celui où l'on chante le moins. – *Ibid.*: 1007-1008.

musical, como a Grega, esse problema não existia pois toda a poesia já era um recitativo, não era necessário inventá-lo.<sup>41</sup>

Note-se que, num estudo já clássico sobre “Música e Língua” (1954), o musicólogo grego Thrasybulos Georgiades se refere ao caráter musical do Grego antigo em termos claramente convergentes com Rousseau:

“Para os Gregos a música existia sobretudo em verso. O verso grego era uma realidade linguística e ao mesmo tempo musical. [...] A estrutura musical-rítmica era desde logo totalmente fixada pela própria língua. Não havia margem para uma composição musical-rítmica própria; nada podia ser acrescentado ou modificado. A palavra grega tinha um corpo sonoro fixo; tinha uma vontade musical própria. Cada uma das sílabas não era nem extensível nem encurtável. Elas eram, de origem, longas ou curtas. O falante tinha de as sentir forçosamente como corpos fixos e inflexíveis.”<sup>42</sup>

A ideia de Rousseau de que a poesia grega já era em si mesmo um recitativo afigura-se-me ter também confirmação no estudo de Georgiades, que fala, a este respeito, de uma “rítmica quantitativa” (“*Quantitätsrhythmik*”), no sentido em que “a estruturação do tempo” se realiza, não “através do compasso”, não “através de um tempo já pré-estruturado”, mas sim através da “livre ocorrência” dos elementos singulares: são estes que dessa maneira “preenchem” e “simultaneamente estruturam um tempo até esse momento completamente por configurar”. Em vez duma “separação entre estruturação temporal (compasso, sistema de acentuação) e seu preenchimento (através de diferentes durações notadas)”, o princípio rítmico do Grego antigo assentava num tempo intrinsecamente *realizado*. Só com as transformações que começaram a ocorrer a partir do século IV a. C.,

---

<sup>41</sup> Il suffisoit d’y ajoûter la Cadence du Mètre et de la Récitation soutenue, pour rendre cette Récitation tout à fait musicale; d’où vient que ceux qui versifioient appelloient cela chanter. – *Ibid.*: 1008.

<sup>42</sup> Für die Griechen existierte die Musik vor allem im Vers. Der griechische Vers war eine sprachliche und gleichzeitig eine musikalische Wirklichkeit. [...] Die musikalisch-rhythmische Struktur wurde schon durch die Sprache restlos festgelegt. Es blieb kein Raum für eine eigene musikalisch-rhythmische Vertonung; es konnte nichts hinzugefügt oder abgeändert werden. Das griechische Wort hatte einen festen Klangleib; es hatte einen musikalischen Eigenwillen. Die einzelnen Silben waren weder dehnbar noch verkürzbar. Sie waren von Hause aus Lang oder kurz. Der Sprecher mußte sie wie feste, unschmiegsame Körper empfinden. – Cf. Thrasybulos G. Georgiades, *Musik und Sprache: Das Werden der abendländischen Musik*, 4.<sup>a</sup> ed., Darmstadt, WBG, 2009: 4-5.

no decurso das quais se perdeu a configuração rítmico-musical fixa, é que emergiu a chamada “prosa” e se abriu caminho à possibilidade de introdução duma estrutura de acentuação, a qual, por sua vez, daria origem à poesia no sentido ulterior do termo.<sup>43</sup>

Compatível com a abordagem de Rousseau é também a explicação dada por Georgiades para o termo originário *musiké* e a sua sobrevivência na designação daquilo a que veio a chamar-se *música*. Designando as palavras *musiké* e *música* “coisas diferentes”, na medida em que a primeira pressupõe a *unidade* e a segunda a *separação* entre música e língua falada, certo é – diz Georgiades – que, na palavra *música*, a sua “identidade etimológica” (o significante) remete para a origem desta (para “a continuidade espiritual de Homero até aos nossos dias”), enquanto a sua “mudança de significado” (*Bedeutungswandel*) remete para o que nos separa dela. A palavra música transportaria assim “a recordação da origem histórica comum” de poesia e música e “a saudade que uma tem da outra”, saudade que as impele “a completarem-se mutuamente”<sup>44</sup>: Uma formulação que é, a meu ver, convergente com as ideias desenvolvidas por Rousseau no *Essai sur l’origine des langues*, onde a perda da *presença* na comunicação – isto é, a perda duma língua originária que era ainda essencialmente canto, não-articulada, anterior a qualquer convenção signíca – é central no diagnóstico da sociedade e dos seus vícios. A *civilité* instituiria-se na base da dicotomia entre *palavra* e *entoação*, por sua vez inerente à duplicidade nas relações sociais, à dissociação entre o *eu* e a *máscara*.<sup>45</sup>

## B) A ilusão cénica

No *Dicionário de Música*, a ópera é definida como um “espetáculo dramático e lírico em que se procura reunir todos os encantos das belas artes na

---

<sup>43</sup> *Ibid.*: 5-6.

<sup>44</sup> *Ibid.*: 7.

<sup>45</sup> Deixo, por agora, de lado, um estudo aprofundado da posição de Rousseau, que terá de levar em conta a sua leitura por Derrida. Cf. J.-J. Rousseau, “Essai sur l’origine des langues” [1755? Publicação póstuma em 1781] in: *Oeuvres Complètes*, Paris: Gallimard, 1995: V, 371-429; Jacques Derrida, *De la Grammatologie*, Paris, Les Editions de Minuit, 1967.

representação de uma ação apaixonada, para excitar, com a ajuda de sensações agradáveis, o interesse e a ilusão.” A ilusão era o efeito do todo, isto é, o efeito do poema, da música e da cenografia reunidos para “comover o coração e levar-lhe a mesma impressão simultaneamente por diversos órgãos” (respetivamente, “o espírito”, “o ouvido” e “os olhos”). Rousseau enfatiza, porém, na ópera, a relação que a poesia e a cenografia (*Décoration*) devem ter com a música.<sup>46</sup> Com efeito, segundo Rousseau, a música tinha-se tornado “uma terceira Arte de imitação”, adquirindo uma “linguagem”, uma “expressão” e um imaginário (*tableaux*) próprios, “independentes da Poesia”: “Mesmo a Sinfonia aprendeu a falar sem o socorro das palavras, e muitas vezes não saíam sentimentos menos vivos da orquestra do que da boca dos Atores”.<sup>47</sup>

Neste enunciado está implícita a emergência do *musicus poeticus* por volta de 1600, coincidindo com o nascimento da ópera, e dando origem a uma retórica musical. É o que parece resultar da conjugação desta entrada com a definição de *Musique* simplesmente como *Art de combiner les Sons d’une manière agréable à l’oreille*,<sup>48</sup> mas depois extensamente problematizada no quadro duma retrospectiva histórica. Rousseau introduz aí a distinção entre música *natural* e música *imitativa*:

“A primeira [*natural*], limitada à física dos Sons e não agindo senão sobre a sensação não leva as suas impressões ao coração, e pode dar somente sensações mais ou menos agradáveis. Tal é a *Música* das Canções, dos Hinos, dos Cânticos, de todos os Cantos que não são senão combinações de Sons Melodiosos e em geral toda a *Música* que não é senão Harmoniosa.

A segunda [*imitativa*], por meio de inflexões vivas acentuadas e, para assim dizer, falantes, exprime todas as paixões, pinta todos os quadros, representa todos os objetos, submete a Natureza inteira às suas sábias imitações e leva assim até ao coração do homem sentimentos próprios a comovê-lo. Esta *Música* verdadeiramente lírica e teatral era a dos antigos Poemas e é, nos

<sup>46</sup> Cf. Rousseau, “Dictionnaire de Musique”, p. 948.

<sup>47</sup> *La Symphonie même apprit à parler sans le secours des paroles, et souvent il ne sortoit pas de sentimens moins vifs de l’Orchestre que de la bouche des Acteurs* – *ibid.*: 953.

<sup>48</sup> *Ibid.*: 915.

nossos dias, aquela que a gente se esforça de aplicar aos Dramas que se executam em Canto nos nossos Teatros. É só nesta *Música*, e não na Harmónica, ou natural, que se deve procurar a razão dos efeitos prodigiosos que ela outrora produzia. Enquanto procurarmos efeitos morais unicamente na física dos Sons, não os encontraremos de todo [a esses efeitos] e não nos entenderemos na discussão.”<sup>49</sup>

Assim, pode inferir-se que a “música natural” é, para Rousseau, aquela que mais próxima estava da tradição pitagórica acolhida por Boécio: música como disciplina matemática ao lado de outras que constituíam o *quadrivium*. Certos géneros ou práticas musicais permaneciam, segundo Rousseau, ainda vinculados a essa tradição. Pelo contrário, a música a que ele chama “imitativa” resultava da sua aproximação ao exercício da língua ou da linguagem, isto é: à Gramática, à Retórica e à Lógica ou Dialética (disciplinas do *trivium*). Rousseau parece inspirar-se aqui em Vincenzo Galilei, no seu *Dialogo della musica antica, e della moderna* (1581), onde a ênfase nessa ideia de música é apresentada sob a forma de recuperação das práticas musicais da Grécia antiga. A música tinha nascido “para exprimir com maior eficácia os conceitos da mente [humana] na celebração dos Deuses, dos Génios e dos heróis” e essa seria a “origem desta nossa [música] a várias vozes” (*origine di questa nostra à piu voci*). Mas, além de “exprimi-los”, a música devia também “imprimi-los com igual força nas mentes dos mortais para seu benefício e vantagem” (*imprimirgli secondariamente com pari forza nelle menti de mortali per utile e comodo loro*).<sup>50</sup> Eis precisamente onde falhavam “os modernos contrapontistas”, segundo Galilei.

<sup>49</sup> *La première [naturelle], bornée au seul physique des Sons et n’agissant que sur le sens, ne porte point ses impressions jusqu’au coeur, et ne peut donner que des sensations plus ou moins agréables. Telle est la Musique des Chansons, des Hymnes, des Cantiques, de tous les Chants qui ne sont que des combinaisons de Sons Mélodieux, et en général toute Musique qui n’est qu’Harmonieuse.*

<sup>50</sup> *La seconde [imitative], par des inflexions vives accentuées, et, pour ainsi dire, parlantes, exprime toutes les passions, peint tous les tableaux, rend tous les objets, soumet la Nature entière à ses savantes imitations, et porte ainsi jusqu’au coeur de l’homme des sentiments propres à l’émouvoir. Cette Musique vraiment lyrique et théâtrale étoit cela des anciens Poèmes, et c’est de nos jours celle qu’on s’efforce d’appliquer aux Drames qu’on exécute en Chant sur nos Théâtres. Ce n’est que dans cette Musique, et non dans l’Harmonique ou naturelle, qu’on doit chercher la raison des effets prodigieux qu’elle a produits autrefois. Tant qu’on cherchera des effets moraux dans le seul physique des Sons, on ne les trouvera point et l’on raisonnera sans s’entendre. – Ibid.: 918.*

<sup>50</sup> *Della musica antica, et della moderna*, Dialogo di Vincentio Galilei Nobile Fiorentino, 1581: 81.

Demasiado preocupados com as “regras” e com a exibição dos artifícios, preferiam essa “ridícula maneira” de compor a “exprimir os conceitos das palavras com a paixão por eles requerida”.<sup>51</sup> Mesmo os mais famosos contrapontistas pareciam nem sequer saber ler e entender os textos que utilizavam, e essa era uma das “causas poderosíssimas” para o facto de a “música de hoje não operar nos auditores qualquer dos efeitos virtuosos e admiráveis que a antiga operava”.<sup>52</sup>

E quais eram esses “efeitos maravilhosos” (como diz Galilei) ou “efeitos prodigiosos” e “morais” (como escreve Rousseau) que a música antiga operava? Vincenzo Galilei enumera os seguintes:

“Conservava o pudor (*pudicitia*); fazia mansos os ferozes; dava ânimo aos pusilânimes; tranquilizava os espíritos perturbados; aguçava os engenhos; enchia as almas (*animi*) de divino furor; aplacava as discórdias nascidas entre os povos; gerava nos homens um hábito de bons costumes; restituía o ouvido aos surdos; reavivava os espíritos dementes; expulsava a pestilência; tornava alegres e divertidas as almas oprimidas; fazia castos os lascivos; aplacava os espíritos malignos; curava as mordeduras das serpentes; acalmava os enfurecidos e ébrios; afastava o tédio provocado pelos tratamentos e trabalhos gravosos; e com o exemplo de Árion podemos por fim dizer (deixando de parte muitos outros similares) que ela salvava os homens da morte...”<sup>53</sup>

<sup>51</sup> & che sia vero che hoggi non si pensi cosa del mondo d’esprimere i concetti delle parole con quell’affetto che essi ricercano, si non in quella ridicola maniera che si dirà poco di sotto. – Ibid.: 85.

<sup>52</sup> ...senza altramente pensare all’espressione del concetto & senso delle parole; & se mi fussi lecito vorrei con piu essempli d’autorità mostrarui, che tra i piu famosi Contrapuntisti di questo seculo vene sono di quelli che non le sanno ne anco leggere, non che intendere, l’inconsideratione & ignoranza di che, è vna delle cagioni potentissime, che la musica d’hoggi non operi negli vditori alcuni di quelli virtuosi e mirabili effetti che l’antica operaua. – Ibid.: 85-86.

<sup>53</sup> (Effeti marauigliosi che l’antica Musica operaua) Conseruaua la pudicitia; faceua mansueti i feroci; inanimaua i pusillanimi; quietaua gli spiriti perturbate; inacutiua gli ingegni; empieua gli animi di diuino furore; racchetaua le discordie natte tra i popoli; generaua negli huomini vn’habito di buon costumi; restituuiua l’vdito à sordi; rauuiua i spiriti smarriti; scacciaua la pestilenza; rendeuua gli animi oppressi, lieti & giocondi; faceua casti i lussoriosi; racchetaua i maligni spiriti; curaua i morsi de’serpenti; mitigaua gli infuriati, & ebbri; scacciaua la noia presa per le graui cure, & fatiche; & con l’esempio d’Arione possiamo vltimamente dire (lasciandone da parte molti altri simili) che ella liberaua gli huomini dalla morte... – Ibid.: 86.

A todos estes exemplos está subjacente a empatia na experiência da música – assim entendida na sua relação com a linguagem. A referência a Árion que, com o seu canto acompanhado pela cítara, é salvo de morrer afogado pelos golfinhos que o transportam no seu dorso, reforça ainda mais essa dimensão, pois é o próprio Galilei quem fala da compaixão (*compassione*) neles suscitada pela música. Pelo contrário, os “excessivos artifícios” usados “com tanta indústria” pelos contrapontistas constituíam “sumo impedimento a comover o ânimo com qualquer paixão” (*sommo impedimento à commouere l’animo ad affettione alcuna*).<sup>54</sup> A *música imitativa*, para Rousseau era, pois, a que surgira da chamada *seconda pratica* em finais do século XVI e cuja teoria é, como vimos, formulada em Galilei como um regresso ao passado: à Grécia antiga. Mas Rousseau vai mais longe do que Galilei ao afirmar – relembro – que a música se tinha tornado “uma terceira Arte de imitação”, adquirindo uma “linguagem”, uma “expressão” e um “imaginário” próprios, “independentes da poesia”. Ou seja: a música não só recomeçara a articular-se com a linguagem como também se tornara ela própria linguagem: *musica poetica*, termo usado pela primeira vez por Nicolaus Listenius nos seus *Rudimenta Musicae* (Wittenberg, 1533). No entanto, deve-se a Joachim Burmeister, no seu tratado de *Musica Poetica* (Rostock, 1606) o estabelecimento dos princípios duma “retórica musical” decalcada das figuras de retórica usadas na oratória. A partir de então, os elencos cada vez mais elaborados de paixões ou afetos têm a sua contrapartida nas figuras de retórica musical que tratadistas e compositores vão apurando ao longo dos séculos XVII e XVIII até se chegar ao ponto em que, como diz Rousseau, a própria música instrumental (“a sinfonia”, nas palavras dele) “aprendeu a falar sem o socorro das palavras”.

Importa assinalar este poder de imitação que Rousseau reconhece na música instrumental autónoma. É um ponto em que ele parece divergir claramente duma tradição que remontava a Platão e decerto ainda subjacente ao discurso de Vincenzo Galilei. Com efeito, para Platão, o justo juízo sobre qualquer arte de representação, incluindo a música, exigia, como critério da *imitação do belo* “um conhecimento do original, em segundo lugar um conhecimento da retidão da cópia e em terceiro um conhecimento da excelência com a qual a cópia é

---

<sup>54</sup> *Ibid.*: 87.

executada” (669b).<sup>55</sup> Por isso, segundo Platão, a música, só por si, nada podia imitar, pois não podia estabelecer-se qualquer relação entre os seus ritmos e *harmonias* e um “original digno de nota”. A flauta ou a cítara sozinhas nada mais podiam oferecer senão “velocidade”, “precisão mecânica” e, como *imitação*, apenas a dos “sons dos animais”.<sup>56</sup> Daí que Platão considerasse a música instrumental autónoma obra de “charlatão” ou “indivíduo vulgar”. Só associada à palavra é que a música podia ser avaliada como *imitação do belo*. Sem *designação* do imitado não podia haver imitação (700b).<sup>57</sup>

Ora é esta tradição platónica, e não o reconhecimento de que a “sinfonia” ou música instrumental se tornou ela própria uma “arte de imitação” autónoma, que Rousseau claramente retoma na entrada *Sonate* do *Dicionário*:

“A música puramente Harmónica é pouca coisa; para agradar constantemente, e evitar o tédio, ela tem de elevar-se à categoria das Artes de imitação; mas a sua imitação não é sempre imediata como as da Poesia e da Pintura; a palavra é o meio pelo qual a Música determina mais frequentemente o objeto de que ela nos oferece a imagem, e é pelos sons tocantes da voz humana que esta imagem desperta no fundo do coração o sentimento que ela aí deve produzir. Quem não sentirá quão longe está dessa energia a mera Sinfonia em que só se busca fazer brilhar o Instrumento? [...] A Sinfonia anima o Canto e intensifica a sua expressão, mas não se lhe substitui. Para saber o que querem dizer todos estes montes de Sonatas que nos submergem, seria preciso fazer como o Pintor grosseiro que era obrigado a escrever por baixo das suas figuras: *isto é uma árvore, isto é um homem, isto é um cavalo*. Nunca esquecerei o

<sup>55</sup> Platão, *As Leis* (texto integral), vol. I, Bauru SP, Edipro, 1999, p. 126.

<sup>56</sup> *Ibidem*, pp. 126-127. Sobre os instrumentos musicais gregos, cf. Aires Manuel Rodeia dos Reis Pereira, *A Mousiké: Das Origens ao Drama de Eurípedes*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 167-242.

<sup>57</sup> Designação do imitado que, por outro lado, não era separável do contexto pragmático dos usos da música e, portanto, dos géneros musicais em que esta se diferenciava: as preces aos deuses ou hinos, as endechas ou trenos, os péans, os ditirambos, os nomos (700b). Por isso, Platão condenava a confusão de géneros, estilos e instrumentos que vinha observando e que atribuía ao facto de os próprios músicos se terem deixado possuir pelo prazer e não se orientarem senão também “pelo prazer do ouvinte”, fosse ele “um homem bom ou mau” – isto é, praticarem a música, “como uma coisa sem qualquer padrão de retidão” (700e). Cf. Platão, *As Leis*, I, 167-168. Cf. ainda a este respeito, Mário Vieira de Carvalho, “*Ethos e Pathos* na experiência da música”, in: *Emoções e Crime – Filosofia, Ciência, Arte e Direito Penal* (coord. Maria Fernanda Palma, Augusto Silva Dias, Paulo Sousa Mendes), Coimbra, Almedina, 2013: 275-300.

desabafo do célebre Fontenelle, que achando-se atormentado por estas intermináveis Sinfonias, gritou bem alto num transporte de impaciência: *Sonata, que queres de mim?*<sup>58</sup>

Significa isto que a ilusão e a empatia se reforçavam mutuamente através da *unidade de música e poesia* no sentido atrás referido. O que remetia, mais uma vez, para a questão da língua, pois quanto menos aparente fosse a “duplicidade” de canto e fala na língua usada, tanto mais fácil era conservar na ópera a unidade de música e poesia. Não admira, por isso, que todos os exemplos de reformas dados por Rousseau fossem de ópera italiana, e não de ópera francesa. Mas, sempre que a música, por via do desenvolvimentos dos seus recursos se fazia notar a ponto de avançar sozinha (*marcher seule*) e “desdenhar a Poesia”, então todo o dispositivo da ilusão se desagregava. O ator, seguindo o exemplo do compositor, sacrificava, por sua vez, o gesto e a ação teatral ao canto e ao brilho vocal, enquanto o espectador, desligado da ação representada, incentivava ainda mais as exhibições virtuosísticas. Em vez de consistir na representação de uma peça, o espetáculo transformava-se num concerto.<sup>59</sup>

As duas formulações aparentemente contraditórias de Rousseau – por um lado, a de que a sinfonia aprendeu a falar sem o recurso das palavras e, por outro, a de que a música só ascende à categoria de arte de imitação quando se associa à palavra e à voz humana – são, porém, conciliáveis se atentarmos em que, no primeiro caso, ele se refere ao papel da *música imitativa* no Teatro e, no segundo caso, às

---

<sup>58</sup> *La Musique purement Harmonique est peu de chose; pour plaire constamment, et prévenir l'ennui, elle doit s'élever au rang des Arts d'imitation; mais son imitation n'est pas toujours immédiate comme celles de la Poésie et de la Peinture; la parole est le moyen par lequel la Musique détermine le plus souvent l'objet dont elle nous offre l'image, et c'est par les Sons touchans de la voix humaine que cette image éveille au fond du coeur le sentiment qu'elle y doit produire. Qui ne sent combien la pure Symphonie dans lequel on ne cherche qu'à faire briller l'Instrument, est loin de cette énergie? [...] La Symphonie anime le Chant, et ajoute à son expression, mais elle n'y supplée pas. Pour savoir ce que veulent dire tous ces fatras de Sonates dont on est accablé, il faudroit faire comme ce Peintre grossier qui étoit obligé d'écrire au-dessous de ses figures: c'est un arbre, c'est un homme, c'est un cheval. Je ne oublierai jamais la saillie du célèbre Fontenelle, qui se trouvant excédé de ces éternelles Symphonies, s'écria tout haut dans un transport d'impatience: Sonate, que me veux-tu? (Rousseau, “Dictionnaire de Musique”, p. 1060).*

<sup>59</sup> *Après avoir essayé et senti ses forces, la Musique en état de marcher seule, commence à dédaigner la Poésie qu'elle doit accompagner, et croit en valoir mieux en tirant d'elle même les beautés qu'elle partageoit avec sa compagne.... Alors le Musicien, s'il a plus d'Art que le Poëte, l'efface et le fait oublier: l'Acteur voyant que le Spectateur sacrifie les paroles à la Musique, sacrifie à son tour le geste en l'action théâtrale au Chant et au brillant de la voix; ce qui fait tout-à-fait oublier la Pièce, et change le Spetacle en un véritable Concert. – Ibid.: 955.*

formas da música instrumental considerada autonomamente – isto é, às formas por ele subsumidas no conceito de *música natural*. Acresce que Rousseau não nega em absoluto à música instrumental a faculdade de imitar: afirma que “a sua imitação não é *sempre* imediata” e que a palavra “determina *mais frequentemente* o objeto” representado pela música (sublinhados meus). Rousseau não exclui, portanto, que haja situações em que a música instrumental – a “sinfonia” – possa, só por si, *imitar*. Tais situações ocorrem frequentemente no teatro, são inerentes à ópera, onde a música aparece sempre associada, ora à poesia, ora à pintura, ora a ambas simultaneamente. O contexto da representação, a ação e os eventos cénicos constituem o terreno comum de comunicação que permite ao espectador captar a produção de sentido pela música, mesmo quando esta não é acompanhada de palavras. Aquilo que se torna então determinante para que a *mimesis* ocorra não é a designação do objeto que seria operada pela palavra (neste caso ausente), mas sim o *gesto de apontar* que se infere da representação no seu todo. É através de *sintomas contextuais*, que decorrem da associação da “sinfonia” a elementos visuais (local da ação, transformações cénicas), ou através de *sintomas expressivos*, de que a “sinfonia” é portadora na sua relação com as paixões das personagens, que o *gesto de apontar* e, conseqüentemente, a *mimesis* se operam. A entrada *Acteur* do *Dicionário* parece-me, a este respeito, muito esclarecedora, pois põe em evidência como a “sinfonia” funciona como “arte de imitação” essencial para que a ilusão se produza:

“Não basta ao *Ator* de Ópera ser um excelente Cantor, se ele não for também excelente na Pantomima; pois que não deve fazer sentir somente o que ele próprio diz, mas também o que faz dizer à Sinfonia. A Orquestra não dá um sentimento que não deva sair da sua alma; os seus passos, o seu olhar, os seus gestos, tudo deve concordar sem cessar com a Música, sem parecer contudo que ele se preocupa com isso; deve interessar sempre, mesmo guardando silêncio; e, ocupando-se embora de um papel difícil, se se esquecer por um instante da Personagem para se ocupar do Cantor, não será senão um Músico em Cena; já não será *Ator*.”<sup>60</sup>

---

<sup>60</sup> *Il ne suffit pas à l'Acteur d'Opéra d'être un excellent Chanteur, s'il n'est encore un excellent Pantomime; car il ne doit pas seulement faire sentir ce qu'il dit lui-même, mais aussi ce qu'il laisse dire à la Symphonie. L'Orchestre ne rend pas un sentiment qui ne doive sortir de son ame; ses pas, ses regards, son geste, tout doit s'accorder sans cesse avec*

Deste modo, cabia ao ator ser capaz de interpretar os sintomas expressivos também da música puramente instrumental e incorporá-los na representação da personagem. O ator nunca podia sair da personagem mesmo quando só a “sinfonia” se fazia ouvir. Tal era um dos pressupostos fundamentais da ilusão.

Considerada deste ponto de vista na ópera, a música tornava-se não só uma “arte de imitação” mas até a “arte de imitação” por excelência, como resulta da entrada *Imitation* do *Dicionário*. A “Música dramática ou teatral”, lê-se aí, concorria para a imitação tal como a poesia e a pintura, mas a imitação não tinha, nas três artes, o mesmo alcance:

“Tudo o que a imaginação pode representar-se é da alçada da Poesia. A Pintura, que não oferece os seus quadros à imaginação, mas ao sentido e a um só sentido, só pinta os objetos submetidos à vista. A Música deveria ter aparentemente as mesmas limitações com referência ao ouvido; no entanto, ela pinta tudo, mesmo os objetos que não são visíveis; por magia quase inconcebível ela parece pôr o olho no ouvido, e a maior maravilha duma Arte que não age senão pelo movimento é de ser capaz de formar através dele até mesmo a imagem do repouso. A noite, o sono, a solidão e o silêncio pertencem ao número dos grandes quadros da Música. Sabe-se que o ruído pode produzir o efeito do silêncio, e o silêncio o efeito do ruído; como quando se adormece devido a uma leitura igual e monótona, e se desperta no instante em que ela cessa. Mas a Música age mais intimamente sobre nós, excitando por meio de um sentido afetos semelhantes àqueles que podem ser excitados por outro; e como a relação só pode ser sensível quando a impressão seja forte, a Pintura, privada desta força, não pode dar à Música as *Imitações* que esta tira dela. Ainda que a Natureza inteira esteja adormecida, quem a contempla não dorme, e a arte do Músico consiste em substituir a imagem sensível do objeto pela dos movimentos que a sua presença excita no coração do Contemplador. Não só ela agitará o Mar, animará a chama de um incêndio, fará correr os ribeiros, cair a chuva e engrossar as torrentes; mas pintará o horror de um

---

*la Musique, sans pourtant qu'il paroisse y songer; il doit intéresser toujours, même en gardant le silence, & quoiqu'occupé d'un rôle difficile, s'il laisse un instant oublier le Personnage pour s'occuper du Chanteur, ce n'est qu'un Musicien sur la Scène; il n'est plus Acteur. – Ibid.: 637.*

deserto medonho, tornará sombrios os muros duma prisão subterrânea, acalmará a tempestade, tornará o ar tranquilo e sereno, e fará soprar da Orquestra uma frescura nova sobre os arvoredos. Não representará diretamente estas coisas, mas excitará na alma os mesmos movimentos que experimentamos ao vê-los.”<sup>61</sup>

Na teoria da ópera de Rousseau a música imitativa é assim apresentada como o fator fundamental da ilusão. A *mimesis* operava, através dela, *não como descrição ou representação direta de imagens ou ações cênicas*, mas sim como *dispositivo de indução dos sentimentos, paixões ou afetos* com que era suposto o espectador contemplá-las. A ilusão resultava essencialmente, para Rousseau, da empatia com um certo e determinado afeto, um certo e determinado estado emocional, que a música gerava no espectador, proporcionando desse modo, como “por magia”, a ilusão. Ou seja: *a ilusão não estava, afinal nas palavras, nem no aparato cênico, estava sim na experiência íntima do espectador suscitada pela música.*<sup>62</sup>

No entanto, as reformas ocorridas na Poesia e na Pintura não deixavam de ser também de extrema relevância para o aperfeiçoamento da ilusão. Rousseau sublinha, entre essas reformas, o abandono do “maravilhoso” para dar lugar à

---

<sup>61</sup> *Tout ce que l'imagination peut se représenter est du ressort de la Poésie. La Peinture, qui n'offre point ses tableaux à l'imagination, mais au sens et à un seul sens, ne peint que les objets soumis à la vue. La Musique sembleroit avoir les mêmes bornes par rapport à l'ouïe; cependant elle peint tout, même les objets qui ne sont que visibles; par un prestige presque inconcevable, elle semble mettre l'oeil dans l'oreille, et la plus grande merveille d'un Art qui n'agit que par le mouvement, est d'en pouvoir former jusqu'à l'image du repos. La nuit, le sommeil, la solitude et le silence entrent dans le nombre des grands tableaux de la Musique. On sait que le bruit peut produire l'effet du silence, et le silence l'effet du bruit; comme quand on s'endort à une lecture égale et monotone, et qu'n s'éveille à l'instant qu'elle cesse. Mais la Musique agit plus intimement sur nous en excitant, par un sens, des affections semblables à celles qu'on peut exciter par un autre; et comme le rapport ne peut être sensible que l'impression ne soit forte, la Peinture dénuée de cette force ne peut rendre à la Musique les Imitations que celle-cie tire d'elle. Que toute la Nature soit endormie, celui qui la contemple ne dort pas, et l'art du Musicien consiste à substituer à l'image sensible de l'objet celle des mouvements que sa présence excite dans le coeur du Contemplateur. Non-seulement il agitera la Mer, animera la flamme d'un incendie, fera couler les ruisseaux, tomber la pluie et grossir les torrens; mais il peindra l'horreur d'un desert affreux, rembrunira les murs d'une prison souterraine, calmera la tèmpe, rendra l'air tranquille et serein, et répandra de l'Orchestre une fraîcheur nouvelle sur les boccages. Il ne représentera pas directement ces choses, mais il excitera dans l'ame les mêmes mouvements qu'on éprouve en les voyant. – Ibid.: 860-861. Deixo de lado, por agora, a contraposição entre Harmonia e Melodia que Rousseau faz no final desta entrada e que teria de ser enquadrada no contexto da sua polémica com Rameau.*

<sup>62</sup> Antecipando as conclusões finais deste ensaio, surpreendemos nesta formulação um enunciado que se poderia aplicar literalmente à função da música na ilusão cinematográfica.

busca da “imitação da Natureza” através de “quadros mais interessantes e verdadeiros”. Sem essa dupla mudança – os desenvolvimentos operados na música como linguagem (ou arte de imitação) e o abandono do maravilhoso – não se teria progredido na ilusão:

“Assim, desde que a Música aprendeu a pintar e a falar [isto é: se tornou *música imitativa*], os encantos do sentimento em breve fizeram desprezar os da vara [aparato cénico], o Teatro foi purgado do jargão da Mitologia, o interesse substituiu o maravilhoso, as máquinas dos Poetas e as dos Carpinteiros foram destruídas, e o Drama lírico tomou uma forma mais nobre e menos gigantesca. Tudo o que pode comover o coração foi aí usado com êxito, deixou de ser necessário encantar por entes de imaginação, ou antes de loucura, e os Deuses foram expulsos da Cena quando nela se soube representar os humanos. Esta forma mais sábia e mais regular achou-se também a mais adequada à ilusão...”<sup>63</sup>

Daí que Rousseau condenasse a “pompa” da cenografia, que também destruíra a ilusão. No género épico, o “maravilhoso” até tinha o seu lugar, pois quem se encarregava da “execução” era a “imaginação” excitada pelo narrador, mas nos teatros nem “o talento do melhor maquinista” nem “a magnificência do mais poderoso rei” podiam competir com a imaginação.<sup>64</sup>

No mesmo sentido, e por contraste com “a simples Tragédia”, banira-se também do “Drama lírico” tudo quanto era “frio ou *raisonné*”, tudo quanto “o espectador pudesse escutar com tranquilidade bastante para refletir sobre o absurdo do que ouvia”. A “linguagem do coração” (*langage du coeur*) fora expurgada de “tudo quanto fala somente à razão”, dos “jogos de espírito, dos “Madrigais”, do que não passa de meras “ideias” (*pensées*). Evitava-se até mesmo o tom da “simples *galanterie*”, por quadrar mal com as “grandes paixões”, prejudicando o efeito

---

<sup>63</sup> *Aussi dès que la Musique eut appris à peindre et à parler [musique imitative], les charmes du sentiment firent-ils bien-tôt négliger ceux de la baguette, le Théâtre fut purgé du jargon de la Mythologie, l'intérêt fut substitué au merveilleux, les machines des Poètes et des Charpentiers furent détruites, et le Drame lyrique prit une forme plus noble et moins gigantesque. Tout ce qui peut émouvoir le coeur y fut employé avec succès, on n'eut plus besoin d'en imposer par des êtres de raison, ou plutôt de folie, et les Dieux furent chassés de la Scène quand on y sut représenter des hommes. Cette forme plus sage et plus régulière se trouva encore la plus propre à l'illusion... – Ibid.: 953-954.*

<sup>64</sup> *Ibid.:* 957.

das situações trágicas: “pois nunca se sente tão bem que o Ator canta como quando este diz uma Canção”.<sup>65</sup>

Se cabia à música associada à poesia fazer a “dupla representação do mesmo objeto”, já a pintura ou cenografia tinha outra finalidade, que era a de situar o lugar da cena. Tratava-se, num caso, de mostrar os sentimentos dos humanos, e no outro, “a imagem do lugar onde eles se encontram, imagem que reforça a ilusão e transporta o Espectador por toda a parte em que o Ator é suposto estar”. O respeito pela lei da verosimilhança devia prevalecer – “fala-se a corações sensíveis sem esquecer que se fala a gente razoável” – mas não ao ponto de ser necessário transportar para a Ópera aquela rigorosa unidade de lugar que se exige na Tragédia”.<sup>66</sup> As mudanças de cena, de ato para ato, eram admissíveis e até recomendáveis, mas desde que a unidade de tempo se contivesse dentro das vinte e quatro horas aproximadamente e a de lugar no espaço de uma jornada de caminho. Dentro do mesmo ato, porém, elas deviam ser “absolutamente proscritas” por contrariarem a ilusão e a razão.<sup>67</sup>

Sendo a “ilusão”, nas palavras de Rousseau, “a primeira lei do teatro que importa favorecer em tudo”,<sup>68</sup> havia que assegurar, em cada *ato* “a unidade de tempo e de lugar”.<sup>69</sup> Competia, desde logo, ao poeta não dar a um ato de ópera “uma duração hipotética mais longa” do que aquela que ele tinha realmente, “pois não se pode supor que o que se passa sob os nossos olhos dure mais tempo do que o vemos durar efetivamente”. O músico dispunha, no entanto, da liberdade de “precipitar

---

<sup>65</sup> ...car jamais on ne sent mieux que l'Acteur chant, que lorsqu'il dit une Chanson. – *Ibid.*: 954.

<sup>66</sup> *Ibid.*: 957.

<sup>67</sup> *Ibid.*: 958.

<sup>68</sup> *Ibid.*: 636.

<sup>69</sup> Em conformidade com a tradição atribuída a Aristóteles. No entanto, na *Poética* de Aristóteles, só a *unidade de ação* é efetivamente preceituada, como observa a autora da tradução portuguesa, Ana Maria Valente (p. 7 e nota), que nos remete para o cap. 8, 1451a: “assim como nas outras artes imitativas a um só objecto corresponde uma só imitação, também o enredo, como imitação que é de uma acção, deve ser a imitação de uma acção una, que seja um todo, e que as partes dos acontecimentos se estruturam de tal modo que, ao deslocar-se ou suprimir-se uma parte, o todo fique alterado ou desordenado” (*ibid.*: 53). A unidade de tempo terá sido deduzida do trecho do cap. 5, “em que se compara a ausência de limitações dessa ordem na epopeia com as da tragédia” (1449b): a tragédia “esforça-se o mais possível por durar uma só revolução do Sol ou demorar pouco mais, enquanto a epopeia, não tendo limite de tempo, é diferente neste aspecto” (*ibid.*: 47). A alusão à “unidade de lugar” poderia estar no cap. 24 (1459b): “na tragédia não é possível imitar muitas partes da acção que se desenrolam ao mesmo tempo, mas apenas a parte representada em cena pelos actores” (*ibid.*: 93-94). Ana Maria Valente nota que Lessing “foi um dos primeiros a considerar que só o texto relativo à unidade de acção era determinante” (*ibid.*: 7).

ou retardar a ação até certo ponto”, para “aumentar a verosimilhança ou o interesse” – liberdade essa que o obrigava a “estudar bem a gradação das paixões teatrais, o tempo necessário para as desenvolver” e a saber determinar o momento em que “o progresso está no seu ponto mais alto” ou quando “convém parar para prevenir a desatenção, a fadiga [*languueur*], o esgotamento do espectador”.<sup>70</sup>

Pressuposta a conexão necessária entre ilusão e empatia, não haveria ilusão se não se mantivesse o espectador permanentemente envolvido na ação representada. Este não podia ser abandonado a si próprio:

“A energia de todos os sentimentos, a violência de todas as paixões são, pois, o objeto principal do Drama lírico; e a ilusão que lhe dá encanto é sempre destruída mal o Autor ou o Ator abandonam por um momento o Espectador a si próprio”.<sup>71</sup>

Condição *sin qua non* dessa intensificação mútua de ilusão e empatia, que não deixava o espectador, nem por um momento, entregue a si próprio, era o princípio da “arte oculta” ou “arte dissimulada” (*art caché*).

### C) O princípio de *l’art caché*

“... para falar verdade, nunca a arte chega a mais elevado grau de perfeição do que quando a sua semelhança à natureza é tão forte que a tomamos pela própria natureza; e, ao contrário, a natureza nunca é mais bem sucedida do que quando a arte é oculta.”<sup>72</sup>

<sup>70</sup> *Ibid.*: 635-636. Sobre o conceito de *natureza* ou *natural* na teoria da ópera no século XVIII cf. Mário Vieira de Carvalho, “*Nature et naturel dans la polémique sur l’opéra au XVIIIème siècle*”, in: *Le Parole della Musica*, vol.: II: *Studi sulla Lingua della Critica del Teatro per Musica in onore di Gianfranco Folena* (ed. Maria Teresa Muraro), Florença, Leo S. Olschki, 1995: 95-146 (vs. portuguesa in: do mesmo, *Razão e sentimento na comunicação musical*, pp. 72-119).

<sup>71</sup> “...*l’énergie de tous les sentiments, la violence de toutes les passions sont donc l’objet principal du Drame lyrique; et l’illusion qui en fait le charme, est toujours détruite aussi-tôt que l’Auteur et l’Acteur laissent un moment le Spectateur à lui-même. Tels sont les principes sur lesquels l’OPERA moderne est établie.* – *Ibid.*: 954.

<sup>72</sup> “... à dire vrai, l’art n’est jamais dans un plus haut degré de perfection que lorsqu’il ressemble si fort à la nature qu’on le prend pour la nature même; et au contraire la nature ne réussit jamais mieux que quand l’art est caché – in: *Traité du Sublime ou Du Merveilleux dans le Discours*, de Longino, traduzido do grego por

Tal é o princípio da *dissimulatio artis*, *arte dissimulada* ou *arte oculta* que aparece em Aristóteles, Horácio, Cícero, entre outros, em formulações mais ou menos explícitas, e que aqui é vertido por Boileau, em 1674, na sua tradução do grego do *Tratado do Sublime* atribuído a Longino, tradução com grande repercussão moderna.<sup>73</sup> É retomado com particular ênfase por outros autores franceses da viragem do século XVII para o século XVIII. Alguns exemplos:

“... a grande arte é a de saber ocultar o artifício...” (Pierre-François Gillet, 1696).<sup>74</sup>

“Quero um belo tão natural que não tenha necessidade alguma de me surpreender pela sua novidade.... Rafael... Longe de querer que a arte salte aos olhos, não pensa noutra coisa senão em ocultá-la.... A arte é defeituosa quando é exagerada; deve visar à semelhança.” (Fénélon, 1718).<sup>75</sup>

---

Boileau, in: *Oeuvres de Boileau Despréaux, Avec un Commentaire par M. de Saint-Surin*, Tome III, Paris, J. J. Blaise, 1821, pp. 345-531, aqui p. 466. O contexto em que este princípio é enunciado é o do hipérbaton, que consiste na alteração da ordem normal ou lógica do discurso para imitar as situações em que o seu autor é possuído por uma paixão violenta (por exemplo, a cólera, o ciúme, etc.).

<sup>73</sup> Cf. Øivind Andersen, “Lingua Suspecta: On Concealing and Displaying the Art of Rhetoric”, In: *Symbolae Osloenses*, vol. LXXI, 1996: 68-86; C. O. Brink, *Horace on Poetry: The ‘Ars Poetica’*, Cambridge, Cambridge University Press, 1971 (Paperback, 2011), onde se chama a atenção para a convergência a este respeito entre Aristóteles e Horácio (p. 289). Cf. Aristóteles, *Retórica*, Prefácio e introdução de Manuel Alexandre Júnior, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010: “Passa correctamente despercebido o artifício se se compõe escolhendo-se palavras da linguagem de todos os dias: isto é o que Eurípedes faz e foi ele o primeiro a mostrá-lo” (1404b, p. 245); Horácio, *Arte Poética*, Introdução, Tradução e Comentário de R. M. Rosado Fernandes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 4.<sup>a</sup> ed. 2012: “...não correr atrás de palavras que devem ser tocadas com a música da lira latina, mas antes aprender bem o ritmo e os acordes da vida real” (*Epístola 2 a Floro*, versos 141-145, p. 97); “Com elementos conhecidos criei o poema satírico de forma a que todo o que o desejar, se julgue capaz de fazer o mesmo” (*Arte Poética*, versos 239-242, p. 135); Cicero, *De Oratore*, Translated into English with Notes Historical and Explanatory and an Introductory Preface by William Guthrie, Boston, R. P. & C. Williams, 1822: “the art of the speaker then will consist in his concealing his art” (p. 35); “Variety is necessary... to conceal your art from the hearer...” (p. 159).

<sup>74</sup> *...le grand art est de sçavoir cacher l’artifice...* – cf. Pierre-François Gillet [1647-1720], *Plaidoyers et autres oeuvres*, Paris, J. Boudot, 1696: 231.

<sup>75</sup> *Je veux un beau si naturel, qu’il n’ait aucun besoin de me surprendre par sa nouveauté.... Raphaël... Loin de vouloir que l’art saute aux yeux, il ne songe qu’à le cacher.... L’art est défectueux dès qu’il est outré; il doit viser à la ressemblance.* Cf. François de Salignac De La Motte-Fénélon, *Dialogues sur l’Éloquence* [1718] et *Lettre à l’Académie par Fénélon précédés de l’Éloge de Fénélon par le Cardinal Maury*, Limoges, Eugène Ardant et C. Thibaut, 1870: 96.

“[No Templo do Gosto] Era simples a nobre architectura; / Cada ornamento, colocado no seu lugar, / Parecia ali posto por necessidade: / Nele a arte ocultava-se sob a aparência da natureza...” (Voltaire, 1732)<sup>76</sup>

Em especial, quanto à música, Jean-Pierre Crouzas, no seu *Tratado do Belo* (1715) Secção VII – intitulada “Do Nascimento e dos Progressos da Música” –, escreve:

“Mas, a *Beleza da Música* tal como a da *Poesia*, que tanta relação tem com aquela, não consistirá, afinal, em *um não sei quê*, já que versos e árias compostos com a maior arte possível não deixam de ser muitas vezes abomináveis precisamente por neles se ter seguido a *Arte*.

[...]...quando a *arte* se nota demasiado isso é uma prova de que não foram seguidas todas as *regras*, pois uma das *grandes regras* da arte é a de dissimulá-la e não deixar que ela se torne demasiado visível, para o que, penso, há duas razões. Uma extrai-se do afastamento do nosso coração por tudo quanto tem a menor aparência de forçado. [...] A segunda razão do nosso desgosto quando a arte se faz notar demasiado facilmente extrai-se da própria *secura* que a torna tão visível. [...] A arte torna-se desprezível quando é demasiado inferior à *natureza*...”<sup>77</sup>

<sup>76</sup> Simple en était [dans le Temple du Goût] la noble architecture; / Chaque ornement, à sa place arrêté, / Y semblaît mis par nécessité: / L'art s'y cachait sous l'air de la nature... cf. Voltaire, “Le Temple du Goût” [1732], in: François-Marie Arouet Voltaire, *Mélanges* (ed. Jacques van den Heuvel), Paris, Gallimard, 1961: 135-156, aqui p. 140.

<sup>77</sup> Mais enfin la Beauté de la Musique aussi bien que celle de la Poésie, qui a tant de rapport avec elle, ne consiste-t-elle pas dans un je ne sai quoi, puisque des vers & des airs composés avec tout l'art possible ne laisseront pas d'être abominables, souvent par cela même que l'on y a suivi l'Art.

.....quand l'Art paroît trop, c'est une preuve qu'on n'a pas suivi toutes les regles, puisqu'une des grandes regles de l'Art, c'est de le cacher & de ne souffrir pas qu'il soit trop visible, dont voici je pense, deux raisons. La premiere se tire de l'éloignement de notre cœur pour tout ce qui a la moindre aparence de contrainte. Nous aimons naturellement la liberté, & nous ne pouvons souffrir qu'on prétende d'exceller par un assujetissement qui va jusqu'à la contrainte, parce que nous-mêmes ne voudrions pas exceller à ce prix, ils nous en coûteroit trop. La seconde raison de notre dégoût, quand l'art se laisse trop facilement remarquer, se tire de la secheresse même qui le rend si visible. Ce n'est pas proprement parce que l'art y paroît que nous refusons notre estime à un ouvrage, c'est parce qu'il est lui-même trop sec & que l'art ne s'y fait si promptement sentir qu'à cause de sa sterilité. [...] L'Art devient méprisable, quand il est trop inferieur à la Nature, non seulement toujours variée, mais de plus toujours riche dans ses productions. – Cf. Jean-Pierre Crouzas, *Traité du Beau*, Amsterdam, Chez François L'Honoré, 1715: 295-296.

Não expor a arte, mas pelo contrário dissimulá-la, era também o que Tosi (1723: 181ss.), o grande mestre da arte vocal italiana, já em 1723 exigia dos cantores, retomando, aliás uma tradição que remontava à *nobile sprezzatura di canto* propugnada por Caccini no prefácio às suas *Nuove Musiche* (1601)<sup>78</sup> e que será também acolhida na expressão de Rousseau *dizer uma canção* (já acima referida): “pois nunca se sente tão bem que o Ator canta como quando este diz uma Canção”.<sup>79</sup>

No entanto, como mostram abundantes fontes do século XVIII, a *exposição da arte* era – como já mencionei de início – inerente ao sistema de comunicação hegemónico na *praxis* músico-teatral. Era mesmo um fator fundamental da autorregulação do sistema, da sua *homeostasis*, e por isso também sustentado por discursos de legitimação, tais como os atrás mencionados, de Shaftesbury ou Du Bos. Este último até reconhecia que o julgamento pelo coração prevalecia sobre o julgamento pela razão, dizendo preferir obras que comovessem às que cumprissem as regras,<sup>80</sup> e também Batteux, no seu tratado de 1746, era da mesma opinião. No entanto, todos eles privilegiavam o ponto de vista do conhecedor ou dum público de conhecedores, ao afirmarem que não era com a ilusão, mas sim com “a arte da imitação” que estes se comoviam.<sup>81</sup>

Já noutra ocasião citei a propósito Claude Lévi-Strauss, que, na sua última obra, publicada em 1993, evoca “o prazer musical do ouvinte do século XVIII” como modelo de uma escuta “provavelmente mais intelectual e mais informada”

---

<sup>78</sup> Cf. Pierfrancesco Tosi (1723), *Opinioni de' cantori antichi e moderni o sieno Osservazioni sopra il canto figurato*, Bolonha, pp. 181 ss; e Giulio Caccini, *Le Nuove Musiche*, ed. crítica de H. Wiley Hitchcock, 2.ª ed., Middleton, Wisconsin, A-R Editions, 2009. A condenação da exposição do artifício vocal por Tosi converge no essencial com a preocupação de Caccini em valorizar a clareza das palavras. Tosi denuncia a “maneira de cantar dos senhores inovadores, [cujo] esforço todo é dirigido somente a dilacerar e despedaçar as árias de tal maneira que deixa de ser possível ouvir palavras, ideias ou modulações e menos ainda distinguir uma ária da outra” (*ibid.*). Caccini observava, por sua vez: *Veduto adunque, si com' io dico che tali musiche, e musici non davano altro diletto fuori di quello, che poteva l'armonia dare all'udito solo, poi che non potevano esse muovere l'intelletto senza l'intelligenza delle parole, mi venne pensiero introdurre una sorte di musica, per cui altri potesse quasi che in armonia favellare, usando in essa (come altre volte ho detto) una certa nobile sprezzatura di canto, trapassando talora per alcune false, tenendo però la corda del basso ferma, eccetto che quando io me ne volea servire all'uso comune, con le parti di mezzo tocche dall'istrumento per esprimere qualche affetto, non essendo buone per altro.*

<sup>79</sup> Rousseau, “Dictionnaire de Musique”, p. 954.

<sup>80</sup> Du Bos, *Réflexions Critiques*, I, 309.

<sup>81</sup> Du Bos, *Réflexions Critiques*, I, 453s.; Charles Batteux [1746], *Les Beaux-Arts réduits à un même principe* (éd. Jean-Rémy Manton), Paris, Aux Amateurs de Livres, 1989: 187ss.

(*plus intellectuel et de meilleur aloi*), pois “separava-o do compositor uma distância menor” do que aquela que hoje é comum nos nossos dias. Obras como, por exemplo, os *Éléments de musique* (1752) de D’Alembert eram discutidos nos salões, e daí que o público prestasse atenção a pormenores que de outro modo passariam despercebidos no teatro de ópera. Lévi-Strauss exemplifica com o sucesso causado por uma simples modulação de três notas, considerada um golpe de génio, introduzida por Rameau na segunda versão de *Castor et Pollux* (1754).<sup>82</sup> Na versão de 1737, o coro, em fá menor, *Que tout gémit*, correspondia à primeira cena do primeiro ato. Seguia-se um recitativo, também em fá menor, em que Telaire, lamentando a morte do seu amado, se encontra na presença de Phébé, irmão do defunto (segunda cena). Ao recitativo seguia-se, por sua vez, sem transição, a ária de Telaire *Tristes apprêts, pâles flambeaux*, em mi bemol maior (terceira cena). Na versão de 1754, a sequência é transposta para o início do segundo ato, mas o recitativo é suprimido. Em vez deste, surge como elemento de ligação uma sequência de três notas nos registos graves: fá, lá bemol, mi bemol. O efeito modulatório resulta da introdução de lá bemol – como subdominante da nova tonalidade – entre as duas tónicas (a de partida, fá, e a de chegada, mi bemol).<sup>83</sup>

Lévi-Strauss cita um testemunho do entusiasmo do público por tamanha ousadia do compositor: o êxito fora tal que durante muito tempo não se falava de outra coisa como traço de génio senão do *fá, lá, mi* de *Castor et Pollux*. No entanto – e este aspeto é deixado de fora por Lévi-Strauss – isso significava a completa negação do princípio da arte dissimulada ou oculta, o qual é reclamado pelo próprio Rameau num escrito do mesmo ano de 1754: “Que mérito não haverá em saber dissimular tão bem a Arte através da própria Arte?”<sup>84</sup>

Uma coisa era, pois, o discurso filosófico sobre a *dissimulatio artis*, outra a *praxis* músico-teatral hegemónica, de que as estratégias de receção do público

---

<sup>82</sup> Claude Lévi-Strauss, *Regarder, Écouter, Lire*, Paris, Plon, 1993: 43-48.

<sup>83</sup> Cf. Raphaëlle Legrand, “Ricercar sopra fa la mi: préludes de basses et articulations des scènes dans l’opéra français de Lully à Rameau”, *D’un Opéra l’Autre (Hommage à Jean Mongrédien)*, ed. Marie-Claire Le Moigne-Mussat, Jean Gribenski, Herbert Schneider, Paris, Presses Paris Sorbonne, 1996: 209-216, aqui pp. 209-210.

<sup>84</sup> *Quel mérite n’y a-t-il pas de sçavoir si bien cacher l’Art par l’Art même?* – cf. Jean-Phillipe Rameau [1754], “Observations sur notre instinct pour la musique, et sur son principe...”, in: *La Querelle des Bouffons. Texte des Pamphlets avec Introduction. Commentaires et Index* (ed. Denise Launay), 3 vols., Genebra, Minkoff Reprint, 1973: III, 1731-1885 (p. 105 do escrito original).

eram parte integrante. Rousseau distingue-se entre as vozes que intervêm no debate pela consequência com que defende o princípio de *l'art caché* em todos os planos de comunicação.

Quanto ao aparato cénico, por exemplo, já vimos a descrição (atrás citada) de um espetáculo na Ópera de Paris, a qual fecha com uma observação bem contundente quanto à completa inoperância da maquinaria produtora da ilusão. Nem a oficina teatral era dissimulada nem os efeitos pretensamente ilusionistas eram de monta:

“...[Eis] em que consiste o augusto aparelho da ópera, tanto quanto pude observar da plateia com a ajuda do meu binóculo de teatro; pois não se pense que tais meios estão fortemente ocultos e produzem um efeito imponente... Há quem assegure, no entanto, que existe uma prodigiosa quantidade de máquinas empregadas em mover tudo isso; e já houve quem se dispusesse várias vezes a mostrar-mas; mas nunca tive curiosidade em ver como se fazem pequenas coisas com grandes esforços.”<sup>85</sup>

É, porém, na sua relação com a música que o princípio de *l'art caché* assume um papel fundamental na teoria da ópera de Rousseau. Para este, como vimos, o génio do compositor manifestava-se na capacidade excepcional de sentir e fazer sentir as paixões que exprimia na sua música. A já referida entrada *Génie*, do *Dicionário de Música* descreve-o com eloquência:

“O *Génie* do Músico submete o Universo inteiro à sua Arte. Pinta todos os quadros pelos Sons; faz falar o próprio silêncio; transmite as ideias através de sentimentos, os sentimentos através de acentos; e as paixões que ele exprime, excita-as no fundo dos corações. A volúpia, através dele, ganha novos encantos; a dor que ele faz gemer arranca gritos; ele arde sem cessar e jamais se consome. Exprime com calor as geadas e os gelos; mesmo pintando

---

<sup>85</sup> ...[Voilà] en quoi consiste l'auguste appareil de l'opéra, autant que j'ai pu observer du parterre à l'aide de ma lorgnette; car il ne faut pas vous imaginer que ces moyens soient fort cachés et produisent un effet imposant... On assure pourtant qu'il y a une prodigieuse quantité de machines employées à faire mouvoir tout cela; on m'a offert plusieurs fois de me les montrer; mais je n'ai jamais été curieux de voir comment on fait de petites choses avec de grands efforts. Cf. Rousseau, “Julie ou La Nouvelle Heloise”, p. 284.

os horrores da morte, leva para dentro da alma o sentimento de vida que nunca o abandona e que comunica aos corações feitos para o sentir.”<sup>86</sup>

Como conseguia o compositor esses efeitos? É na entrada *Expression* do mesmo *Dicionário de Música* que Rousseau responde à questão. Sublinha aí o papel da melodia na expressão de sentimentos, e fá-lo em termos onde parece notar-se a influência de Platão (que condenava o teatro como imitação da imitação), mas onde, por outro lado, é reconhecida à música uma dignidade de arte imitativa que aquele lhe negava. Neste seu enunciado aparece claramente formulado o princípio da arte oculta:

“O que se pretende, pois, transmitir pela Melodia é o Tom com que se exprimem os sentimentos que se pretende representar, e devemos abster-nos cuidadosamente de imitar nisso a declamação teatral, que não é ela própria senão uma imitação, mas sim [devemos imitar] a voz da Natureza falando sem afetação e sem arte.”<sup>87</sup>

“Imitar a voz da Natureza falando sem afetação e sem arte”. Para se entender o que Rousseau quer dizer com isto é preciso recorrer a um passo da *Nouvelle Héloïse*, onde se descreve o efeito produzido quando se passava das árias meramente “agradáveis” às “grandes peças de expressão” (o narrador é o protagonista do romance, Saint-Preux):

“Mas quando, após uma sequência de árias agradáveis, se passou às grandes peças de expressão, que sabem excitar e pintar a desordem das paixões violentas, eu perdia a cada instante a ideia de música, de canto, de imitação:

---

<sup>86</sup> *Le Génie du Musicien soumet l'Univers tout entier à son Art. Il peint tous les tableaux par des Sons; il fait parler le silence même; il rend les idées par des sentimens, les sentimens par des accens; et les passions qu'il exprime, il les excite au fond des coeurs. La volupté, par lui, prend de nouveaux charmes; la douleur qu'il fait gémir arrache des cris; il brûle sans cesse et ne se consume jamais. Il exprime avec chaleur les frimats et les glacés; même en peignant les horreurs de la mort, il porte dans l'ame ce sentiment de vie qui ne l'abandonne point, et qu'il comunique aux coeurs faits pour le sentir.* – Rousseau, “Dictionnaire de Musique”, p. 837.

<sup>87</sup> *Ce qu'on cherche donc à rendre par la Mélodie, c'est le Ton dont s'expriment les sentimens qu'on veut représenter, et l'on doit bien se garder d'imiter en cela la déclamação théâtrale qui n'est elle-même qu'une imitation, mais la voix de la Nature parlant sans affectation et sans art.* – Rousseau, “Dictionnaire de Musique”, p. 819.

julgava ouvir a voz da dor, do arrebatamento, do desespero; julgava ver mãos banhadas em pranto, amantes traídos, Tiranos furiosos, e nas agitações que era forçado a experimentar mal conseguia manter-me no lugar. [...] é uma impetuosidade de sentimento que vos transporta e à qual é impossível à alma resistir.”<sup>88</sup>

As “grandes peças de expressão” eram, pois, aquelas que suscitavam um efeito tal no ouvinte que este, ao escutá-las, perdia a própria noção de “música, de canto, de imitação”, isto é, perdia a própria noção de arte: *a arte dissimulava-se a tal ponto que o ouvinte se identificava imediatamente com as emoções representadas*. Não havia um só momento em que ele fosse abandonado a si próprio e se colocasse na posição distanciada que lhe permitisse sequer comparar a arte da imitação com o imitado. (A *estrutura épica* era substituída pela *estrutura de identificação*.)

Sobretudo tratando-se de harmonia – diz Rousseau na *Lettre sur la musique française* (1753) –, o músico não devia usá-la inconsideradamente, mas antes reconhecer que “a grande arte” do compositor consistia numa simplicidade tanto mais digna de admiração quanto mais ela conseguia ocultar os prodígios da harmonia: “arte que faz tudo sem se fazer ver”, Escreve Rousseau, citando no original italiano versos da *Jerusalém Libertada*, de Torquato Tasso (XVI, IX): *arte che tutto fà, nulla si scuopre*.<sup>89</sup> A crítica cerrada que Rousseau faz ao monólogo de Armida, na ópera de Rameau, serve-lhe como ilustração de um contra-exemplo.<sup>90</sup>

O que não tem sido suficientemente sublinhado na teoria de Rousseau é o efeito em que culminava o princípio de *l’art caché* quando levado às últimas consequências na música imitativa ou teatral: *o efeito anestético da própria música*. Já enunciado no texto citado da *Nouvelle Héloïse* (1761) a propósito das “grandes

---

<sup>88</sup> *Mais quand après une suite d’airs agréables, on vint à ces grands morceaux d’expression, qui savent exciter et peindre le desordre des passions violentes, je perdois à chaque instant l’idée de musique, de chant, d’imitation; je croyois entendre la voix de la douleur, de l’emportement, du desespoir; je croyois voir des meres éplorées, des amans trahis, des Tirans furieux, et dans les agitations que j’étois forcé d’éprouver j’avois peine à rester en place. [...] c’est une impétuosité de sentiment qui vous entraîne, et à laquelle il est impossible à l’ame de résister – cf. Rousseau, *Julie ou La Nouvelle Héloïse*, pp. 133-134.*

<sup>89</sup> Cf. J.-J. Rousseau, “Lettre sur la Musique Française” [1753], in: *Oeuvres Complètes*, Paris, Gallimard, 1995, Tome V, pp. 287-328, aqui p. 314, e notas, p. 1479.

<sup>90</sup> Cf. Mário Vieira de Carvalho, *Razão e sentimento na comunicação musical*, p. 118.

peças de expressão”, esse *efeito anestético* é formulado ainda mais clara e definitivamente na entrada *Opéra* do *Dicionário de Música* (1767), onde é apresentado como a grande conquista das reformas então em curso na ópera italiana, em coincidência com a abolição do maravilhoso barroco:

“*Sentiu-se que a obra-prima da Música era a de se fazer esquecer a ela-própria [sublinhado meu] que [a música] ao lançar a desordem e a perturbação na alma do Espectador o impedia de distinguir os Cantos compadecidos e patéticos duma Heroína em sofrimento dos verdadeiros acentos da dor, e que Aquiles em fúria podia gelar-nos de pavor com a mesma linguagem que nos teria chocado na sua boca numa época completamente diferente.*”<sup>91</sup>

Na ópera, a função da música, *ao fazer-se esquecer a si própria*, era, pois, enfim, a de transformar a representação teatral numa *segunda natureza*, conferir-lhe um *efeito de realidade* que não permitisse ao espectador distingui-la da própria vida.

Na cena lírica *Pygmalion*, Rousseau retoma o mito grego para descrever o *efeito de realidade* numa escultura palpitante de vida.<sup>92</sup> Esse ideal só era alcançável na ópera através da música, mas duma música tão eficaz nessa sua função ilusionista que passasse inteiramente despercebida ao espectador. Na fórmula de Johann Jakob Wilhelm Heinse, no seu romance *Hildegard von Hohenthal* (1795), sem dúvida influenciada por Rousseau, a melhor música era aquela em que *nem se reparava nela, nem nas palavras que ela veiculava*:

“...o efeito culminante que a música pode produzir; ei-lo: o sentido das palavras transmite-se ao ouvinte com toda a sua força e plenitude, sem que se repare na música e nem mesmo nas palavras, e fica-se mergulhado absolutamente em pura emoção.”<sup>93</sup>

---

<sup>91</sup> *L'on sentit que le chef-d'oeuvre de la Musique étoit de se faire oublier elle-même, qu'en jettant le désordre et le trouble dans l'ame du Spectateur elle l'empêchoit de distinguer les Chants tendres et pathétiques d'une Heroïne gémissante, des vrais accens de la douleur, et qu'Achille en fureur pouvoit nous glacer d'effroi avec le même langage qui nous eût choqués dans sa bouche en tout autre tems.* – Rousseau, “Dictionnaire de Musique”, p. 954.

<sup>92</sup> Cf. Jean-Jacques Rousseau, “Pygmalion, Scène Lyrique” [1762], in: *Œuvres Complètes*, Paris, Gallimard, 1964, Tome II, pp. 1224-1231, e notas, p. 1926-1930.

<sup>93</sup> *...die höchste Wirkung, welche Musik leisten kann; nämlich der Sinn der Worte geht in die Zuhörer mit seiner ganzen Stärke und Fülle über, ohne daß man die Musik, ja so gar die Worte nicht merkt, und in lauter reiner Empfindung*

Para se atingir tal efeito não bastavam, porém, reformas como aquelas a que se referia Rousseau em Itália e sobretudo aquelas que Calzabigi e Gluck entretanto introduziam na estrutura do libreto e da música. Eram indispensáveis mudanças globais na *praxis* de encenação e de representação. Mas, como tenho sublinhado noutras ocasiões, já em 1771 há notícia duma récita no Burgtheater de Viena onde se obtém o efeito pretendido. Trata-se duma representação da ópera *Alceste*, ali estreada em 1767, de que o inglês Charles Burney dá testemunho nos diários das suas viagens musicais pela Europa, publicados em 1771 e 1773 e depois recolhidos numa edição de 1795 em dois volumes com o título *The Present State of Music in Germany, The Netherlands, and United Provinces, or A Journal of a Tour through those Countries...*. Eis a descrição de Burney:

“...aqueles que a viram representada... não conseguiam tirar os olhos nem por um momento do palco, durante toda a representação, tendo a sua atenção tão estimulada e a sua consternação tão aumentada que permaneceram em contínua ansiedade, entre a esperança e o medo pelo que acontecia, até à última cena do drama...”<sup>94</sup>

Trata-se de uma descrição bastante sugestiva que mostra a mudança de paradigma na comunicação, suscitada pelo *efeito de realidade*. Saliento os seguintes traços:

---

*versenkt ist.* – Johann Jakob Wilhelm Heinse, *Hildegard von Hohenthal* [1795], in: *Wilhelm Heinse's Sämtliche Schriften*, Leipzig, Verlag von Emil Graul, 1857, vol. II, p. 11. Outro exemplo duma formulação no mesmo sentido da mesma época, a qual, partindo da pintura, estende o mesmo princípio às diferentes artes, é o de Jean Baptiste Antoine Suard, in: *Mélanges de Littérature*, vol. 3, Paris, Dentu, 1803, pp. 252-258: “Extrait d’une Lettre sur les Peintures de Saint-Bruno, par Le Sueur, alors dans le Cloître des Chartreux”:*...plus on nous découvre par ses efforts l’envie de nous émouvoir, moins nous sommes émus; et plus on sait cacher l’artifice, plus on parvient à nous séduire et à nous toucher: j’en conclus ensuite que moins on emploie de moyens à produire un effet, plus il y a de mérite à le produire, et plus le spectateur ou le lecteur se livre volontiers à l’impression qu’on a cherché à faire sur lui. C’est par la simplicité de ces moyens, qui semblent avoir été mis dans les mains et sous les yeux de tous les hommes, quoi qu’ils en fassent si rarement usage que les chefs-d’oeuvres dans tous les genres ont été créés pour nous servir éternellement de modèles. C’est là ce sublime sur lequel on a tant disputé* (p. 255).

<sup>94</sup> ...those who have seen it represented... could not keep their eyes a moment off the stage, during the whole performance, having their attention so irritated; and their consternation so raised, that they were kept in perpetual anxiety, between hope and fear for the event, till the last scene of the drama... – Cf. Dr. Burney’s *Musical Tours in Europe*, ed. Percy A. Scholes, London, Oxford University Press, 1959: II, 93.

- O espectador é sujeito a uma experiência de “temor e compaixão”, semelhante à da *catarsis* aristotélica;
- cessam as retroações dos espectadores uns para os outros: esquecidos de cargo e condição eles são igualizados como humanos nessa experiência catártica (ou de identificação, num sentido mais lato);
- cessam a distância do conhecedor na apreciação estética e, por conseguinte, a chamada *estrutura épica*;
- também aqui os espectadores são igualizados, pois mesmo os conhecedores são compelidos a abstrair da arte de representar para retroagirem apenas para o representado ou imitado;
- isto é, o efeito de realidade da arte não só dispensa mas também até exclui a retroação típica dos “conhecedores”, coloca a arte ao alcance de todos (*à la portée de tout le monde*), igualiza os humanos como seus (dela) recetores ou destinatários.

Mas há ainda um aspeto que merece particular atenção. O efeito de realidade causado pelo espetáculo assenta na separação radical entre palco e sala, aquilo a que se chamaria a edificação dum *quarta parede*, sem a qual não era possível tomar a ação representada por uma *segunda natureza*.

Tomar a ação representada por uma *segunda natureza* – como acontece na descrição de Burney do espetáculo da *Alceste* em 1771 – envolve, neste sentido, silêncio, imobilidade, atenção, total identificação do público com a ação representada. A semelhança com a estrutura de comunicação dum *ato de culto* é evidente: sem uma intensa entrega interior do espectador, os eventos cénicos não podiam ser por ele vividos como se fossem uma *tranche de vie* (para usar a expressão de Diderot).

É neste sentido que Walter Benjamin fala da mudança dum arte com *valor de exposição* para uma arte com *valor de culto*, isto é, para uma arte cuja experiência é marcada pela “aura”. Com efeito, numa das aceções que Benjamin atribui ao conceito, “aura” consiste na “proximidade dum lonjura”. Ora nada podia corresponder melhor à “proximidade dum lonjura” do que a *quarta parede* e o efeito de realidade que lhe é inerente no teatro (aliás, Benjamin menciona o teatro como exemplo). Hans Robert Jauss, caracteriza, por sua vez, em convergência com Benjamin, a mudança de paradigma ocorrida no século XVIII como uma

transferência para a arte do *modelo de identificação* da religião (eu diria: da *devotio* da religião).<sup>95</sup>

O próprio Abade António da Costa, por volta de 1750, na sua crítica à *praxis* hegemónica da ópera italiana (já atrás mencionada) lhe contrapõe um modelo de comunicação que pressupunha no teatro precisamente o *valor de culto*. Referia-se ele a uma tragicomédia dos jesuítas representada em Lisboa.<sup>96</sup>

Uma tal estrutura de comunicação, culminando no *efeito de realidade* e no *valor de culto*, tem consequências noutro plano da comunicação – o da *função*, entendida esta como a interação entre o sistema de comunicação ópera e o *mundo vivido* (*Lebenswelt*). E é tendo presente esta relação entre *estrutura* (isto é: a organização interna dos elementos do sistema, a sua autorregulação) e *função* (a interação do sistema com o meio-ambiente social) que se torna clara a articulação entre, por um lado, a condenação e, por outro lado, a reabilitação do teatro que correm paralelas no pensamento de Rousseau: condenação na *Lettre à d'Alembert*; reabilitação, nos textos sobre ópera que temos vindo a analisar. Num caso, o teatro era uma escola de vício, reproduzia os vícios da sociedade; no outro, transformava-se numa escola de virtude, num regresso às virtudes naturais do ser humano. A chave da transformação estava na experiência da *pitié* ou compaixão.

#### D) A experiência da compaixão e o teatro como escola de virtude

O lugar seletivo de Rousseau quanto à *compaixão* e ao papel que ele lhe atribuiu tanto na sua teoria da sociedade como na sua teoria da arte – e no nosso caso, da ópera – é o seguinte passo do *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os Homens*:

---

<sup>95</sup> Walter Benjamin [1936], "Das Kunstwerk im Zeitalter seiner technischen Reproduzierbarkeit", in: Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften* (eds. Rolf Tiedemann e Hermann Schweppenhäuser), 6 vols., Frankfurt a. M., Suhrkamp, 1991: I.2, 431-508, aqui pp. 479, 489; Hans Robert Jauss, *Ästhetische Erfahrung und Literarische Hermeneutik*, vol. 1: *Versuche im Feld der Ästhetischen Erfahrung*, Munique, Wilhelm Fink, 1977: 29.

<sup>96</sup> Abade António da Costa [1753], *Cartas* (ed. F. Lopes-Graça), Lisboa, Seara Nova, 1946: 64s.

“É, pois, bem certo que a compaixão é um sentimento natural que, moderando em cada indivíduo a actividade do amor próprio, concorre para a conservação mútua de toda e qualquer espécie. É ela que nos leva sem reflexão em socorro daqueles que vemos sofrer: é ela que, no estado de Natureza, toma o lugar de Leis, costumes e virtude, com a vantagem de que ninguém é tentado a desobedecer à sua doce voz...”<sup>97</sup>

O homem em estado de natureza era naturalmente bom porque o sentimento da compaixão lhe era inerente. No mesmo sentido, o artigo *Vertu* (da *Encyclopédia* de Diderot), onde alguns vêem, senão a autoria, pelo menos a influência de Rousseau, consagra a experiência da compaixão como fundamento de “quase todas as virtudes sociais”. Em crítica a Thomas Hobbes, para quem a virtude era “puramente arbitrária e convencional” e as leis civis eram “a regra única do justo e do injusto, do bem e do mal”, a defesa da *pitié* ou compaixão como sentimento natural – *un grand sentiment* – é feita aí nos seguintes termos:

“Está provado que a compaixão é natural ao homem, visto que até mesmo os animais parecem dar sinais disso; ora, este sentimento por si só é a fonte de quase todas as *virtudes* sociais, pois ele não consiste noutra coisa senão numa identificação de nós próprios com os nossos semelhantes, e a virtude consiste sobretudo em reprimir o baixo interesse e a colocar-se no lugar dos outros”.<sup>98</sup>

Assim se manifestava, segundo o autor (que invoca Montaigne em reforço do seu ponto de vista), o “instinto moral”, o qual era “mais puro, menos alterado” nas pessoas comuns do que nos filósofos. Estes obrigavam-se ao cumprimento

---

<sup>97</sup> Il est donc bien certain que la pitié est un sentiment naturel, qui modérant dans chaque individu l'activité de l'amour de soi-même, concourt à la conservation mutuelle de toute l'espèce. C'est elle, qui nous porte sans réflexion au secours de ceux que nous voyons souffrir: c'est elle qui, dans l'état de Nature, tient lieu de Loix, de mœurs, et de vertu, avec cet avantage que nul n'est tenté de désobéir à sa douce voix... – J.-J. Rousseau, “Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes” (ed. Jean Starobinski), in: *Œuvres Complètes*, Paris: Gallimard, 1964: III, 109-223, aqui p. 156.

<sup>98</sup> Il est prouvé que la pitié est naturelle à l'homme, puisque les animaux mêmes semblent en donner des signes; or ce sentiment seul est la source de presque toutes les vertus sociales, puisqu'il n'est autre chose qu'une identification de nous-mêmes avec nos semblables, & que la vertu consiste sur-tout à réprimer le bas intérêt & à se mettre à la place des autres. (*Encyclopédie*, vol. 17, p. 178).

dos seus deveres à força de refletir nestes, mas o “espírito de sistema” opunha-se ao da verdade, e a razão achava-se “ferida sob a multiplicidade dos raciocínios”.<sup>99</sup> Não era, pois, pela razão, mas sim pelo coração que se acedia ao instinto moral, à compaixão e, portanto, à virtude. A inversão da doutrina de Descartes, Hobbes e de vários conselheiros da corte dos séculos XVII e XVIII não podia ser mais completa. Para acentuar a mudança de posição dou como exemplo Bossuet, que escrevia na sua “Introdução à Filosofia” (edição póstuma de 1722):

“As causas principais que nos levam ao vício são as nossas paixões, que [...] nos impedem de bem julgar do verdadeiro e do falso, e nos predis põem demasiado violentamente a favor do mais sensível. Donde, parece que o principal dever da virtude será o de reprimi-los, isto é, reduzi-los aos termos da razão.”<sup>100</sup>

Em consonância com esta posição, Bossuet, numa outra obra (publicada ainda em vida) – *Maximes et Réflexions sur la Comédie* (1694) – condena a atitude do espectador que se limitasse a dar atenção ao canto e ao espetáculo sem pensar no sentido das palavras e nos sentimentos que elas exprimem, pois “o perigo” residia precisamente nisso: “no facto de [...] esses sentimentos se insinuarem sem que se pense neles e agradarem sem serem notados.”<sup>101</sup>

Mais uma vez, por contraste, a entrada *virtude* da *Encyclopédia*, no parágrafo em que aborda a virtude nas Belas-Artes, defende a posição contrária. Partindo do exemplo do sacrifício de Ifigénia aos “deuses bárbaros”, nela se formula a

---

<sup>99</sup> ...le vulgaire à cet égard est souvent plus avancé que les philosophes, l'instinct moral est chez lui plus pur, moins altéré; on s'en impose sur ses devoirs à force d'y réfléchir, l'esprit de système s'oppose à celui de vérité, & la raison se trouve accablée sous la multitude des raisonnemens. «Les mœurs & les propos des paysans, dit Montagne [sic], je les trouve communément plus ordonnés, selon la prescription de la vraie philosophie, que ne sont ceux des philosophes.» (*Encyclopédie*, vol. 17, p. 177).

<sup>100</sup> Les causes principales qui nous portent au vice sont nos passions, qui [...] nous empêchent de bien juger du vrai et du faux, et nous préviennent trop violemment en faveur du bien sensible. D'où il paroît que le principal devoir de la vertu doit être de les réprimer, c'est-à-dire, de les réduire aux termes de la raison. Cf. Jacques-Bénigne Bossuet [1722], *Introduction à la Philosophie ou De la connoissance de Dieu, et de soi-mesme*, Paris, Fayard, 1990, p. 59. Citado in: Mário Vieira de Carvalho, *Razão e sentimento na comunicação musical*, p. 109.

<sup>101</sup> ...car c'est là précisément le danger, que... ces sentiments s'insinuent sans qu'on y pense et plaisent sans être aperçus. Cf. Jacques-Bénigne Bossuet (1694), “Maximes et Réflexions sur la Comédie”, in: *Oraisons Funèbres. Sermons – Maximes et Réflexions sur la Comédie* (do mesmo), Paris, Renaissance du Livre, s.d.: 147-204, aqui p. 149.

dúvida de que, perante uma tal cena, houvesse alguma “alma fria e mal organizada que ousasse interrogar-se sobre as razões que o determinam”, e observa-se:

“Em todas as situações, no papel sublime, o sentimento desenvolve-se, nunca se anuncia.

Este princípio fundamental estende-se aos pormenores mais ligeiros. Se pretendeis tornar interessante uma cançoneta, escolhei o assunto; fazei desaparecer o autor para não deixar ver senão a personagem, sem o que o interesse cessará com a ilusão.”<sup>102</sup>

Em suma: o teatro ou espetáculo músico-teatral, ao proporcionar a experiência da compaixão, enquanto experiência vivida – ou revivida – pelo espectador com total entrega, isto é, como uma experiência de verdade ou autenticidade, tornava-se numa escola de virtude.

Nisso consistiria, afinal, arriscaria eu, aquilo que podemos definir como a sua função catártica. Tal como em Aristóteles, o efeito pretendido era o da purificação do espectador – purificação essa que, no sistema de Rousseau, só podia ocorrer quando a arte, ao fazer-se esquecer a ela própria (isto é, ao apresentar-se como natureza), fazia esquecer simultaneamente as convenções e os vícios da sociedade (isto é, fazia regressar o espectador ao estado de natureza). A *catarsis* como momento de purificação pressupunha essa dupla operação anestésica: dos artifícios do teatro e dos vícios da sociedade.

## E) Conclusão

Do exposto, concluiria, em síntese:

Na *Lettre à d’Alembert* Rousseau retoma a condenação do teatro por Platão, pois vê no teatro da sua época, tal como outrora Platão via na dele, a reprodução dos vícios da sociedade. Na verdade, a ironia do ator não era senão a

---

<sup>102</sup>... *quelle ame froide & mal organisée oseroit, en voyant l’exemple, demander la raison du précepte?*

*Partout dans le rôle sublime le sentiment se developpe, jamais il ne s’annonce.*

*Ce principe fondamental s’étend jusqu’aux plus légers details. Voulez-vous rendre une chansonnette intéressante, choisissez un sujet; faites disparaître l’auteur pour ne laisser voir que le personnage, sans quoi l’intérêt cesse avec l’illusion. (Encyclopédie, vol. 17, pp. 184-185).*

manifestação no *palco teatral* da ironia que regia a interação entre as pessoas no *palco social*, mormente na sociedade da corte. Na interação social também só havia máscaras, e não sentimentos autênticos.

Na teoria da ópera que desenvolve em vários textos, Rousseau defende uma concepção alternativa de teatro, baseada na recuperação da sua função catártica, tomada de Aristóteles.

Nessa sua concepção, dir-se-ia que Rousseau inverte a alegoria da caverna de Platão. O teatro tinha de sofrer uma transformação tal que aquilo que ele antes mostrava como sombras passasse a ser a coisa em si – *la chose même*. A autenticidade das emoções só podia ser o teatro a proporcioná-la. Para tanto, eram precisos *génios* no sentido aristotélico do termo: autores e atores que, como diria Fernando Pessoa, fingissem “tão completamente” que chegassem a fingir “a dor que deveras sentem”. O teatro transformava-se assim, também para o espectador, numa experiência de autenticidade e de verdade, em contraposição à falsidade das relações sociais.

O efeito purificador da *catarsis* resultava da comunhão emocional (de todos os participantes na comunicação) nos sentimentos naturais do ser humano. Nesse sentido, o teatro constituía uma experiência de regresso à natureza. Eis o que o transformava numa escola de virtude – ao alcance de todos e que a todos colocava em pé de igualdade como humanos.

### III

Entrando na parte final desta comunicação, e na sequência duma linha de investigação que empreendi há anos, resta-me deixar apenas apontados alguns aspetos da relação entre a teoria da ópera de Rousseau e a teoria do drama musical de Wagner.<sup>103</sup> Da investigação já realizada, que tenciono aliás desenvolver e apresentar noutra ocasião, julgo poder concluir que

---

<sup>103</sup> Cf. Mário Vieira de Carvalho, “Auf der Spur von Rousseau in der Wagnerschen Dramaturgie”, in: *Opern und Musikdramen Verdis und Wagners in Dresden. Schriftenreihe der Hochschule für Musik “Carl Maria von Weber” Dresden*, 12 (1988): 607-624 (versão portuguesa in: M. Vieira de Carvalho, *Razão e sentimento na comunicação musical*, pp. 216-228). Sobre Rousseau (em especial, o *Discours sur l’origine de l’inégalité*) como fonte dramaturgica do *Parsifal*, de Wagner, ver ainda M. Vieira de Carvalho, “Parsifal oder der Gegensatz zwischen Theorie und Praxis als Dilemma der herrschenden Klasse”, in: *Beiträge zur Musikwissenschaft*, XXVIII/4 (1986): 309-319 (vs. port. in: M. Vieira de Carvalho, “Por lo imposible andamos”, pp. 91-107).

(a) o sistema de comunicação músico-teatral delineado por Rousseau constitui já a prefiguração, nos seus elementos essenciais, da *obra de arte total* wagneriana (*Gesamtkunstwerk*), que assenta na ideia de *drama* como resultado da fusão das várias componentes músico-teatrais;

(b) o *efeito de realidade* do espetáculo como um todo, pretendido por Rousseau, é levado às últimas sequências por Wagner através do aperfeiçoamento do palco ilusionista e do princípio da arte dissimulada concretizados no dispositivo do Teatro dos Festivais de Bayreuth.

O dispositivo técnico de Bayreuth, altamente complexo, abrangendo as dimensões cénica, acústica e arquitetónica, compreendia nomeadamente os seguintes elementos:

- “palco invisível” (*unsichtbare Bühne*), isto é, a dissimulação perfeita do aparato cénico;
- orquestra e maestro completamente ocultos do olhar dos espectadores e fosso da orquestra desenhado para intensificar a fusão dos instrumentos (“abismo místico”: *mystischer Abgrund*), o que correspondia ao ideal de uma música que se dissimula a si própria no propósito de suscitar a identificação (*Einfühlung*) do espectador com a ação representada e a “compreensão através do sentimento” (*Gefühlsverständnis*);
- sala em anfiteatro completamente escurecida durante a representação, tendo em vista o reforço da atenção dos espectadores, a sua capacidade de concentração (*sich sammeln*) e a sua constituição como comunidade (*Gemeinschaft*);
- “Aura” e “valor de culto” da arte subjacentes à conceção do Teatro de Bayreuth, afastado das grandes cidades (da sociedade), construído no meio da natureza, como lugar de peregrinação e “purificação” através duma experiência catártica: “Não é somente uma arte mais profunda, mais intensa que a geralmente conhecida, é a *Arte universal* ‘Gesammt Kunst’ (intraduzível), que nos comove no nosso organismo inteiro dirigindo-se a todos os sentidos; é uma Arte que nos dá a sugestão d’uma vida superior”.<sup>104</sup>

---

<sup>104</sup> José Vianna da Motta, *Arte Musical*, 31 de Agosto de 1904. Cit. in Mário Vieira de Carvalho, *Pensar é morrer’ ou O Teatro de São Carlos na mudança de sistemas sócio-comunicativos desde fins do século XVIII aos nossos dias*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993: 165.

“Fantasmagoria” foi o termo utilizado por Theodor W. Adorno para descrever, no seu *Ensaio sobre Wagner* (1952), a estratégia de comunicação servida por este dispositivo: tratava-se de ocultar os meios de produção para que o produto – o espetáculo – se apresentasse a si próprio como “autoproduzido”.<sup>105</sup> Poderá dizer-se então que, com o dispositivo de Bayreuth, Wagner leva o *efeito de realidade* do espetáculo músico-teatral ao seu ponto culminante: o da aparência de *auto-poiesis*, qual organismo com vida própria. Mas tal virá a ser, afinal, a partir dos anos trinta do século XX, o efeito do cinema sonoro como arte de massas. Nesse sentido, Bayreuth é já uma sala de cinema com um écran, em vez dum palco, e com uma banda sonora desmaterializada. E a “obra de arte do futuro” que sairia do *Gesamtkunstwerk* não é senão o filme sonoro. Como já alguém disse, Wagner seria hoje realizador de cinema.<sup>106</sup> Se assim é, porém, podemos concluir que se deve a Rousseau e a Wagner a invenção do cinema tal como este veio a estabelecer-se com as *talking pictures* na sua corrente dominante.<sup>107</sup>

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013)

---

<sup>105</sup> Theodor W. Adorno, “Versuch über Wagner” [1952], in: *Gesammelte Schriften*, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1998: XIII, 7-148, aqui p. 74. Cf. discussão aprofundada in: Mário Vieira de Carvalho, “Art as Phantasmagoria: Between Illusion and Reification”, in: *Kybernetes*, vol. 42, Nr. 9/10 (2013): 1367-1373.

<sup>106</sup> Cf. Hubert Kolland, “Wagner wäre heute Filmmacher”, comunicação ao congresso internacional *Richard Wagner – Leben, Werk und Interpretation*, Leipzig, 1983.

<sup>107</sup> Esta comunicação serviu de base a um outro estudo recente de minha autoria, onde a relação Rousseau-Wagner se encontra mais desenvolvida. Cf. “De Rousseau a Wagner ou a Invenção do Cinema”, in: M. Vieira de Carvalho, “Efeito de realidade e compaixão na teoria da ópera: De Rousseau a Wagner”, in: *Law and Compassion Drama and Pity. The Search for a Common Ground / Direito e Compaixão Drama e Piedade: A Procura de um Lugar Comum* (coord. de Clayton Santos Guimarães, Cristina Marinho, Nuno Pinto Ribeiro), Porto: Universidade do Porto – CETUP, 2014: 94-140, pp. 124-130.



## A “renascença portuguesa”, movimento plural

ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA

1. Na carta que, em 26 de Julho de 1911, Jaime Cortesão dirigiu a Raul Proença, pouco tempo depois da publicação do derradeiro número da primeira série de *A Águia*, em que ambos haviam colaborado, o futuro autor de ... *Daquém e dalém* *Morte* falava-lhe “da necessidade de fundar uma Associação de artistas e intelectuais portugueses com o fim principal de exercer a sua acção (...) orientadora e educativa, isenta de facciosismos políticos, num meio como o nosso, em que não há grandes ideias, nem grandes homens que as imponham.”

E acrescentava Cortesão: “um dos primeiros objectivos a realizar seria a fundação de uma revista orientadora e educativa, órgão dessa Associação, que, assim apoiada, deveria vingar”, admitindo que, para o efeito, se poderia aproveitar *A Águia*, embora com “largas modificações”, pela vantagem de ela dispor já de “certo público e de uma certa organização”, e cuja direcção pensava poder vir a ser confiada a Teixeira de Pascoaes, notando, contudo, que o essencial era que a revista dispusesse de “um corpo de redacção efectivo”, que, efectivamente, a dirigisse.

Continuando a delinear os termos do projecto que submetia à consideração de Proença, Cortesão salientava que, para garantir uma escolha rigorosa dos membros da futura Associação, a fim de que nela “só entrasse gente da mais comprovada honestidade”, se lhe afigurava conveniente começar por formar “primeiro um grupo organizador que, depois de sucessivas sessões, discutiria a entrada de novos sócios, que seriam admitidos ou não segundo a votação desse grupo”, aditando, com ironia: “É possível que assim o sufrágio desse resultados...”

Propunha, ainda, o autor de *A morte da águia* que a futura Associação viesse a ter um âmbito nacional, dispondo de três grupos, sediados em Lisboa, no Porto e em Coimbra, não se dispensando, também, de sugerir o valor da jóia e das quotas mensais dos seus associados.

Cortesão apresentou esta sua proposta a vários outros colaboradores da primeira série da revista portuense, que entenderam dar-lhe seguimento, tendo,

para o efeito, reunido, primeiro em Coimbra, em final de Agosto seguinte, e, depois, em Lisboa, em meados de Setembro, reuniões em que foi deliberado criar uma associação cultural denominada *Renascença Portuguesa*, designação que a maioria preferiu à de *Renascença Lusitana*, defendida por Pascoaes.

Nestas reuniões verificou-se haver diversidade de pontos de vista entre os promotores nortenhos da iniciativa e o grupo lisboeta que a ela aderiu, bem expressa na impossibilidade de acordo acerca de dois projectos diferentes de manifesto, apresentados, respectivamente, por Pascoaes e Proença, vindo a caber ao poeta amarantino, na qualidade de seu director literário, a redacção do editorial do primeiro número da II série de *A Águia*, como órgão da nova associação cultural, sediada, provisoriamente, na capital no norte e cuja finalidade era “promover a maior cultura do povo português” e “o desenvolvimento educativo de todos os cidadãos portugueses, por meio da lição, da conferência, do manifesto, da revista, do livro, da biblioteca, da escola, da Universidade Popular, da excursão, da exposição, etc.”, como se dispunha nos seus Estatutos.

2. Ao longo dos dois decénios em que desenvolveu a sua actividade, a *Renascença Portuguesa* cumpriu, no essencial, os objectivos culturais e educativos assim enunciados, desde logo, através das duas centenas de números que compõem as quatro séries (II a V) de *A Águia*, e das quatro dezenas de números do seu boletim *A Vida Portuguesa*, editado de 1912 a 1915, sob a direcção de Jaime Cortesão e em que foram abordados alguns dos mais candentes problemas educativos, económicos e sociais com que o País então se debatia, desde os problemas da emigração, da instrução secundária ou das bibliotecas populares até aos relativos ao porto de Leixões, às quedas do Lindoso ou aos problemas da agricultura e da indústria em Portugal.

Ao mesmo tempo, as Universidades Populares do Porto, Coimbra, Vila Real e Póvoa do Varzim realizaram diversos cursos de filosofia, literatura, história, ciências naturais e problemas políticos e sociais, bem como cursos profissionais de comércio e tipografia, sendo a obra cultural e educativa da *Renascença* completada e desenvolvida por uma notável actividade editorial, que excedeu as duas centenas de títulos, distribuídos por uma dezena de colecções, que cobriam as mais diversas áreas do saber e da cultura, da literatura à história, da economia

ao ensino, dos clássicos ao direito, em tudo revelando um exigente critério de qualidade e um amplo pluralismo quanto às ideias e às opções estéticas e culturais.

3. Com efeito, diferentemente do que muitas vezes se tem afirmado e escrito, a *Renascença Portuguesa*, movida por um sentimento patriótico de regeneração cultural e educativa do País, na concreta situação histórica em que actuou, não só não se circunscreveram ou encerrou no saudosismo de Pascoaes, como acolheu em si muito diversas opções filosóficas, políticas, estéticas, pedagógicas e historiográficas, ao mesmo tempo que, quer nos cursos das suas Universidades Populares quer nas páginas de *A Vida Portuguesa*, conferiu demorada e informada atenção aos mais importantes e decisivos problemas concretos e práticos com que, então, se defrontava a sociedade portuguesa.

Essa pluralidade afirmou-se, desde logo, na extensíssima lista de colaboradores de *A Águia*, nas quatro séries em que a revista foi órgão da associação renascente, nas pessoas escolhidas para dirigir as várias colecções que editou e nos autores cujas obras publicou.

Para além do grupo de intelectuais, escritores, pensadores e artistas que fundaram o movimento sediado no Porto, pelas páginas do seu órgão principal, entre 1912 e 1932, passaram os nomes mais destacados, ainda vivos, da geração de 1870, como Teófilo, Junqueiro ou Gomes Leal, figuras maiores da geração finissecular, desde Bruno, Basílio Teles, Raul Brandão ou Fialho de Almeida a Camilo Pessanha, Wenceslau de Moraes, Malheiro Dias ou Alberto de Oliveira, alguns dos mais ilustres professores da Faculdade de Letras do Porto (Damião Peres, Luís Cardim, Ângelo Ribeiro, Newton de Macedo, Teixeira Rego, Aarão de Lacerda, Hernâni Cidade), escritores como Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, Aquilino Ribeiro, Veiga Simões ou Vitorino Nemésio, os principais mentores da Presença (José Régio, Casais Monteiro, Branquinho da Fonseca, Gaspar Simões, Alberto de Serpa), os então jovens pensadores José Marinho, Sant'Anna Dionísio, Agostinho da Silva ou Delfim Santos, e novos poetas como Anrique Paço d'Arcos, Américo Durão ou Domingos Monteiro. Cumpre lembrar ainda a colaboração que a *A Águia* deram intelectuais, investigadores e eruditos como Aubrey Bell, Ezequiel de Campos, Luís Chaves, Mendes Correia, Vergílio Correia, Aurélio da Costa Ferreira, Philéas Lebesgue, Augusto Martins, José Osório de

Oliveira, Edgar Prestage, Carolina Michäelis de Vasconcelos, Miguel de Unamuno, Ribera y Rovira, Vicente Risco, Noriega Varela, Viana da Mota, João Barreira ou António Baião.

A este propósito, e contra uma ideia generalizada, convém recordar que, apesar das profundas divergências de ideias entre Sérgio e Pascoaes e Cortesão, que levou o primeiro a polemizar nas páginas de *A Águia* (1913-1914), com o poeta de *Marânus* e, em *A Vida Portuguesa*, com o futuro historiador (1913), o ensaísta não só continuou a colaborar, regularmente, no órgão do movimento até ao final deste, como dirigiu a sua *Biblioteca da Educação*, onde, além do primeiro volume dos *Ensaíes* (1920), foram publicados alguns dos seus principais trabalhos de índole pedagógica, como o opúsculo *Educação cívica* (1915), as *Considerações histórico-pedagógicas* (1915), *Educação profissional* (1916), *A função social dos estudantes* (1917) ou *O ensino como factor de ressurgimento nacional* (1918), cumprindo ainda lembrar que a conferência sobre *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares* foi por ele proferida, no Rio de Janeiro, em Dezembro de 1913, em representação da Renascença Portuguesa, para dar a conhecer, no Brasil, os objetivos culturais e educativos da nova associação.

Por outro lado, será ainda oportuno lembrar haver a *Renascença Portuguesa* editado obras de autores tão diversos como Raul Brandão (*El-Rei Junot, Memórias, I, Húmus, Teatro e 1817 – A conspiração de Gomes Freire*), Ezequiel de Campos, Basílio Teles, Carlos Selvagem, Américo Durão, António Arroio, Teixeira Rego, Carolina Michäelis, Leite de Vasconcelos, Mendes Correia, Lúcio de Azevedo, Wenceslau de Moraes, além, evidentemente dos seus fundadores e directores, tendo editado diversas obras de Pascoaes, Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão, Augusto Casimiro, Mário Beirão, Afonso Duarte, António Correia de Oliveira, Pina de Moraes, Villa-Moura, Aarão de Lacerda e Sant'Anna Dionísio.

4. Mais significativa da pluralidade que caracterizou a associação cultural criada em 1912 foi a que se manifestou nas diversas orientações nela expressas nos domínios filosófico, estético, educativo, historiográfico ou até mesmo político que, longe de a enfraquecer, se revelou um decisivo factor da sua vitalidade, que acabou por se alimentar e robustecer com estas fecundas tensões.

Na verdade, não será, decerto, muito difícil reconhecer haver assinaláveis diferenças, no plano das ideias filosóficas, entre o saudosismo de Pascoaes, o

criacionismo de Leonardo, o idealismo crítico de Sérgio, o racionalismo de Proença, o naturalismo de Teixeira Rego ou o pensamento estético de Aarão de Lacerda, que se exprimiu, acima de tudo, naquilo que diferencia o panteísmo e o ateísmo do primeiro do teísmo cristão do segundo, ou o deste, tanto da ideia de um Deus imanente na consciência do ensaísta, como do ateísmo mitigado do autor do *Guia de Portugal* e da interpretação do mistério da queda proposta na *Nova teoria do sacrifício*. Por outro lado, é significativamente diferente o modo como Leonardo e Pascoaes entendem a saudade e o seu significado e dimensão metafísica, da mesma forma que não pode ignorar-se a oposição crítica de Sérgio à valorização filosófica do sentimento saudoso.

Por outro lado, ainda, se parece inegável o que há de assinalavelmente convergente entre o idealismo criacionista leonardino e o idealismo crítico sergiano, no domínio gnosiológico, igualmente claro se afigura o que, no plano ontológico e teodiceico, distingue ambos os pensadores, assim como não pode ignorar-se que, em Proença, não só o problema do conhecimento recebe uma resposta de teor realista como há um anseio religioso que o aproxima muito mais do filósofo criacionista do que do autor dos *Ensaíos*.

Atente-se, ainda, nas profundas diferenças que se registam entre o modo como a religião e o fenómeno religioso eram compreendidos no pensamento de Leonardo Coimbra, Raul Proença, Teixeira Rego ou Aarão de Lacerda ou como o franciscanismo foi valorizado na obra leonardina e no ensaísmo sergiano, ou na compreensão da história portuguesa proposta por Jaime Cortesão.

Por último, assinale-se, por um lado, o comum interesse especulativo de Leonardo e Sérgio pelo pensamento anterior, a que ambos dedicaram aprofundados e compreensivos estudos hermenêuticos, só parcialmente coincidentes, assim como o diálogo que mantiveram com a filosofia francesa sua contemporânea, em especial com Lachelier, Boutroux, Hamelin e Bergson, no caso do filósofo criacionista, ou com Renouvier e Brunschvicg, no que respeita ao ensaísta, ao mesmo tempo que divergiam, profundamente, no juízo que faziam quer do pensamento do autor da *Evolução criadora* quer do valor estético da obra de Junqueiro.

Por outro lado, registre-se a demorada atenção reflexiva que a obra e o pensamento de Nietzsche mereceu por parte de Raul Proença e de Aarão de Lacerda, contrariamente ao que aconteceu com Leonardo e Sérgio, se bem que este último pareça ter aproveitado do autor da *Origem da tragédia* a contraposição que

abundantemente usou, entre o apolíneo e o dionisíaco, em especial na sua interpretação da figura e da obra de Antero.

Outro aspecto em que são assinaláveis as diferenças entre os pensadores reunidos na *Renascença Portuguesa* é o referente ao problema ou mistério do mal, pois, enquanto, para Pascoaes, teria origem divina, sendo o mundo, a natureza e o homem produto da cisão em Deus, da queda da sua unidade e da diminuição da sua perfeição, e para Teixeira Rego teria a sua origem na passagem da alimentação frugívora para a alimentação carnívora, já para Leonardo Coimbra essa origem encontrar-se-ia na queda, numa liberdade negando-se, escusando-se, fugindo às solicitações do “operoso e onnipotente” amor divino.

5. Também no domínio político eram assinaláveis as diferenças que se registaram entre as mais destacadas figuras do movimento cultural portuense, o qual, note-se agrupava tanto intelectuais republicanos, como Leonardo, Pascoaes, Sérgio, Proença, Cortesão ou Augusto Casimiro, como escritores assumidamente monárquicos, como Afonso Lopes Vieira, António Corrêa d’Oliveira ou Mário Beirão.

Por sua vez, no campo republicano, ao lado do republicanismo autoritário de Basílio Teles e dos defensores convictos e empenhados da democracia liberal, de pendor socializante, como Sérgio, Proença, Leonardo ou Cortesão, vamos encontrar um defensor de uma “democracia rural e religiosa”, de base municipalista, assente no sufrágio orgânico e fortemente crítica dos partidos políticos, cuja acção pretendia ver restringida ou mínimo, senão mesmo suprimida de facto, como era Pascoaes, enquanto, no terreno monárquico, o monarquismo liberal de Afonso Lopes Vieira se afastava, com clareza, do tradicionalismo de Beirão ou Corrêa d’Oliveira.

6. Esta diversidade de atitudes intelectuais projectava-se, igualmente, no domínio educativo, bem patente nas discordantes políticas prosseguidas por Leonardo e Sérgio, como Ministros da Instrução Pública, e nas ideias pedagógicas que propugnaram e na ímpar experiência pedagógica que foi a Faculdade de Letras do Porto, sendo de recordar ainda aqui a polémica travada entre Sérgio e Cortesão, nas páginas de *A Vida Portuguesa*, em 1913, a propósito das Universidades Populares e as *Cartas à mocidade* (1940), com que o grande historiador se

despediu de Portugal, nas vésperas do seu longo e fecundo exílio brasileiro. Contrapunham-se aqui uma concepção pragmática e cívica da educação, de inspiração inglesa, como era a de Sérgio, e uma orientação de cariz espiritualista, centrada no carácter e na realidade portuguesa, como era a teorizada por Leonardo e Cortesão e que Pascoaes igualmente perfilhava.

É, ainda, oportuno lembrar as antagónicas visões da história portuguesa defendidas por Sérgio e Cortesão, de base económico-social, a primeira e de funda inspiração espiritualista, atribuindo decisivo relevo ao elemento religioso e conferindo importante papel aos heróis e à acção individual, a segunda.

7. Se, no que respeita à teorização filosófica da saudade, havia significativas diferenças entre as posições do autor de *Verbo escuro* e do filósofo de *A alegria, a dor e a graça*, também no amplo grupo de poetas que militavam sob o pendão da *saudosismo poético* se registavam diferenças de vulto, em regra desatendidas, cumprindo lembrar aqui não só os muito distintos modos de vivenciar e exprimir a saudade entre os poetas saudosistas associados na *Renascença Portuguesa*, como, ainda, que, à margem dela, se afirmaram, pela mesma época, poetas saudosistas da superior qualidade de António Sardinha, Florbela Espanca ou Guilherme de Faria.

Na verdade, se, em António Casimiro e João de Barros, a saudade assume um carácter vitalista, surgindo associada a uma exaltação da vida e dos valores vitais e pátrios e se, em Afonso Duarte, se reveste de um sentido panteísta, mas de um panteísmo naturalista que está longe de alcançar a dimensão metafísica e transcendente que apresenta na obra de Pascoaes, já em António Patrício aparece intimamente unida ao amor e à morte, como revelação ou anúncio do bem futuro e instante em que o passado está presente, “abrindo os olhos sobre um fundo eterno”, apresentando, por isso, uma natureza transfiguradora, capaz de anular a morte, enquanto, em Fernando Pessoa, a saudade, que, inicialmente, surge referida às “reminiscências de qualquer outro mundo em que houvéssemos estado”, vem, depois, a articular-se com o sonho e a ser entendida ou vivenciada como saudade imaginada do que nunca foi ou nunca houve, de um possível nunca concretizado, ao mesmo tempo que, em Jaime Cortesão, se liga a um profundo sentido da terra e da paisagem, tocado de franciscana religiosidade, em António Corrêa d’Oliveira assume uma forte dimensão religiosa,

rigorosamente ortodoxa, na linha de um tradicionalismo ruralista e nacionalista, em Afonso Lopes Vieira, superada uma primeira fase de recorte naturalista e cientifista, abeira-se, decididamente, do romanceiro e do cancionero tradicional, numa feição também declaradamente lusitanista e em Mário Beirão é “divina ausência”, “voz da eternidade”, que na paisagem se refracta, “mortal recordação” que o homem, “inútil sombra” e da “escultura de Deus” “argila fria”, se encontra condenado a sofrer, no desterro “doutra existência, das perdidas manhãs do Paraíso”, animado pela “fé num sonho redentor, / em que tudo será no eterno Amor”.

A estas diversas vivências ou experiências saudosas anda associado um também diverso modo de compreender o tempo próprio da saudade, pois se, para alguns, como Corrêa d’Oliveira ou Lopes Vieira, ela se reporta, essencialmente, ao passado ou à ausência, para outros, como Pessoa, refere-se a um tempo sonhado ou imaginado, ao passo que, para outros ainda, como Pascoaes, Mário Beirão ou Patrício, apresenta uma consubstancial dimensão futurante e redentora do homem, do mundo ou de Deus.

8. Também a ficção produzida no âmbito do movimento renascente apresenta diversidade de caminhos estéticos e temáticos, que vão da antecipação expressionista e existencial da obra narrativa de Raul Brandão, em especial de *Húmus* (1917), a sua obra-prima, ou dos contos fantásticos de ... *Daquém e d’além Morte* (1913), de Jaime Cortesão, na linha esquecida de Teófilo e Álvaro do Carvalho (1884-1868), ao esteticismo decadentista de Villa-Moura (1877-1935) e ao regionalismo, de recorte ainda naturalista de Pina de Moraes (1889-1953), de *A paixão do “maestro”* (1922).

Idêntica pluralidade de opções estéticas se revela, ainda, no domínio da criação dramaturgica da *Renascença Portuguesa*, em que com o simbolismo e o saudosismo do teatro de António Patrício, do *D. Carlos*, de Teixeira de Pascoaes e dos dois dramas históricos de Jaime Cortesão, coexiste o expressionismo e a dimensão existencial dos dramas e das farsas de Raul Brandão, o teatro rural de Carlos Selvagem e Américo Durão, o teatro de actualidade do mesmo Selvagem e do Cortesão de *Adão e Eva* ou os autos de inspiração popular de Corrêa d’Oliveira e Afonso Lopes Vieira.

9. Uma última questão considero ser oportuno abordar ainda aqui: a que diz respeito às relações de dissidência, ruptura ou continuidade existentes entre o grupo *Seara Nova* e a *Renascença Portuguesa*, uma vez que na origem e fundação da revista lisboeta estiveram alguns dos principais promotores e associados do movimento cultural surgido dez anos antes na capital do norte, como é o caso de Raul Proença, Jaime Cortesão, Câmara Reys, Augusto Casimiro, Raul Brandão e, dois anos mais tarde, de António Sérgio, vários dos quais continuaram a colaborar em *A Águia* depois da criação do órgão do grupo seareiro, devendo ainda notar-se que, analogamente, pelo menos dois dos directores das duas últimas séries da revista portuense colaboraram, regularmente, na *Seara Nova*, o mesmo acontecendo com outros destacados jovens renascentes, como Agostinho da Silva e José Marinho.

Convém começar por recordar aqui o que Raul Proença escreveu na apresentação do n.º 1 da nova revista lisboeta, publicado em 15 de Outubro de 1921, ao esclarecer que ela queria “chamar a atenção de todo o país para as reformas necessárias e contribuir para que se criasse, em torno dessas reformas, uma opinião nacional que as exigisse e as apoiasse”, do mesmo passo que pretendia “fundar as condições da verdadeira democracia” e “contribuir para a grande e profunda Revolução” que deveria “redimir a nossa Pátria”, esforçando-se, acima de tudo, pela “elevação do Espírito, condição essencial de toda a nobreza da vida humana e das próprias reformas materiais”, em nome do “verdadeiro idealismo”, o que “mergulha as suas raízes nas mais fundas necessidades da existência”, aquele que “exprime a própria vontade de viver uma vida inteiramente humana”, convictos que estavam os seus promotores de que “nenhum esforço de redenção nacional seria possível sem uma “espécie de conversão e de exaltação religiosa dos espíritos”.

Recusando ser um partido político, a *Seara* não deixava, no entanto, de se afirmar contra todas as formas de nacionalismo militarista e de declarar que as suas simpatias iam para os que lutavam pelo triunfo do socialismo, “dentro da ordem, dos métodos democráticos e desse espírito de realidades sem o qual são inteiramente ilusórias quaisquer reformas sociais”.

Se abstrairmos desta clara tomada de posição política, estas palavras do autor de *O eterno retorno* no essencial, não se afastam das ideias contidas no projecto de manifesto da *Renascença Portuguesa* que Proença redigira em decénio antes,

quando afirmava que, através da escola, do livro, da revista, do panfleto, do manifesto, da conferência, da exposição, do inquérito, da viagem de informação de estudo, a nova associação cultural diligenciaria criar, em Portugal, “uma *elite* consciente” e “uma *opinião pública* esclarecida”.

10. Sendo inegável que os dois movimentos, separados uma década na sua criação, prosseguiam objectivos não inteiramente coincidentes, de índole predominantemente educativa e cultural, o surgido, no Porto, em 1912 e de carácter prioritariamente cívico e político, o aparecido, em Lisboa, em 1921, não deve esquecer-se, por um lado, a diversa conjuntura política, social e espiritual em que cada um deles surgiu e, por outro, aquilo que, apesar disso, apresentavam de comum ou em que vinham a convergir: a preocupação pela regeneração ou redenção da Pátria portuguesa, a prioridade conferida à elevação do Espírito e a atenção dada à educação e à cultura ou o lugar conferido aos problemas concretos da vida portuguesa, da economia ao ensino, da agricultura à indústria, dos problemas sociais ao aproveitamento das riquezas naturais do País.

Daí que, se é verdade que, nalguns aspectos não dispiciendos, a *Seara* representou um certo afastamento ou uma relativa ruptura com um movimento que, com a cessação da publicação de *A Vida Portuguesa* e após o afastamento de Pascoaes, sob a direcção exclusiva de Leonardo Coimbra (de 1922 a 1927), tendia, talvez, a confundir-se com a Faculdade de Letras do Porto e a descurar a consideração de problemas sociais, políticos e sociais tornados particularmente agudos com o termo da I Guerra Mundial, por outro lado, não se pode ignorar que, em larga medida, o grupo lisboeta, mais próximo dos centros de poder e mas sensível à gravidade da crise nacional, veio a ser, em larga medida, o herdeiro e continuador, numa situação política, social e cultural muito diversa da de 1912, do mesmo espírito e dos mesmos nobres intuitos de regeneração do País e de incutir uma verdadeira dimensão ética e espiritual numa sociedade e num regime em acelerada degradação política, cívica e moral como era a I República nos inícios dos anos 20 do século passado e que veio a conduzir ao seu definitivo colapso um lustro depois.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 14 DE MARÇO DE 2013)

# Os limites da austeridade e a saída da crise

PAULO DE PITTA E CUNHA

1. Há dois caminhos extremos para a resolução da crise da dívida soberana.

O primeiro consistiria na reestruturação da dívida, incluindo um *hair cut* substancial negociado com os credores – solução humilhante que se tornou inevitável no caso da Grécia.

Afigura-se-nos que Portugal está ainda a tempo de se eximir a esta situação. Mas a via é estreita, porque no programa de auxílio externo são dominantes os aspectos de cariz punitivo, faltando um impulso articulado e claro para a recuperação da economia. Não basta conseguir-se o acesso aos mercados: o País só sairá da crise pelo retorno ao crescimento.

2. Ainda mais drástico seria o abandono da zona euro e o regresso à moeda nacional, que não se afigura constituir solução praticável sem graves danos económicos e políticos. A muito considerável depreciação cambial que se seguiria ao abandono da moeda única seria acompanhada de gravíssimas perturbações muito sérias do sistema financeiro, implicando a imposição de controlos de capitais não compatíveis com o conceito do mercado interno europeu. E a dívida externa denominada em euros resultaria substancialmente agravada em termos de moeda nacional.

Por outro lado, a depreciação cambial subsequente à retirada do sistema de moeda única, para além do risco de se ver anulada pelo efeito inflacionista que suscitaria, poderia deparar com a falta de condições estruturais para a oferta das quantidades acrescidas de bens e serviços transaccionáveis, indispensáveis à recuperação do saldo exterior.

Acresce que, aberto o precedente do abandono da união monetária por parte de um dos seus membros, poderia produzir-se um perigoso efeito de contágio, e ver-se ameaçada a subsistência não só da zona euro como da própria União.

Tal como exprimi reticências em relação ao projecto da moeda única – tendo em particular considerado desaconselhável que Portugal figurasse no elenco dos

fundadores –, tenho de reconhecer que, como (bem ou mal) tal projecto se materializou, seria agora nefasta a sua dissolução.

3. Compreende-se que os países financeiramente mais folgados procurem esforçar-se por evitar a situação extrema de abandono da zona por parte dos que estão directamente envolvidos na crise. A questão é saber se é bastante a panóplia das medidas que admitam assumir.

A união monetária, pelo próprio imperativo da sua sobrevivência, deveria ser completada pelo reforço de dispositivos da vertente económica, através de fórmulas nascidas de um impulso solidário que, independentemente da existência, ou não, do desígnio de formação de uma Europa federal, não deixariam de se traduzir em avanços no sentido de uma maior integração política. Ora, a crise ocorre precisamente na fase de mais evidente desvitalização do projecto europeu e de esmorecimento do espírito que o inspirou.

4. As reservas que formulei assim que foi conhecido o projecto da moeda única europeia radicavam não só nas insuficiências desse específico projecto (o desequilíbrio entre a vertente monetária e a vertente económica; a falta de soluções para os choques assimétricos numa óptica de solidariedade), mas precisamente na apreensão de que se desenvolvesse a virtualidade propulsora de uma solução federal, a qual, no termo do processo, poderia pôr em causa a subsistência dos Estados com entes directos das relações internacionais, levando inclusive Portugal a transpor um limiar inaceitável na integração.

Daí o ter preconizado para o nosso País a assunção de uma posição de *wait and see*, no estilo da excepção dinamarquesa, ao invés do deslocado orgulho oficial pela participação no núcleo fundador da UEM.

Para salvar a união monetária, parece tornar-se inevitável, por razões de ordem instrumental, a intensificação da integração fiscal e financeira. Só que ela vai no sentido oposto à presente dissipação do impulso para o federalismo político na Europa, que se observa mesmo nos países que abertamente o advogaram no passado.

Compreende-se que, no presente contexto, e para mais porque não deixam de aparecer fragilidades não previstas – como a que agora emerge da situação política italiana, e a que está envolvida na proposta de confisco parcial dos

depósitos bancários contida no programa de auxílio externo a Chipre, medida cujo anúncio, só por si, constituiu erro desastroso, por atentar contra a garantia dos depósitos e minar as bases de confiança em que assenta o sistema financeiro –, a hipótese de implosão da zona euro continua a não poder ser excluída.

5. De resto, em certos eleitorados nacionais está a verificar-se uma preocupante reacção de desconfiança quanto à capacidade de os partidos políticos tradicionais do arco da governação enfrentarem a recessão que vai submergindo a Europa, voltando-se para soluções de índole populista, talvez ingenuamente sedutoras, mas inaptas para a resolução dos problemas de fundo que assolam as economias.

Ao mesmo tempo, vai-se exacerbando a clivagem entre a visão ultraliberal de uma terapêutica frontal de austeridade e a perspectiva daqueles que, decepcionados com os resultados daquela, apelam para uma saída “keynesiana” da crise, concentrada no impulso ao emprego, ao investimento e à expansão real, se bem que raramente especificuem que instrumentos deveriam ser utilizados e com que recursos financeiros se poderá contar.

A solução deverá estar numa síntese de elementos das duas ópticas extremas.

Mas o risco de a austeridade suscitar o declínio da expansão é maior nas economias que não dispõem do instrumento de variação autónoma do câmbio, como é o caso das participantes numa união monetária. A falta daquele instrumento torna instantânea a concepção e introdução de políticas que envolvem o apoio de órgãos centrais do Grupo, visando compensar a meta da correcção do desequilíbrio orçamental com o impulso de recuperação do emprego, do crescimento e da expansão real nas economias em crise.

E aqui a ênfase é posta nas “reformas estruturais”, ligadas à flexibilização dos mercados; à promoção da educação e da inovação, procurando contrariar-se o lento crescimento da produtividade; à eficiência do regime fiscal.

Ora, foi precisamente a falta de políticas deste tipo – assumidas a nível europeu – que marcou o planeamento da actual união monetária, situação que a “Agenda de Lisboa”, não obstante as intenções proclamadas, não conseguiu modificar.

6. Estando um país impossibilitado de operar a desvalorização externa para a recuperação da competitividade, em razão da pertença à união monetária, e excluída a hipótese de retirada da zona, introduzir-se-á uma espécie de “desvalorização interna”, através da compressão dos salários e demais rendimentos, para se abrirem oportunidades de expansão das exportações de bens e serviços, e assim se eliminar por forma sustentada o défice da balança corrente e se criarem condições, a par das suscitadas por uma melhoria progressiva da balança de capitais, para o reembolso gradual da dívida externa acumulada em excesso.

Mas há limites – presentes no caso de Portugal. Em primeiro lugar, se as exportações do país representarem uma parte relativamente pequena do produto interno, a correcção do défice não terá suficiente amplitude. Depois, as medidas restritivas que geram a referida desvalorização interna levam a uma recessão induzida e a graves tensões sociais, dificultando a visada transição da austeridade para o crescimento.

A questão de saber como processar tal transição mantém toda a sua actualidade. A generalização da recessão induzida mostra que as medidas restritivas, só por si, não resolvem o problema. Antes o agravam. Compreende-se que se preconize que, a par de medidas internas visando a expansão, a redução do desemprego e a melhoria da produtividade, seja proporcionado, para além de um abrandamento nas exigências do actual programa, um auxílio externo destinado a evitar a asfixia na depressão e a concorrer para o crescimento do produto.

Para o conseguir não ajuda a assunção de uma atitude acrítica ou passiva por parte dos governantes, a qual deveria dar lugar a uma posição mais criativa e mais assertiva na promoção dos interesses nacionais.

7. Caímos aqui na velha questão da falta de solidariedade intra-europeia, pois o que estaria em causa não seria o “auxílio” gélido que se vem praticando, mas uma atitude bem diferente, inspirada no espírito solidário no interior da União. A questão é que tal espírito vai estando ausente das realizações intra-europeias.

O certo é que a situação económica e social dos países da Europa meridional – vejam-se os resultados confusos das últimas eleições parlamentares na Itália e na Grécia e a difusão de manifestações de descontentamento em Portugal e Espanha – revelam o estreitamento quase total da margem para mais austeridade.

Além dos danos causados ao tecido produtivo e da deterioração das condições de vida, o retrocesso da economia leva ao agravamento da situação social e política dos países afectados pela crise e, possivelmente, da zona euro no seu conjunto.

8. Numa análise que acaba de ser difundida pelo Banco Central Europeu, refere-se que tudo indica que os programas de ajustamento estão a atingir as suas metas na Irlanda e em Portugal. Pelo menos no que toca ao nosso País, esta referência, além de pecar por excesso de optimismo, escamoteia as dificuldades com que a execução do programa tem deparado, omitindo os malefícios em termos de emprego e condições de vida que tem acarretado e a frustração perante a falta de resultados e de um horizonte crível para o fim da crise.

À percepção, por parte das entidades internacionais ligadas ao programa, de que este vem sendo executado de modo favorável contrapõe-se, no plano interno, a consciência das graves tensões e do mal estar que decorrem de sucessivas decepções, tendo a última sido suscitada pela decisão sobre a inconstitucionalidade de certas normas do Orçamento para 2013, perante a estranha impreparação do Governo para prevenir situações que, como esta, tinham manifesta probabilidade de se concretizarem.

Infelizmente, parece ainda bem distante a saída da crise. E estão longe de se dissiparem as dúvidas que pesam sobre o futuro do euro, quer no plano específico dos países em dificuldade, quer na óptica da zona no seu todo.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 11 DE ABRIL DE 2013)



## Torga e Unamuno: um diálogo não apenas ibérico

JOÃO BIGOTTE CHORÃO†

“Venho, porque este humano coração/Não tem força que ponha/Silêncio onde se deve gratidão”. Cito na primeira versão, depois emendada, um dos *Poemas ibéricos* dedicados à memória de Lorca. Venho também a esta terra onde Carlos Carranca tem as suas raízes e à qual estou afectivamente ligado. E ainda porque Unamuno e Torga são – permita-se-me a confissão – dois dos meus autores.

Entre 1988 e 2011, Carlos Carranca consagrou a Torga não menos de sete títulos. Sobre a obra vasta e multifacetada escreveu páginas de exegese e deu um testemunho sobre a forte personalidade do homem que lhe foi dado conhecer não apenas livrescamente. Quando se fala de Torga, não se pode omitir o nome de Unamuno, que foi decerto uma das suas referências. Na alma agónica de um se revia o outro, comungando no mesmo sentimento trágico da vida.

Com a bibliografia passiva de Torga não deu Carlos Carranca por concluído o seu estudo do *Diário* e das afinidades electivas com Unamuno. Esse o tema que escolheu para a sua tese de doutoramento, a que se abalçou não para conquistar um título e percorrer as etapas de uma carreira académica, mas por vocação ensaística e preito a dois representantes da cultura ibérica.

Pude assistir às provas de doutoramento de Carlos Carranca e aí tive oportunidade de testemunhar a segurança do doutorando na exposição da matéria e o desembaraço na resposta à arguição do júri, prevalecendo-se de uma voz treinada no recitativo e no fado. O fado ou a balada de Coimbra que teve em Luís Goes um grande intérprete – o mesmo Luís Goes que, pela última vez, pude ouvir, aplaudir e abraçar no convívio depois das provas académicas. Voz admirável, a de Luís Goes, que aliava a esse dom a extrema simpatia humana.

Quem de Torga conheça tão-só o *cliché* que o pinta pouco sociável e algum tanto jacobino, ficará surpreendido se alguém referir o seu gosto de conviver, em círculo obviamente restrito. E não menos ficará surpreso se tiver notícia de que Torga, bom conversador, inflectia o discurso da literatura para a religião, de

Cervantes para Santa Teresa de Ávila. A literatura não esgotava os seus interesses, a sua paixão era a terra, a pátria carnal – essa terra que o poeta sacralizava –, a aflita e aflitiva interrogação sobre o sentido da vida e o mistério insondável da morte, de matriz tão unamuniana.

Ideia feita é ainda a de que o *Diário* de Torga é escasso de nomes (não de topónimos), nomes que, como numa procissão, desfilam no *Journal* de Gide e no de Julien Green. Torga, se não é pródigo em citações, refere mais nomes do que à primeira vista parece. Nomes de escritores, para citar só estes. Houve já quem fizesse um inventário dos escritores referidos no *Diário*, Isabel Ponce de Leão, em *A obrigação, a devoção e a maceração* (pp. 149-150) e, mais latamente, Bernardino Henriques, em *Miguel Torga (quase) na primeira pessoa* (p. 205). Dos portugueses, Camões (67 referências), Camilo (35), Eça (22), Pessoa (21). Nos escritores estrangeiros, ocupa o primeiro lugar Cervantes (18 nomeações), logo seguido de Gide (16), de Proust (12), de Shakespeare (10).

E Unamuno? Não aparece entre os mais citados, mas é uma presença inevitável em Torga, que numa página autobiográfica divulgada por Clara Rocha na *Fotobiografia* confessa uma admiração superlativa que se exprime no verbo *venerrar*. No rosto de Torga, o que logo vemos é a máscara granítica que não se abre numa expressão afável. O “velho mocho de Salamanca”, como o retrata Torga, também não facilita a aproximação com o que tem um ar severo. Unia-os, de certa maneira, “a patética agonia” de um “espírito católico, romano” encarcerado num “corpo quente de heresia”. Assim, paradoxalmente, o vê Torga. No *Diário*, no incerto ano de 1942, lá se ouve aquele grito irreprimível: “Ah! Unamuno! Porque morreste? Porque não posso eu falar-te nesta hora dramática do mundo, aqui nesta nossa Ibéria carregada de sol e de tristeza...?”

Torga não conheceu Unamuno. Viu a sua sombra em Coimbra, quando aqui veio, a convite oficial, numa embaixada intelectual. Não compreendia que um homem como Unamuno viajasse de companhia e oficialmente. Nos livros portugueses da livraria de Unamuno – hoje na casa-museu de Salamanca – não figura nenhum Torga. É certo que em 1935 Torga ainda não publicara o seu primeiro grande livro, *O outro livro de Job*, que, creio, teria em Unamuno um leitor altamente qualificado. No entanto, dir-se-á de passagem que um dos primeiros títulos, não de Torga, mas do ainda Adolfo Rocha, *Rampa*, o autor o ofereceu, com uma seca dedicatória, ao grande letrado e grande viajante Valery Larbaud.

A filosofia é aprendizagem da morte. Tanto Unamuno como Torga viveram agonicamente e a morte não os visitou de igual modo. Unamuno foi fulminado no final do ano, quando recebia um visitante que deixou um testemunho do pano que vira descer abruptamente sobre o autor do *Sentimiento trágico de la vida*. Para Unamuno a morte não veio de noite, quando tudo dormia, como no famoso verso não premonitório. Veio ao cair da tarde em Salamanca, “sin hacer ruido”. Quem vivera e escrevera espectacularmente desaparecia pé ante pé, sem agonia. Pelo contrário, Torga teve o martírio de um longo e doloroso calvário – palavras, aliás, recorrentes na sua prosa e poesia. Pôde registar no *Diário* esses passos da cruz, que percorreu com lúcida coragem. Já não vivia – via-se viver, como escreveu. Um escritor não da sua família espiritual, Papini, escreveu uma *schegge* sobre a “morte quotidiana”: “Eu morro um pouco por dia, em pequenas doses, segundo o módulo homeopático”. Torga escreveu, ele próprio, o seu *requiem* – derradeira página do seu extenso monodialogo.

No verão de 1993, visitei-o pela última vez, já muito alquebrado e reclinado num divã do escritório. Como na manhã desse dia de Agosto consultara, no gabinete do director da Biblioteca Geral da Universidade, Doutor Aníbal Pinto de Castro, 20 cartas de Unamuno no espólio de Eugénio de Castro, entre 1903-1914. Li a Torga apontamentos que tirara desse epistolário, e pareceu-me que ele se animava com o que ouvia.

Com uma sinceridade que nele era uma expressão de interesse e simpatia, Unamuno dizia sem rodeios o que pensava da poesia de Eugénio de Castro. Não gostava do artifício, do esteticismo e do rebuscado de importação francesa, mas gostava do que é mais português e castiço em Eugénio de Castro e no poema *Constança*: “y es que yo creo que cuanto más de un pais e más de su tiempo sea un poeta es más de los paises y de los tiempos todos”.

Recordo ainda dessa conversa a valorização do génio de Pascoaes, o contributo de Manuel Laranjeira para o pessimismo nacional (tão decisivo para a visão portuguesa de Unamuno), o messianismo de Sampaio Bruno. “Hay algo de judaico en ustedes, en su manera de esperar y de resignarse”, observava Unamuno.

\* \* \*

Outra circunstância que aproximava os dois grandes escritores ibéricos era a vocação viageira e o sentimento da Natureza. Salamanca e Coimbra não foram o berço mas o porto em que lançaram ferro e onde vieram a escrever boa parte da sua melhor obra.

A casa em que Torga viveu desde 1953 lá está, na expectativa de um museu aberto à curiosidade e interesse de investigadores e estudiosos da sua vida e obra. O mítico consultório, no Largo da Portagem, já não existe de portas abertas à juventude que ali ia, na expectativa de uma palavra de ânimo e de estímulo. Com conhecimento de causa, Carlos Carranca pode evocar essa porta disponível para esses encontros que se prolongavam como se o tempo fosse abolido. Numa página do *Diário VII*, o próprio Torga falou desse magistério que exercia na pele de um como que confessor laico: “Os segredos que vivem sepultados nas quatro paredes deste consultório! E que responsabilidade humana eu assumi no dia em que franqueei a porta do confessor! Modesto e atribulado servidor duma religião temporal, vieram-me ter às mãos as dores mais lancinantes, as intimidades mais recônditas, as dúvidas mais inquietantes. E para todos eu tive de arranjar esperança! Do saco da minha pobreza individual, fui obrigado a tirar remédios milagrosos, optimismo, fé, ilusões. E, em troca, os miraculados deixaram-me a sala cheia de espectros. As peles desgraçadas que despiram.”

A memória de Unamuno preserva-a a Casa-museu salmantino, com a biblioteca em que não faltam livros portugueses, manuscritos do autor e milhares de cartas, por assim dizer remetidas de todo o mundo, assinadas por grandes nomes da cultura universal e por leitores e admiradores mais ou menos obscuros. Na *sua* Universidade, fechada como um sacrário e só aberta para algum evento, a sala Miguel de Unamuno guardará o longínquo eco do seu verbo arrebatado e dialéctico. Na Plaza Mayor assalta-nos a ilusão de ver a sombra de don Miguel, ensimesmado no seu mundo ou discutindo de “esto y aquello” com quem devotamente o seguia. Homem de solilóquio e de diálogo, sempre igual a si mesmo, enraizado mas pronto para “andanzas” *Por tierras de Portugal y de España* e por outras paragens (França, Itália), lugares de exílio ou de afinidade sentimental e cultural.

O trasmontano Torga viajou por outros continentes que não só o europeu – Américas, África, Oriente. Nessas viagens redigiu um como que diário de bordo,

porém mais minucioso, mais subjectivo, mais culturalmente alicerçado. Nos livros autobiográficos – acima de todos o *Diário*, “obra maior de Torga”, como reconhece, e bem, Carlos Carranca –, no itinerário de *Portugal* e nos escritos luso-brasileiros de *Traço de união* encontra-se toda uma radiografia de outras gentes e outras terras, estudadas com uma profundidade que não se satisfaz com um olhar apressado e pretensamente “objectivo”.

Notoriamente introspectivos, Unamuno e Torga gostavam de conversar com os que deles se aproximavam para ouvir o seu magistério socrático. As viagens, mesmo nemesianamente ao pé da porta, eram para eles viagens interiores, pela soma de reflexões e interrogações que suscitavam. Vem a propósito citar aqui Carlos Queiroz e estes seus nítidos versos: “Ver com os olhos/É fácil e vão/ Por dentro das coisas/É que as coisas são.” Grandes poetas, sondam o mistério na tentativa de apreender o que ele esconde.

\* \* \*

Diga-se, a finalizar, que a tese de Carlos Carranca é uma tese atípica, porque não pesada e esdrúxula como um bacamarte, isto é, um alfarrábio a desafiar a paciência do júri. Ensaísta, não afoga o texto em notas de rodapé nem exhibe uma erudição que se excede em bibliografia. Lê e interpreta com as luzes da intuição os textos dos autores que escolheu, numa leitura mais abrangente porque alicerçada no comparatismo.

O que Unamuno designa por “intra-história” – que alguns aproximam do “inconsciente colectivo” de Jung – era a herança consubstanciada nas tradições, nas raízes, na alma do povo, essa herança a encontramos também em Torga. Como no casticismo que privilegia o que é genuíno (avesso portanto ao artificioso) e a partir da pátria pequena ascende aos valores nacionais que uma literatura cosmopolita e mimética desconhece e despreza.

Para concluir, direi que Unamuno e Torga, por íntima rebeldia, não aceitavam dogmas e, como tal, eram religiosamente heterodoxos. Alheios à medíocre satisfação dos instalados, interrogavam e interrogavam-se, sempre e agonicamente perplexos.



# Joaquim Pedro Gomes de Oliveira. Memória de um Académico e de uma Época

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

Joaquim Pedro Gomes de Oliveira descende de uma antiga família de Vila Nogueira de Azeitão, sendo neto de Alberto Gomes de Oliveira e de sua mulher Francisca Xavier, que tiveram quatro filhos com posições influentes: João, sargento-mor da ordenança de Azeitão, Manuel, doutor em teologia, António Xavier, tenente do Correio-mor e Pedro, director de serviços do mesmo Correio-mor. Com uma forte ligação à família Gomes da Matta, concessionários dos Serviços dos Correios, desde 1606 até 1797, encontramos-os a exercer funções importantes nesse domínio, além de terem uma intervenção na modernização agrícola da zona. Saliente-se que o referido João Gomes de Oliveira, Sargento-mor, foi responsável pela plantação de castanheiros nos areais húmidos de Azeitão (daí os Castanhos), o que muito contribuiu para a fixação de novas culturas agrícolas. Casado com Micaela Gertrudes Barreto, os seus filhos foram Alberto, Joaquim Pedro, Maria e José Barreto, tendo este último sucedido a seu tio António Xavier, como tenente do Correio-mor até ao final da concessão régia, exercendo depois o cargo da direcção do Correio Geral de Lisboa. Primo de outro setubalense ilustre, Manuel Maria Barbosa du Bocage, José Barreto apoiou-o em diversos momentos de dificuldade económica. Recorde-se que Elmano Sadino, Bocage, vivia na Travessa André Valente à Calçada do Combro, bem próximo das casas do Correio-Mor onde se encontrava a morada de função de José Barreto Gomes de Oliveira. Leia-se o soneto CCLXVIII de Bocage: *“Pelo tesouro de moral riqueza / Barreto benfeitor, Barreto amigo, / Não temas ser de nada infesta presa: // Além dos tempos viverás comigo”*.

Joaquim Pedro nasceu em 23 de Maio de 1762, tendo sido orientado para os estudos teológicos. Obteve carta de ordens menores em 1779 na Igreja de Santa Maria de Leça, resolvendo, porém, em 1790, seguir o estado secular na vida de magistrado. Em Coimbra, frequentou Matemática e Filosofia tendo obtido em ambos os cursos as cartas de formatura (1787-1788). Em 1789, recebeu a carta de

bacharel em leis, tendo sido nomeado, em Julho de 1791, juiz de fora da comarca de Pinhel. Em 1794, já o encontramos na terra dos seus ancestrais, como Provedor da comarca de Setúbal. Em 1800, é investido, por decreto, no hábito de Cristo e no ano seguinte alcança o posto de juiz do Tombo Geral da Casa do Infantado. Em 1801, na tradição da cultura agrícola legada por seu pai, obtém carta régia para os bens da coutada do Pinheiro e, em 1802, é desembargador no Porto, com exercício no Tombo Geral, obtendo carta de propriedade do ofício de juiz da coutada da Arrábida – sendo provido na Mesa da Consciência, para o Tombo nas comarcas de Sesimbra e Arrábida. Em Fevereiro de 1803, obtém carta de cosmógrafo da mesma comarca de Setúbal e, em Outubro, o alvará de Almojarife de Sesimbra. Em 1807, no ano da partida da Corte para o Brasil, é Superintendente do Sal da Alfândega de Setúbal, encargo da maior importância em virtude da prevalência desta actividade económica na península de Setúbal.

Conhecedor profundo da situação do termo de Azeitão, em especial no domínio da agricultura, foi, a propósito dessa actividade, que fez uma comunicação à Academia das Ciências, na sessão de 6 de Julho de 1791, sobre as posturas da referida vila, em complemento à investigação de Tomás António de Vila-Nova Portugal, conhecido economista e seguidor de Adam Smith. Aí começava o académico, no texto publicado nas “Memórias Económicas”, por elogiar os passos dados no tempo de D. José e no consulado pombalino, uma vez que a cultura, o comércio e a polícia «entraram a ter a consideração, que pela sua importância mereciam, encontrando-se já na nossa legislação sábias e providentes leis que livraram em parte esta interessante matéria da variedade, e confusão, em que se achava envolvida». Descobriam-se, porém, restos dos antigos usos feudais, apesar dos esforços feitos no tempo do Mestre de Avis, havendo do lado do ponente a preocupação de encontrar pistas de coerência jurídica, no sentido da liberdade económica, capazes de favorecer a fixação e a criação de riqueza. Começa, assim, o autor por falar da qualidade do terreno e da situação do lugar de Azeitão: «propriíssimo para a produção de bons vinhos». «Com justa razão têm sido, em todos os tempos, e são ainda hoje, as vinhas o mais interessante e mais extenso ramo da cultura daquele distrito». Salvaguardando o anacronismo, estamos diante dos antepassados do vinho Periquita... Fala-se, por isso, da protecção e disciplina das vinhas, castigando-se os proprietários do «gado cabrum» que levassem os rebanhos, bem como os jumentos, para as vinhas, além das

proibições que exigiam os cães presos desde o dia de S. Tiago (25 de Julho) até 12 de Outubro, impedindo-se a existência de colmeias em menos de um quarto de légua de distância das vinhas. Note-se a referência ao facto de, em Azeitão, haver liberdade para definir o tempo da vindima, ao invés de outros lugares, acrescentando o autor a necessidade de haver regras cuidadosas quanto à poda, com penas para quem podasse em benefício do vinho e com dano da vinha. Infelizmente, não houve condenações para os rendeiros abusadores (já que eram eles que estavam em causa). Por outro lado, havia a proibição de vender vinho para fora do termo sem licença da comarca, bem como de comprar vinho por grosso. Explica a memória, que os vinhos de Azeitão tinham duas saídas: os portos de Setúbal e de Lisboa. À partida, os comerciantes de Setúbal protegiam a sua produção em detrimento da de Azeitão. Desde o século XIII, a qualidade dos vinhos de Azeitão impôs-se – porque «conhecendo os de Setúbal que os seus vinhos já não podiam suprir o consumo, e extração, crescendo com o comércio o consumo das embarcações nacionais e estrangeiras para o porto daquela vila, cederam às decisões e admitiram os vinhos de Azeitão». Mas havia ainda a concorrência de Palmela e as limitações e sanções de que eram vítimas os de Azeitão, razão pela qual Lisboa era o normal destino da produção provinda daquele termo.

Naturalmente, os negociantes de Lisboa, através dos seus comissários, manipulavam o preço em Azeitão. Por isso, havia na localidade uma postura que proibia essa intromissão, mas o certo é que os livros da almotaçaria não registaram uma só condenação por esse facto. Mostra-se, assim, até que ponto chega, diz-nos o autor, «a antiga rivalidade feudal, em que as terras se consideravam como quase inimigas, prejudicando-se mutuamente, umas às outras». E lembra-se o tempo em que a Arrábida estava cheia de brenhas («maquis») e era coutada, havendo porcos monteses, lobos e caça grossa a destruir as sementeiras. No reinado de D. José, finalmente, foi «descoutada» a serra, menos uma pequena parte frente ao mar, e os caçadores e os fogos, que destruíram as brenhas, acabaram com os lobos e quase extinguíram os porcos monteses. Recorde-se, ainda, as posturas sobre os trabalhadores, com penas para quem promettesse ir ao campo e faltasse, ou para o capataz que não levasse a quadrilha prometida (falamos dos malteses, com as suas «casas da malta», vindos da Beira, por não haver gente suficiente e pela concorrência que passou a existir por causa da manufatura do

algodão e da estamperia), isto, sem esquecer, a letra quase morta das posturas que impunham ao trabalhador de enxada trabalho de sol a sol, por apenas 120 réis de jorna (o que não se aplicava por ser afronta)... Além dos vinhedos, são os olivais a riqueza de Azeitão, como o topónimo indica, sem lugar a dúvidas. «É cousa notável que sendo constante entre os cultivadores de Azeitão que os olivais são uma das melhores fazendas daquele termo, a cultura das oliveiras esteja aqui quase totalmente desamparada». Apesar de tudo, havia posturas que proibiam os gados nos olivais e os porcos debaixo das oliveiras, depois do dia de S. Francisco (4 de Outubro), mas, quanto ao mais havia normas insignificantes para impedir o rabisco dos pobres ou o furto da azeitona. Acrescente-se, ainda, a importância das lenhas de Azeitão, que se tornaram muito significativas, por causa da produção do algodão e «pela fácil condução para Lisboa, pelo rio Coia». Para proteger os pinhais, havia regras que procuravam impedir os fogos e prevenir o roubo dos pinheiros mansos. De facto, os pescadores da Costa, Trafaria e Seixal arrancavam as raízes horizontais desses pinheiros para dar tinta às redes... Havia ainda os castigos para a apanha das pinhas do chão antes de Todos-os-Santos (1 de Novembro), «pois que principiando então as pinhas a fecharem-se, já não semeiam por si mesmas o pinhão». O académico considerava ainda digno de reparo que houvesse liberdade em vender lenhas, existindo embaraço a respeito dos vinhos. Os caçadores e os pastores eram, afinal, os grandes inimigos dos pinhais, pondo-lhes fogo...

Tudo visto e ponderado, o académico critica as posturas (apesar dos avanços com D. José) por porem embaraços, opondo-se ao giro das mercadorias. Além da proibição da livre exportação dos vinhos, havia outras proibições contraproducentes: de rezes, pão, azeite, legumes, quaisquer mantimentos em geral, caça, galinhas, lenha, carvão, junco, palha e cevada e pedras, se não pagassem ao concelho 60 réis por carreta. O certo é que nos livros de almotaxaria havia condenações para os que levassem frutos para fora do termo sem licença da câmara e contra os almocreves que tivessem extraído azeite para as terras vizinhas. Era a rivalidade feudal que estava em causa. «Hoje conhecemos bem que o consumo, a exportação, é que faz a abundância, e que desta é que vem o bom preço; pois à carestia necessariamente segue a falta do género que o cultivador despreza, quando não há de ter mais que o preciso para comer». Lembre-se que os moleiros não podiam criar mais de um porco, três galinhas, um galo e um cão. E se os

moleiros regavam hortas com a água dos moinhos era-lhes proibido poderem regar mais de três mil couves – precisando-se que o terreno em causa não poderia ter mais de 12 varas de comprimento e 4 de largo... O que acusa o académico nas posturas? O serem multidão. Se fossem poucas, tratariam os rendeiros de fazer observar essas; sendo muitas, «fazem a sua conta nas mais insignificantes, e ficam as essenciais sobre gados, e seus danos, sem observância, e os poderosos, que são os que podem ter, sem castigo». Anos passados, o grande amigo do académico Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, José Xavier Mouzinho da Silveira, nos decretos da Terceira na regência de D. Pedro, procuraria responder positivamente a estas críticas de sistema. A liberdade facilitaria a concorrência e poderia acabar com a multiplicidade de privilégios...

Joaquim Pedro era um liberal moderado. Durante as guerras peninsulares prestara apoio ao exército de libertação anglo-luso, sentindo-se influenciado pela experiência britânica, mas simultaneamente defensor de uma soberania constitucional assente na liberdade económica. Em 1808, é nomeado para o tribunal judicial estabelecido em Setúbal. Em 1810, recebe o título de sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. No final do mesmo ano, obtém Carta de Desembargador da Casa da Suplicação, com exercício na Superintendência do Sal de Setúbal, mantendo-se nesta importante tarefa, onde ganha prestígio significativo. A título de curiosidade, refira-se que aparece, em 1811, a servir de procurador de uma das testemunhas no registo de baptismo de Anna Guilhermina, filha do Doutor Corregedor Antero José da Maia e Silva, respectivamente, mãe e avô do que viria a ser o maior amigo de um dos netos de Joaquim Pedro Gomes de Oliveira – falamos do poeta Antero de Quental e do historiador Joaquim Pedro de Oliveira Martins. Em Março de 1813, é designado Visitador da Província da Beira. Trata-se de um período em que se compreende a sua preocupação pela subalterнизация económica e política da metrópole no contexto do Reino Unido de Portugal e do Brasil. Participa, por isso, na Sociedade Promotora da Indústria Nacional. Desempenha funções jurisdicionais e administrativas, em especial, na Casa da Suplicação como agravista.

É autorizado, em 1818, a usar o hábito da Ordem de Cristo e, em Maio de 1820, serve interinamente como Provedor da Fazenda do Ultramar. Em 24 de Agosto de 1820, ocorre, no Porto, a Revolução Liberal, à qual adere. Em 10 de Setembro, recebe carta de deputado da Junta da Casa de Bragança, participando

na eleição para membro da Regência, em 15 de Setembro, e sendo nomeado Juiz do Povo de Lisboa em 20 do mesmo mês. Em Outubro, assume a função de presidente da Junta criada para a liquidação da dívida pública e, em 21 de Fevereiro, é nomeado e presta juramento para a Secretaria da Regência na Repartição do Reino, sendo investido na função de Conselheiro de Estado, em 19 de Julho de 1821, e nomeado, em Fevereiro de 1823, Comissário da Alfândega.

Em Novembro de 1822, as potências da Santa Aliança, reunidas em Verona, decidem intervir nos negócios internos da Espanha. Um destacamento militar francês comandado pelo duque de Angoulême entra em Espanha em Abril de 1823 e chega a Madrid, restaurando, sem dificuldade, a plenitude dos poderes de Fernando VII, que dissolveu as Cortes e revogou a Constituição. Esta circunstância levou a que em Portugal os partidários do Antigo Regime, em torno da Rainha D. Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII, promovessem, em finais de Maio, a revolta conhecida por Vila Francada, sob a chefia de D. Miguel. D. João VI procura evitar a vitória radical e encontra uma fórmula de compromisso de que é artífice Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, Secretário de Estado dos Negócios do Reino na nova situação. A Constituição de 1822 é suspensa, mas há uma promessa, pelo Rei, de um novo quadro constitucional que, no entanto, não se concretizará. Eis a Declaração de 31 de Maio de 1823: *«A salvação dos povos é sempre uma lei suprema, e para mim uma lei sagrada: esta convicção que há sido o meu farol nos arriscados lances em que a providência me tem colocado, ditou imperiosamente a resolução que tomei ontem, com mágoa minha, de separa-me de vós por alguns dias, cedendo aos rogos do povo, e aos desejos do Exército, que me acompanha ou me precede... A experiência, esta sábia mestra dos povos e dos governos, tem demonstrado, de um modo bem doloroso para mim e funesto para a nação, que as instituições existentes são incompatíveis com a vontade, usos e persuasões da maior parte da monarquia. É mister mudar a Constituição: se ela tivesse feito a ventura da nação, eu continuaria a ser o seu primeiro gabinete; mas quando a maioria de um povo se declara tão aberta e hostilmente contra as suas instituições, estas instituições carecem de reforma. Cidadãos: eu não quero nem desejarei nunca o poder absoluto, e hoje mesmo o repito: os sentimentos do meu coração repugnam ao despotismo e à opressão: desejo sim a paz, a honra e a prosperidade da nação... não receeis por vossas liberdades; elas serão garantidas por um modo, segurando a dignidade da coroa, que respeite e mantenha os direitos dos cidadãos».*

Dá-se, assim, início ao chamado ministério dos inauferíveis direitos do Rei, em que a Secretaria de Estado do Reino cabe a Gomes de Oliveira, a dos Negócios Estrangeiros a Pedro de Sousa Holstein (Palmela), a da Fazenda a Mouzinho da Silveira, a da Guerra a Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real e a da Justiça a Manuel Marinho Falcão e Castro. D. João VI não encontrará, no entanto, condições para cumprir o compromisso constitucional, culminando esta evolução no golpe de Estado de Abril de 1824 (Abrilada), antecedido pelo afastamento do Ministro do Reino e pela promulgação da Lei de 5 de Junho de 1824, que declarou em pleno vigor as leis tradicionais do reino, sendo convocadas as antigas Cortes. Viram-se, assim, goradas as tentativas de Gomes de Oliveira (partilhadas por Mouzinho da Silveira, que viria a desempenhar um papel fundamental na guerra civil, ao lado de D. Pedro) no sentido de preservar a posição de D. João VI como Rei constitucional.

O registo biográfico é lacónico neste período: a 17 de Junho de 1823, Joaquim Pedro torna-se, além de Secretário de Estado dos Negócios do Reino, encarregado dos negócios da Casa de Bragança; a 4 de Julho, é nomeado Conselheiro de Estado, sendo a Carta de Conselho datada de 11 de Outubro; a 5 de Janeiro de 1824, recebe a Medalha da Restauração; a 28 de Fevereiro, é-lhe outorgado o alvará de Moço Fidalgo; sendo exonerado dos trabalhos de Secretário de Estado a 19 de Março. A 23 de Março, é agraciado com a comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Depois, será um longo período de exílio na pátria, em parte em prisão domiciliária por ordem do seu sucessor o Conde de Basto, novo Secretário de Estado do Reino, por se opor à restauração da ordem antiga. O drama pessoal agrava-se pela circunstância do seu filho primogénito, Agostinho, ter abraçado a causa dos seus adversários – no contexto da guerra civil. A peste bubónica vitimá-lo-á e morrerá na sua casa de Vila Nogueira de Azeitão a 24 de Julho e sem poder ver o epílogo vitorioso da causa que intimamente abraçara e de que o seu grande amigo José Xavier Mouzinho da Silveira seria o principal dos artífices.

O percurso de Joaquim Pedro Gomes de Oliveira permite uma leitura nítida de um período fundamental de transição na história portuguesa, desde o consulado do Marquês de Pombal, até ao fim da guerra civil, terminada em Évora Monte (1834). Há continuidades e descontinuidades, que são evidentes na vida do nosso biografado. E o certo é que ao lermos a sua memória apresentada à

Academia das Ciências, em 1791, notamos, com especial evidência, o elogio do esforço reformista e racionalizador do reinado de D. José e o anúncio das mudanças liberais protagonizadas por José Xavier Mouzinho da Silveira. Pode mesmo dizer-se que há uma concordância fundamental com o pensamento do legislador da Regência da Terceira e da Crónica Constitucional do Porto. Releia-se com atenção a memória sobre as posturas de Azeitão e veja-se o acordo com a orientação reformista de Mouzinho, segundo a convicção de que seria necessário abolir as restrições impostas à livre circulação pela burocracia. Dir-se-á que o despotismo esclarecido de Pombal teria de ser libertado através de um esforço efectivo de liberalização. Para Mouzinho, a liberdade natural dos indivíduos implicava o direito à propriedade privada, considerando que a organização das actividades produtivas e a circulação dos bens deveriam efectuar-se com o mínimo de restrições estatais. Daí a necessidade da abolição dos pequenos vínculos do decreto de 4 de Abril de 1832, que determinou que a libertação da terra fosse facilitada pela abolição dos morgados e capelas, cujo rendimento líquido fosse inferior a 200\$000 réis, prevendo-se o fim dos vínculos de maiores rendimentos, apenas quando os administradores não possuíssem sucessores. Daí que, no decreto de 19 de Abril de 1832, se tivesse previsto a extinção das sisas gerais, que explicavam o fraco desenvolvimento industrial – bem como que se tivesse consagrado em 20 de Abril a liberdade de exportação de todos os produtos nacionais por qualquer porto do reino, pagando apenas 1% do valor da mercadoria – o que tendo reduzido as receitas locais poderia abrir caminho ao incentivo à produção. E acrescenta-se ainda a extinção dos dízimos, que eram receitas do clero, prevista no decreto de 30 de Julho, com vista a centralizar a tesouraria e a garantir uma maior estabilidade das receitas do Estado, tornando a décima um rédito seguro. Tudo isto, sem esquecer a extinção dos forais e bens da coroa no decreto de 13 de Agosto. Se compararmos a análise do jovem Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, a sua ligação ao pensamento de Tomás de Vila-Nova Portugal, discípulo do liberalismo e do livre cambismo, ao desenvolvimento das ideias de Mouzinho da Silveira, percebemos que a amizade e confiança entre ambos assentava numa significativa convergência de objectivos e preocupações. Nota-se, pois, uma continuidade entre o tempo reformista de D. José e a adaptação aos novos ventos do liberalismo animado pela Revolução francesa, com um caldeamento das ideias da escola escocesa de liberdade económica. E entendemos,

afinal, que a “viradeira” não regista alterações tão profundas quanto alguns pensam, já que o “iluminismo” e o francesismo não perdem influência, antes evoluindo lenta e complexamente – entre a influência britânica, durante as invasões francesas e a semente liberal europeia continental.

A Revolução Liberal de 1820 e a independência do Brasil representaram uma condicionante económica decisiva que se repercutiu na desorganização financeira, na dívida pública e no défice – e o certo é que Joaquim Pedro Gomes de Oliveira e Mouzinho da Silveira, na Vila-francada, procuraram ser factores de moderação, encontrando uma via que levasse, com D. João VI, ao que D. Pedro faria com a Carta Constitucional de 1826. Infelizmente, não conseguiram, uma vez que o peso da evolução internacional, o reforço dos poderes de Fernando VII em Espanha, a abolição do constitucionalismo no país vizinho e a força da Rainha na aliança com o Infante D. Miguel, tudo isso culminou no golpe de Estado de 1824 (Abrilada) que inviabilizou a reforma constitucional liberal desejada e afirmada na Declaração de Vila Franca. A guerra civil avançava e as tentativas de a prevenir e evitar foram goradas. Em Vila Franca, Joaquim Pedro Gomes de Oliveira (com Mouzinho) apoia o Rei na recuperação dos seus inalienáveis direitos, antecipando a necessidade de um quadro liberal e constitucional moderado. Há, assim, um espírito regenerador precoce e estamos perante uma tentativa de pacificação constitucional que a pressão política internacional e a intriga da corte não ajudaram, tudo culminando na misteriosa morte do Rei D. João VI e em todo o drama que se lhe seguiu.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 11 DE JULHO DE 2013)



# As edições portuguesas dos *Cóloquios* de Garcia d'Orta (1563-1963)

ARTUR ANSELMO

A história das várias edições portuguesas dos *Colóquios* de Garcia d'Orta começa em Goa, no ano de 1561, após a chegada do arcebispo D. Gaspar de Leão. Nessa data sai dos prelos goeses de João Quinquêncio e João de Endem o *Compendio spiritual da vida christã*, da autoria do próprio arcebispo.

Como é geralmente sabido, foram os Jesuítas que introduziram a técnica tipográfica em Goa, pelo menos desde 1559, ano da impressão, no Colégio de São Paulo, dos *Opuscula* de São Boaventura. Ora, ao desembarcar em Goa, no ano seguinte, D. Gaspar de Leão levava no seu séquito um tipógrafo italiano (João Quinquêncio, da Campânia) e outro de origem alemã (João de Endem<sup>1</sup>), ambos representando interesses comerciais de João Blávio de Colónia, tipógrafo alemão estabelecido em Lisboa e bem conhecido do arcebispo, para quem imprimira, em 1558, um *Tractado spiritual pera o sacerdote quando diz missa*. A documentação publicada por Venâncio Deslandes<sup>2</sup> acerca da oficina de João Blávio (transferida, por morte deste, para Francisco Correia) não deixa dúvidas de que:

1.º Houve duas tipografias em Goa no século XVI: a dos Jesuítas e a de João de Endem, comissionista de João Blávio até 1563 e de Francisco Correia até 1573;

2.º Nem João Blávio nem Francisco Correia alguma vez estiveram na Índia.

É João de Endem quem, sozinho, se encarrega da composição e impressão dos *Colóquios* em 1563, pois, entretanto, não mais se fala de João Quinquêncio.

---

<sup>1</sup> Pequena cidade a norte da Alemanha, perto da fronteira com a actual Holanda.

<sup>2</sup> Venâncio Deslandes, *Documentos para a história da tipografia portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, pp. 42-45 e 72-73.

Suponho que este teria morrido e que o seu ajudante Endem se viu a braços com a encomenda, sem dispor ainda de competência profissional para o fazer. O médico Dimas Bosque, no caderno de abertura dos *Colóquios* (impresso depois de concluída a impressão do texto de Garcia d'Orta), diz-nos que «faltara» o principal impressor e o trabalho ficara «em mãos de um homem, seu companheiro, que não era mui dextro na arte de imprimir e pouco corrente no negócio de impressão». Ao contrário de todos os que leram na palavra «companheiro» alusão a um ajudante de João de Endem, penso que a crítica do médico valenciano é dirigida ao próprio Endem, «companheiro» de João Quinquêncio na impressão do *Compendio spiritual* de D. Gaspar Leão em 1561.<sup>3</sup> Se o impressor campanês, em 1563, não pôde ocupar-se da edição dos *Colóquios*, e dado que o seu nome não mais aparece ligado a actividade profissional de tipógrafo, tudo indica que, uma de duas: ou abandonara a arte ou falecera. Note-se que, no rosto do *Compendio*, o nome de João Quinquêncio precede o de João de Endem; ora a história da tipografia mostra que, havendo parceria de tipógrafos, o mestre figurava em primeiro lugar e o parceiro em segundo.

Estas considerações vêm a propósito de a 1.<sup>a</sup> edição dos *Colóquios* de Garcia d'Orta ser um dos livros quinhentistas em língua portuguesa mais carregados de erros tipográficos («gralhas», na gíria corrente da profissão) que se publicaram em qualquer parte: nada menos que vinte estiradas páginas (fls. 229 a 238) esclarecem – umas vezes bem, outras nem por isso, outras mal – os «erros da impressão, que são muitos, e alguns deles podem mudar o entendimento, por onde é necessário que se leiam».

Não se ignora que Garcia d'Orta, sobre ser afamado farmacólogo, escrevia um português beócio, ainda por cima enxameado de castelhanismos; mas, sendo autor familiarizado com a língua portuguesa, era certamente capaz de fazer uma revisão tipográfica do seu texto, se não exímia, ao menos apta a detectar os numerosos e grosseiros erros com que o tipógrafo componedor desfeara a escrita dos *Colóquios*. Presume-se, por isso, que os trabalhos de impressão avançaram na ausência do autor, sem que este se tivesse apercebido das trapalhices linguísticas, quase todas produzidas por incompreensão dos caracteres manuscritos

---

<sup>3</sup> Do meu conhecimento, somente Venâncio Deslandes (*ob. cit.*, pp. 68-69) viu bem a questão, responsabilizando João de Endem pelos deslizes tipográficos da 1.<sup>a</sup> edição dos *Colóquios*.

(exemplos: *pigmentas* em vez de *perguntas*; *dizeis* por *direis*; *prover* por *para ver*; *fostificada* por *fortificada*; *virem as* por *veremos*; *que elle por que o ler*, etc.).

Sabemos hoje, na pegada do Comandante Júlio Gonçalves<sup>4</sup>, que Garcia d'Orta desde 1549 que saíra de Goa para se refugiar na ilha de Bombaim, por estar receoso («apavorado», escreve Júlio Gonçalves) de ser preso pela Inquisição. Aí tinha instalado «a sua sala de escudos, a livraria, o herbário, os serviçais adestrados na colheita das espécies botânicas»; daí saía «facilmente e amiúde» para visitar «o seu amigo Nizam», isto é, o rei de Almednagar, aliado dos Portugueses. Foi o próprio Orta que pediu a D. João de Castro o *jaguir* (ou feudo) de Bombaim, que recebeu no regime maometano de concessões territoriais, mantido pelo Vice-Rei no regresso da expedição a Diu.

Deste modo, o Comandante Júlio Gonçalves veio alterar radicalmente a ideia de que Orta viveria habitualmente em Goa e apenas, uma ou outra vez, iria receber as suas rendas a Bombaim. «Não posso aceitar – escreveu Júlio Gonçalves, contra a opinião do Conde de Ficalho – que Orta vivesse em Goa, e fosse episodicamente a Bombaim arrecadar as suas rendas, nem que daquela cidade se deslocasse a corte do Nizam, quando esta ficava perto de Bombaim; tão-pouco aceito que o autor dos *Colóquios* viajasse pelos Gates, como diz aquele ilustre cientista [*isto é, por terra*]. Por isso chamei a atenção do Dr. Silva Carvalho, que me honrou com a sua estima, para a contradição de que Garcia d'Orta, ameaçado nos seus bens, e até na sua vida, como mais tarde se provou, preferisse viver em Goa, quando tinha tudo em grande sossego na sua ilha e casa de Bombaim<sup>5</sup>».

Concluída a edição de 1563 (da qual são conhecidos hoje, em todo o mundo, cerca de 25 exemplares),<sup>6</sup> foi esta enviada para a Europa na armada de D. Jorge de Sousa, talvez, segundo Damião Peres<sup>7</sup>, a bordo da nau capitânia *Santa Maria do Castelo*, que chegou a Lisboa em Maio ou Junho de 1564. Neste mesmo ano,

---

<sup>4</sup> «Garcia d'Orta e a sua ilha de Bombaim.» *Boletim da Sociedade de Geografia*, Lisboa, série 81.ª, n.º 7-12, Jul.-Dez. 1963, pp. 203-212. Opinião idêntica tivera J. Gerson da Cunha no seu estudo clássico *The origins of Bombay* (1900), pp. 98-122.

<sup>5</sup> Sobre a casa goesa de Garcia d'Orta e as suas visitas à corte do Nizam, *vide* Conde de Ficalho, *Garcia d'Orta e o seu tempo*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, pp. 214-218 e 231-232.

<sup>6</sup> O investigador João Alves Dias identificou um exemplar, na biblioteca de Évora, com variantes textuais e tipográficas, nomeadamente na versão da *Ode ao Conde do Redondo*, de Luís de Camões. (Cf. *Jornal Expresso*, n.º 2119, de 8.6.2013).

<sup>7</sup> *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, (1963), p. 216.

vijando por Espanha e Portugal como acompanhante do riquíssimo, e então jovem, Jacob Fugger (1542-1598), o naturalista francês Charles l'Écluse – mais conhecido por Clusius, seu nome alatinado – teria encontrado, algures em Lisboa (na estalagem onde amesendava ou em qualquer oficina de livreiro), um exemplar dos *Colóquios*. Surpreendido com a novidade das informações de Garcia d'Orta e lamentando o facto de a obra estar escrita em português, logo se propôs traduzi-la para latim (língua internacional dessa época)<sup>8</sup> e dá-la a conhecer ao mundo culto europeu. Daí nasceu a *Historia aromatum et simplicium aliquot medicamentorum apud Indos nascentium*, com edições em 1567, 1574, 1579, 1593 e 1605, todas plantinianas.

Cedo começou a árvore dos preciosos conhecimentos de Garcia d'Orta a dar frutos. Entre estes merecem atenção especial as obras de Juan Fragoso, intitulada *Discursos de las cosas aromaticas* (Madrid, 1572), e, principalmente, a de Cristóvão da Costa, sob o título de *Tractado de las drogas y medicinas de las Índias Orientales* (Burgos, 1578). A primeira é paráfrase descarada dos *Colóquios*, sem que o nome de Garcia d'Orta apareça alguma vez mencionado no texto, e apenas uma vez no índice; a segunda esclarece, na página-de-rosto, que nela «se verifica mucho de lo que escrivio el Doctor Garcia de Orta», fórmula ambígua que serve de chapéu a um número considerável de plágios, à mistura com observações pessoais. Costa partira para a Índia em 1568, na armada de D. Luís de Ataíde, como físico e cirurgião; não conviveu, por isso, com Garcia d'Orta, falecido nesse mesmo ano, mas os ecos da fama do mestre chegavam-lhe de todos os lados, o que o levou a completar o texto dos *Colóquios* e, não raro, a elucidá-lo com desenhos de anatomia vegetal.

---

<sup>8</sup> Na biblioteca da Universidade de Cambridge conserva-se o exemplar dos *Colóquios* que Clusius adquiriu em Lisboa em Janeiro de 1565, com notas manuscritas marginais do próprio naturalista francês. (V. Thomas Earle, *Livros de escritores portugueses impressos antes de 1640 nas bibliotecas de Oxford e Cambridge*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, p. 272, n.º 627. Provavelmente, ou traduziu ele próprio ou encomendou o trabalho a alguém. Para Tricot-Royer, numa comunicação 3.º Congresso Internacional de História das Ciências, realizado em Portugal (1934), foi Clusius o tradutor: «Un regret, cependant, lui serrait le coeur, c'est qu'écrit en langue lusitane il n'était accessible qu'aux seuls Portugais. Ceci le décide à se mettre courageusement à l'oeuvre prenant sur lui la tâche de répandre en langue latine la bonne semence jusqu'ici réservée a un territoire de mediocre espace. Très épris d'études botaniques dès ses plus tendres années, l'entreprise le séduisait. Mais il condensa sa traduction en un abrégé, traitant chaque chapitre en un ordre plus commode et rejetant tout détail hors sujet.» (*Actes conferences et communications[du Congrès]*), Lisboa, 1936, pp. 373-384.

\*

Até aos anos 40 do século XIX, pode dizer-se que os *Colóquios* de Garcia d'Orta não suscitaram em Portugal qualquer interesse científico especial. É por essa altura que a Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa adquire, a conselho de Lima Leitão, seu presidente, um exemplar da edição impressa em Goa em 1563. Pretendendo reimprimir a obra, para a tornar acessível à comunidade científica portuguesa, aquela instituição solicitou o patrocínio do Governo, o qual prontamente deu instruções nesse sentido à Imprensa Nacional. Tratar-se-ia, no pensamento dos directores da Sociedade, de uma edição diplomática, corrigida dos erros da 1.<sup>a</sup> edição e com «notas históricas e científicas»; dela se encarregaria Almeida Garrett, o propriamente dito, o futuro prosador inimitável das *Viagens na minha terra*.

Mas a ideia não vingou, em parte por inabilidade diplomática do médico Lima Leitão, que, esquecendo o compromisso com Garrett, convidou o Cardeal Saraiva (Frei Francisco de São Luís) para ser o principal conselheiro do projecto de reedição. Discretamente, Almeida Garrett afastou-se da empresa, e o cardeal faleceu pouco depois de iniciados os trabalhos (1845). António José de Lima Leitão, o autor da ideia, viveria ainda uma dezena de anos, mas, tendo entretanto deixado de presidir à Sociedade das Ciências Médicas, os muitos trabalhos que tinha em mão distraíram-no de um assunto que só lhe trouxera amargos de boca.

Em 1872, por iniciativa de Francisco Adolfo Varnhagen, a Imprensa Nacional imprime a 2.<sup>a</sup> edição dos *Colóquios*, usando como protótipo o exemplar da Biblioteca (então Imperial, hoje Nacional) do Rio de Janeiro. No rosto, talvez para justificar o patrocínio da Academia de Medicina do Rio, chama-se a atenção do leitor para o facto de «algumas frutas» referidas na obra serem «cultivadas [...] no Brasil». Vem a propósito lembrar que Varnhagen desempenhava então as funções de embaixador do Brasil na corte de Viena de Áustria. Da leitura da sua *Correspondência Ativa*<sup>9</sup> depreende-se que terá vindo a Lisboa em Julho de 1872, mês em que reviu as provas dos *Colóquios* até ao diálogo quinto. Por decreto

---

<sup>9</sup> Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1961, pp. 366-369.

imperial de Agosto de 1872, foi feito Barão de Porto Seguro e partiu para a Rússia, a fim de representar o seu país no Congresso de Estatística reunido em São Petersburgo neste mesmo mês. Na ausência de Varnhagen, encarregou-se da revisão o bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva, bem conhecido do futuro Visconde de Porto Seguro desde os tempos em que este pesquisou em Portugal (país da sua formação académica e cultural) os principais arquivos e bibliotecas do Reino (1839-1850). A edição dos *Colóquios*, de tiragem reduzida, desapareceu rapidamente do mercado português, uma vez que a maior parte dos exemplares seguiu para o Brasil. Varnhagen viria a morrer em 1878, no seu posto diplomático de Viena de Áustria.

Em 1884, por sugestão do Conde de Ficalho na Academia das Ciências de Lisboa, levanta-se de novo a possibilidade de se reeditarem os *Colóquios*. É ele próprio, Francisco de Melo Breyner, 4.º Conde de Ficalho, lente da cadeira de Botânica na Escola Politécnica («misto primoroso e raro de homem de estudo e de homem da Corte, consórcio professoral e maravilhoso de *magister scientiarum* e de *magister elegantiarum*», como lhe chamou Eduardo Burnay<sup>10</sup>), quem declara ter coligido material não apenas para a restituição textual dos *Colóquios* mas também para notas e comentários científicos à obra-prima do Renascimento Português. O projecto dividir-se-ia em duas fases: a primeira concretiza-se em 1886, com a edição da obra *Garcia de Orta e o seu tempo*, da autoria do Conde de Ficalho; a segunda toma corpo em 1891 e 1895, com a publicação dos dois volumes da 3.ª edição dos *Colóquios*.

Não desejando repetir as informações que, a propósito desta edição, foram trazidas a lume por dois grandes investigadores cuja memória justamente se venera na comunidade científica (Augusto da Silva Carvalho<sup>11</sup> e Jayme Walter), apresento seguidamente excertos de várias actas das assembleias gerais da Academia das Ciências de Lisboa, que não foram divulgadas até hoje.

---

<sup>10</sup> *Elogio do Conde de Ficalho*, lido na sessão solene da Academia Real das Ciências em 25 de Março de 1906. Lisboa, *Memórias da 2.ª classe*, Tomo XI, parte 1, p. 9.

<sup>11</sup> Cf. *Garcia d'Orta: comemoração do quarto centenário da sua partida para a Índia em 12 de Março de 1534*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934. Cf. «Bibliografia Principal», In *Garcia de Orta*, revista da Junta de Investigação do Ultramar, n.º especial comemorativo do 4.º centenário da publicação dos «Colóquios dos simples», Lisboa, vol. 11, n.º 4 (1963), pp. 857-875.

*Sessão de 31 de Janeiro de 1889* (presidência de Tomaz de Carvalho):

«O Sr. Conde de Ficalho disse que propusera em tempos à Academia que se fizesse uma nova edição dos *Colloquios dos simples* de Garcia de Orta, acompanhada de comentários e notas, e que, havendo sido encarregado de dirigir este trabalho, desde logo a ele se aplicara, e que das duas lucubrações neste assunto dera testemunho publicando um livro sobre *Garcia de Orta e o seu tempo*. Descobriu que na Imprensa Nacional existia uma antiga portaria ordenando que se fizesse ali a reimpressão; que esta circunstância se podia utilizar para facilitar a edição sob os auspícios da Academia, visto que a Imprensa Nacional se presta com a melhor vontade a desempenhar o trabalho tipográfico; que, para se fazer a edição, era necessário que a Biblioteca Nacional emprestasse à Academia um exemplar perfeito que possui dos *Colloquios*, além de outro, que está incompleto; que, para este fim, oficiará ao Vice-Presidente da Academia pedindo-lhe que se oficiasse neste sentido ao Governo, que até agora não respondera à solicitação da Academia. Propôs que se novo se officie ao Ministério do Reino pedindo-lhe ordene à Biblioteca Nacional que entregue o exemplar completo à Imprensa Nacional, ficando ali em depósito, sob a responsabilidade da Academia, até se concluir a nova edição.

O Sr. Presidente disse que se informara ao Ministério do Reino acerca deste assunto e soubera que o Sr. Inspector das Bibliotecas e Arquivos hesitava em deixar sair da Biblioteca Nacional o único exemplar completo que lá havia. Disse que trataria de solicitar ao Ministério do Reino que se deferisse as instâncias da Academia.

O Sr. José Horta desejou saber se efectivamente se havia oficiado ao Governo. O Secretário [*Latino Coelho*] disse que se havia oficiado; apenas o Sr. Conde de Ficalho tinha desejado que se pedisse emprestado o livro de Garcia de Orta.

O Sr. Presidente disse que naturalmente se removeriam as dificuldades que obstavam ao empréstimo, mas que, se elas subsistissem, existia um exemplar na biblioteca da Sociedade das Ciências Médicas, cujo presidente, o Sr. Arantes Pedroso, estava presente, e que não teria dúvida em o emprestar.

A Classe determinou que novamente se oficiasse ao Ministério do Reino, reiterando o pedido para que a Biblioteca Nacional empreste à Academia o exemplar de Garcia de Orta».

*Nota de expediente em 21 de Fevereiro de 1890:*

Devolução do livro de Garcia de Orta *Colóquios dos simples*, da edição de 1563, «o qual pela Biblioteca Nacional foi temporariamente cedido à Academia Real das Sciencias a fim de servir de texto à nova edição empreendida por esta corporação».

*Sessão de 4 de Abril de 1895* (presidência de Silva Amado):

«O Sr. Conde de Ficalho apresenta à Academia um exemplar do segundo e último volume da edição dos *Colloquios* de Garcia de Orta, que a Academia o encarregou de dirigir e anotar. O Sr. Conde de Ficalho resume em breves palavras a história do trabalho que acaba de terminar, sentindo não ter podido desempenhar-se há mais tempo da honrosa missão de que a Academia o incumbiu.

O Sr. Consiglieri Pedroso [...] tece o mais caloroso elogio à importante obra do sócio Conde de Ficalho, dizendo que está próxima a celebração do Centenário da Índia e que tem duplo valor, neste momento, tudo quanto, tão directamente como o livro de Garcia de Orta, se refira ao glorioso papel que os Portugueses representaram no Oriente. Diz que os trabalhos académicos do Sr. Conde de Ficalho são, como os de João de Andrade Corvo, um exemplo de que têm de gloriar-se a Academia e a literatura nacional.

[...] O Sr. Theophilo Braga diz que esta sessão deve ficar memorável por nela ter sido presente o livro de Garcia de Orta, com tão alta competência anotado pelo Sr. Conde de Ficalho. Mostra como somente um escritor de tão complexa e variada erudição, como a do Conde de Ficalho, podia levar a cabo uma tal obra, resgatando a responsabilidade portuguesa da dívida por falta deste livro contraída com a literatura e com a civilização do nosso tempo. Define a largos traços o papel que coube a Garcia de Orta na história científica da Renascença e conclui propondo que a Academia recomende calorosamente ao Governo o nome do sócio Conde de Ficalho como credor perante o Estado da mais alta distinção de que pode ser objecto um escritor.

O Sr. Conde de Ficalho diz que se acha suficientemente remunerado e recompensado do seu trabalho pelo prazer que lhe deu cumpri-lo com toda a dedicação e toda a diligência de que é capaz; e considera desproporcionado e descabido todo o reconhecimento que ultrapasse os limites da cooperação e da solidariedade académica.

O Sr. Vasconcellos Abreu elogia incondicionalmente a obra do Sr. Conde de Ficalho, considerando-a mais especialmente no ponto de vista filológico, e diz que ela está na plana dos mais importantes trabalhos desta ordem, entendendo que será pouco tudo o que se fizer para exprimir ao Sr. Conde de Ficalho a gratidão que a Academia lhe deve.

O Sr. Conde de Ficalho agradece as palavras de benevolência e de amizade que os seus consócios se dignam consagrar-lhe. Posta a votação, a proposta do Sr. Theophilo Braga é unanimemente aclamada.»

*Sessão de 2 de Maio de 1895* (presidência de Silva Amado):

«Tendo o Sr. Conde de Ficalho publicado o livro *Garcia de Orta e o seu tempo*, alguns anos antes do aparecimento da edição monumental dos *Colloquios dos simples* de Garcia de Orta, julgava o Sr. Dr. Theophilo Braga da máxima conveniência que esse livro, com alguns novos retoques, servisse de introdução geral à obra que acabava agora de ser realizada sob os auspícios da Academia. Tendo portanto de ser reimpressa no mesmo formato da obra monumental, propôs o Sr. Theophilo Braga que o Sr. Vice-Presidente ficasse autorizado para, na sequência do cumprimento da portaria que mandou imprimir a obra de Garcia de Orta, se imprima, no mesmo formato e como parte dela, o notável estudo do Sr. Conde de Ficalho.

O Sr. Conde de Ficalho aceitou este alvitre, depois de algumas explicações do Sr. Tomaz de Carvalho.»

*Sessão de 6 de Junho de 1895* (presidência de Silva Amado):

«[...] O Sr. Tomaz de Carvalho pede autorização da Academia para distribuir o segundo tomo da obra do Sr. Conde Ficalho pelos sócios e pelas academias estrangeiras. Propõe que ao autor sejam dados 300 exemplares, e que a primeira parte da obra seja reimpressa na Imprensa Nacional.

O Sr. Theophilo Braga diz que na sessão passada fizera a mesma proposta apresentada pelo Sr. Tomaz de Carvalho. Explica o seu pensamento dizendo que se não trata unicamente de dar uniformidade tipográfica aos dois volumes do Sr. Conde de Ficalho, sendo um *Garcia de Orta e o seu tempo* e o outro *Colloquios dos simples e as drogas da Índia*. É de presumir que, depois de feitas as eruditas anotações que acompanham a edição crítica dos *Colloquios*, o autor tenha que fazer

preciosos retoques na biografia do naturalista cuja obra tão profundamente estudou depois de publicado o seu primeiro volume.

É aprovada a proposta do Sr. Tomaz de Carvalho relativa à reimpressão *Garcia de Orta e o seu tempo*, o qual ficará constituindo com o livro *Colloquios* uma só obra, que se não poderá trincar para a venda ao público ou aos livreiros. O director da Tipografia, de acordo com o autor, fixará o preço de cada exemplar.» (A reimpressão de *Garcia de Orta e o seu tempo* não se fez então. Da 1.<sup>a</sup> e única edição há uma reimpressão fac-similada, que a Imprensa Nacional editou em 1983, com um prefácio de Nuno de Sampayo.)

\*

Nos anos 60 do século xx, com a aproximação do 4.<sup>o</sup> centenário da publicação dos *Coloquios* de Garcia d'Orta, de novo a Academia das Ciências mostrou a sua provada capacidade de liderança em assuntos simultaneamente de interesse científico e de prestígio nacional. A primeira referência à sua participação na efeméride é feita pelo médico Costa-Sacadura, em sessão da Classe de Ciências realizada em 20 de Abril de 1961. Meses depois, em 1 de Fevereiro de 1962, é aprovada, em sessão plenária, a escolha da comissão encarregada de dirigir os trabalhos de comemoração do 4.<sup>o</sup> centenário; dela fazem parte Costa-Sacadura, Toscano Rico, Sousa da Câmara, Fraga de Azevedo, Damião Peres, Laranjo Coelho e Júlio Gonçalves.

Em 24 de Maio de 1963, sob a presidência do Chefe do Estado, decorre a sessão solene destinada a assinalar a conclusão dos *Colóquios* em Goa, quatrocentos anos antes, mais precisamente em 10 de Abril de 1563. Intervêm Amorim Ferreira (presidente da Academia), Costa-Sacadura e Maximino Correia (pela Classe de Ciências) e Damião Peres (pela Classe de Letras).

Pouco depois, é lançada a edição fac-similada dos *Colóquios* de 1563, feita a partir do exemplar que pertenceu ao rei D. Manuel II e fora disponibilizado, para esse efeito, pela Fundação da Casa de Bragança. A reprodução do cimélio foi realizada, pelo processo *off-set*, nas oficinas lisboetas de Ramos, Afonso e Moita. Tiraram-se 1500 exemplares sobre papel nacional fabricado expressamente para a edição. As despesas da execução gráfica foram cobertas pelo mecenato da Fundação Calouste Gulbenkian.

No prefácio há uma palavra de agradecimento ao Senado da Universidade de Coimbra, que vale a pena recordar:

Resolvera este alto órgão universitário, aprovando uma proposta apresentada pelo Prof. Doutor Maximino Correia, incluir nas suas projectadas comemorações quadricentenárias da publicação dos *Colóquios* uma reprodução fac-similada da edição *princeps* dessa obra, ignorando então, tanto o proponente como a ilustre assembleia, que igual decisão fora anteriormente tomada pela Academia das Ciências. Tendo porém tomado conhecimento desta iniciativa, logo um e outra desistiram da sua, facto que o Senhor Reitor da Universidade de Coimbra se apressou a comunicar ao Presidente da Academia em ofício de 9 de Junho de 1962, cujos termos finais são, gentilmente, os seguintes: «O Senado só tem que regozijar-se com o facto de ser a Academia das Ciências a promover a publicação fac-similada da 1.<sup>a</sup> edição dessa obra».

Finalmente, em 1 de Abril de 1965, coube ainda a Maximino Correia a honra de acrescentar uma nova pedra branca aos trabalhos académicos sobre Garcia d'Orta. Em sessão da Classe de Ciências, o antigo reitor da Universidade de Coimbra apresenta uma comunicação intitulada «Garcia d'Orta e a Anatomia», onde o cientista dos *Colóquios* aparece associado a André Vesálio, o autor do famoso tratado *De humani corporis fabrica* (Basileia, 1543). Trata-se de um trabalho notabilíssimo, no qual, esclarecendo o motivo por que, no colóquio 47, Garcia d'Orta, a propósito da planta «raiz da China», se refere a Vesálio, Maximino Correia prova que o sentido do texto «não é apenas clínico mas de largo conteúdo anatómico<sup>12</sup>».

Nas muitas contribuições científicas prestadas ao culto de Garcia d'Orta a Academia das Ciências de Lisboa fez jus, como lhe competia, ao seu lema de sempre: *Nisi utile quod facimus, stulta est gloria*.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 25 DE JULHO DE 2013)

---

<sup>12</sup> *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* (1965), pp. 160-173.



# Verney e o Iluminismo: sua atualidade

LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS

Estamos hoje a celebrar o terceiro centenário do nascimento, a 23 de julho de 1713, em Lisboa, do Padre Barbadinho, pseudónimo de Luís António Verney, personagem maior das Luzes em Portugal.

Quando do 1.º centenário, em 1813, Portugal estava em guerra com a França e aconteciam em terras de Espanha os êxitos militares de ingleses, portugueses e espanhóis que deram impulso decisivo à expulsão, ainda nesse ano, do grosso dos invasores napoleónicos e a invasão da Aquitânia pelos exércitos comandados por Wellington. Em 21 de julho, acontecera a batalha de Vitória, mais tarde, a queda das praças fronteiriças e os confrontos na região de Baionne. A leste, o imperador Bonaparte, ora perde, ora vence, retardando a derrota de Leipzig, frente aos russos, austríacos e alemães.

Mesmo assim, os trabalhos desta Academia já aconteciam com a regularidade possível e deles dá conta, precisamente, em sessão de 24 de julho, o relatório anual do Dr. José Bonifácio de Andrada e Silva.

Em 1913, no 2.º centenário, foi, por assim dizer, o ano de Afonso Costa, o chefe do Governo republicano que, é sabido, consegue um *superavit* nas contas públicas e prossegue o seu mando tão faccioso quanto eficaz. Cria, então, a Faculdade de Ciências Sociais e de Direito da jovem Universidade de Lisboa, o Ministério da Instrução Pública, etc.. A Alemanha prepara-se para invadir o centro da Europa e mostra-se cobiçosa relativamente à partilha do império colonial português.

Ao findar 2013, estávamos mais sossegados, não há portugueses a morrer nos campos de batalha, ainda não há forte agitação de forças sociais e políticas, todavia vivemos sob o protetorado da finança internacional, a coberto da livre adesão de Portugal à União Europeia e à qualidade de societário do FMI.

Na União prepondera a Alemanha, no Fundo Monetário comandam os Estados Unidos que durante decénios beneficiaram de bases açorianas.

A despeito das eleições recentes, o país não passa bem. Talvez as agruras de 1813 fossem maiores nesse ocaso do belicismo napoleónico e, daí, outros males

e a Revolução de 1820 para evitar convulsões sociais de imprevisível amplitude, dizem os contemporâneos.

Se bem que em situações diversas, podemos, ao tratar a atualidade, notar a intemporalidade do legado intelectual de Verney, das sugestões que a sua crítica espoletou, depois usadas, direta ou indiretamente, não sem as ligar a preocupações seculares desta antiga Instituição.

Segundo o *Dicionário* da nossa Academia (2001), o Iluminismo configura um “movimento cultural que se verificou no decurso do séc. XVIII, que tinha como características fundamentais a confiança total na razão e na ciência, o incentivo à liberdade de pensamento e a defesa dos direitos do cidadão”. A seu ver, António Alberto de Andrade, o mais erudito tratadista de Verney, diz:

“Se o Iluminismo se caracteriza pelo interesse do homem e do respetivo ambiente, como objeto dominante da reflexão filosófica, repassada pelas diretrizes da razão crítica, infalível até certo ponto e oposta frontalmente à metafísica, em favor da explicação empírica das causas e fenómenos, de expressão matemática, Verney não pode deixar de ser tido como iluminista convicto” (21-22).

Independentemente do teor sumário que um verbete de dicionário exprime e do que um especialista defende preso à sua causa, para nós, em termos genéricos e na esteira de Dominguez Ortiz, o

“Iluminismo significou, na área peninsular, a aceitação da pesquisa científica e dos respectivos resultados, mesmo quando contrários às opiniões tradicionais, implicou a flagelação de superstições e dos preconceitos propiciadores de injustiças e de opressão, contemplou o exame crítico das crenças correntes e o seu repensar, outrossim originando claro interesse por reformas de natureza económica e social”.

Ora, Verney pensou para Portugal uma mudança radical no âmbito de determinadas linhas de força da nossa cultura. Com este ensejo, foi um insigne corifeu do Iluminismo e, sem nunca abdicar da sua condição de católico, foi decerto o mais exímio crítico do ensino e ainda de outras coordenadas da sociedade

portuguesa, um inimigo acerado da influência dos jesuítas, um proponente de reformas, não só na área dos diversos graus de ensino, mas também dos métodos e das soluções queurgia aplicar para transformar as mentes arcaicas.

No seu estilo fluente e incisivo, usou o que de melhor se escrevera na Itália do seu tempo, na França, na Áustria, na Inglaterra. Não foi por isso tão original como a sua envergadura podia levar a supor, mas soube escolher, sintetizar, adaptar e indicar bibliografia, às vezes excessivamente abundante, mas capaz de permitir escolhas. Além disso, compagina com a monarquia esclarecida, confia na possibilidade das transformações pombalinas em marcha.

Verney guarda respeito inteiro e declarado pelos dogmas e princípios dos Evangelhos, tudo o mais caindo sob o seu exame crítico, onde há opiniões que defende e, como se disse, criações e autores fortemente impugnados, a começar pela metafísica escolástica, consagrados autores jesuítas, outros padres maiores da cristandade e, na poesia, por obras-primas de Camões e, em particular, dos escritores barrocos.

O ultraconservador D. Frei Fortunato de S. Boaventura di-lo o maior sábio de Portugal. Autores do século passado e atuais guardam-lhe um lugar único no seio do Iluminismo católico e no pensamento português, rastreando a sua penetração por via crítica ou de adesão em Espanha e outros países.

Estranho a falta de referência a Jean Sarrailh por parte de António Alberto de Andrade. No volume *A Espanha Esclarecida* daquele mestre francês sublinha que *O Verdadeiro Método de Estudar*, traduzido para castelhano, causou grande ruído, em Espanha, como é sabido, e foi apreciado na corte de Carlos III pelo rei e pelos seus próximos conselheiros, bem como junto dos professores dignos desse nome, dominicanos e agostinhos, assunto a que voltarei.

Seguindo o que escrevi decénios atrás, importa notar que a grande obra de Verney é, de veras, o *Verdadeiro Método de Estudar*, publicado em 1746, na Itália. Aí aborda temas teológicos, filosóficos, jurídicos e literários, nem sempre com idêntico nível, mas, de qualquer modo em plano inovador, opondo à mentalidade fechada de Portugal um ideário reformador e europeu tal como ele o conhecera através dos iluministas italianos e de origens diferentes. Efetivamente, após estudos universitários em Coimbra e Évora, viveu grande parte da sua vida em Roma, beneficiou do clima intelectual existente na península itálica e aí veio a falecer em 1792.

Verney ataca o tradicionalismo aristotélico português, a Companhia de Jesus e aponta a França como exemplo de um país, onde, tal como na Itália, até os dominicanos e os jesuítas iam seguindo as novas doutrinas. Deplora o ensino teórico dos estudos médicos e faz a apologia da análise e da experimentação. Ataca o gongorismo literário e integra-se na corrente anti-eclética.

Dos Antigos, diz que só o que não repugna à razão deverá ser aceite, com ressalva da ortodoxia católica. Condena o primado do latim, defende o ensino e o uso do português, advoga o estudo de línguas estrangeiras, em especial a francesa, em crítica cerrada ao ensino do tempo, em que dominava o latim.

No plano jurídico e na senda de Muratori, propõe a racionalidade e a simplificação dos códigos e dos processos jurídicos, com o objetivo de os aproximar do direito natural. Simultaneamente, aponta as necessidades da cultura a partir do ensino primário e técnico praticamente inexistente, que devia ser obrigatório e a urgência de formar o baixo clero. Note-se também que pugnava pelo acesso das mulheres à cultura e, bem assim, pela elevação das classes pobres pelo ensino.

A filosofia de Verney é nitidamente influenciada por Locke, assim como as suas ideias sociais radicam em Grócio e Puffendorf, por Newton e Boerhaave no plano científico. Há ligação do seu ideário com o dos franceses Rollin, Fénelon e Lamy.

No domínio filosófico, Verney visa garantir a liberdade para as ciências mecânicas em detrimento dos óbices que a escolástica lhes impunha.

No plano social, acredita num direito natural de base racional, independente da revelação divina. À nobreza de sangue, opõe a nobreza de virtude, atacando a fidalguia. Do mesmo modo, verbera as crendices e a superstição, a par da tendência estática dos portugueses de então, que contrariavam o progresso e se opunham a quase tudo o que fosse estrangeiro e novo. Na esfera laica, lembra que a subordinação ao princípio da autoridade, no nosso país, implicava a subversão da capacidade individual de cada um.

Ideias originais suas surgem ainda numa série de cartas publicadas e estudadas por Cabral de Moncada, onde persiste a crítica e o combate aos jesuítas, ao absolutismo e exprimem renovações culturais de vulto.

Preconiza, inspirado em Beccaria e Filangieri, a reforma da Inquisição, assunto que estudámos em artigo próprio e discorda da perseguição aos judeus.

Segundo Cabral de Moncada, diretrizes de pensamento colhidas por Verney pressentem-se em várias reformas pombalinas, como, por exemplo, nas da

Inquisição, da Universidade, do ensino médio, etc... Nalguns casos, essas reformas são de teor paralelo ou então fruto de um clima que se desenvolveu ao longo do século no contacto com os pensadores europeus.

No caso concreto do ensino, o que Verney escreveu a respeito do ensino secundário e superior em Portugal, através de uma crítica sólida, é suscetível de se usar com rigor ao que acontecia em Espanha.

Assim, verbera, sem paliativos, os métodos tradicionais de ensino dos meninos, sejam eles de ortografia, de gramática latina, da retórica e da filosofia. O mesmo acontece com o caráter rotineiro das lições feitas aos alunos de teologia, de direito e de medicina, em que predominava Aristóteles e os escolásticos. Na perspectiva destes, existia uma desconfiança supersticiosa acerca dos modernos, a quem se recusava qualquer mérito. Faltava a preocupação de observar e de experimentar. Preponderava, sim, a memória, no Direito, que não recorria às ciências auxiliares que permitiam compreender os factos. Mais do que examinar a escritura santa, a teologia perdia-se em subtilezas. Na medicina, Galeno passava à frente de Hipócrates. Quer dizer, não se verificava uma renovação segundo o espírito e a cultura moderna.

Fundamental é nota, de acordo com Sarrailh, que Verney, além de criticar com rudeza, formula, com base em autores estrangeiros, propostas inovadoras.

Nesta perspectiva, entendia que era necessário lecionar na língua materna dos alunos a gramática latina e a retórica para evitar “um erro considerável”. Em filosofia, autores considerados em regra heréticos no desconhecimento dos respectivos textos, mas de índole “moderna”, deviam ser utilizados. Não mais se usaria estudar em exclusivo o silogismo na lógica. Aqui urgia atender ao erro e às suas causas, tendo em conta a idade dos ensinandos. O estudo das matemáticas, que tão arredo andava, devia preceder a física que se ministraria através de experiências. Lugar de relevo, na medicina, cabia à anatomia e à observação dos doentes nos hospitais.

No campo do direito, igualmente fundamental, mostrava-se a história do direito, a história nacional e a crítica das leis que não eram intangíveis. Assim como importante era a formação profissional dos advogados e dos juizes.

Propunha ainda a erradicação da teologia especulativa em favor da dogmática, apoiada pela história da Igreja, pela história civil e pela geografia. O bom conhecimento das verdades da religião obrigava ao conhecimento do hebreu e

do grego, a utilização dos dois Testamentos, ou seja “da tradição divina e do teor da “razão natural”, não obstante as incertezas desta. Enfim, é um verdadeiro plano de estudos escolares e universitários, bem à frente da velha pedagogia.

É com base no que estivemos a expor que Jean Sarrailh reconhece a pertinência da doutrina de Verney, quer para Portugal, quer para a Espanha de Carlos III, doutrina que este rei, desagradado dos jesuítas, pessoalmente estimava.

Um expressivo escritor do século XVIII, Inácio José Peixoto, cujas *Memórias Particulares* inéditas prefaciamos, explica a maneira como, justamente no meio daquela centúria, o *Verdadeiro Método*, ainda que vedado pela Inquisição portuguesa, chega e foi lido em Coimbra, onde era estudante de Direito. Na cidade “os jesuítas sustentavam o seu perípato, a sua filosofia e a sua teologia, quando no ano de 1750 se entrou a divulgar o famoso livro *Novo Método* por Frei Barbadinho, pois fora este o disfarce utilizado por Verney para não ser molestado”.

E continua o desembargador Peixoto: “Este foi o primeiro ataque e o precursor da reforma”. Dos estudos e da Universidade, suponho eu.

Prosseguindo, conta o mesmo autor: “Era o livro visto em Coimbra como proibido. Algumas páginas dele muito à pressa me foram deixadas ler” nessa cidade. “Saíram logo... infinitas sátiras, atribuídas aos jesuítas. Fosse o que fosse, depois dele tudo tomou volta no método dos estudos” (*Memórias*, p. 27). Mais adiante, faz a seguinte reflexão: “Bem é que a fundo não vejo que esses grandes homens que excedam os passados, mas o exercício que depois deram aos livros franceses introduziu no Reino novos sistemas, outras luzes, mas as iluminações também depravadas ou cegueiras infernais. O plano se fez para todas as novidades que agora, praza a Deus, não infestem a Nação”. E conclui a seguir, usando a sua escrita arresvada: “Os jesuítas, pode-se dizer, tinham a chave da literatura portuguesa”, até que Verney “levantou a voz para destruir as escolas jesuíticas. Assim o fez, mas este foi o princípio da corrupção da Europa” (*Memórias*, p. 27-29).

No seu volume sobre *Educadores Portugueses*, publicado já no séc. XX, em 1909, Ferreira Deusdado lamenta a falta de atenção prestada em oitocentos a Verney. O facto leva-o a destacar a posição esclarecida de Júlio de Matos, que elenca as doutrinas de Verney, destacando a parte referente à medicina. Tal posição mostra a atenção dedicada à educação por Luís António Verney, constituindo um legado

perene que vem até ao nosso tempo, perfilhado pelos esclarecidos de agora, esquecido pelos contemporâneos falhos de iluminação, como se dizia no séc. XVIII.

E Verney defende que todos os ramos do saber carecem do estudo prévio da sua história, para enquadrar no tempo e no lugar o objeto de observação, experiência e concepção.

Embora trate da importância da história em muitas das suas cartas, citando abundante bibliografia e a deixe ver noutros escritos, mostra-se enfático e explícito a respeito da sua utilidade, por exemplo, na teologia e no direito civil e canónico. No plano constitutivo destes saberes, até aí mal estudados, com culpas maiores para os jesuítas, Verney, ao destacar a sua necessidade, antecede a opção mais tarde patente nos *Estatutos da Universidade* de 1772.

Para ele convém submeter os textos base da teologia à crítica. Esta desenvolvera-se no século precedente e abriu “os olhos ao mundo literário para se adiantar nas Ciências” (Verney IV, p.265, 266). Explica: “Nesta era, não basta que um homem afirme uma coisa; é necessário que aprove e mostre que (os seus conteúdos) são livres de toda a corrupção, isto é, que se examine se são verdadeiros ou supostos, por via desse livre exame”. Daqui “nasceu este corpo de doutrina a que chamamos teologia moderna, a qual, não obstante que nada expõe que não seja antigo, expõe-no por um novo método, e procura provas com que solidamente confirme a sua venerável antiguidade”. (IV, 267).

A crítica apresenta igual validade na história, onde se tem descoberto imensos erros, contradições para alcançar as opiniões mais prováveis, tanto nos relatos religiosos, como nos civis.

A crítica configura, depois da educação, um segundo patamar de atualidade do Barbadinho aqui posta ao serviço da teologia positiva, da história, das leis, etc.. Em relação ao direito, o conhecimento das leis romanas era importantíssimo. Estas leis revelam “a necessidade que tem o jurisconsulto do estudo da história, visto ser ela que mostra por que fim, e em que circunstâncias e tempo, foram feitas as ditas leis, muitas das quais parecem contrárias às outras.” (IV, 159).

O saber histórico obriga, para ele, o conhecimento da cronologia e da geografia em ordem a situar os eventos e as doutrinas no tempo e no lugar do processo civilizacional. Diz mesmo “sem cronologia e geografia é supérfluo ler história” (IV, 160).

Vale a pena notar que, ultrapassado o meio do século, em 1752, depois da sigilosa, vedada, divulgação do *Verdadeiro Método* em Portugal, estampam-se as *Reflexões Sobre a Vaidade*, de Matias Aires, licenciado em Artes por Coimbra que estudou direito em França e abre o caminho à tendência “nitidamente esclarecida para racionalizar, metodizar e laicizar a história”, apontando no sentido de certas concepções dos ulteriores *Estatutos da Universidade* e de académicos maiores do fim do século. Aqui e ali, deixa perceber “fórmulas muito perspicazes da lei do dinamismo essencial do mundo”, a par de um pouco comum ceticismo a respeito de “pelas narrações da história (...) e descobrir a verdade dos sucessos”. No fundo, mais do que céptico, ele queria dizer que a ciência permitia “sabermos errar com método”. Ora, Verney espera graças à crítica, à geografia, à cronologia e outras ciências transformar pelo método, a validade e utilidade dos seus planos.

À sua conta, os escritores críticos da Academia setecentista, assim apodados por Herculano, como antes os *Estatutos da Universidade*, vieram mostrar a clari-vidência de Verney quanto à história, facto evidente nos discursos académicos de António Caetano do Amaral, de 1780 sobre a forma como tencionava redigir as suas *Memórias* sobre a história de Portugal. Licenciado em Cânones em 1773, afirma-se seguidor da “história positiva” por analogia com a teologia positiva, amiúde próximo de Verney, defensor, este, duma cadeira de Direito Pátrio e da disciplina de História Municipal, tão importantes se revelavam as leis camarárias específicas para juízes, advogados e interesses da população em geral.

Pondo a nu as carências das obras publicadas, Amaral diz que elas mostram os portugueses “pelo lado de intrépidos e fortes, já ganhando terreno em que tem de levantar o soberbo edifício do seu império já defendendo a posse dele, já estendendo largamente o seu domínio”. Ora, outras facetas do passado da Grei permaneciam na sombra, como fosse, a “arte do governo interior” do reino, “os louváveis costumes do povo, as suas sábias leis”. Daí a necessidade, para além das leis escritas, de atender às “leis não escritas que, naturalmente, manam do génio dos povos”. Seria, afinal, uma história da comunidade civil, apostada em discernir a influência recíproca da legislação, dos costumes e o espírito que tudo animava. Dessa forma, os juristas teriam à mão um “vistoso painel do agradável espetáculo da formação inteira de uma monarquia”.

Tratava-se de uma história que ultrapassava os umbrais da história jurídica já versada na história desta ciência programada nos *Estatutos da Universidade* para

ser uma história civil dividida por épocas. Pretendia, repito, gizar uma história positiva, de construção geométrica, alicerçada em notas de rodapé e concebida pela razão. Ia, assim, ao encontro da “verdade”, alma da história, a qual impunha a utilização de “fontes puras”, aferidas pelo “reto caminho da crítica judiciosa”. Convinha apurar o que, sendo “útil e congruente”, servia o fim em vista, a cada coisa dando desenvolvimento consentâneo com a sua “importância”, mobilizando “os meios necessários para entrar no espírito dos tempos remotos” e fugir ao anacronismo, acrescento eu. Convinha evitar a *secura* e a monotonia, combinar o carácter sisudo da disciplina com o culto da simplicidade e da clareza, em ordem a historiar com interesse e gosto, à revelia do desnecessário, do supérfluo e de todas as fantasias e superstições.

Ao pensar assim utiliza e vai mais longe do que Verney, e aproxima-se de Herculano.

Com Verney, com António Caetano do Amaral, com Melo Freire, homens da ilustração, corremos para os tempos atuais, para a modernidade da história, um terceiro patamar do conhecimento científico do passado pelas luzes da razão, história já pelo primeiro encomiada.

Essas mesmas luzes impunham não só conhecimentos empíricos de matemática e de física mas também um saber axiológico colhido desde os estudos médios de Filosofia.

Reportando-nos à ética, esta dirigia em dois sentidos a instrução do ser humano: “ensinar em que consiste a suprema felicidade do homem; explicar as virtudes e o modo de as conseguir”. O tema aparece desenvolvido ao longo de muitas páginas na Carta XI, onde, partindo da ideia histórica da ética, formula o “Plano de uma ética moderna”. Em ordem a mostrar “aos homens a verdadeira felicidade... e as ações para o conseguir”. Funciona a ética como “prope-dêutica da jurisprudência e teologia moral”. Sendo ela “deduzida da boa razão excita nos homens os princípios do direito natural” porquanto “a lei divina, a natural e a das gentes, são a mesma lei”. Diferem, assim, porque Deus proclamou a lei divina, sendo acessível aos homens pela lei natural, dada a “faculdade que a alma tem de conhecer o bem”, isto é a mente humana. Assumida por povos inteiros, à lei natural chama-se “lei das gentes”. No que toca à lei civil e eclesiástica, a “honestidade das ações humanas é em tudo conforme à boa razão”.

Continuando a dissertar sobre o papel da ética, agora na vida particular e civil, sublinha que se trata de algo com emprego em “todas as profissões e de toda a gente civil”, essencial para “saber distinguir a virtude do vício, reprovando este e estimando aquela”. Quem não o sabe fazer não “é homem, muito menos homem civil”.

“Da conformidade das ações com a lei nasce no homem a virtude”. Nesta circunstância, a jurisprudência civil ou política, apanágio da ética particular, segmento do *Plano de uma Ética Moderna* preconizada por Verney, impõe a quem “tem empregos públicos a necessidade da ética para não cair em erros, vícios e maldades” e imprimir autenticidade aos seus ofícios.” Por outro lado, a “Política sem ética é arte de enganar, pois só é bom cidadão o que é homem bom”. Tal a conclusão de Verney, baseado em Grócio e Poffendorf, partindo de Bacon e recomendando o estudo da matéria por Heinício, adotado no Colégio das Artes quando para aí passou a cadeira de filosofia racional e moral, antes professada na Faculdade de Filosofia.

Bastariam as observações e a bibliografia propostas por Verney e, muito particularmente, a sua doutrina sobre a vida pública e privada para situar as propostas deste iluminista em patamar especial da sua atualidade na nossa sociedade quando os valores são esquecidos, tanto na esfera privada como na esfera pública.

Disse-se atrás que no *Verdadeiro Método* e nas *Cartas* se faz a crítica dos excessos de poder dos monarcas. Urge vincar que o Barbadinho não inclui aqui o absolutismo esclarecido, inteligente, praticado por príncipes e governantes católicos, por exemplo, na Áustria, em estados italianos, e ibéricos com relevo, aqui, para Carlos III e Pombal, nomeadamente na reforma pombalina da Universidade, onde as marcas do mesmo Verney são claras. Na verdade, aos desvios do poder absoluto, da natureza humana e da razão, contrapõe o despotismo inteligente. Pois se subordina à dita natureza humana e à racionalidade. Tal política exigia em Portugal o desaparecimento dos jesuítas e seu poder, como ainda o controlo ou a evicção das tentativas de interferência da Cúria Pontifícia.

Curiosamente, se bem defende a língua portuguesa, hoje objetivo central, também propugna a reforma da Inquisição, mas não convém na sua supressão, tal como acontece, seja no novo *Regimento* pombalino, seja no Projeto de Regulamento da mesma, urdido por Melo Freire, em sintonia com o pensar de Verney, no âmbito dos trabalhos do novo Código, outra ideia do Barbadinho, que acontece no tempo de D. Maria I.

Para Cabral de Moncada, o Barbadinho, é uma espécie de jurisconsulto, tornado professor de direito, aspeto que em tempos o estudo do manuscrito do projeto me levou a desenvolver. Triste é verificar que alguns aspetos negativos desses textos inquisitoriais marcam as mentes e leis dos nossos dias através do secretismo e da delação anônima.

Nesta intervenção exemplificativa da atualidade da obra de Luís António Verney, vinco a sua capacidade como pensador, crítico e planificador em relação à sociedade e à cultura setecentista, em particular no campo da educação.

Manifesto ainda, já a sua clara explicação das vantagens e indispensabilidade do espírito crítico, já a sua atenção ao estabelecimento de um conhecimento histórico seguro, já do seu respeito pelo direito natural e pela filosofia, e, no âmbito desta, pelas ciências e a ética, ética que tão necessária é para o homem culto do nosso tempo e tão risível se torna a quem a ignora.

São teorias entrevistadas por um iluminista católico, certo de que importa aceitar a pesquisa científica e os seus resultados, mesmo se contrários às opiniões tradicionais, importa proceder à flagelação de superstições e de preconceitos, quando propiciadores de injustiças e opressão, importa realizar um exame crítico das crenças correntes e repensá-las em ordem a formular reformas de natureza económica e social, sempre à luz da razão, sem enjeitar a fé.

Não consegue convincentemente articular as leis divinas e a razão, pois crê em Deus através das Escrituras e das fontes puras da teologia positiva, a que soma as opiniões de tantos iluministas. E, se, por exemplo, parece evidente a atualidade da educação, do livre exame, do direito, da ética, na vida dos povos em conformidade com as respetivas circunstâncias, já a história, a cujos desenvolvimentos aludi em Portugal e na Academia, o grosso dos cultores das ciências empíricas e até sociais esquecem as transformações do ser e das técnicas no tempo e na história. Ora, urge utilizar e comparar as novas e velhas situações para acorrer às necessidades e à prospetiva nas sociedades modernas. De resto, de lugar para lugar, importa compreender a diversidade ôntica das culturas, de as entender e de as respeitar.

## BREVE SÚMULA BIBLIOGRÁFICA:

- AIRES, Matias, *Reflexão sobre a vaidade dos homens*, Lisboa, 1752
- ANDRADE, A. Alberto de, *Verney e a cultura portuguesa*, vol. II, Lisboa, 1995
- CIDADE, Hermâni, *Lições de cultura e literatura portuguesa*, Lisboa, 1959
- GUETTEL, Raymond, *História das ideias políticas*, Lisboa, 1936
- MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan, *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, 2001
- MONCADA, Luís Cabral de, *Estudos de história do direito*, vol. III, Coimbra, 1949
- ORTIZ, A. Dominguez, *Sociedad y estado en el siglo XVIII*, Barcelona, 1976
- PEIXOTO, Inácio José, *Memórias particulares*, Braga, 1992
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, *Le Portugal et la révolution française*, Bordeaux, 1989
- , *Verney e a inquisição*, Braga, 1995
- , *Concepções sobre a história*, Braga, 1993
- , *Melo Freire, Verney e a inquisição*, Braga, 1995
- SARRAILH, Jean, *L'Espagne éclairée de la seconde moitié du XVIII siècle*, Paris, 1954
- VERNEY, Luís António, *Verdadeiro método de estudar* – edição organizada por A. Salgado Júnior, volume I a V, Lisboa, 1949-1952

# O Tratado do Atlântico Norte

NUNO GONÇALO VIEIRA MATIAS†

## 1 – INTRODUÇÃO

É normalmente aceite que as alianças se desfazem depois de alcançada a vitória a que se propuseram.

A história relata-nos muitos exemplos ilustrativos. Basta lembrarmo-nos do fim da aliança europeia contra Napoleão, ocorrido sete anos depois do Congresso de Viena, ou da forma como acabou a aliança Soviético-Americana, praticamente a seguir ao Dia da Vitória, em 1945.

Esta lógica da história já tem servido para alguns cépticos da NATO, ou pelo menos pouco crentes da Aliança, vaticinarem o seu fim. Foram, entre outros, os casos de Henry Kissinger que, em 1961, pressagiava: *“A NATO, pedra angular da nossa política externa, não se adaptou à evolução das relações estratégicas e políticas ... a não ser que o grupo de países do Atlântico Norte estabeleça um objectivo mais claro estará condenada”*.

Mais tarde, em 1982, o *The Economist* afirmava que *“A Aliança do Atlântico está na fase inicial do que poderá ser uma doença terminal. A Aliança já esteve em dificuldades muitas vezes, mas esta é a pior crise”*.

Também, Christoph Bertram, director do *International Institute for Strategic Studies*, já após a queda do Muro de Berlim, em 1994, afirmava que *“A NATO atravessa uma crise profunda e duradoura e pode mesmo não chegar ao fim da década”*.

E porque a Aliança está, afinal, viva já quase duas décadas depois, na segunda do século XXI, tenho-me interrogado sobre as razões de tal longevidade. Essa reflexão, que aqui procurarei fazer convosco, tentará analisar brevemente a caracterização histórica da Aliança, o quadro de adesão de Portugal, dará algum testemunho da experiência, da convivência, que tive com a NATO ao longo da carreira, continuar-se-á com a análise, qual avaliação, do desempenho da nossa Aliança e prolongar-se-á com os sinais indiciadores de uma existência ainda com futuro. Este, o devir, está regido por um novo conceito estratégico, aprovado em

Lisboa, em 2010, (e já revisto em 2012) correspondente a uma evolução na continuidade dos documentos equivalentes de 1991 e 1999.

## 2 – UM POUCO DE HISTÓRIA

No pós Segunda Guerra Mundial, Leste e Oeste Europeu criaram um enorme fosso ideológico e político entre os dois, tendo o Leste da Europa sido dominado pela União Soviética, uma conjugação de factores que resulta no período instável denominado Guerra Fria que ensombrou o mundo durante quase meio século.

Em 1949, doze países dos dois lados do Atlântico formaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), com vista a controlar, contendo, o expansionismo soviético e o perigo iminente do comunismo que crescia do outro lado da Europa e que se temia alargar a outras partes do continente e mesmo do mundo.

Os 12 países fundadores da NATO: Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Holanda, Itália, Islândia, Luxemburgo, Noruega, Portugal e Reino Unido comprometeram-se numa lógica de segurança colectiva, isto é, qualquer ameaça contra um dos países membros seria uma ameaça contra todos os países da Aliança e a resposta seria conjunta.

Na década de 50 a NATO sente necessidade de alargar geográfica e politicamente, abrindo as portas à Grécia, à Turquia e à Alemanha<sup>1</sup>, e já nos anos 80 procede à integração de Espanha.

Com o desmoronamento do Bloco de Leste no final dos anos 80, surgiu a necessidade de redefinição do papel da NATO no contexto da nova ordem internacional, pois o factor que motivou o aparecimento da organização e o objectivo que a norteou durante quatro décadas desapareceu subitamente. Ao desaparecer a ameaça, a Aliança que havia sido constituída para fazer face a uma ameaça concreta que se dissipa de um momento para o outro fica literalmente sem os alicerces do seu “edifício”, necessitando com toda a urgência possível de encontrar um caminho. A organização dedicou-se, pois, a esta nova tarefa, com o

---

<sup>1</sup> Em 1955 dá-se o alargamento à Alemanha Ocidental e só em 1990 com a reunificação da Alemanha, este país, agora uno, se torna plenamente membro da NATO.

objectivo de se tornar o eixo da política de segurança de toda a Europa – isto é, considerando também os países que antes formavam o bloco adversário – e América do Norte. Assim, começou a avançar-se para um alargamento a leste (considerando, nomeadamente, a adesão da Polónia, da Hungria e da República Checa) e, em 1997, criou-se o Conselho de Parceria Euro-Atlântica, um órgão consultivo e de coordenação onde têm também assento os países aliados da NATO, incluindo os países da Europa de Leste. É um facto que desagradava à Rússia pois vê estes países afastarem-se da sua esfera de influência. Isto é, a Rússia, ao mesmo tempo que começa a observar a redução das suas fronteiras físicas, depara-se ainda com a aproximação das suas fronteiras de defesa, sendo que a NATO, seu antigo inimigo, está agora a aproximar-se do território do seu império já findo e onde ainda detinha bastante poder. Em Março de 1999, formalizou-se a adesão da Hungria, da Polónia e da República Checa, três países do antigo Pacto de Varsóvia. Em 2004 processou-se o maior alargamento até à data, com a integração de mais sete países de Leste: Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia, contribuindo para o total de 28 actuais membros.

### **Do Pós Guerra Fria ao 11 de Setembro**

Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, a ameaça soviética desvaneceu-se, logo o principal objectivo para a criação da NATO também se diluiu. Este revelou-se verdadeiramente um período de grandes incertezas para a NATO, tendo muitos observadores avançado a ideia da sua dissolução, como consequência inevitável dos acontecimentos da época. Mas, os críticos revelaram-se totalmente errados. A Aliança Atlântica mostrou-se durante a década de 90 uma vez mais essencial à segurança da nova Europa, desta vez não como um mecanismo de segurança colectiva face aos perigos soviéticos, mas como um “gestor de segurança”<sup>2</sup> num espaço mais alargado de acção. Todas as Organizações são organismos vivos, em busca da realização dos seus objectivos, mas qual seria o caminho da NATO para ultrapassar uma crise tão intensa?

O fim da Guerra Fria abriu caminho para um relacionamento totalmente novo e renovado entre antigos oponentes. A dissolução do Bloco de Leste pôs a nu variadas situações de tensão ao nível territorial, religioso e étnico que haviam

---

<sup>2</sup> Altenburg, op. cit. ibid.

sido contidas pela lógica bipolar de quase meio século de história, mas que estavam prestes a explodir à primeira oportunidade. Muitos países procuraram integrar-se nas estruturas de segurança ocidentais, mas outros à margem deste processo ficaram sujeitos a processos de desagregação e descontrolo que resultaram em Estados Falhados ou anarquias totais. O invulgar desenvolvimento de inúmeros conflitos regionais como, a desagregação da Jugoslávia, a Guerra do Golfo, as situações limite em Angola, Ruanda, Corno de África e Argélia são os exemplos mais sangrentos desta realidade. Não é por isso de estranhar que as intervenções da ONU tenham aumentado exponencialmente neste período.

A esta nova realidade a Aliança Atlântica respondeu em três vertentes: no alargamento a Leste, no Diálogo com o Sul do Mediterrâneo e fomentando o estreitamento do relacionamento com a Rússia e Ucrânia. Estes aspectos, contudo, extravasam do que pretendo abordar e, por isso, é tempo de voltar ao tema da OTAN e de Portugal.

### 3 – A ADESÃO DE PORTUGAL À NATO

Como disse, Portugal foi um dos doze países que assinaram o tratado fundador da NATO, em Washington, no distante 4 de Abril de 1949. Se nos colocarmos na situação política, na altura vigente no nosso País, diferente das democracias subscritoras do Tratado e se pensarmos no quadro da neutralidade que tinha sido sustentado durante a guerra que findara apenas 4 anos antes, parece lógico lançar pelo menos três interrogações.

A primeira tem de surgir do lado da Aliança e situa-se na razão do convite a Portugal. Porquê convidar Portugal, um país afastado do reordenamento mundial da época e, até, marginalizado desde o fim da 2.<sup>a</sup> Guerra?

A segunda questão é, em certa medida, a inversa. Porquê a aceitação portuguesa do convite? Porquê o afastamento da política de neutralidade, considerada quase uma coroa de glória do regime do Estado Novo e de Salazar?

Ainda podemos lançar uma terceira pergunta. Quais as consequências para a evolução do País, em resultado desta adesão?

Procuremos para tão amplas perguntas umas respostas breves.

O porquê do convite a Portugal teve a ver, claramente, com a geopolítica e a geoestratégia que enformaram o novo sistema de segurança mundial do pós-guerra. Tinha-se configurado uma forte ameaça para o Ocidente na área soviética e, para a contrariar, o sistema criado assentava em dois pilares, um em cada lado do Atlântico. O dos Estados Unidos continha o potencial estratégico de retaguarda e a garantia do sistema, enquanto o europeu estava na linha da frente, na primeira linha de defesa, baseada nos países do Tratado de Bruxelas de 1948.

Para que o sistema funcionasse era necessário protegê-lo nos flancos N e S e lançar a ponte unindo os dois pilares. Aí, Portugal forneceria um apoio para a ponte a meio do Atlântico, nos Açores, e um dos pontos para sua amarração no Continente. As Ilhas e o Continente portugueses estavam na faixa central atlântica mais protegida de eventuais ataques provenientes do Bloco de Leste.

O binómio Açores-Continente, e não apenas os primeiros, como alguns indicam, estava na base do factor geopolítico e geoestratégico que originou o convite a Portugal. A importância deste ultrapassou, minorizando, a questão do regime político do Estado Novo, de resto pró-ocidental, anticomunista, mas não democrático.

A resposta à pergunta – o porquê da aceitação do convite por Portugal – parece um pouco mais difícil de objectivar, pelo menos avaliando as opiniões de historiadores contemporâneos do Estado Novo. No entanto, parece lógico admitir que é o mesmo factor geopolítico e geoestratégico relativo ao território português, numa situação de crescente percepção da ameaça soviética, que impõe ao governo português a adesão à Aliança e não apenas a um mero acordo bilateral com os EUA sobre os Açores. Por outro lado, ser membro fundador de uma aliança que vinculava os principais países do Ocidente constituía um enorme elemento de prestígio para o País e para o seu governo.

Numa perspectiva diversa, Franco Nogueira considera ter-se tratado para Salazar de um imperativo ético “uma cruzada” contra o comunismo em defesa da civilização ocidental e cristã. Ainda noutra perspectiva e segundo N. Severiano Teixeira, a “inclusão de Portugal e a exclusão da Espanha na Aliança conferiam à política externa portuguesa um lugar de preponderância no quadro peninsular” que muito terá pesado na decisão de Salazar.

Quanto à terceira questão, a das consequências, pode afirmar-se que foram muito positivas em termos de política externa e de política de defesa. De facto, a entrada de Portugal na NATO veio confirmar a constância de vectores históricos

da política externa, como a opção atlântica e a aliança com a potência marítima dominante, assim como evidenciou a hegemonia portuguesa na Península, em termos externos. Deu, ainda, um forte incremento às relações bilaterais com os EUA.

No âmbito da política de defesa, as consequências foram igualmente marcantes, com expressão muito visível no reequipamento das nossas Forças Armadas, na modernização das infra-estruturas e na reorganização e na actualização doutrinária, tecnológica e tática dos três Ramos.

Em particular, na Marinha o interesse pela NATO conduziu a um entusiasmo contagiante pelas novas tecnologias, táticas e conceitos operacionais. Foi um mundo novo que se abriu, onde as guarnições dos nossos navios se sentiam motivadas e com capacidade para aprender e demonstrar qualidade.

#### 4 – UM TESTEMUNHO

Menos de dez anos depois da adesão à NATO, quando entrei para a Escola Naval, tive o primeiro contacto com a Aliança, materializado no estudo das noções da sua organização e no começo da aprendizagem da tática e das comunicações NATO. Manuais como o *ATP1 – Allied Tactical Publication 1* ou os diversos *ACP – Allied Communications Publication* eram verdadeiras “bíblias”, indiscutíveis, que, desde o princípio da década de 50, revolucionavam a tática naval nacional, ainda com resquícios perceptíveis em livros escolares de conceitos exemplificados com a Batalha da Jutlândia, (1.<sup>a</sup> Guerra Mundial). As dezenas, talvez centenas, de manuais de tática, procedimentos e comunicações eram como que um admirável universo desconhecido. Admirável, mas difícil pelo estudo profundo que envolvia, para mais sempre em inglês, no caso dos oficiais, e com apenas alguns livros, poucos, traduzidos para uso sobretudo dos praças.

Mais tarde, a meio da década de sessenta, como oficial especializado em artilharia e servindo na direcção técnica respectiva, observei uma amostra de uma tarefa gigantesca que a nossa Aliança estava a levar a cabo. A da standardização de material, de procedimentos técnicos, de nomenclatura, etc. que visavam conseguir uma interoperabilidade perfeita. Aspectos complexos como a medição de

parâmetros de balística interna e externa, a transmissão automática de dados ou mesmo questões aparentemente tão simples como a adaptabilidade das mangueiras dos petroleiros, a padronização de combustíveis ou a elementar marcação de embalagens de munições, todos eram definidos nos Standardization NATO Agreements – (STANAGS). Tudo, nos mais pequenos detalhes, tinha de ser *acordado* por todas as nações. E sublinho a palavra *acordado*, porque não era imposto.

Tem sido um esforço que se tivesse de ser medido em páginas escritas, seguramente atingiria cifras de milhões.

Comecei cedo a entender a cultura vantajosa do consenso e a do respeito por todos os membros, mesmo os pequenos. Foi uma ideia que viria a reforçar em 1983-1984, quando testemunhei o funcionamento da Esquadra Permanente do Atlântico – Standing Naval Force Atlantic –, onde, como comandante do NRP Cte. João Belo, estive integrado por duas vezes. Os navios, de nove nacionalidades, operavam em conjunto tão bem, ou mesmo melhor, na opinião de alguns, do que se pertencessem a uma só Bandeira. Em grandes exercícios, juntavam-se-nos muitas dezenas de navios de superfície, de submarinos e de aeronaves e era impressionante verificar como a colossal máquina de guerra interagia e era eficiente. Relembro a forma elogiada como um dos meus muito jovens segundos-tenentes coordenou a defesa aérea da Força, feita com caças ingleses contra aviões de ataque de várias nacionalidades. E recordo ainda a exímia perícia com que os nove navios reabasteciam, a navegar, às vezes com mar mexido, a partir de um petroleiro de uma qualquer dessas marinhas, mesmo de noite. O processo consistia em posicionar com grande rigor uma fragata de cada bordo do petroleiro e uma à popa, navegando a curtíssimas distâncias, com mangueiras e cabos diversos passados. Isso permitia que a vulnerável operação estivesse concluída, para as nove sequiosas fragatas, em cerca de três horas.

Comparei, meses mais tarde, esta eficiência com a de uma força soviética que cruzou, de Norte para Sul, a nossa área marítima do Continente. Durante a vigiância que fui mandado fazer, observei que o petroleiro *Boris Chilikin* demorou 12 horas a reabastecer os três *destroyers* que navegavam em companhia. A minha guarnição, qual equipa vencedora de que todos fazíamos parte, exultou com a comparação, tão positiva. Isso só tinha sido possível devido, sem dúvida, ao nosso melhor material, mas, acima de tudo, a muito treino, a uma muita afinada organização e também a boa mão de leme.

Percebi, até, o orgulho que, do grumete ao comandante todos tínhamos em fazer parte de tal equipa multinacional que operava bem no mar e que se relacionava com grande amizade e respeito, em terra.

Foi, igualmente, o espírito de missão, o sentido de busca do consenso e o valor da consideração multinacional que encontrei entre a comunidade que servia no Quartel-General do Iberlant que tive a honra de comandar nos meados da década de 90. Nessas funções, ao falar para um curso de políticos de países recentemente saídos de trás da “Cortina de Ferro”, recordo que, ao responder à questão de qual seria a maior dificuldade a ultrapassar pelos países candidatos à NATO, “se a estrutura de forças”, “se o orçamento”, lhes respondi que considerava como mais difícil a obtenção do espírito de procura do objectivo comum e a aquisição da cultura do consenso.

Continuo hoje a manter a mesma opinião.

## 5 – A AVALIAÇÃO

Essa é uma percepção que obtive da experiência directa. Contudo, a avaliação mais distante e ampla que tenho feito da nossa Aliança não contradiz em nada essa ideia de raiz prática. Antes a reforça.

De facto, a NATO criou um notável espírito de coesão e de solidariedade, mantido apesar dos sucessivos alargamentos e sedimentou valores e capacidades verdadeiramente únicos, que seria agora desastroso para o Ocidente serem perdidos.

Trata-se de um património moral resultante do somatório de um conjunto de factores de grande significado, que posso tentar sintetizar nos seguintes pontos:

- Existe uma grande identidade quanto ao interesse vital comum, traduzido como “a defesa da integridade territorial e do respeito pela soberania de todos e de cada um dos seus membros”. Trata-se do conceito da “defesa colectiva”.
- Este entendimento é comum aos Estados membros que estão em consonância quanto ao modo de conseguir a sua defesa, para o que muito contribui a mesma base cultural, alicerçada nos valores do Ocidente.

- A NATO, ou os seus membros, têm tido a sabedoria de sobrepor aos interesses individuais o interesse comum.
- A cultura do consenso, desenvolvida ao longo de décadas, em todos os patamares da organização da Aliança, tem facilitado a tomada de decisões por unanimidade.

O processo decisório torna-se aparentemente simples pela visão comum dos “valores, objectivos, propósitos e modos de agir” inscritos nos documentos conceptuais da Aliança.

- As limitações de soberania que a Aliança provoca são muito limitadas e encontram valiosa compensação nos resultados obtidos. São aliás constrangimentos incomparavelmente inferiores aos impostos pela União Europeia. (Compare-se o que se passou em 64 anos de Aliança com o que já aconteceu em 27 de adesão à EU. Por exemplo, desde 1 de Dezembro de 2009 perdemos totalmente a soberania sobre a conservação dos recursos biológicos do mar, por força do Tratado de Lisboa).

Neste quadro de partilha de interesses e de valores comuns, a NATO tem-se adaptado às enormes mudanças da situação internacional e tem demonstrado uma grande capacidade para acomodar pressões externas, evoluindo também no seu conceito estratégico já reformulado por três vezes depois do fim da Guerra Fria.

## 6 – A PROSPECTIVA

É sempre arriscado fazer previsões a curto prazo, mas não me parece impossível prospectivar a NATO no médio prazo, nem alguns aspectos do seu novo documento enquadrador da estratégia a seguir. Atrever-me-ia a dizer que haverá uma evolução com continuidade, adaptada ao móvel ambiente político internacional, considerado em fronteiras tão alargadas quanto o mundo em que vivemos.

De facto, e indo mais longe do que a avaliação que já fiz, parece haver na NATO muita sabedoria para garantir um caminhar contínuo. Ocorre-me a frase do primeiro Secretário-Geral que, logo em 1949, sintetizou as três funções da Aliança: *“Keep the Americans in, the Russians out and the Germans down!”*

É um princípio ainda hoje válido, certamente merecedor de alguma ironia para nós, no extremo da Europa, mas encarado, possivelmente com grande seriedade pelos países do centro-leste europeu. De facto, a questão da Alemanha unificada levanta velhos fantasmas na Europa. Basta lembrarmo-nos de declarações de líderes europeus há alguns anos reticentes quanto à reunificação da Alemanha pelos riscos que comportaria. Chirac ironizou mesmo “que gostava tanto da Alemanha que preferia que houvesse duas”. Há poucos anos, durante as comemorações dos 20 anos da queda do Muro, esses receios, velados ou não, apareceram nos discursos.

Sarkozy foi mesmo muito claro ao relembrar que a Alemanha tinha estado na origem dos dois cataclismos que devastaram a Europa no século XX. A memória dos europeus foi avivada quanto ao papel da NATO na estabilização interna do seu Continente e isso pode ter pesado bastante na decisão francesa de, depois de 43 anos de ausência, ter voltado a integrar a estrutura militar da Aliança Atlântica.

Por isso a ideia do 1.º Secretário-Geral de “*Keep ... the germans down*” parece continuar válida. (Só que eles, política e economicamente estão *up*.)

Também a continuidade dos três pilares fundamentais da Aliança parece manter-se inquestionável. A “defesa comum” como objectivo primeiro, secundado pela solidariedade e capacidade garantidas pelo “elo transatlântico” e a “dissuasão nuclear”, o terceiro, são princípios que certamente se manterão. Este último tem, até, intensidade e actualidade preocupantemente renovadas.

Esta sabedoria parece-me continuar presente nos documentos publicados pela Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, comemorativa dos 60 anos da Aliança, que teve lugar em Estrasburgo – *Kehl, em 4 de Abril de 2009*.

Ao longo dos 62 pontos do vasto documento principal, entende-se a continuidade, logo na reafirmação inicial dos “valores básicos, princípios e propósitos da nossa Aliança” e também a ideia da evolução ao indicar, de seguida, que “a corrente transformação da NATO fortalecerá a capacidade da Aliança para confrontar as ameaças actuais e as emergentes no século XXI, incluindo a existência de forças projectáveis bem preparadas para a condução da gama completa de operações e missões militares no seu território e para além dele, na sua periferia e a uma distância estratégica”. (O sublinhado é meu.)

Parece-me de salientar o detalhe usado na especificação da área de actuação, incluindo a expressão: “a uma distância estratégica”. Trata-se, claramente, da

assunção de fronteiras de segurança alargadas ao globo terrestre, como, de resto, a intervenção no Afeganistão já materializa.

Estes tópicos iniciais do documento constituem a introdução para um largo conjunto de ideias que foram metodicamente consideradas na produção do conceito estratégico da NATO de 2010.

As questões de natureza política ocupam o maior conjunto de tópicos, ultrapassando em muito as referências à estrutura de forças, à organização da Aliança e ao controlo de armamento.

Do todo, valerá a pena evidenciar alguns aspectos, mesmo de forma necessariamente breve.

- a. Os Chefes do Estado, pensando no futuro, evidenciaram o seu empenhamento numa aproximação comum aos desafios da paz e da segurança na área Euro-Atlântica, aproveitando as possibilidades das actuais instituições, NATO, União Europeia, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e o Conselho da Europa. Também é salientado o progresso conseguido na cooperação e na coordenação entre NATO e as Nações Unidas, nomeadamente com a declaração conjunta feita em 2008.
- b. O relacionamento com a Rússia é abordado a partir de diferentes azimutes. Segundo um, é referida a importância do diálogo e da cooperação, numa aproximação comum frente às actuais ameaças e desafios, como, por exemplo, a estabilização do Afeganistão, o controlo de armamentos, o desarmamento, a não proliferação das armas de destruição em massa, gestão de crises, contraterrorismo, contranarcóticos e contrapirataria.

Num diferente sentido, a Rússia é vista com preocupação pelo seu relacionamento com a Geórgia, pela não implementação, ou “suspensão” desde 12 de Dezembro de 2007, do regime das Forças Convencionais da Europa (CFE) e também pela falta de cooperação com os Estados Unidos quanto à defesa antimíssil.

- c. O alargamento da NATO é abordado relembrando que o Artigo 10 do Tratado de Washington abre a porta a todas as “democracias europeias que partilham os valores da nossa Aliança e que queiram e sejam capazes de assumir as responsabilidades e obrigações de membro.” Foi feita referência específica aos casos da Macedónia, dos Balcãs Ocidentais, da Bósnia

Herzegovina, do Montenegro, da Ucrânia e da Geórgia, assim como ao primeiro partenariado individual da Sérvia com a NATO.

- d. Nessa linha, o novo conceito estratégico aborda a necessidade da contínua adaptação e evolução das forças da NATO para fazerem face aos desafios que se enfrenta. Logicamente, deverão ter mais capacidade de projecção, de sustentação e de interoperabilidade, para além de deverem ser servidas pelos mais evoluídos sistemas de comunicações e de tecnologias de informação, também capazes de proteger a Aliança contra ataques cibernéticos.

Daqui resulta a preocupação quanto aos investimentos, sobretudo por parte dos parceiros europeus cujas capacidades tecnológicas são, claramente, menos evoluídas do que as dos americanos e os orçamentos de defesa baixam consideravelmente.

De facto, a relutância europeia quanto a dispêndios com a defesa é uma condicionante ao harmónico desenvolvimento actualizado das forças NATO no seu todo, como preocupante é a falta de espírito de sacrifício humano dos europeus quando se trata da segurança comum. A memória é curta quanto à dimensão dos cemitérios americanos na Europa, com as suas cruzes de sacrifício pela salvação do velho e sangrento continente.

- e. Outra área de atenção do documento é a do desarmamento, do controlo de armas e a não proliferação de armas nucleares.

Parece-me, pelo exposto, poder concluir que a Aliança Atlântica tem uma história de sucesso e que, apesar dos seus 64 anos, continua funcional. Está, até, a ser cortejada por várias nações, como a Arménia, Azerbaijão, Geórgia, Moldávia e Ucrânia. São diversos os que querem entrar e nenhum pretende sair e até mesmo a França, que esteve fora de estrutura militar, regressou passados longos 43 anos.

A NATO continua forte e as suas cimeiras são prova da sua coesão. O único problema que transpareceu foi o da disputa entre a França e a Alemanha, quanto ao local da cerimónia de assinatura do documento dos 60 anos, em 2009.

Por isso, e para terminar, não resisto em transcrever, traduzindo, o último parágrafo de um artigo sobre esse tema, de Josef Joffe na publicação semanal *Time*:

---

“Enquanto os presidentes americanos vierem para jantar e os líderes europeus competirem para os receber, a NATO sobreviverá. As instituições moribundas não são elogiadas nem condecoradas. Por isso, podemos esperar já pelo septuagésimo aniversário da Velha Senhora em 2019”.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 21 DE OUTUBRO DE 2013)



# A (in)segurança no mundo de amanhã

JOSÉ ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS†

1. Embora, para o mundo de amanhã, a incerteza seja o que temos por mais certo e devemos esperar pelo inesperado, não haverá grandes dúvidas sobre o aumento da insegurança em todo o mundo, particularmente como consequência da facilidade com que se tornou possível explorar as vulnerabilidades das sociedades modernas organizadas em rede e com as suas infra-estruturas críticas apoiadas no ciberespaço, o que resulta especialmente da associação de dois fatores: a escassez de recursos e o fator demográfico.

Os recursos, cuja escassez aumenta a insegurança – portanto produz mais conflitos –, são os recursos essenciais para as pessoas poderem viver, assim como aqueles de que as sociedades necessitam para funcionar. Estes recursos são de natureza estratégica, mas a sua relevância é tal, tanto para as pessoas como as sociedades, que normalmente são designados por recursos estratégicos vitais. Os recursos vitais têm a ver com a vida (das pessoas e das sociedades) e pode valer a pena arriscar a vida para os obter.

Os recursos alimentares, incluindo a água, a energia que movimenta as sociedades, e os minerais raros de que depende o funcionamento dos artefactos essenciais para garantir certas atividades críticas (saúde, comunicações e informação, circulação financeira, abastecimento e distribuição de energia e de água, sistemas de governo e de segurança, etc.), todos estes recursos se inscrevem no domínio dos recursos estratégicos vitais.

A dimensão demográfica representa o outro fator com o qual interage o fator recursos, constituindo uma espécie de equação da qual poderá resultar estabilidade, no caso de as pessoas e as sociedades a eles terem acesso em quantidade suficiente para as respetivas necessidades, ou instabilidade, na eventualidade de as pessoas ou as sociedades terem de competir entre si pela força para alcançarem os recursos suficientes.

Os diversos atores políticos desenvolvem estratégias e táticas no sentido de se abastecerem que, no limite, poderão envolver o conflito armado. Entre essas

estratégias e táticas, os centros de poder político recorrem por vezes a modos de ação que transformam recursos de que dispõem em quantidade superior às correspondentes necessidades em instrumentos de troca, que lhes podem servir de poderosos argumentos para conseguirem o apoio de atores que não os possuem, ou possuem em quantidade insuficiente, para avançar com medidas que pretenda empreender, nomeadamente com ações de natureza violenta para forçar objetivos que ambicionam.

2. Os recursos estratégicos vitais estão distribuídos de forma desigual pelas várias regiões geográficas do planeta, e a população das unidades políticas dessas regiões raramente é proporcional aos recursos nelas existentes, o que pode conduzir a uma ou algumas das seguintes atitudes: 1) as pessoas individualmente consideradas deslocam-se das áreas onde há escassez de recursos para aquelas onde tais recursos abundam – trata-se dos movimentos migratórios que, por vezes, atingem a dimensão de verdadeiras migrações massivas e incluem espasmos de violência; 2) as sociedades organizadas das unidades políticas cujos recursos são escassos desencadeiam operações violentas para se apoderarem dos recursos de outras unidades políticas, independentemente de terem ou não recursos suficientes (aqui o que se coloca como motor político das decisões é a probabilidade de alcançar os objetivos definidos, ou seja de conseguir a vitória); e 3) as sociedades e as pessoas são alvo de bandos do crime organizado, nomeadamente de traficantes de droga, tal como os que estão envolvidos no tráfico de armas e de escravos, incluindo profissionais do sexo, também de escravos sexuais, a que devem ser somados os terroristas que lutam por uma causa.

Lembramos que as unidades políticas (os Estados), assim como as pessoas e os grupos dos mais variados tipos, são fundamentalmente egoístas, e movem-se por razões de interesse próprio, pessoal, de grupo ou bando, e nacional, e não por qualquer causa nobre ditada pela solidariedade. Relativamente às pessoas, os santos são raros; quanto aos Estados, não existe solidariedade nas relações internacionais, apenas existe o interesse nacional.

O que atualmente se passa é que nos países economicamente mais desenvolvidos capazes de oferecer significativos apoios sociais, com raras exceções, a população está a diminuir, agravando-se a sua fisionomia demográfica, com a população ativa em queda, cada vez mais desequilibrada em relação à população

idosa que precisa de ser apoiada. Nos países economicamente subdesenvolvidos acontece o contrário: a população cresce, por vezes a taxas de grande dimensão, aumentando aceleradamente a população mais jovem em comparação com a mais idosa cuja taxa de mortalidade também é expressiva, com a percentagem de desempregados, nomeadamente de jovens desempregados a subir em flecha, existindo apoios sociais insuficientes ou não existindo mesmo.

Nos países emergentes, o crescimento económico é acentuado, o que leva dezenas de milhões de pessoas a ascenderem das classes baixas para as classes médias, o que provoca uma corrida aos recursos e aumenta a dificuldade da sua obtenção pelos mais pobres, expandindo a fome e a miséria em larga escala. A pressão sobre os recursos resultante do desenvolvimento económico da China é o exemplo mais expressivo deste fenómeno.

As crenças religiosas radicais, além de poderem reforçar tendências extremistas na prossecução de objetivos justificados com os seus próprios preceitos (como foi o caso do cristianismo no passado e é frequente em certas opções do islamismo atual), quando associadas a baixos graus de desenvolvimento e a posições conservadoras (do ponto de vista ocidental) sobre o controlo da natalidade, produzem altas taxas de natalidade, do que resultam elevados aumentos da população com o conjunto de consequências já indicadas: grande percentagem de desempregados, nomeadamente entre os jovens, e muita pobreza cujo corolário mais comum é a emigração.

Todos estes fatores fazem com que o mundo se divida grosso modo entre um Norte e Ocidente com taxas de crescimento populacional normalmente negativas e um Sul e Oriente com elevadas taxas de crescimento, localizadas particularmente nas regiões de crença islâmica e pouco desenvolvidas ou em desenvolvimento: caso do “cinturão islâmico do mundo”, que engloba o Norte de África, Sahel e parte significativa da África subsaariana, Médio Oriente, partes da Ásia Central e Ásia do Sul, subcontinente indiano e alguns arquipélagos do Sudeste asiático/Pacífico.

Deste “equador” sobrepopulado partem em direção ao Ocidente e ao Norte vagas sucessivas de emigrantes miseráveis, que tudo arriscam para alcançar o bem-estar mínimo de que não usufruem.

Curiosamente tem sido no mundo onde campeia a maior miséria que têm surgido nações que, organizando-se e criando uma situação com relativa

estabilidade, conseguem atrair investimento estrangeiro e desencadear períodos de acentuado desenvolvimento, à custa dos salários baixos dos trabalhadores que passam a enxamear as empresas que as grandes multinacionais deslocalizam, retirando-as dos países mais avançados. Estas multinacionais e o sistema financeiro que com elas se articula beneficiam de uma globalização económica que não é consequência de uma fatalidade, como os que dela tiram mais vantagens procuram dar a entender, mas resulta de uma opção política provavelmente incitada por esse conglomerado económico-financeiro, insuficientemente regulada pelos Estados. As unidades industriais que vão mudando de lugar à procura dos menores salários caracterizam-se por uma produção que necessita de um número simples, limitado e fácil de apreender de ações dos trabalhadores. As mais comuns e que mais facilmente se deslocalizam são as fábricas de vestuário e de calçado e as unidades de montagem de artefactos móveis de telecomunicações.

A China constitui o paradigma ainda visível deste tipo de nações, mas já com o seu crescimento económico a emagrecer e os salários dos seus trabalhadores a subirem, pelo que o complexo económico-financeiro parece preparar-se para procurar outras paragens onde os chorudos lucros se manterão e até poderão aumentar. Segundo a Agência Stratford, para substituir a China, perfilam-se atualmente 16 países, cuja população no seu conjunto ronda também os mil milhões de pessoas. São designados P C 16 (os 16 pós-China), e encontram-se situados em áreas de pobreza e de sobrepopoamento, portanto nas melhores condições para os salários dos respetivos trabalhadores serem mais vantajosos. Trata-se de países situados na bacia do Índico, no Sudeste asiático e na costa da zona central do continente americano: Etiópia, Uganda, Quénia, Tanzânia, Sri Lanka, Bangladesh, Birmânia, Laos, Vietname, Camboja, Filipinas, Indonésia, México, República Dominicana, Nicarágua e Peru.

3. Os conflitos por recursos estratégicos vitais na “Era da Informação”, cuja presença obsessiva e importância decisiva traduz um dos elementos caracterizadores da globalização da informação/comunicação, situam-se em três patamares. 1) Num primeiro patamar onde os atores principais são as maiores potências desenvolvidas, que procuram zonas de influência capazes de lhes proporcionarem recursos vitais para o seu funcionamento, o que pode significar conflitos entre iguais através de terceiros (desiguais) que possuam os recursos; ou

simplesmente trata-se de desenvolver estratégias de domínio de uma potência por intermédio do apoio, que pode ser militar, a fações em luta pelo poder num determinado país que dispõe dos recursos que ambiciona. 2) Num segundo patamar em que vários atores numa dada região procuram ascender a posições dominantes de poder, o que, se for atingido, significa a capacidade de obter e partilhar recursos. 3) Num terceiro patamar, os conflitos são consequência da pressão dos movimentos migratórios, da ação de criminosos isolados ou em bando, e de táticas terroristas empreendidas por extremistas pertencentes a grupos, sejam eles de natureza religiosa com fins messiânicos, ou de cariz ideológico com fins políticos.

Enquanto nos conflitos travados no primeiro patamar, se combate prioritariamente por recursos que têm a ver com o funcionamento das sociedades modernas, naqueles que ocorrem no segundo patamar, o que se encontra basicamente em causa é a luta por recursos indispensáveis à mera satisfação das necessidades básicas das pessoas.

Relativamente ao terceiro patamar, os diversos Estados recorrem a meios antigos modernizados à luz das tecnologias típicas da “Era da Informação”, com a finalidade de conter os movimentos migratórios por vezes massivos, deter criminosos de toda a espécie e barrar os terroristas que visam os seus objetivos através de atentados a que a “Era da informação” dá projeção global com as correspondentes perceções que se repercutem em termos de relações de forças. As atuais muralhas, tipo muralha da China do passado, além de poderem ser erigidas com barreiras digitais, que bloqueiam o acesso da *internet* a certo tipo de conhecimento com sofisticados motores de busca, são constituídas materialmente por muros altos de betão reforçado, intercalados por redes eletrificadas e reforçados por vigilância com meios terrestres (radares e dispositivos de visão noturna), e com meios aéreos, especialmente aeronaves sem piloto (os célebres UAVs), alguns com capacidade de combate contra o solo. E as guarnições dessas “muralhas” integrarão cada vez mais *robots* para efetuar tarefas diversificadas (desde provocar o rebentamento de minas e explosivos tecnologicamente improvisados até ao manejo de instrumentos pesados de natureza logística ou operacional) e dispõem de informação de alcance global disponível e trocada em tempo real pela *internet*. Estas “muralhas” da idade da informação já rodeiam o Estado de Israel e estão a ser construídas nos troços mais perigosos da fronteira

entre os EUA e o México; embora mais atenuadas, cercam a União Europeia, particularmente o seu Espaço Shengen, reforçando com meios navais e vigilância aérea as fronteiras marítimas a Sul, e multiplicando controlos frequentes nas fronteiras a Leste, todas guarnecidas pela Gendarforce (força de polícia multinacional de fronteiras da UE). Mas estas fronteiras, mesmo dissimuladas, já aparecem no interior da União, até no do Espaço Shengen, com a multiplicação de controlos em profundidade. Além das fronteiras que se multiplicam por todo o mundo.

“Muralhas” deste tipo tenderão a proliferar, rodeando as sociedades mais prósperas, como os altos muros e os sistemas de vigilância privada que já protegem os condomínios das grandes cidades do mundo mais abastado.

Naturalmente que todos estes conflitos se entrecruzam e confundem, mas todos utilizam em maior ou menor grau artefactos tecnologicamente avançados, e concorrem pelo domínio das plataformas por onde circula a informação, visando emitir mensagens que transmitam aos outros atores e às opiniões públicas (locais e globais) as percepções que mais convenientes lhes são, no sentido de conquistarem os respetivos objetivos.

A “Era da Informação” é um paraíso para a estratégia: toda a ação táctica é uma ação que poderá ter efeitos estratégicos, desde que circule no espaço mediático (portanto seja potenciado em termos globais, deixando de se circunscrever apenas ao espaço geográfico restrito onde realmente se está a processar) com eficiência.

Esta circunstância favorece os atores militarmente fracos em confronto com atores militarmente fortes que, frequentemente ficam inibidos de usar os seus instrumentos de combate mais poderosos por terem receio de que os seus efeitos negativos se voltem contra si, se esses efeitos foram convenientemente tratados e desfeiteados nas plataformas por onde circula a informação pelos seus inimigos. E torna mais frequentes os conflitos armados de baixa intensidade, ou seja aqueles em que os mais fracos se insurgem contra os mais fortes recorrendo a ações de subversão (ou de insurreição) e os mais fortes respondem levando a efeito campanhas de contra-insurreição (ou de contra-subversão).

Mas a “Era da Informação” também nos aparece como o paraíso dos ambientes de caos, pois normalmente as guerras que se desenvolvem raramente (ou quase nunca) mantêm apenas dois atores em confronto. Se inicialmente for assim,

rapidamente passam a multiplicar-se com o aparecimento de outros atores que visam objetivos distintos dos primeiros. Muitos deles resultantes da ausência de autoridade central – pelo facto da soberania se ter esboroadado –, o que provoca o aparecimento de novos atores que visam metas políticas, mas também religiosas e/ou mesmo criminosas, fazendo desaparecer a segurança. Começam as migrações forçadas que vão aumentando exponencialmente, fazendo crescer o número de refugiados (muitos deles no interior do seu próprio país).

A insegurança permanente provocada pela ausência de soberania leva as pessoas em desespero a procurar segurança ao abrigo de identidades primitivas, como as religiosas e étnicas. Os países balcanizam-se à volta dos núcleos de poder dos diversos atores em confronto, muitos deles reforçados por “irmãos” combatentes que comungam das mesmas ideologias e de idênticos objetivos, respondendo ao apelo de acorrerem à guerra; outros são apoiados por Estados que retirarão vantagens da sua vitória, com apoio político, de armamento e mesmo operacional. As grandes urbes, que a desertificação crescente dos territórios torna cada vez maiores, mais frequentes, e com aglomerados cada vez mais vastos, em que os habitantes vivem em condições degradantes, fraturam-se por muros de guerra e de destruição e enchem-se de combatentes, de sem-abrigo, de miseráveis e de criminosos, levando cada vez maior número de pessoas comuns a procurar fugir deste caldeirão. A instabilidade instala-se sem se lobar o seu fim. E alastra-se a regiões contíguas, ou mesmo longínquas, cujas ligações religiosas ou políticas forçam a entrar na liça. Ninguém aparece com a possibilidade de restabelecer a soberania que, tendo-se desfeito, pulveriza o país. Multiplicam-se os sem-lei e espalha-se a insegurança além-fronteiras, lembrando as lutas das hordas primitivas nos tempos pré-históricos.

Numa palavra, instala-se o caos. Há mesmo atores que afirmam que estaremos em presença de um novo tipo de guerras a que chamam “guerras do caos”.

Gaston Bouthoul, o criador da Polemologia, afirmava, nos meados do século passado, que a sobrepopulação poderia conduzir à guerra, funcionando esta como uma espécie de regulador da população em função dos recursos existentes. Esta lógica não terá sido sempre o fio condutor que conduziu à guerra, mas as guerras do caos, mesmo que tenham origem noutros motivos, tendem a conduzir a situações que, indubitavelmente, a confirmam.

Embora a insurreição e a contra-insurreição estejam presentes, elas deixam de ser a realidade no terreno. Essa realidade evolui rapidamente para outra realidade bem mais complexa: transforma-se e instala-se o caos.

É a situação que se vive em certas regiões: da Ásia (Afeganistão, parte do Paquistão, extensas regiões da Índia e do Bangladesh), do Médio Oriente (Iraque e Síria), do Norte de África, particularmente da Líbia, em áreas do Sahel, na África subsaariana, como no Norte da Nigéria, Etiópia, Somália, Congo, etc.

A situação da Síria é paradigmática. Segundo o *New York Times* de 18 de Julho passado, “a guerra civil balcanizou o país, com vários grupos armados a controlar áreas diferentes. O governo mantém a sua autoridade na capital e solidificou o seu controlo sobre uma série de grandes cidades a Norte. Os grupos rebeldes dominam grandes áreas de território nas regiões Norte e Leste do país, mas longe de qualquer unidade, com as respetivas milícias competindo entre si pelos recursos, impondo as suas próprias leis e, por vezes, virando as suas armas umas contra as outras. Os curdos, a mais numerosa minoria síria, controlam o seu território e frequentemente combatem para manter os rebeldes fora dele. No conjunto, 60% da população vive em áreas sob controlo governamental, enquanto os rebeldes controlam 60 a 70% do território (...) Os rebeldes são mais fortes nas áreas rurais com pouca população”.

A expressão do nosso confrade Eduardo Lourenço, no título que deu a um texto recentemente publicado na última edição do seu importante livro *Os Militares e o Poder*, traduz com clareza a situação em que se vive: segundo ele, cito, vivemos a situação de “O fim de todas as guerras e a guerra sem fim”.

Segundo António Telo e Nuno Lemos Pires, que caracterizam em pormenor e com profundidade as guerras do caos no seu recente livro *Conflitos e Arte Militar na Idade da Informação*, a doutrina criada na Escola de Comando e Estado Maior do Exército dos EUA pelo General Petraeus e por ele praticada tanto no Iraque como no Afeganistão, embora denominada doutrina de contra-insurreição, trata-se de uma verdadeira “doutrina contra caos”, tendo em vista a ação abrangente que propõe, visando restabelecer a soberania das instituições sobre o território e não apenas neutralizar a insurreição. Os seus elementos caracterizadores situam-se na abrangência da ação, no emprego de meios civis e militares, e numa direção político-militar unificada. As próprias estruturas de articulação tática e estratégica terão de ser mistas (civil-militar) nos vários níveis de atuação.

Surpreendentemente, esta nova doutrina faz recordar a doutrina praticada pelas Forças Armadas Portuguesas nas campanhas de África durante a segunda metade do século passado, vertida num regulamento doutrinário da época chamado *O Exército na Guerra Subversiva*, que foi, aliás, um dos manuais de consulta usados por Petraeus e seus assessores para elaborar o *Field Manual* (manual de campanha) de contra-insurreição presentemente em vigor no Exército e nos Marines norte-americanos.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA NA SESSÃO CONJUNTA DAS CLASSES DE CIÊNCIAS E DE LETRAS  
DE 24 DE OUTUBRO DE 2013)



## Evocação de Albert Camus

MARCELLO DUARTE MATHIAS

Lendo há uns meses o diário de Imre Kertész, escritor húngaro, prémio Nobel de Literatura em 2002, descobri que um dia ao arrumar uma pilha de jornais e de recortes, ele deu por acaso com uma velha fotografia de Camus. E Kertész escreve: “Apeteceu-me correr ao seu encontro, abrir os braços e abraçá-lo”.

Por seu turno, Soljenitsin quando foi expulso da União Soviética e chegou ao aeroporto de Zurique, salvo erro em 1975, disse mais ou menos a mesma coisa – “o único intelectual ocidental que eu gostaria de conhecer e de apertar a mão”. Foram estas as suas primeiras declarações como exilado. (Recorde-se que Camus havia morrido 15 anos antes).

De igual modo, Hannah Arendt que se encontra, a seu pedido, com Camus em Paris, em 1952, escreve em carta ao marido: “Estive ontem com Camus. Ele é, indiscutivelmente, a maior figura que existe hoje em França, muito acima de qualquer outro intelectual”. (De sublinhar que tanto *As Origens do Totalitarismo* como *O Homem Revoltado*, vieram a lume sensivelmente na mesma altura, isto é, por volta de 1951/52, analisando a mesma realidade política sob ângulos diferentes).

O que os três depoimentos acima referidos evidenciam, e outros de igual teor se poderiam aqui juntar, é a simpatia e o respeito que o homem inspirava – ele, seu pensamento e percurso. A abundante correspondência, publicada recentemente, tem acentuado este e demais traços da sua personalidade feita igualmente de humildade, desassombro e coragem.

Sartre dirá, ao evocar a figura de Camus nos anos do pós-guerra: “Você foi para nós – e amanhã poderá sê-lo ainda – a admirável conjunção de uma pessoa, de uma acção e de uma obra”, para logo sublinhar: “Porque resumia em si os conflitos da época e superava-os pelo ardor em vivê-los”.

De facto, existe em Camus, e não é este um pormenor despiendo, uma osmose total entre o que ele é e o que escreve, sendo a sua obra reflexo disso mesmo. Há por assim dizer, uma consanguinidade entre o homem e os seus livros. Caminham juntos, do mesmo passo.

As interrogações e as certezas, não raro fruto de intuições, ou, pelo contrário, conquistadas no confronto com os desafios da realidade, compõem um todo indissociável. Daí uma sensação de probidade, palavra que bem o define, ou, melhor dito, de inteireza que a sua pessoa irradia.

Paralelamente, cada um dos seus livros ilumina os restantes formando uma invisível teia que confere à obra a sua intrínseca coerência – ordenação em forma de encadeamento cronológico. E também isso a torna inteligível e cativante.

É conhecido o seu percurso: rapazinho pobre, órfão de pai que morre nos primeiros meses da guerra de 14, passa a infância e a adolescência num bairro popular de Argel. Mais tarde, aos 17 anos, é-lhe diagnosticado uma tuberculose, mal de que sofrerá toda a vida.

Inscrive-se no partido comunista levado por um sentido de justiça social, sendo pouco depois expulso, acusado de “divisionismo trotskista”. Dessa incursão na política, ficou-lhe uma saudável desconfiança para com as doutrinas revolucionárias. Não dirá ele, mais tarde: “Todo o revolucionário acaba em opressor ou em herético”. (H.R.) A História, em particular, a do século XX tem vindo a corroborar a justeza desta asserção.

Está em França nas vésperas de 40, onde passa grande parte do período da Ocupação, integra os quadros da Resistência, dirige nos anos do pós-guerra o diário *Combat*. Os seus editoriais ficariam famosos pelo tom e as preocupações éticas que os distinguiam. O jornalismo, seja dito de passagem, será sempre uma das suas paixões.

Trabalha depois como leitor nas edições Gallimard, obtém o Nobel em 1957, aos 44 anos (sendo o segundo mais novo laureado com o prémio Nobel de Literatura, o primeiro tendo sido Kipling), e morre pouco depois em inícios de 1960 num desastre de automóvel.

No plano literário, conhece muito cedo a celebridade com a narrativa *O Estrangeiro*, publicada em 1942. Antes disso, porém, com apenas 22 ou 23 anos, compõe quatro pequenos textos de cariz essencialmente autobiográfica, intitulados *Núpcias* – título eloquente! – cujo cenário é a nudez selvagem da costa argelina, nomeadamente as ruínas romanas de Tipasa e Djémila. Gostaria de me deter aqui uns instantes e chamar a vossa atenção para a relevância deste pequeno volume, pois toda essa adesão panteísta ao mundo e à grandiosidade das paisagens em seu redor, a paixão pelo amor físico, essa tentação quase adolescente da

desmedida, emergem como elementos fundamentais na apreensão da sua sensibilidade. Que já aqui está intacta.

Para não perdermos a seiva e o sabor do texto, vou ler-vos em francês (o grande poeta americano Robert Frost dizia que “a poesia é aquilo que se perde na tradução”), uma breve e expressiva passagem da sua ida a Djémila. Camus está sozinho perante o mar, o céu, e o vento que o fustiga.

*“Le vent me façonnait à l’image de l’ardente nudité qui m’entourait. Et sa fugitive étreinte me donnait, pierre parmi les pierres, la solitude d’une colonne ou d’un olivier dans le ciel d’été.”* E, mais adiante: *“Bientôt, répandu aux quatre coins du monde, oublié de moi-même, je suis ce vent, ces colonnes et cet arc, ces dalles qui sentent chaud et ces montagnes pâles autour de la ville déserte. Et je n’ai jamais senti, si avant, à la fois mon détachement de moi-même et ma présence au monde.*

*Oui, je suis présent. Et ce qui me frappe à ce moment, c’est que je ne peux aller plus loin. /.../ Car pour un homme, prendre conscience de son présent, c’est ne plus rien attendre. /.../*

E logo a seguir estas linhas que definem toda uma filosofia de vida:

*“J’ai trop de jeunesse en moi pour pouvoir parler de la mort. Mais il me semble que si je le devais, c’est ici que je trouverais le mot exact qui dirait, entre l’horreur et le silence, la certitude consciente d’une mort sans espoir.”*

Se escolhi este excerto é porque se me afigura revelador da sua mais profunda intuição – “a certeza consciente de uma morte sem esperança” – que se traduz na fidelidade à terra e na comunhão com ela. Alegria dionisíaca que tudo transfigura, servida por uma prosa vibrante, solar, incandescente!

Sempre que releio esta passagem, vem-me à memória aquele poema da Sophia:

*“Quando eu morrer voltarei para buscar  
Os instantes que não vivi junto do mar”.*

Permito-me insistir neste ponto: uma parte essencial do homem que ele foi, está aqui neste ímpeto desordenado de agarrar com ambas as mãos o mundo visível ao seu alcance, nesta espécie de sexualidade telúrica à flor da pele, absorção de todos os instintos vividos e por viver.

Esta é, e será sempre, a fonte do seu eterno retorno – paisagens insubstituíveis que compõem a própria matriz da sua memória e com ela se confundem. E isto mesmo ele o dirá à sociedade, de uma ou de outra forma, ao longo dos seus escritos. Não possuindo bens materiais, é esta a única herança a que se saberá manter fiel, a despeito das agruras do exílio, pois que longe da Argélia de sua infância e adolescência, porto de abrigo que o viu nascer e crescer, jamais se sentirá verdadeiramente em casa. Na perspectiva que hoje é a nossa, resultante do tempo decorrido e de tudo o que entretanto chegou ao nosso conhecimento, é este um dado evidente. De resto, *O Exílio e o Reino* é título de um dos seus livros. Duas palavras, e fica quase tudo dito.

Lembrei-me disto no outro dia ao ouvir uma entrevista radiofónica com o célebre pianista Alexis Weisenberg, que morreu o ano passado, intérprete de Bach e Rachmaninov, e grande amigo de Karajan. Dizia ele que ao visitar as residências dos artistas que mais admirava, e citava a casa onde Chopin viveu com Georges Sand em Palma de Maiorca, o que lhe interessava não era percorrer os aposentos, as salas, os quartos, ou o que neles havia, mas, sim, descobrir o panorama em volta, o céu e as cores do céu, porque essas não se alteravam com o tempo. O que ele, Weisenberg, vislumbrava naquele instante era exactamente o que Chopin tivera diante de si, todos os dias, de manhã à noite. E dessa paisagem procurava impregnar-se para melhor o entender. Porque contemplar esse mesmíssimo céu, era aproximar-se da vida que fora a de Chopin durante o largo período em que lá vivera.

Esta observação aplica-se com inteira propriedade àquilo que temos vindo a dizer acerca de Camus. Ele próprio o dirá noutra ocasião: “Com tanto sol na memória, como pude eu apostar na falta de sentido?”.

Por outro lado, “a certeza consciente de uma morte sem esperança”, tão cedo revelada, marcará para sempre o seu horizonte religioso ou a falta dele. A ponto de escrever: “A felicidade nasce da ausência de esperança”.

No fim da guerra, em Dezembro de 1945, numa conferência proferida num convento de dominicanos, Camus terá ensejo de frisar: “Não me sentindo na

posse de nenhuma verdade absoluta e de nenhuma mensagem, nunca partirei do princípio de que a verdade cristã é ilusória, mas somente do facto de que nela nunca pude penetrar". Nesta perspectiva, já alguém disse que ele era "um cristão sem fé", e talvez haja aqui um fundo verdade, dado que nunca foi um espírito irreligioso.

Outra observação que *Núpcias* suscita é a plasticidade do seu talento. Basta pensarmos, por contraste, na algidez de *O Estrangeiro*, estilo que é precisamente ausência de estilo, escrita chã, sem adjetivos, sem advérbios, aparentemente correntia e banal e, todavia, fremente a cada página de emotividade e beleza.

A esta luz se vê que Camus adaptava a forma ao fundo. Do jornalismo ao romance, do teatro aos estudos de pendor filosófico, o estilo varia, molda-se ao tema escolhido, assume-se a cada novo livro rico de outras virtualidades. Nunca Camus se deixou enclausurar em aparatos teóricos. Bem pelo contrário, sempre se quis, convém não o esquecer, romancista, homem de teatro, escritor – artífice da palavra, para tudo dizer.

Lembrar Camus é evocar a sua amizade e ulterior desentendimento com Jean-Paul Sartre, filósofo e dramaturgo, seu contemporâneo.

Não desejaria alongar-me sobre esta questão, que é de todos bem conhecida, mas não a podemos ignorar pois ela remete-nos para a grande querela intelectual europeia dos anos 50, que é fundamentalmente de natureza ideológica, a saber, a posição dos intelectuais, designadamente, os movimentos de esquerda e daqueles que à esquerda se situavam frente ao comunismo e, em particular, à União Soviética.

Há aqui, contudo, um ponto prévio que merece ser sublinhado e cuja influência se me afigura decisiva no evoluir da reflexão camusiana.

Importa, com efeito, ter em atenção que a primeira parte da sua obra, em particular, *O Mito de Sisifo*, *O Estrangeiro*, e nomeadamente a peça *Calígula*, circunscreve-se àquilo que se designa pela fase niilista que coincide com a descoberta do absurdo. Em essência, o que é o absurdo? Nasce no coração do homem de um desejo de entender o mundo frente à opacidade desse mesmo mundo. Daí uma relação de estranheza. Neste contexto, o que *Núpcias* celebrava era uma forma desgarrada de niilismo. De exaltação, para não dizer de cegueira.

Entretanto surge a guerra, e com a guerra a Ocupação, e com ela a necessidade de optar, assumir uma posição, escolher um caminho e percorrê-lo. Sem olhar

para trás. Porque há decisões que são tomadas de consciência. E o que estava em causa revestia-se de primacial relevância.

Em resumo, o que é o nazismo? É a crença na força como primeiro recurso e última instância. É a expressão institucionalizada da violência ao serviço de determinada ideologia.

E aqui põe-se a questão, e a resposta a esta questão foi para ele determinante: com que armas combater o nazismo, que ao fim e ao cabo mais não é de que uma forma de niilismo na sua expressão mais acabada.

Sim, como combatê-lo? Recorrendo a que princípios? À luz de que valores? Invocando que antecedentes? Com que propósito ou finalidade? Se também ele, Camus, em tempos proclamara não existir uma hierarquia de valores para além do valor da vida em si, se também ele recusara transcendências de qualquer espécie, fossem elas religiosas ou de outra natureza. Se tudo, afinal, valia tudo. Chegado à encruzilhada, quando sentiu a imperiosa necessidade de optar por uma escolha definitiva e de a consubstanciar, esta interrogação pôs-se-lhe com particular acuidade. Ciente deste pano de fundo, Camus dirá em tom de confissão:

“Todos nós compreendemos que um certo niilismo, de que fomos mais ou menos solidários, nos deixava sem defesa lógica contra uma doutrina que detestávamos de todo o nosso ser”.

É pois aí, nos últimos da guerra, que Camus redige as *Cartas a um Amigo Alemão* (serão ao todo quatro), a fim de inventariar as razões que o levaram a integrar as fileiras da Resistência.

As Cartas ambicionam assim *fundamentar uma nova legitimidade moral*.

Importa reter este ponto. Acresce que um dos seus melhores amigos, o poeta católico, René Leynaud, a quem estas cartas serão dedicadas, fora detido e fuzilado pelos alemães em Junho de 1944. Mais tarde, Camus prefaciará os seus poemas publicados a título póstumo.

Numa das cartas, Camus dirá: “Durante muito tempo pensámos que esse mundo não possuía uma razão superior de existir”, e mais adiante: “Mas sei que nele, se alguma coisa tem sentido é o homem, porque ele é o único a exigí-lo. Este mundo possui pelo menos a verdade do homem”.

*As Cartas a um Amigo Alemão* marcam assim uma viragem na sua apreensão do mundo e abrem um novo ciclo na evolução do seu pensamento – a procura de uma norma de conduta assente num padrão moral.

A apatia de Meursault n’*O Estrangeiro*, a demência de *Calígula*, o repto de *Sísifo*, são revoltas individuais, solitárias, isoladas.

A partir de agora, rico da experiência da Resistência e de tudo o que nela estava em jogo, Camus descobre os deveres do sacrifício e da solidariedade, os valores éticos que unem os homens, a identidade colectiva que lhes é inerente. No plano da filosofia política, acolherá a partir de então os desafios e combates que são de todos porque a todos pertencem de igual modo. A Resistência foi, antes de mais, uma vivência comunitária, a descoberta de uma dignidade doravante partilhada em nome de um mesmo denominador comum que é a condição humana.

O romance *A Peste* de 1947 e a peça *Os Justos* de 1949 inserem-se ambos nessa filiação, com um duplo registo moral e político, pois numerosas são as suas implicações. A começar pelo conceito de liberdade inseparável da noção de justiça. Ninguém é livre no meio de escravos.

Também aqui, como lhe é habitual, a sua reflexão nasce do caminho percorrido, resulta de circunstâncias vividas, privilegiando o particular em relação ao universal, e não o seu contrário. “Só sei falar do que vivi”, dirá ele. Escrever é pois estar presente e dar testemunho e, do mesmo passo, transcender esse mesmo presente. Camus sempre preferiu os homens politicamente comprometidos às obras ideologicamente partidárias.

No fundo, nas entrelinhas de *As cartas a um Amigo Alemão* já se vislumbram os temas essenciais de *O Homem Revoltado*, muito em particular, o repúdio da tentação totalitária e o terrorismo de Estado.

Belíssimo ensaio que não envelheceu no plano das ideias, *O Homem Revoltado* foi prejudicado pela polémica ideológica suscitada à sua volta.

Simplificando as coisas: ao denunciar o sistema concentracionário na União Soviética, Camus pôs o dedo na ferida e provocou nomeadamente por parte da esquerda dos *Tempos Modernos*, a revista de Sartre e dos sartreanos, uma ferocíssima campanha *ad hominem*.

É bom não esquecer que estamos a falar do início da década de 50, e Estaline só morre em 1953. Tanto em França como em Itália, os partidos comunistas

representavam 25% do eleitorado e Moscovo, então no auge do seu prestígio, beneficiava ainda da lenda heróica de Estalinegrado e da entrada das tropas russas em Berlim.

Contam-se por isso, pelos dedos de uma mão, os homens de Cultura que ousaram então enfrentar e contestar as verdades estabelecidas.

No plano pessoal, *O Homem Revoltado* e a querela política-ideológica a que deu azo, cuja extrema virulência muito o afectará, vai afastá-lo definitivamente de uma certa esquerda afecta aos ideais comunistas, bem como de todos aqueles ditos “companheiros de viagem”, seguidores e adeptos do pensamento marxista.

Nesta perspectiva, Camus poderia fazer sua esta conclusão de Raymond Aron: “Todo o combate político é duvidoso. A luta, porém, não é entre o Bem e o Mal, mas, sim, entre o preferível e o detestável”.

Este crescente isolamento de Camus dentro da classe intelectual francesa, acentuar-se-á mais tarde quando ele se recusará a reconhecer a inevitabilidade da independência argelina – essa sua intimíssima guerra civil, porque assim ele a viveu, dilacerado até ao fundo da alma. Donde, aliás, o mutismo a que se remete nos dois últimos anos de vida.

Com este pano de fundo, não é abusivo dizer-se (como já atrás o referimos), que, em muitos aspectos, Camus terá sido um exilado em França, um intruso no meio parisiense onde nunca se sentiu integrado. Numa palavra, um estrangeiro. Ou, quiçá, mais do que isso, um desenraizado que tendo perdido muitas das amarras que o amparavam, se sente a cavalo entre dois mundos, não pertencendo já a nenhum deles. Ou, o que é pior, de ambos excluído. No palco, e fora dele, a sós, e um tanto desamparado.

Sentimento que lhe era familiar desde muito novo, sobretudo por razões de ordem social, já que no liceu frequentado pelos filhos da burguesia de Argel (Camus era pupilo da Nação), não lhe era fácil evocar os seus nem a casa modestíssima onde vivia, e em casa não podia mencionar os estudos do liceu, pois a família era toda ela analfabeta. Situação esta um pouco à imagem do seu próprio itinerário, sempre no fio da navalha.

Na verdade, neste como noutros planos, Camus procurará um ponto de equilíbrio entre a recusa e o consentimento, o coração e a razão, a História e a Justiça, o apego à medida e a tentação da desmesura, a revolta e a violência revolucionária, o mundo grego e o mundo cristão, a terra natal e a terra de eleição.

Este difícil equilíbrio, constante balancear entre apelos contrários, esta paixão pela procura da verdade num mundo sem Deus, percorre páginas e páginas da sua obra, à maneira de um eco que não se extingue. E torna-a singular de entre as demais. E em certos aspectos, actualíssima.

Talvez tudo isto explique a audiência que o seu nome desperta nas novas gerações e o renovado interesse que a sua obra suscita junto da crítica anglo-americana. Como ainda agora se constatou – extraordinária vingança póstuma! – por ocasião do centenário do seu nascimento.

Não é fácil dar uma única resposta, tantos são os factores que nela intervêm – de ordem política, ética, filosófica, literária. Como é sabido, todo o escritor é muito mais do que ele próprio. A cada um pois, o seu Camus.

Para uns, será o jovem editorialista do jornal *Combat*, testemunha incomparável de um mundo em gestação; para outros, o criador que renovou a técnica romanesca, aliado ao dramaturgo que melhor respondeu às questões mais prementes da sua geração; para outros, ainda, o ensaísta que da crítica literária à reflexão política procurou fixar, sem desdenhar da emoção, a verdade do seu tempo e dela se aproximar. Para terceiros, enfim, trata-se apenas e tão-só de recordar a imagem do homem, a jornada intelectual, a voz de uma consciência em acção. Em suma, um saber estar no mundo...

Quantos homens morrem na morte de um homem? Em particular, na morte de um escritor, cujos personagens e temas sobrevivem e renascem no nosso imaginário de leitores, pois nunca deixaram de estar connosco.

Quem são eles? O Meursault de *O Estrangeiro* que vive a vida a cada instante e nela esgota a sua vontade de viver? O doutor Rieux, o médico de *A Peste*, que se afirma num combate desigual que não conhece tréguas em prol do bem comum? O Jean-Baptiste Clamence de *A Queda*, fantasma refugiado num bar sombrio em Amesterdão, que se dá ao luxo de cultivar, entre culpabilidade e remorso, o sarcasmo e a auto-irrisão, perfil de um homem corroído por toda a espécie de falhas, que é sobretudo o retrato de uma geração de intelectuais fari-seus?

Uns e outros são nossos companheiros na alegria, no exílio ou no infortúnio.

Sem dúvida, todo o grande escritor suscita esse misto de partilha e gratidão. E Camus por maioria de razão, pois a sua morte prematura – vida atingida em pleno voo, reflexão suspensa, suprema injustiça! – obriga-nos agora a encarar a

sua obra, para sempre mutilada, como uma obra total, no dizer de Jean-Paul Sartre.

Na perspectiva que é hoje a nossa, Camus insere-se nessa linhagem dos grandes humanistas – humanismo no sentido clássico de que o homem é o centro de todas as coisas, nele prevalecendo a dimensão espiritual – que constituem pela sua diversidade a nobreza e a singularidade do pensamento europeu – de Montaigne a Erasmo, de Montesquieu a Edmund Burke, de Karl Popper a George Orwell, de Koestler a Raymond Aron, para apenas citar alguns dos seus filhos mais ilustres. Diálogo ininterrupto este, e sempre vivo porque essa Europa, que é a verdadeira e a todos nos pertence, não morreu!

Marco Aurélio dizia com aquela invejável sabedoria de um velho romano culto: “Ensina-me a modificar o que pode ser modificado e a aceitar o que não posso transformar”.

Espelho e síntese de uma civilização – o primeiro dever de um espírito lúcido é o de conhecer os seus limites – que resume todo um pensamento e dita uma atitude. Não, evidentemente, de cedência e resignação, longe disso!, mas, pelo contrário, de hombridade ante a adversidade. Estoicismo que foi também o de Camus. O sentido helénico da medida e a procura da felicidade – cuja ressonância estará sempre presente ao longo do muito que nos deixou – insere-se nessa vontade de tudo abraçar sem nada desperdiçar.

É este o ensinamento que dele nos fica e que hoje nos é grato relembrar.

Sem jamais nos esquecermos destas linhas que passo a citar:

“A obra de um homem não é senão esse longo caminho para encontrar, pelos desvios da arte, as duas ou três imagens simples e grandes sobre as quais o coração pela primeira vez se abriu”.

Quem isto não entender na sua multifacetada dimensão, não entende quem ele foi e o que quis escrever.

Gostaria agora, se me permitem, concluir esta minha intervenção relendo as últimas linhas de um artigo que publiquei há uns anos e que ainda hoje subscrevo por inteiro:

*Enraizado nos tumultos e convulsões da sua época, sem nela, contudo, se deixar aprisionar. Presente a todas as chamadas porque a deserção é sempre condenável, sem*

---

*para tanto jamais se ausentar de um íntimo exílio, essa solidão não partilhável que é o nosso comum destino.*

*Sem esquecer a criação, a liberdade, sem desmerecer tão-pouco do amor e da alegria. De olhos muito abertos.*

*Sim, viver e morrer, homem entre os homens, no chão da terra. Viver e morrer para reinventar a vida frente à morte e contra ela, madrasta de todos os absurdos. Viver e morrer, sol e noite do mundo que nos pertence, já que nada nos é dado e esse nada é tudo. Cruzamento de fronteiras. Fronteira da lucidez.*

*Recusando mitos e máscaras, a divinização de Deus e da História, Camus ficará como a expressão solitária de um momento alto da consciência europeia. No modo pessoalíssimo que era o seu. Onde a esperança e a coragem se equilibram e se redimem.*

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013)



# António Manuel Pinto Barbosa, economista e governante

JORGE BRAGA DE MACEDO,  
PEDRO SOARES MARTÍNEZ† E MANUEL JACINTO NUNES<sup>1</sup>

## Resumo

António Manuel Pinto Barbosa (1917-2006), economista e governante, foi incluído pelo *Expresso Revista* entre os “Cem portugueses que moldaram o século XX”. Foi biografado por João César das Neves e Francisco Azevedo e Silva num livro publicado em 1999, cujo capítulo 7 o intitula “Decano dos economistas”, mas a sua actividade na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, que fundou em 1978 e onde foi homenageado em 1989, e sobretudo na Academia das Ciências de Lisboa, é menos conhecida. Este escrito tenta reparar a falha e foca ainda o problema dos desequilíbrios da balança de pagamentos na Europa e no mundo que tanto o preocuparam, na medida em que interagem perigosamente com os desequilíbrios orçamentais, hipotecando a riqueza das nações. Inclui o elogio pronunciado em sessão conjunta da Academia das Ciências de Lisboa, 14/11/13 (cadeira n.º 18L), o discurso de aceitação por Pedro Soares Martínez (1925-2021), então decano da secção de direito e ciência política da Academia (cadeira 11L), pronunciado na mesma sessão, e um testemunho de Manuel Jacinto Nunes (1926-2014), que sucedeu a Pinto Barbosa enquanto decano dos economistas portugueses e da secção de economia e finanças da Academia (cadeira 8L), mas não estava na sessão. Seguem-se complementos incluindo excertos duma análise dos desequilíbrios externos na Zona Euro no espírito de Pentti Kouri (1949-2009).

---

<sup>1</sup> A leitura do processo individual (PACL) foi iniciada em 14/08/13, o texto foi revisto em 03/09, 10/11 e depois da apresentação. Agradeço ao pessoal da ACL e da Biblioteca Almeida Negreiros (BAN) o desvelo com que me atenderam. Sem a sua colaboração não teria conseguido juntar as espécies listadas no anexo 1. Também estou muito grato aos confrades por me terem autorizado a publicar os seus textos e a Laura Domingues e Isabel Rosa, do IICT, pelo apoio. Este texto apareceu como *Nova Economics Working Paper* n.º 577 ver. 2, Dezembro 2013 disponível em <https://run.unl.pt/bitstream/10362/11124/1/WP577-rev.2.pdf>. Não posso deixar de evocar a memória de outros mestres e alunos amigos, referenciados p. 234: Rudi Dornbusch (1942-2002), MIT; Dick Cooper (1934-2020), Yale e Harvard, Urho Lempiäinen (1951-2021), doutorado em Princeton que regressou à Finlândia natal.

**Abstract**

António Manuel Pinto Barbosa (1917-2006), economist and official, was included by *Expresso Revista* among the 100 Portuguese who shaped the 20th century. Though he has been biographed by João César das Neves and Francisco Azevedo e Silva in a book published in 1999, whose chapter 7 calls him the dean of economists, but his activity at Nova School of Business and Economics, which he founded in 1978 and where he was honored in 1989, and especially at the Lisbon Academy of Sciences are less known. This paper attempts to fill the gap and focuses on the problem of balance of payments disequilibria in Europe and in the world about both of which he worried greatly since they interact dangerously with budget imbalances, mortgaging the wealth of nations. It reproduces the academic eulogy presented at the joint session of the Academy where the author was received to chair 18L, the response by Pedro Soares Martínez (1925-2021), then dean of the law and political science section (chair 11L), at the same session and a testimony by Manuel Jacinto Nunes (1926-2014), who became dean of Portuguese economists and of the economics and finance section (chair 8L). Three annexes with references, his personal file at the Academy and excerpts from recent contributions to the analysis of payments imbalances in the Euro Zone in the spirit of Pentti Kouri (1949-2009) are also included.

**Índice**

- Elogio: Jorge Braga de Macedo
- Recepção: Pedro Soares Martínez
- Testemunho: Manuel Jacinto Nunes
- Complementos
- A. Notoriedade com delicadeza de trato
- B. Testemunhos adicionais
- Anexo 1: Referências e trabalhos consultados
- Anexo 2: Processo individual (PACL)
- Anexo 3: Desequilíbrios externas na Zona Euro

Senhor Presidente,  
Eminentíssimos Confrades,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Hoje elogio António Manuel Pinto Barbosa, economista profissional que procurou equilibrar as pertenças e liberdades dos portugueses – sem hipotecar o futuro. Devo-lhe a entrada nesta Casa, pela mão do saudoso Presidente Pina Martins. Vai para três anos, numa sessão sobre a crise europeia em que também falaram os confrades Manuel Porto e Rui Machete, comprometi-me a recordar aquele que foi o decano dos economistas portugueses, rendido nessa categoria pelo Presidente Jacinto Nunes, seu antigo aluno.

Ao cumprir o compromisso, quero agradecer aos seus dois filhos, de quem sou colega na Universidade Nova de Lisboa há mais de três décadas. Vejo neles a cara do pai – segundo a fotografia que entregou em 12/03/69 ao Secretário-Geral Braga Paixão.

Complementado por um texto dividido em duas secções e três anexos, o elogio salienta a notoriedade com delicadeza de trato que caracterizava o meu antecessor na cadeira 38, hoje 18L. Depois focarei o problema dos desequilíbrios da balança de pagamentos que tanto o preocuparam na Europa e no mundo, na medida em que interagem perigosamente com os desequilíbrios orçamentais, hipotecando a riqueza das nações.

A notoriedade de António Manuel Pinto Barbosa é visível no título de João Duque em “Cem portugueses que moldaram o século XX”, *Expresso Revista* 03/08/13: “O pensador económico 1917-2006 Professor de Economia e Governante”. A fotografia usada na *Revista*, sorrindo enquanto votava na Câmara Corporativa, encontra-se na “biografia económica” escrita por João César das Neves e Francisco Azevedo e Silva, publicada pela Verbo em 1999. O capítulo 7, intitulado “Decano dos economistas”, dá muitos outros indícios de notoriedade nacional e internacional. Ainda assim, cabe numa só frase a actividade nesta Academia, falha que é tempo de reparar.

Na *Biografia*, também o livro de homenagem de 730 páginas publicado em 1989 com o título *Nova Economia em Portugal* é tratado em dois parágrafos, pouco mais do que o elenco dos organizadores: quatro da UNL, três do ISEG e um de Coimbra. Recordo a resistência do saudoso Xico Moura ao título que só a energia

do igualmente saudoso Alfredo de Sousa conseguiu superar. Como dizemos na “Nota Prévia”, os 35 ensaios de 43 autores foram “a melhor forma de mostrar ao amigo e mestre a profunda gratidão pelo serviço que prestou ao ensino e à investigação da economia em Portugal”. Pretendemos, sem ilusões de jamais o conseguirmos, “retratar as múltiplas facetas do interesse do homenageado, da economia portuguesa ao método, da fiscalidade aos bancos, da economia pública à economia internacional, doseando sempre com habilidade as abordagens analíticas e históricas”.

Salientávamos ainda os contributos de dois prémios Nobel em Economia, James Tobin e Robert Mundell, tendo o segundo escrito um artigo intitulado “New Deal on Exchange Rates” por julgar ser “*an appropriate contribution to the Festschrift for Governor Barbosa whom I have known and admired long before the old Bretton Woods system broke up.*” (p. 405)

A respeito do *Festschrift* Barbosa, dos cinco organizadores vivos, os três ligados à universidade pertencem à 6.<sup>a</sup> secção da Classe de Letras. Por outro lado, o lugar de Tobin na Academia foi substituído em 2009 por Paul Krugman, prémio Nobel em 2001, e Olivier Blanchard, economista chefe do FMI, tendo a secção planeado uma conferência sobre a crise com o apoio do Banco de Portugal.

Inspirada na carta sobre a crise enviada à Rainha Isabel pela Academia Britânica, a conferência deu lugar a um projecto em colaboração com a Classe de Ciências (v.g. Jean-Pierre Contzen, Rui Vilela Mendes e Rui Malhó) e aberto à lusofonia, intitulado “Carta à Rainha Lusófona” de que saiu um fascículo *Writing to Queens while crises proceed*, editado pelo Instituto de Investigação Científica Tropical. O projecto visava também reunir os dois novos sócios estrangeiros propostos pela 6.<sup>a</sup> secção. O envolvimento do prémio Nobel – Krugman’s TriDoc – vem aliás documentado na revista de Coimbra *Notas Económicas* de Junho 2013. Ambas podem ser consultadas na Biblioteca, que adquiriu a *Biografia* mas não o *Festschrift*.

Acontece que, na semana passada, Blanchard convidou Krugman para a *Mundell-Fleming Lecture* e este defendeu que a crise da Zona Euro é mais uma crise de balanças de pagamentos do que de dívidas soberanas. Ora a relevância do Plano Keynes para os pagamentos intra-europeus foi defendida nesta Casa em Novembro de 1977 pelo meu antecessor!

Voltarei ao assunto porque, além de alguns dos testemunhos que recolhi, quero enaltecer a robustez das ideias do insigne economista e governante – que tanto me ajudou em ambas estas qualidades que partilhámos.

Começo por recordar como, na sessão de 23/03/78, em que o elogio a Ruy Ulrich ficou a cargo do novo titular da cadeira 38, Moisés Amzalak descreveu o homenageado de hoje:

“As condições da sua vida e da sua acção como economista levaram-no a frequentar os grandes areópagos de economistas estrangeiros da actualidade, onde conquistou facilmente o apreço em que é justamente tido internacionalmente, a ponto de o convidarem, em nada tangendo a modéstia da sua elevada personalidade. Aqui na nossa Academia goza efectivamente da estima dos seus confrades pela sua gentileza nos contactos humanos, pela forma como logo se impôs pelas suas virtudes próprias de inteligência, de carácter, de sociabilidade e de boa camaradagem, e de subtil compreensão da alma humana”.

O elogio propriamente dito começou assim:

“Segundo a praxe, cumpre-me proferir nesta sessão o ‘Elogio académico’ do meu ilustre antecessor na cadeira. Tentarei, porém, fazê-lo por um caminho diferente do habitual, ou seja fixando apenas alguns traços, para mim, no entanto, suficientemente característicos, da personalidade e obra científica do Doutor Ruy Ulrich.”

Reproduzo os dois exemplos referidos sobre o “contacto humano”, por ilustrarem bem a delicadeza de trato.

“Sobre umas provas de doutoramento em Ciências Político-Económicas da Faculdade de Direito de Lisboa: ‘Apenas direi que a agilidade intelectual do arguente, a sua perspicácia e a táctica de envolvimento usada na maneira de conduzir a discussão me deixaram uma profunda impressão e, na circunstância, – porque não confessá-lo? – de temor.’

Coincidência bastante curiosa é a de a minha segunda impressão sobre o Doutor Ulrich ter sido igualmente colhida na Faculdade de Direito de Lisboa... E, à impressão, que já tinha, de respeito pela agilidade, precisão e clareza realçadas na controvérsia, vem agora somar-se a de admiração pelo talento, equilíbrio e método exuberantemente demonstrados como expositor.”

Depois do elogio de Ruy Ulrich, cito palavras proferidas na sessão comemorativa do 1.º centenário do nascimento de Mira Fernandes, realizada em 18/06/84 salientando a parte final, referente mais uma vez à “excepcional riqueza humana que a personalidade de Mira Fernandes a cada passo revelava, apenas referirei – por ser talvez menos conhecida, embora se me afigure, rica de simbolismo – a sua atitude perante o rude golpe que ferira o seu coração amantíssimo: a morte da Esposa, Senhora Dona Margarida.”

“Para isso, voltemos de novo ao meio de transporte que ele de preferência utilizava nas suas deslocações urbanas, o carro eléctrico, e ao percurso que fazia com frequência, pelas razões há pouco indicadas, ou seja, de Santos a Algés e vice-versa.

Sempre que atravessava a passagem de nível de Alcântara – presenciei a cena dezenas de vezes – erguia-se de súbito e, entre o olhar de espanto dos passageiros mais próximos, numa atitude de impressionante respeito perfilava-se na direcção assinalada pelos ciprestes do cemitério dos Prazeres, descobria-se, fazia um ligeiro aceno com a cabeça e nos seus olhos claros e profundos perpassava uma fugaz ponta de emoção. É que repousavam precisamente nos Prazeres os restos mortais daquela que fora em vida a sua adorada companheira e dilecta esposa.

A trajetória do nosso convívio, ao longo de um período que só pecou por ter sido tão curto, não teve senão um sentido: o do constante enriquecimento ético-moral da minha economia sentimental.”

Um terceiro exemplo, já referido, é o de Tobin, a propósito do seu doutoramento h.c. pela Nova, em Junho de 1980, da eleição para a Academia e da concessão do prémio Nobel com que foi distinguido em 1981.

“Resta-nos tocar um ponto, aliás de grande melindre sempre que se tenta esboçar o perfil de uma personalidade como a de James Tobin. Esse ponto respeita às características intelectuais...ele próprio nos dá – até neste campo – uma preciosa achega quando se autocalifica de cidadão interessado, animal político e economista profissional. De acordo com uma ‘perspectiva globalizante da realidade’, “vamos encontrar reunidos, em admirável síntese os dois sentimentos básicos que deveriam enformar o código da nossa deontologia profissional: a confiança e a humildade.”

Quarto exemplo, o diálogo com Teixeira Ribeiro na sessão de 19/11/87, que inclui a sua resposta ao recipiendário. Começa o saudoso mestre de Coimbra:

“Eleito sócio efectivo desta Academia, tenho obrigação de fazer o elogio histórico do meu antecessor. Cabe-me, portanto, fazer o elogio de Moses Bensabat Amzalak. E é com honra que cumpro a obrigação ... mas também com gosto, já que devi a Amzalak ... o favor da sua amizade durante dezenas de anos.”

Acresce que ao elogio de Moses Amzalak vai seguir-se, pela voz assinalada de António Manuel Pinto Barbosa, o discurso da recepção a mim na Academia. Outro motivo para me sentir aqui honrado e contente, pois Pinto Barbosa é figura superior de economista e amigo meu dilecto de longa data. Salienta depois a importância do Instituto de Altos Estudos, criado em 1931 por Amzalak, então presidido pelo recipiendário. No fim voltarei a essa qualidade para salientar mais uma vez a delicadeza de trato de António Manuel Pinto Barbosa.

“É Teixeira Ribeiro ... o cientista de inconfundível personalidade e o professor de rara envergadura pedagógica que, em nome da Academia, temos a honra e, se nos permitem, o maior gosto de saudar, com aquelas palavras que, apesar de habituais em sessões como a que estamos a assistir, nem por isso perderam frescura e expressividade:

Doutor Teixeira Ribeiro, hoje e sempre, seja bem-vindo a esta Casa!”

Deixando de lado as sentidas homenagens a Ferreira Dias Jr, Sedas Nunes e Gonçalves da Silva, cito sucessivamente palavras escritas em memória de Franco Nogueira e de Jorge Campinos.

“Regressados finalmente a Lisboa, Franco Nogueira da Inglaterra e eu da Suíça, mantivemos com alguma regularidade, até quase ao momento da declaração da doença que o havia de vitimar, um convívio em que participava também Antunes Varela e no qual, por mais que nos esforçássemos por nos concentrar em torno das questões internacionais mais candentes, sem esquecer *et pour cause* as respetivas incidências económicas, Franco Nogueira, com superior inteligência e saber e a sua reconhecida experiência diplomática, procurava sistematicamente encaminhar a abordagem dessas questões para o plano nacional. E aí vinha ao de cima o seu indesmentível patriotismo, que fazia parte intrínseca, não só da sua ‘ética de convicção’, mas também da sua ‘ética de responsabilidade’.

Se a força da amizade foi assim tão grande, não o foi menos a emoção com que escrevi estas linhas.

*Bien que je prévois des effets favorables de cet ‘espace commun’ de convivialité je finis par me surprendre avec les résultats vraiment positifs que j’ai pu observer à ce sujet, malgré la courte durée de ce contact direct, la formation universitaire différente du Professeur Campinos et l’ambiance même que régnait alors à l’Université en général et qui n’était pas de mode à favoriser ni la transparence des attitudes ni le dialogue constructif.*

*Enfin, il est important de signaler, s’agissant d’une situation sur le plan formel, ma participation en 1980 au jury de l’épreuve d’Agrégation du Professeur Campinos, où j’étais l’unique membre qui ne possédait pas de formation juridique, ce qui n’allait pas sans être chargé de signification.”*

Voltando ao livro de homenagem, assinei com Vítor Gaspar – outro economista e governante – o seguinte tributo.

“Aquele que todos na Faculdade conhecemos por ‘professor pai’, representa também para nós uma ligação vivida entre a economia internacional e a economia pública. Ligação porventura tradicional, visto que se encontra noutros economistas portugueses contemporâneas como Oliveira Salazar, João Lumbrales ou Teixeira Ribeiro, mas a que Pinto Barbosa soube dar conteúdo analítico. Basta citar as suas clássicas lições de macroeconomia keynesiana, o seu estudo sobre os efeitos do plano Marshall, o exemplo da sua transparente passagem pela Universidade e pelo Ministério, teimando em preservar o rigor académico fora da torre de marfim, bem como o empenho que pôs nas relações internacionais dos economistas portugueses.”

Também entrevistei na Universidade Católica Portuguesa Ana Paula Martins, coautora de “Determinantes da evasão de capitais: Alguma evidência de comparações internacionais” (separata do *Boletim de Ciências Económicas* de Coimbra), que recordou ter assistido à comunicação de 20/04/89.

Mencionarei ainda Marcelino Borges de Macedo, irmão mais novo do meu pai, licenciado em Finanças em 1951. Diz com um grande sorriso que foi o professor de que mais gostou: teve 12 em introdução à economia “quando toda a gente chumbava” e ainda se recorda da pergunta do exame oral: será que o merceiro chega à conclusão acerca do preço do açúcar porque estudou economia?

Passando a trabalhos do Instituto de Altos Estudos, a última sessão do *Simpósio de Estudos Keynesianos* (publicada no quadro das Comemorações do nosso Segundo Centenário, conforme refere o volume de 1995, p. 122), abordou o sistema monetário internacional<sup>2</sup>.

Como já disse, o autor estava ciente de que a macroeconomia de economia aberta era essencialmente diferente da tratada na *Teoria Geral do Juro, Emprego e Moeda* por causa das ligações perigosas entre défice público e défice externo.

Ainda assim, ao analisar o papel de Keynes na negociação do Acordo de Bretton Woods, conclui: “não parece de se aceitar a opinião de que, na constelação keynesiana, a estrela porventura menos brilhante e que mais rapidamente se extinguiu terá sido a que iluminou o caminho que conduziu à assinatura do Acordo de Bretton Woods.”

Demonstra como o Plano Keynes inspirou três experiências concretas (União Europeia de Pagamentos, COMECON, Direitos de Saque Especiais) e salienta que, trinta anos depois, os Estados Unidos que haviam sido dos principais opositores ao plano Keynes, apresentam ao Grupo dos Vinte, através de Paul Volcker, então o subsecretário de estado do Tesouro para os assuntos monetários internacionais, uma proposta formal incluindo “ações específicas tendentes a corrigir posições devedoras e credoras excessivas” (p. 111-3).

Quanto à conferência de Bretton Woods, reconhece que “... do registo das numerosas discussões havidas ao longo de todo este processo de negociação, não ressalta muito nítido que tenha havido grande espírito de combatividade na defesa das teses britânicas. Exceptua-se, evidentemente, Keynes. Este bem como White, cada um dentro da sua óptica e à sua maneira, pugnam, de facto, vigorosamente pelas respectivas posições, doseando diplomaticamente sentimentos de admiração e exasperação recíprocos” (p. 100-1).

Investigações ulteriores mostram a justeza dessa conclusão: no livro que Benn Steil acaba de publicar na Princeton University Press, intitulado *The Battle of Bretton Woods John Maynard Keynes, Harry Dexter White and the Making of a New World Order*, aflora essa batalha e as relações complexas não só entre os dois

---

<sup>2</sup> Esse tema também foi abordado por José da Silva Lopes ao passo que Pedro Soares Martinez veio contrastar economia keynesiana e planeamento, fazendo apelo à obra de John Neville Keynes. A comunicação em falta é de Paulo de Pitta e Cunha.

poderes aliados mas também entre os respectivos Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros.

Segundo Steil, em meados de 1943: *“The Treasury was running the show on monetary reform. This was a huge bureaucratic and personal victory for White (p. 170)”*. Adiante cita uma carta a Wilfrid Eady, diplomata e funcionário do Tesouro britânico onde Keynes diz de White: *“he has not the faintest conception how to behave or observe the rules of civilized intercourse”* (p. 174). Como se sabe, a União Soviética fascinava White e este rejeitou o nome de *“International Monetary Union”* com o argumento de que o Congresso odeia a palavra União, o que levou Keynes a sugerir o nome que ficou (p. 237).

A recensão de uma revista britânica (*Brunswick Review*, Verão 2013, p. 82) conclui: *“os Estados Unidos tinham sido bafejados por uma confluência única de eventos que abriu uma janela momentânea através da qual podiam, em troca de serviços de financiamento que se haviam tornado vitais, não só acabar com as desvalorizações competitivas e proteccionismo comercial – a maldição dos anos 1930 na perspectiva da Administração – mas eliminar permanentemente os velhos poderes europeus enquanto rivais e obstáculos na cena global”*.

A publicação em 30/10/13 de um Relatório do Tesouro americano ao Congresso muito crítico da China e da Alemanha por causa dos seus excedentes de pagamentos mostra bem, 70 anos depois de Bretton Woods, que esforços de supervisão multilateral que atenuem a assimetria entre países deficitários e excedentários continuam na ordem do dia.

O relatório foi prontamente apoiado pelo FMI<sup>3</sup> e pela Comissão Europeia<sup>4</sup>. Assim se irá magnificando a consciência de que a crise da Zona Euro é mais uma

---

<sup>3</sup> Relato em [www.bloomberg.com/.../2013.../germany-strikes-ba...](http://www.bloomberg.com/.../2013.../germany-strikes-ba...): *“The International Monetary Fund joined the U.S. Treasury Department in rebuking Germany’s trade surpluses, rebuffing the claim of Chancellor Angela Merkel’s government that booming exports are a sign of economic health. As Germany bristled over a Treasury report critical of its current-account surpluses, the fund’s First Deputy Managing Director David Lipton urged Merkel’s government to reduce its export surplus to an ‘appropriate rate’ to help its euro-area partners cut deficits. The Treasury report berated Germany’s export focus during Europe’s debt crisis, saying its neglect of domestic demand has delayed ending the misery. A ‘significantly smaller current account would be useful,’ Lipton said last night at a speech at Berlin’s American Academy. Cutting excessive deficits in the euro area ‘simply can’t happen unless surpluses are down as well.”*

<sup>4</sup> O Eurostat publicou em 13/11/13 um *Macroeconomic Imbalances Procedure (MIP) Scoreboard* considerado parte da regulamentação de governação económica adoptada pelo Parlamento Europeu e o Conselho em Novembro de 2011 (o chamado Six-Pack). O procedimento deverá completar-se no início de 2014, sendo que às recomendações da Comissão não podem acrescer multas.

crise da balança de pagamentos do que das dívidas soberanas: retira-se pois o mesmo da *Mundell-Fleming Lecture* de 07/11/13 e da comunicação de 04/11/77.

Junto ainda referências, elementos empíricos e implicações para a teoria das taxas de câmbio, concebida por Pentti Kouri (1949-2009) nos anos 1970 mas depois esquecida. A lista de publicações e o processo individual e contribuições correntes para a literatura estão disponíveis nos anexos.

Ao concluir, queria voltar ao Instituto de Altos Estudos, dirigido com mestria, como se comprova pela *Conferência Portugal e a Paz*, também ela publicada no quadro das já citadas Comemorações do Segundo Centenário (p. 107).

Além do notável prefácio, que situa a vocação específica do Instituto de Altos Estudos no “desenvolvimento cultural”, encontra-se no processo individual o documento #56 de 03/12/86 no qual todos os funcionários da Academia assinam o ofício do Presidente do Instituto de Altos Estudos a agradecer o desvelo com que levaram a cabo as suas funções.

Que saudades deste economista e governante que tanto se preocupava com as finanças sãs como em manter um bom ambiente humano na Academia!

Que saudades de quem nunca deixou a firmeza das convicções travestida de rudeza, conciliando paulatinamente as liberdades financeira e política dos portugueses com as suas pertenças europeia e lusófona!

Faço votos para que se generalize nesta Casa a cultura de Paz que descobri em Agosto no processo individual do meu antecessor.

Prestarei contas aos eminentíssimos confrades de mais esse legado de António Manuel Pinto Barbosa, economista e governante.

Muito obrigado.

Jorge Braga de Macedo

Senhor Presidente e Eminentes Confrades,

Alguns dos presentes hão-de estranhar a minha presença hoje aqui, nesta tribuna, e com toda a razão, pois o primeiro a estranhar sou eu. Aconteceu, porém, que, na impossibilidade do nosso Confrade Senhor Manuel Jacinto Nunes e, depois, também na do nosso Confrade Senhor Pitta e Cunha, ontem, já andava a tarde, o Senhor Presidente convidou-me para fazer esta saudação.

E logo várias opções se me puseram, ou vários termos de alternativa. O inicial foi pura e simplesmente recusar a honrosa incumbência, pois não poderia preparar uma saudação académica em menos de vinte e quatro horas, tendo, para mais, que preparar também ainda o encontro de hoje de manhã com os meus alunos do curso de doutoramento.

Ponderada, porém, toda a questão, acabei por aceitar o encargo, simplesmente, e sem sequer sacrificar o meu repouso nocturno, até porque, mesmo sacrificando-o, naturalmente não seria capaz de traçar uma saudação académica ponderada, reflectida e documentada. Optei pela improvisação.

E aceitei pensando que não poderia recusar a saudação, as boas vindas, a um querido Amigo e Colega cuja carreira conheço desde o seu início. E pensei igualmente em tudo quanto me liga a esta Cadeira, a Cadeira que, a partir de agora, pertence a esse mesmo Amigo, Colega e Confrade, o recipiendário desta sessão. Com efeito, esta Cadeira, tanto quanto sei, foi de Afonso Costa, a quem sucedi, através de Fernando Emídio da Silva, na regência da disciplina de Finanças, na Faculdade de Direito de Lisboa, a minha Escola, da qual Afonso Costa é apontado, justamente, como um dos fundadores, e, por certo, então também, o mais poderoso entre eles. Depois, foi esta a Cadeira de Ruy Ulrich, meu saudoso Mestre, que me iniciou nas artes, ou na ciência, da Economia Política. Era Ruy Ulrich um grande economista, por vezes incompreendido, mas que Pinto Barbosa soube compreender amplamente, conforme resulta da leitura do elogio académico que fez do seu antecessor nessa mesma Cadeira, nesta mesma Casa.

Essa Cadeira é a de Pinto Barbosa, que conheci, já lá vão tantos anos, quando ele era subsecretário de Estado e eu, acabado de prestar provas de doutoramento, estava incorporado na Comissão de Reforma Fiscal. Foi então que o conheci. Depois, estivemos juntos em variadíssimas circunstâncias – em conselhos de ministros, em provas universitárias e nesta Academia, onde

ingressámos, como correspondentes, com destino à Secção de Economia, na mesma data, no mesmo dia. Naquela altura, a vida desta Casa era largamente publicitada pelos órgãos de comunicação. E também os ingressos eram espaçados no tempo, não passando, geralmente, de dois em cada ano, o que também melhor despertava a atenção pública relativamente às actividades da Academia das Ciências de Lisboa. Então Pinto Barbosa e eu tivemos, por motivo do nosso ingresso, os nossos retratos nos jornais diários. Não apenas no Diário de Notícias, onde Augusto de Castro sempre acompanhava os assuntos da Academia, com todo o carinho e com grande relevo; nos outros também. E até ficámos bonitos nos retratos. Pinto Barbosa naquela altura já tinha pouco cabelo, eu ainda conservava uma cabeleira relativamente abundante. Desde então encontrei-me frequentemente com Pinto Barbosa e tive de apreciar o seu muito talento e o seu carácter. Em tantos anos e, naturalmente, nem sempre havendo inteira coincidência de interesses ou posições, nunca ficou, do trato com Pinto Barbosa, a menor sombra. Ficou, isso sim, uma grande saudade, uma grande admiração e um grande respeito.

Saudar o ora recipiendário, saudar Jorge Braga de Macedo, é-me muito grato. Não será esta uma saudação do recorte mais apropriado a uma saudação académica, mas é a saudação de um amigo a outro amigo, embora sem quebras acentuadas da objectividade em razão do sentimento.

Já são longos os anos, tão longos quanto a juventude de Jorge Braga de Macedo o permite, a amizade e o entendimento que nos unem. Conheci-o quando entrou para a Faculdade, mas já dele sabia bastante. Sabia, sobretudo, que trazia a preparação, do nascimento, da infância e da primeira juventude, de um ambiente de cultura e estudo que muito facilitaria o aproveitamento escolar e a extraordinária carreira percorrida. O Pai, meu colega na Universidade, era homem de muita inteligência e cultura, mesmo talentoso.

E Jorge Braga de Macedo, depois de um curso brilhante, começou na minha companhia as suas tarefas de docência. E que encanto, que admiração, me mereceram sempre aquelas suas aulas práticas da disciplina de Economia Política, que eu seguia com toda a atenção, apenas, às vezes, receando que, pelo alto nível da exposição, nem sempre os alunos pudessem apreender o que Braga de Macedo transmitia. E aquele encanto prolongava-se depois, através das trocas de impressões que mantinha com ele, às vezes ao tempo da hora do almoço,

quando nos alongávamos nas conversas sobre as aulas que Braga de Macedo tinha dado.

Aquele encanto não se dissipou, permaneceu. Inclusivamente ao escutar hoje o elogio académico de Pinto Barbosa, através da oração anterior. Realmente, fica-me a ideia consoladora de que essa Cadeira, à qual me sinto também ligado, pelo afecto e pelo amor a esta Casa, essa Cadeira, Senhor Presidente e Eminentes Académicos, fica muito bem entregue, nas mãos do nosso Confrade Senhor Jorge Braga de Macedo.

Muito obrigado.

Pedro Soares Martínez

(ELOGIO HISTÓRICO E SAUDAÇÃO AO RECIPIENDÁRIO PROFERIDOS NA  
SESSÃO CONJUNTA DAS CLASSES DE CIÊNCIAS E LETRAS  
NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2013)

### Professor Pinto Barbosa

1. Não fui aluno em Economia do Prof. Pinto Barbosa mas assisti às suas aulas no 1.º ano em que regeu Economia. Como se sabe, deve-se a Pinto Barbosa a renovação desta disciplina: de uma Economia literária passou-se a uma Economia em termos de ombrear com os parâmetros vigentes nos Estados Unidos, Inglaterra, etc.

Depois de terminar o meu curso acumulava o lugar de assistente de Estatística com o de técnico económico da Comissão de Coordenação Económica. Em 1948 Pinto Barbosa é nomeado Director do Gabinete de Estudos onde eu trabalhava. Nasceu daí uma amizade que durou até ao seu falecimento. As nossas relações de 1948 até 1974 eram mesmo de grande intimidade. Participámos juntos, em Paris, nos trabalhos do Plano Marshall – Pinto Barbosa apreciava o meu trabalho e a minha lealdade.

Quando foi nomeado Subsecretário do Tesouro designou-me a mim e a Teixeira Pinto para reger as cadeiras na Universidade que lhe estavam atribuídas. Mais tarde, em 1955, quando foi nomeado Ministro das Finanças, convidou-me para colaborar com ele, precisamente como Subsecretário do Tesouro.

Quando para me preparar para o concurso para professor extraordinário saí do Governo em 1959. Com o seu apadrinhamento fui nomeado no ano seguinte vice-governador do Banco de Portugal, continuando, naturalmente, a colaborar com o Ministro que em 1966 é nomeado para Governador do Banco, lugar que estava vago desde a aposentação do Dr. Rafael Duque. A nossa relação intensificou-se nos oito anos que estivemos juntos no Banco.

Com o 25 de Abril somos demitidos em 29 de Maio de 1974, mas no dia seguinte o Prof. Palma Carlos, 1.º Ministro, telefona-me e diz-me de forma imperativa que tinha que voltar ao Banco dada a situação perturbadora que se verificava no Banco. No período seguinte e enquanto não deram a demissão ao Governador, eu ia ao Banco, todos os dias em que tinha algum tempo, dar-lhe conta dos acontecimentos mais importantes. Outras vezes ia almoçar a sua casa, perto do Palácio de Belém onde eu trabalhava. Viremos a página sobre esse período.

Em Basileia, nas reuniões do Banco Internacional de Pagamentos, em que eu participava, perguntavam-me por ele e tive ocasião de frisar que não era uma

situação agradável. O Director Geral do Banco escreve a Pinto Barbosa convidando-o para consultor do Banco onde esteve de 1975 a 1978. Antes de eu sair do Banco de Portugal ainda tive a oportunidade de almoçar com ele em Basileia na última reunião em que participei.

2. Pinto Barbosa teve sempre um grande amor à sua Escola. Quando saiu do Ministério regressou à docência na cadeira de Política Económica, com a experiência acrescida pelo seu *curriculum*.

Igualmente quando volta de Basileia regressa ao ensino pedindo a sua transferência para a Faculdade de Economia da Universidade Nova, onde é recebido com grande agrado, pois era um valor importante que ia enriquecer a Faculdade. Foi Presidente do Conselho Científico.

Deu também aulas no Instituto de Altos Estudos Militares.

Além da sua carreira pedagógica e dos importantes cargos políticos que exerceu, Pinto Barbosa foi um académico ilustre. Cedo entrou para a Academia das Ciências de Lisboa ocupando um lugar na Secção de Economia da Classe de Letras. Em 1976 é eleito sócio efectivo.

Na Academia foi nomeado Presidente no Instituto de Altos Estudos em 1986, onde exerceu uma acção notável, organizando seminários que deram lugar a publicações de grande interesse. Cito apenas uma sobre a Paz onde colaboraram individualidades das mais qualificadas do mundo civil e militar.

A Ordem dos Economistas reconheceu-o como o decano dos economistas ao atribuir pela 1.<sup>a</sup> vez o título de Sócio de Honra.

3.

- no ensino da Economia, como autor da sua renovação e na sua dedicação atestada pelo seu regresso quando sai do Ministério das Finanças ou na Universidade Nova quando volta de Basileia;
- na Academia onde gozava do respeito geral e também pela sua acção na presidência dos Altos Estudos, tinha um lugar especial;
- no domínio público onde permaneceu quinze anos no Governo, nos quais dez como Ministro das Finanças, lugar que exerceu de forma brilhante e no Banco de Portugal na forma como desempenhou as suas funções;

Em todos estes campos a sua acção foi exercida de uma forma notável, o que fez dele uma figura eminente na 2.<sup>a</sup> metade do século XX.

Lisboa, 25 de Novembro de 2013

Manuel Jacinto Nunes

**COMPLEMENTOS****A. Notoriedade com delicadeza de trato****ANTÓNIO MANUEL PINTO BARBOSA  
CLASSE DE LETRAS****Académico correspondente eleito em 13/02/69****Académico efectivo eleito em 26/02/76****Presidente do Instituto de Altos Estudos (IAE) eleito em 11/04/85****6.<sup>as</sup> secção Ciências Económicas e Financeiras****Sucedeu a Ruy Ennes Ulrich cadeira n.º 18L<sup>6</sup>****Faleceu 05/03/06**

NOVA ECONOMIA EM PORTUGAL (Estudos em homenagem a António Manuel Pinto Barbosa) Organização de Alfredo de Sousa, Francisco Pereira de Moura, Jaime Reis, Jorge Braga de Macedo, José Joaquim Teixeira Ribeiro, Luis Miguel Beleza, Manuel Jacinto Nunes, Vítor Constâncio, Lisboa: Serviços Gráficos da Universidade Nova de Lisboa, 1989, 730 pags (NOVA).

---

<sup>5</sup> No PACL vem 3.<sup>ª</sup>.

<sup>6</sup> No PACL vem 38.

Reúnem-se neste volume trinta e cinco ensaios de economia, que quarenta e três autores dedicam ao Professor Doutor António Manuel Pinto Barbosa.

A jubilação pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa foi um pretexto: há muito que colegas e amigos vinham pensando na melhor forma de mostrar ao amigo e mestre a profunda gratidão pelo serviço que prestou ao ensino e à investigação da economia em Portugal.

A Comissão responsável pela edição deste volume pretendeu, sem ilusões de jamais o conseguir, retratar as múltiplas facetas do interesse do homenageado, da economia portuguesa ao método, da fiscalidade aos bancos, da economia pública à economia internacional, doseando sempre com habilidade as abordagens analíticas e históricas.

Talvez possa dizer-se que terá conseguido dar à economia keynesiana, tão querida do homenageado, o tributo merecido. Menos não se esperaria, na verdade, do Professor James Tobin, Prémio Nobel da Economia, em 1983, cujo doutoramento *honoris causa* pela Universidade Nova de Lisboa o homenageado patrocinara no ano anterior. Do mesmo modo, a contribuição de um amigo de sempre, o Professor Robert Mundell, em matéria tão cara ao homenageado como o funcionamento do sistema bancário monetário internacional, não podia deixar de ser sublinhada. De resto, a plêiade de colegas e amigos das várias escolas e disciplinas fala por si.

## B. Testemunhos adicionais

**Ruy Ulrich**

### Citação

Segundo a praxe, cumpre-me proferir nesta sessão o “Elogio académico” do meu ilustre antecessor na cadeira. Tentarei, porém, fazê-lo por um caminho diferente do habitual, ou seja fixando apenas alguns traços, para mim, no entanto, suficientemente característicos, da personalidade e obra científica do Doutor Ruy Ulrich. Começemos pela via do contacto humano.

1. Provas de doutoramento em Ciências Político-Económicas da Faculdade de Direito de Lisboa: “Apenas direi que a agilidade intelectual do arguente, a sua perspicácia e a tática de envolvimento usada na maneira de conduzir a discussão me deixaram uma profunda impressão e, na circunstância, – porque não confessá-lo? – de temor.”

Coincidência bastante curiosa é a de a minha segunda impressão sobre o Doutor Ulrich ter sido igualmente colhida na Faculdade de Direito de Lisboa...E, à impressão, que já tinha, de respeito pela agilidade, precisão e clareza realçadas na controvérsia, vem agora somar-se a de admiração pelo talento, equilíbrio e método exuberantemente demonstrados como expositor.”

2. ...proponho-me agora falar dos aspectos, a meus olhos, mais relevantes, da obra científica do Doutor Ulrich.

Do seu “copioso rol de trabalhos” apenas retenho, para o efeito, três deles: – primeiro a dissertação de doutoramento, intitulada “Da bolsa e suas operações” (1906);

– o segundo tem por título “Teoria Económica das Reservas Bancárias” (1814);

– o terceiro e último trabalho a que me referirei respeita ao curso de Economia Política

3...é tempo de passar a aludir a algumas funções que ele, com elevado aprumo e incontroverso saber, desempenhou na vida pública e na gestão de importantes empreendimentos portugueses.

4. ...quando tudo o mais se pode desmoronar e esvaír da memória com o rolar dos anos e enquanto a capacidade humana de admirar não tiver desaparecido, essa obra permanecerá como expoente daquele que foi, incontestavelmente, um dos mais altos valores do seu tempo.

## **2. Mira Fernandes**

### **Notas soltas**

1984 Discurso Matemático; Bodas de Prata dos engenheiros diplomados pelo IST 1924 eramos outros / julgamos um?; Passos Manuel 1933; Memórias; Magnetismo pessoal; Gravata Branca; Bento Caraça; Merceologia (pautas) Matemática Económica; Diferença entre quem produz e utiliza alfaias

“Aos que como eu tentavam descobrir a sua estrada de Damasco”

1) Keynes IAE Contabilidade nacional

2) Econometria + Cowles Commission

3) Perroux ISEA / ISEMA Pré-topológica

4) Teoria dos Jogos ultrapassa Walras Conflito; Lutas – concursos / conflitos – cooperação Diogo Pacheco de Amorim – Matemática e Economia Política

contacto sem “Pontos próprios” Henry Schultz “Economia com Matemática mas não como Matemática”, Economista não frio;

### **Citação**

Porém, para o modo de ver as coisas que no geral não se esgota na visão unilateral, falta, neste particular, acrescentar o seguinte: a dita reabilitação do quantitativo na Economia dependia e depende também e necessariamente da maneira fira, precisa e concisa por que o economista formulava as verdadeiras questões pertinentes ao seu foro. E isso, impõe-se reconhecê-lo, nem sempre terá acontecido. O seu a seu dono. (...reproduzido no elogio acima)

Não teria tempo suficiente nos escassos minutos de que disponho para aflo-  
rar sequer as fases mais salientes desse enriquecimento, mas, mesmo que o  
tivesse, não saberia encontrar, por certo, as palavras que pudessem descrevê-las  
com inteira fidelidade. Tentando, apesar disso, sintetizar numa simples frase o  
que foi toda a evolução desse processo complexo, diria que nos tornámos amigos  
e amigos eram, no seu próprio dizer, aqueles que nos prezam e nos respeitam.  
Fiel a esta acepção, praticou irrepreensível e devotadamente o difícil culto da  
amizade, isto é, soube não só ser amigo, como ter amigos.

E por aqui me quedo, neste magro depoimento sobre a nobre figura de Mira  
Fernandes, na tríplice perspectiva do Professor, do Colega e do Amigo. Porém,  
dentro das paredes desta Casa faltaria ainda dizer – e serão as minhas derradei-  
ras palavras – que, se Mira Fernandes, por merecimentos e obra científica foi e é  
da Academia e da Classe de Ciências, pela lição maravilhosamente humana da  
sua vida, bem merece ser património cultural de todos nós, portugueses.

### **Ferreira Dias**

#### **Citação**

om formações académicas diferentes e equações pessoais também pouco coin-  
cidentes, mas com o objectivo comum, conscientemente assumido, de procurar-  
mos ser úteis ao País...foi possível não só manter, em todas as circunstâncias,  
uma atitude de insuperável respeito mútuo, como reforçar os laços de amizade  
e de particular estima. E os cargos que exercemos durante este período não são,  
por via de regra, propícios a que se gerem facilmente atitudes e sentimentos desta  
natureza. (p. 176)

### **Sedas Nunes**

#### **Citação**

Se, no plano ideológico, entre o prof. Sedas Nunes e nós a unidade nem sempre acontecia, nem era naturalmente procurada, já o mesmo não sucedia no que respeitava às técnicas de investigação social – seus objectivos, limitações e possibilidades. Assim, não surpreenderá que durante a carreira universitária do Prof. Sedas Nunes, acrescida, a partir de certa altura, de especiais responsabilidades em matéria de investigação social, tivessem surgido dificuldades e situações delicadas, perante as quais dificilmente poderíamos ter ficado indiferentes. O que nos proporcionou ensino de melhor podermos apreciar não só a independência dos seus juízos, como a coerência das atitudes e a invulgar rapidez com que dava andamento aos assuntos que lhe eram colocados. Nos três momentos em que pretendemos fixar a evolução do nosso relacionamento – aluno, colega universitário e amigo – importa salientar: quanto ao primeiro, a curiosidade intelectual e o declarado pendor para “o social”; quanto ao segundo, a fidelidade aos valores da universidade – rigor, credibilidade e coerência; quanto ao terceiro, graças à mecânica dos sentimentos, cujas leis continuamos a ignorar, simplesmente, que nos unia a verdade da amizade.

### **Gonçalves da Silva**

#### **Citação**

ão deverá, portanto, estranhar-se que, em resultado deste intenso convívio como colegas, se tivessem criado condições favoráveis à arte singular da amizade, à qual a mudança do regime político em 74 só viria dar, se é possível, ainda mais forte consolidação. A via epistolar durante o nosso exílio voluntário no estrangeiro passou a alimentar essa corrente afectiva que só veio a ser interrompida no dia em que Gonçalves da Silva desapareceu do mundo dos vivos. Fora do apostolado universitário, perscrutamos duas grandes inclinações do seu espírito culto: o acrisolado amor que nutria por tudo quanto respeitasse a Tomar, sua terra natal, e a grande atração que sobre ele exerciam as viagens que, como simples turista, procurava realizar, sempre que as circunstâncias o permitiam, e das quais nos dava sugestivos relatos orais ou escritos, aqui e além completados com notas pitorescas, pois Gonçalves da Silva possuía também fino sentido de humor.

Para além de uma serena lucidez e de uma lealdade sem mácula, era possuidor da rara capacidade de juntar à sua volta grandes e sinceras dedicações, das quais a publicação do presente volume de homenagem constitui expressivo exemplo.

Em suma: poder-se-á dizer, depurando a nossa saudade, que a presença de Gonçalves da Silva em nossas vidas, como Colega e como Amigo, foi um privilégio.

**Cristina Corado e Jorge Braga de Macedo (Competitiveness under Liberalization cum Stabilization Packages: the Experience of Portugal 1977-1985, NOVA, p. 541 nota)** (This paper) is dedicated to António Manuel Pinto Barbosa, who, in academia as well as in government, influenced post-war trade, fiscal and monetary policies in Portugal. Some of the results reported here draw on a term paper for the course in economic development at Nova; we thus try and follow the lifelong attempt of the “Father Professor” at bringing together teaching and research.

**António Soares Pinto Barbosa**, email de 09/09/13 de resposta a algumas perguntas: “O meu Pai foi para Bale, para aí permanecer de forma continuada, no dia 15 de Outubro de 1975; Regressou a Lisboa, de forma permanente, no dia 20 de Setembro de 1978; No dia 7 de Novembro de 1978 o meu Pai recebeu, por via do meu irmão Manuel, a informação de que havia sido despachada a sua transferência para a UNL; O George Woods morreu no dia 20 de Agosto de 1982, na sua residência em Caxias. A seu pedido, não houve cerimónias fúnebres nem funeral, tendo sido cremado. As suas cinzas terão sido lançadas em NY, de helicóptero, sobre a Wall Street”.

**Manuel Jacinto Nunes**, antigo presidente da ACL, decano da secção de economia, entrevistado em sua casa a 30/08/13 sobre idas a Basileia enquanto governador do Banco de Portugal (acompanhado dos administradores Rui Machete e Nogueira de Brito) e contactos com o Secretário Geral do Banco de Pagamentos Internacionais. Ausente na sessão de 14/11 enviou o testemunho reproduzido acima.

### Anexo 1: Trabalhos consultados e mais referências

**A. 22 trabalhos constantes do Processo individual (PACL) e consultados na Biblioteca (BACL) bem como através da Biblioteca Almada Negreiros da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (BAN), com referência à bibliografia em António Manuel Pinto Barbosa uma biografia económica, por João César das Neves e Francisco Azevedo e Silva, Lisboa: Verbo 1999, pp. 229-42 (BIO, lista completa em B).**

1. A tarefa do Ministério das Finanças, 1955 (BACL, **BIO**)
2. Portuguese Economic Development in the presence of the Pos-War Foreign Policies the US, in North American and Western European Economic Policies, Proceedings of a Conference held by the International Economic Association at Alvor, Portugal edited by Charles Kindleberger and Andrew Shonfield, Londres: Macmillan, 1971 (versão portuguesa do Gabinete de Estudos Económicos do ISCEF, 1969 (BACL, **BIO**))
3. Razão de uma escolha, separata de Análise Económica, n.º 18, 1970 (BACL, **BIO 22**)
4. O Banco de Portugal nos primeiros 25 anos do Pós Guerra e a sua missão numa perspectiva de desenvolvimento, Lisboa, 1971 (BACL, **BIO**)
5. O Acordo Smithsonian Problemas e realidades, M16L, 1975 (BACL, **BIO**)
6. Keynes e o Acordo de Bretton Woods, 1977 in Simpósio de Estudos Keynesianos, Instituto de Altos Estudos Colectânea II, Lisboa: ACL, 1981, pp. 93-116 (BACL, **BIO**)
7. Carta de Elogio do Académico António Manuel Pinto Barbosa por Moses Bensabat Amzalak 23/03/78 (PACL)
8. Elogio Académico de Ruy Ennes Ulrich Memórias da Classe de Letras da ACL volume XX (M20L), 1978 (BACL, **BIO**)
9. O FMI e a Estrutura da Influência Monetária Internacional, Estudos em Homenagem a José Joaquim Teixeira Ribeiro separata do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, 1980 (BAN, **BIO** Basileia 1978)
10. Palavras proferidas pelo Académico António Manuel Pinto Barbosa na sessão comemorativa do 1.º centenário do nascimento de Mira Fernandes, realizada em 18 de Junho de 1984 (PACL)

11. Algumas notas acerca da personalidade e obra científica do Prof James Tobin, separata do Boletim de Ciências Económicas da Universidade de Coimbra, vol XXIV, 1981 (BAN, **BIO**)

12. Problemas Monetários Internacionais da Actualidade: I A 2.<sup>a</sup> emenda ao acordo do Fundo Monetário Internacional II Sistema Monetário Europeu (sessão de 31/01/80) III Reciclagem de excedentes financeiros da OPEP (sessão de 12/03/81) IV A hipótese de expectativas Racionais (REH) e a experiência histórica da hiper inflação (03/03/83), M23L, 1983 (BACL, **BIO**)

13. O lado menos visível do Plano Marshall, M25L, 1986 (**BIO**)

14. Elogio Histórico de Moses Bensabat Amzalak e resposta do Académico António Manuel Pinto Barbosa ao Académico José Joaquim Teixeira Ribeiro, M26L, 1987 (**BIO**)

15. Determinantes da evasão de capitais: Alguma evidência de comparações internacionais, separata do Boletim de Ciências Económicas da Universidade de Coimbra, vol XXXII, 1989, também Problemas Monetários Internacionais da Actualidade V M28L (BACL, **BIO**) e resumo (PACL)

16. Ferreira Dias: Uma Pedagogia Estruturante do Industrialismo em Portugal, In Memoriam J.N. Ferreira Dias Jr. Lisboa, 1991, pp. 173-5 (BAN, **BIO**)

17. Transformações sistémicas. Princípios e problemas, M30L, 1992 (**BIO**)

18. Dois simples traços da relevante personalidade do Prof. Sedas Nunes, *Análise Social*, 1993 (BAN, **BIO**)

19. Três momentos de uma personalidade ímpar, Embaixador Franco Nogueira [1913-1993] Textos Evocativos, organização e prefácio de Teresa de Melo Ribeiro, Manuel Vieira da Cruz e Gonçalo de Sampaio e Melo, Porto: Civilização Editora, 1994, pp. 113-5 (BAN, **BIO**)

20. Simple note sur une rencontre brève mais qui a valu la peine, *Mélanges offerts à Jorge Campinos*, Publications de la Faculté de Droit et des Sciences Politiques de Poitiers, Presses Universitaires de France, 1994, pp. 435-7 (BAN, **BIO**)

21. Gonçalves da Silva: O Colega e o Amigo, Estudos em homenagem a F.V. Gonçalves da Silva, organização de Caetano Léglise da Cruz Vidal, Francisco José Monteiro Pais, Manuel Duarte Pereira e Rogério Fernandes Ferreira, Lisboa: ISEG, 1994, pp. 55-7 (BAN, **BIO**)

22. Mosaico de reflexões de responsáveis de bancos centrais, tendentes a inculcar tópicos de uma cultura económica, própria do banco central, no contexto

actual de mundialização da economia e globalização dos mercados, Ensaio de Homenagem a Manuel Jacinto Nunes, Lisboa: ISEG, 1996, pp. 389-404 (BAN, BIO)

**B. Referências em BIO, pp 263-5 (conferidas com listas de 1969 e 1977 constantes do PACL e a publicada em NOVA; as rubricas incluídas na lista acima vêm a negrito)**

1. A Economia de Guerra Total. Sistemas e crítica, Revista de Contabilidade e Comércio n.º 29, 1940 (**consta de BIO não de NOVA**)
2. Sobre a Indústria das Conservas em Portugal, tese de doutoramento, 1941
3. A economia do ponto de vista positivo e do ponto de vista teleológico, Anais do ISCEF, vol XI, 1943
4. O Prof. Augusto Ferreira Costa Júnior, Anais do ISCEF, vol XII, 1944
5. A Economia do Café, Lisboa, 1945
6. Gustav Cassel algumas palavras sobre a sua obra científica, Anais do ISCEF, vol XIII, 1945
7. Elementos para o estudo da estrutura do comércio externo português, Revista do Centro de Estudos Económicos, n.º 4, 1946
8. Princípios de Teoria Económica de H. von Stackelberg, nota crítica, Anais do ISCEF, vol XV, 1947 (republicado em 27)
9. Teoria Monetária: velocidade de circulação, Indústria Portuguesa, n.º 241, 1948)
10. Nota crítica sobre La Valeur et les Prix de Gaetan Pirou (republicado em 27)
11. A Dimensão de Empresa, Lição proferida no I Curso de Sociologia Cristã, 1948 (Resumo)
12. Nota crítica sobre Readings in Economics de Adams and Traywick (republicado em 27)
13. Crise das exportações metropolitanas para o estrangeiro (c/ Teixeira Ribeiro), 1950
14. **A tarefa do Ministro das Finanças, 1955 (BACL)**
15. O Banco de Fomento Nacional – factor basilar do desenvolvimento da economia portuguesa, 1959
16. A defesa da estabilidade financeira, 1962

17. Crédito externo, 1962 (**consta de NOVA não de BIO**)
18. A fase actual das finanças portuguesas, Madrid, 1964
19. A desvalorização de 1949 e comércio externo português, 1966
20. Projecto de Parecer da Câmara Corporativa sobre a proposta de lei de Meios para 1969, 1968
21. **Portuguese Economic Development in the presence of the Pos-War Foreign Policies the US, in North American and Western European Economic Policies, Proceedings of a Conference held by the International Economic Association at Alvor, Portugal edited by Charles Kindleberger and Andrew Shonfield, Londres: Macmillan, 1971 (versão portuguesa do Gabinete de Estudos Económicos do ISCEF, 1969 (BACL)**
22. Algumas incidências nacionais da política monetária internacional, Évora, 1970 (BIO 21)
23. **Razão de uma escolha, Lisboa, 1970 (BACL)**
24. **O Banco de Portugal nos primeiros 25 anos do Pós Guerra e a sua missão numa perspectiva de desenvolvimento, Lisboa, 1971 (BACL)**
25. **Acordo Smithsoniano Problemas e realidades, Lisboa Memórias da ACL 1972 (M16 BACL)**
26. La réforme du système monétaire international et ses vicissitudes, Liège, 1973 (Revue de la Société d'études et Expansion, Nov/Dez)
27. Alguns aspectos da política monetária e cambial metropolitana em 1973, Lisboa, 1974
28. Nótulas pedagógicas, Lisboa, 1974
29. **Keynes e o Acordo de Bretton Woods, 1977 in Simpósio de Estudos Keynesianos, Instituto de Altos Estudos Colectânea II, Lisboa: ACL, 1981, pp. 93-116 (BACL)**
30. **Elogio Académico de Ruy Ennes Ulrich Memórias da ACL vol 20, 1978**
31. **O FMI e a Estrutura da Influência Monetária Internacional, Estudos em Homenagem a José Joaquim Teixeira Ribeiro separata do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, 1980 (Basileia 1978 BAN)**
32. Ajustamento e Financiamento, intervenção na conferência sobre energia, 1980
33. **Algumas notas acerca da personalidade e obra científica do Prof James Tobin, separata do Boletim de Ciências Económicas da Universidade de Coimbra, vol XXIV, 1981 (BACL)**

**34. Problemas Monetários Internacionais da Actualidade: I A 2.<sup>a</sup> emenda ao acordo do Fundo Monetário Internacional II Sistema Monetário Europeu III Reciclagem de excedentes financeiros da OPEP IV A hipótese de expectativas Racionais (REH) e a experiência histórica da hiper inflação, M23L, 1983 (BACL)**

35. A reabilitação do quantitativo na economia, 1984

**36. O lado menos visível do Plano Marshall ML25, 1986 (BACL)**

**37. Resposta do Académico António Manuel Pinto Barbosa ao Académico José Joaquim Teixeira Ribeiro, M26L, 1987 (BACL última referência em NOVA)**

**38. Determinantes da evasão de capitais: Alguma evidência de comparações internacionais, separata do Boletim de Ciências Económicas da Universidade de Coimbra, vol XXXII, 1989, também Problemas Monetários Internacionais da Actualidade V M28L (BACL)**

39. Alguns traços da estrutura actual da economia internacional, 1989

40. Sistema financeiro português. Anos 60 e 90, Porto, 1990

41. Aspectos da internacionalização da economia portuguesa nos anos 60, 1990

**42. Ferreira Dias: Uma Pedagogia Estruturante do Industrialismo em Portugal, In Memoriam J.N. Ferreira Dias Jr., Lisboa, 1991, pp. 173-5 (BAN)**

43. O 1.<sup>o</sup> ano da unificação alemã, uma lição económica, 1991

44. O papel da gestão na transformação dos sistemas económicos, 1991

45. Plano Marshall e Internacionalização da Economia Portuguesa, 1993

46. Aspectos da transformação sistémica em algumas economias do leste europeu, 1993

**47. Transformações sistémicas. Princípios e problemas, M30L 1992 (BACL)**

**48. Dois simples traços da relevante personalidade do Prof. Sedas Nunes, Análise Social, 1993 (BAN)**

**49. Três momentos de uma personalidade ímpar, Embaixador Franco Nogueira [1913-1993] Textos Evocativos, organização e prefácio de Teresa de Melo Ribeiro, Manuel Vieira da Cruz e Gonçalo de Sampaio e Melo, Porto: Civilização Editora, 1994, pp. 113-5 (BAN)**

50. Simple note sur une rencontre brève mais qui a valu la peine, Mélanges offerts à Jorge Campinos, Publications de la Faculté de Droit et des Sciences Politiques de Poitiers, Presses Universitaires de France, 1994, pp. 435-7 (BAN)

51. Gonçalves da Silva: *O Colega e o Amigo, Estudos em homenagem a F.V. Gonçalves da Silva, organização de Caetano Léglise da Cruz Vidal, Francisco José Monteiro Pais, Manuel Duarte Pereira e Rogério Fernandes Ferreira, Lisboa: ISEG, 1994, pp. 55-7*

52. *Mosaico de reflexões de responsáveis de bancos centrais, tendentes a inculcar tópicos de uma cultura económica, própria do banco central, no contexto actual de mundialização da economia e globalização dos mercados, Ensaios de Homenagem a Manuel Jacinto Nunes, Lisboa: ISEG, 1996, pp. 389-404 (BAN)*

## Anexo 2: Processo individual (PACL)

### 1. Boletim de inscrição:

Eleição 13/2/69

Diploma 5/5/69

Filiação: Mariana Vieira Pinto e Manuel Maria Barbosa Júnior

Nascimento: 31 Julho<sup>7</sup> 1917

Grande oficial da Ordem Militar de Cristo

Grã Cruz da Ordem Militar de Cristo

Grã Cruz da Ordem do Infante D. Henrique

Grã Cruz de Isabel a Católica (Espanha)

Doutor em Ciências Económicas e Financeiras (4 secções: Aduaneira, Diplomática e Consular, Finanças e Administração Comercial)

### 2. Cargos:

Professor Catedrático Grupo Ciências Económicas no ISCEF, regeu Economia no IST

Vogal tribunal técnico aduaneiro

Presidente da Comissão Reorganizadora da Indústria de Conservas Nacionais e dos Derivados de Frutas e Produtos Hortícolas

---

<sup>7</sup> Por coincidência dia da morte de José de Macedo (pai da testemunha 14) em 1948 e do nascimento Jorge de la Barre em 1965, seu bisneto.

Membro do Centro Estudos Económicos do Instituto Nacional de Estatística e Presidente do respectivo Conselho Geral

Vogal da Secção de Estudos Económicos da Associação Industrial Portuguesa

Presidente do Conselho Técnico Corporativo (Ministério da Economia)

Presidente da Comissão Central de Inquéritos e de Estudo sobre Eficiência dos Serviços Públicos

Delegado de Portugal nos trabalhos da OECE para liberalização das trocas

Representante do Ministro da Economia na Comissão Regional Entrepósito do Porto de Lisboa Zona Franca

1950 Sub Secretário de Estado do Tesouro

1955 Ministro das Finanças 11 anos

Governador do Banco de Portugal

### 3. Membro:

American Economic Association,

Institut International des Finances Publiques,

Econometric Society

### 4. Actividade académica registada no PACL:

– 12/03/69 responde ao Secretário Geral Braga Paixão declarando-se feliz e preenche o boletim inscrição (doc #3)

– 02/11/1972 comunica que faltou à sessão por causa de Secção Política Monetária do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos (CMAE)

– 25/01/73 id.

– 07/11/74 Telegrama comunica que faltou à sessão 20/10/74 arquivado falta

– Cartão GEE / ISCEF comunica que está em serviço oficial da Universidade e por isso falta em 05/11/74

– Cartão s/ data GEE / ISCEF comunica que está em serviço oficial da Universidade e por isso falta em 13/11/74

– Cartão GEE / ISCEF comunica que está em serviço oficial da Universidade e por isso falta ao “plenário de 4”

– 9/7/75 entrega pelo Secretário geral do Vol XVI das *Memórias* (rubrica 5 acima)

– Parecer manuscrito de 26/2/76 destinado a preencher duas vagas de efetivo na secção (Ruy Ulrich e Fernando Emygdio da Silva) propondo António

Manuel Pinto Barbosa e Manuel Jacinto Nunes; refere-se a passagem do primeiro pelo Banco de Pagamentos Internacionais e os seus trabalhos sobre Sistemas Monetários Internacionais.

– Comunicação do parecer pelo Vice-Secretário Geral em exercício 11/03/76 (doc #15) Amzalak informou da passagem a efectivo, responde presidente 4/3/76 (à mão: "...manifestar...quanto me desvanece mais esta imerecida distinção de Vossa Excelência"); SG Alberto Iria (à máquina: "é profundamente desvanecido que venho agradecer as cordiais felicitações")

– 15/07/77 Morte da Mãe Pesar responde 26/07/77 referindo "grande desgosto que tão profundamente me atingiu"

– Cadeira n.º 38 Ruy Ulrich (4 pags)

– Universidade de Coimbra e Universidade de Lisboa

– Director da Faculdade Direito

– Embaixador no Reino Unido

– Foto (em envelope doc #4)

– 17/08/79 ofício enviado por Presidente Luiz Maria da Câmara Pina a saber se quer concorrer ao prémio da Gulbenkian (doc. #22)

– 12/09/79 visita do Presidente da *Accademia Nazionale dei Lincei* (doc. #23)

– Cartão UNL 23/04/80 a Padre Mário Martins justificando falta

– Cartão UNL 18/05/80 a Presidente delegando voto durante ausência

– Acta da Comunicação sobre Problemas Monetários Internacionais da *Actualidade*: comentaram Paulo de Pitta e Cunha, Armando Gonçalves Pereira, Pedro Soares Martinez e Manuel Jacinto Nunes (referência ao country risk doc # 26 s/ data)

– Mar 81 OPEP imprensa

– Secretário Geral José Hermano Saraiva carta 19/01/82

– 03/03/83 Separatas de *Problemas Monetários Internacionais da Actualidade* 100 além de 50 Barbosa Xavier, Braga Demoraram muito não foram emendas Separatas chegam a 16/11/83 s/ índice Tomo XX III *Memórias*

– Ausência 04/06/84 – Estrangeiro

– Ausência 26/06/84 – Obrigações universitárias

– Homenagem Mira Fernandes 02/05/84 no Centenário do seu nascimento

ACL

– 18/06/84 (doc # 42)

- 11/04/85 carta de Secretário Geral José Hermano Saraiva informando que foi nomeado presidente do IAE 02/05/85 (doc #39)
- Ausente 5/7/85 (sessão de 11)
- carta a Secretário Geral Alberto Iria
- 13/03/85 comunicação nos jornais
- Carta Vasconcelos Marques 02/07/86
- Comunicação 13/03 em 27/11
- Presidente do IAE felicita funcionários 21/11/86 **Conferência sobre Portugal e a Paz** 08/04/87 Carta Pinto Peixoto Brasil
- Carlo Burdet 22/07 resposta 27/07/87 Itália
- Carta de Secretário Geral Alberto Iria 06/08/87 Amzalak elogiará Teixeira Ribeiro 19/11/87, AMPB será recipiendário.
- **Lista Processo Académico (59 rúbricas, reproduzida a seguir)**
- Hiperinflação na literatura MJN DN 04/02/88 cita comunicação de AMPB à ACL
- Lista de convites para (13/04) 20/04/89
- 26/06/89 serviço na Faculdade
- 16/10/89 serviço na Faculdade
- 24/10/91 Lista de 9 convidados (incl. Rui Martins dos Santos) para sessão de 14/11/91 sobre 1.º ano da unificação alemã: uma leitura económica
- 3/11/92 Homenagem Universidade do Porto
- Cartões
- Justino Mendes de Almeida correspondência
- Perestroika João Patrício *Correio da Manhã* 16/05/93 cita Plano Marshall
- 23/4/99 Homenagem Ministério das Finanças carta e fax de Presidente José Vitorino Pina Martins
- Morre 2006 88 anos notícias *Público*, etc.

**Processo Académico 21/10/68-06/08/87**

N.º de Ordem	Classificação	N.º do Documento	Resumo
1	Carta		Parecer manuscrito datado de 23-2-1946 <sup>8</sup> .
2	Parecer		Parecer sobre a admissão do Sr. Prof. Doutor Pinto Barbosa para sócio correspondente da Academia das Ciências.
3	Ofício		Ofício datado de 26 de Fevereiro de 1969 comunicando ter sido dito por unanimidade académico correspondente o Sr. Prof. Doutor Pinto Barbosa.
4	Carta		Carta dirigida ao Sr. Secretário-Geral comunicando o meio do impresso devidamente preenchido e de uma fotografia.
5	Impresso		Impresso – Diploma de académico corresp.
6	Ofício		Ofício dirigido ao Sr. Prof. Doutor Pinto Barbosa comunicando o envio do diploma de académico correspondente.
7	Telegrama		Telegrama pedindo relevação de falta.
8	Cartão		Carta comunicando a impossibilidade de assistir a uma reunião académica em virtude de ter de assistir à mesma hora a uma sessão da Secção de Política Monetária do Conselho de Ministros.
9	Cartão		Cartão dirigido ao Sr. Presidente comunicando a impossibilidade de comparecer a uma reunião da classe de Letras em virtude de ter de assistir a uma reunião do Conselho de Ministros para Assuntos Económicos (Secção de Política Monetária).
10	Cartão		Cartão informando a impossibilidade de assistir à sessão plenária marcada para o dia 7 de Nov. de 1974.
11	Cartão		Cartão comunicando a impossibilidade de comparência às sessões da Academia devido ao serviço oficial a ser feito na Universidade. Técnica de Lisboa
12	Cartão		Cartão dirigido ao Sr. Presidente da Academia comunicando a impossibilidade de comparecer a uma sessão plenária.
13	Cartão		Cartão comunicando a remessa de 50 separatas do Vol. XVI das memórias da classe de Letras.
14	Parecer		Parecer sobre a proposta dos Srs. Profs. Manuel Jacinto Nunes e Prof. Pinto Barbosa para preenchimento das vagas existentes na secção de ciências económicas e financeiras da Academia.

<sup>8</sup> O primeiro documento classificado é um parecer dactilografado a 21/10/68 – duas assinaturas ilegíveis incluindo a do relator e Armando Gonçalves Pereira. Existe ainda um parecer manuscrito ilegível com a data indicada.

15	Ofício	11-3-76	Ofício dirigido ao Sr. Prof. Doutor António Manuel Pinto Barbosa comunicando a sua eleição para académico efectivo na vaga resultante do falecimento do académico Sr. Prof. Doutor Ruy Ulrich.
16	Cartão	22-3-76	Cartão dirigido ao Sr. Doutor Alberto Fria agradecendo a comunicação da sua eleição como académico efectivo na sessão de 26-2-76.
17	Carta	4-3-76	Carta dirigida ao Sr. Presidente comunicando ter tido conhecimento pelo Prof. Amzalak da sua eleição para sócio efectivo da Academia.
18	Carta	26-7-77	Carta agradecendo os sentimentos enviados pelo Sr. Secretário-Geral em nome da Classe de Letras da Academia.
19	Bibliografia	s/ data	Bibliografia do Sr. Prof. Doutor António Manuel Pinto Barbosa.
20	Ofício	15-7-77	Ofício comunicando um voto de sentido pesar pelo falecimento de parente do Sr. Prof. Pinto Barbosa.
21	Exposição	23-3-78	Exposição da autoria de Moses Bensabat Amzalak sobre o elogio histórico do Prof. Doutor Ruy Ennes Ulrich.
22	Ofício	17-8-79	Ofício comunicando o envio de fotocópia de uma comunicação.
23	Ofício	12-9-79	Comunicação do envio de fotocópia dos documentos remetidos à Academia pelo Presidente da Academia Nazionale del Lincei de Itália.
24	Cartão	23-4-80	Cartão dirigido ao Sr. Prof. Mário Martins comunicando a impossibilidade de assistir a uma sua comunicação.
25	Cartão	18-5-80	Cartão dirigido ao Sr. Presidente da Academia delegando no Sr. Presidente a possibilidade de o representar em qualquer sessão da Academia dispondo do seu voto.
26	Comunicação	S/ data	Comunicação apresentada pelo Sr. Prof. Doutor António Manuel Pinto Barbosa à Academia com o seguinte título: "II – Problemas Monetários Internacionais da actualidade".
27	Ofício	6-3-81	Convite para assistir a uma comunicação do Sr. Prof. Doutor António Manuel Pinto Barbosa efectuada em 1980.
28	Cartão	14-1-83	Cartão dirigido ao Sr. Dr. José H. Saraiva comunicando a apresentação de uma sua comunicação sobre o tema "III Problemas monetários internacionais da actualidade".
29	Carta	20-9-82	Carta do Sr. Dr. Luis Forjaz Trigueiros comunicando a data da comunicação do Sr. Prof. Doutor Pinto Barbosa.
30	Recorte J.	27-2-83	Recorte de jornal anunciando a data de 3 de Março de 1983 para a apresentação de comunicação do Sr. Prof. Doutor Pinto Barbosa.

31	Ofício	2-2-83	Convite para assistir a uma comunicação do Sr. Prof. Pinto Barbosa – assina o convite o secretário-geral José H. Saraiva.
32	Carta	29-8-83	Envio da firma Barbosa & Xavier do orçamento para 100 separatas do artigo do Sr. Prof. Pinto Barbosa.
33	Carta	S/ data	Carta dirigida ao Sr. Dr. Félix Ribeiro pedindo mais de 50 separadores além do número pedido anteriormente.
34 34/1, 34/2, 34/3		29-8-83	Carta da firma Barbosa & Xavier enviando o orçamento para 100 separatas. Anexas cartas dirigidas ao Sr. Dr. Félix Ribeiro sobre o assunto acima referido.
35	Carta	S/ data	Comunicação do envio de fotocópias do expediente relativos às separatas do trabalho do Prof. Pinto Barbosa.
36	Ofício	14-10-83	Ofício dirigido ao Sr. Doutor Félix Ribeiro, pedindo a informação da data de entrega das separatas do trabalho do Sr. Prof. Doutor António Pinto Barbosa.
37	Carta	14-11-83	Carta comunicando o envio de uma factura respeitante a 5 modelos de separatas de artigos inscritos em Memórias da Academia das Ciências – Classe de Letras – Tomo XXIII.
38	Carta	16-11-83	Carta do Sr. Dr. Luis F. Trigueiros dirigida ao Sr. Prof. Doutor Pinto Barbosa comunicando a recepção das separatas do seu trabalho faltando o índice indicado.
39	Ofício	2-5-85	Ofício comunicando a eleição do Sr. Prof. Doutor Pinto Barbosa p/ o cargo de Presidente do Instituto de Altos Estudos.
40	Carta	2-5-84	Carta dirigida ao Sr. Presidente comunicando a sua participação da sessão comemorativa do 1.º centenário do nascimento do Prof. Mira Fernandes.
41	Boletim	4-5-84	Boletim do D.R. II Série n.º 103 de 4-5-84 constante da nomeação do Sr. Prof. Pinto Barbosa como professor catedrático do quadro da Fac. De Economia.
42	Discurso	?	Discurso do Prof. Doutor António Manuel Pinto Barbosa na “Sessão comemorativa do I Centenário do nascimento do Prof. Aureliano Lopes da Mira Fernandes”.
43	Cartão	21-2-84	Cartão dirigido ao Sr. Secretário-Geral comunicando não lhe ser possível estar presente à sessão da Classe de Letras do dia 23 de Fev. 84.
44	Cartão	4-6-84	Cartão dirigido ao Sr. Secretário-Geral comunicando que não poderá estar presente nos próximos actos académicos.
45	Cartão	26-6-84	Cartão dirigido ao Sr. Secretário-Geral comunicando não lhe ser possível assistir à sessão de Classe de Letras.
46	Cartão	5-7-85	Cartão dirigido ao Sr. Secretário-Geral comunicando não poder estar presente à sessão da classe marcada para 11-7-80.

47	Carta	10-2-86	Carta dirigida ao Sr. Dr. Alberto Fria comunicando a apresentação de um seu trabalho sobre o tema "O lado menos visível do Plano Marshall em Portugal." Sua actualidade.
48	Ofício	17-2-86	Ofício dirigido ao Sr. Prof. Doutor António Pinto Barbosa, pedindo a informação da data da sua comunicação.
49	Carta	17-2-86	Ofício dirigido ao Sr. Prof. Doutor António Pinto Barbosa propondo os dias 13 ou 27 de Maio para a exposição da sua comunicação.
50	Ofício	19-2-86	Carta dirigida ao Sr. Secretário-Geral Dr. Alberto Fria marcando o dia 13 de Março para a sua comunicação.
51	Ofício	24-2-86	Ofício dirigido ao Sr. Prof. Doutor António Pinto Barbosa confirmando a data da sua comunicação.
52	Recorte	13-3-86	Recorte de jornal anunciando a comunicação do Sr. Prof. Doutor António Pinto Barbosa presidida pelo Sr. Prof. Dr. Manuel Jacinto Nunes.
53	Recorte	11-3-86	Recorte de jornal anunciando a comunicação do Sr. Prof. Pinto Barbosa.
54	Carta	2-7-86	Carta do Sr. Prof. Vasconcellos Marques acusando a recepção de uma carta recebida.
55	Cartão	27-11-86	Cartão anunciando o resumo da comunicação a apresentar à Academia no dia 13 de Março de 86.
56	Ofício	3-12-86	Ofício dirigido ao Sr. Prof. Doutor P. Barbosa acerca da organização e realização do Colóquio sobre "Portugal e a Paz" promovida na qualidade de Presidente da J.A. Estudos.
57	Ofício	8-4-87	Dirigido ao Presidente da Academia Brasileira de Letras Dr. Austugésilo, comunicando a deslocação ao Brasil do Sr. Prof. Pinto Barbosa em acção científica.
58	Ofício	22-7-87	Ofício dirigido ao Sr. Prof. A. Pinto Barbosa acerca da possibilidade de a Academia estar interessada em receber um trabalho científico acerca de estudos biográficos sobre o académico Carlos António Napione sua actividade científica em Portugal.
59	Ofício	6-8-87	Ofício dirigido ao Sr. Prof. Doutor A. Pinto Barbosa acerca do elogio histórico do falecido Prof. Doutor Moses Amzalak a ser feito pelo Sr. Prof. Doutor José Joaquim Teixeira Ribeiro, no dia 19 de Novembro de 1987.

### **Anexo 3: Desequilíbrios externos na Zona Euro**

#### **1. Report to Congress on International Economic and Exchange Rate Policies, U.S. Department of the Treasury, Office of International Affairs, 30/10/13, p. 25**

Germany has maintained a large current account surplus throughout the euro area financial crisis, and in 2012, Germany's nominal current account surplus was larger than that of China. Germany's anemic pace of domestic demand growth and dependence on exports have hampered rebalancing at a time when many other euro-area countries have been under severe pressure to curb demand and compress imports in order to promote adjustment. The net result has been a deflationary bias for the euro area, as well as for the world economy. Stronger domestic demand growth in surplus European economies, particularly in Germany, would help to facilitate a durable rebalancing of imbalances in the euro area. The EU's annual Macroeconomic Imbalances Procedure, developed as part of the EU's increased focus on surveillance, should help signal building external and internal imbalances; however, the procedure remains somewhat asymmetric and does not give sufficient attention to countries with large and sustained external surpluses like Germany.

#### **2. Exchange Rate Dynamics Revisited<sup>9</sup>**

The dominating model presented by Dornbusch (1976) assumes flexible prices and perfect substitutability of domestic and foreign assets, so that only capital account shocks matter in exchange rate adjustments. With no correcting current account adjustments, high volatilities of exchange rates are expected. The "acceleration hypothesis", introduced by Kouri (1978), states that international capital flows must be financed by appropriate current account flows: when the trade to finance ratio is low, exchange rate adjustment may well take decades. In partial equilibrium, the acceleration hypothesis states that the rate of change of the exchange rate is proportional to the ratio of the current account deficit to the

---

<sup>9</sup> Excerpts from "Portugal's assisted adjustment: death on the beach?", presented at Conference "Can the Eurozone Be Saved?" LBJ School of Public Affairs Austin, TX 04/11/13. This draws on NBER Working Paper n.º 19718, coauthored with Urho Lempien.

sum of holdings of foreign assets by domestic residents and holdings of domestic assets by foreign residents. In general equilibrium, the adjustment speed is higher: it is defined by the stock of domestic assets not held by domestic residents, adjusted for speculative (expectations sensitive) portfolio allocation terms. In the mainstream literature the volatility of real exchange rates is often benchmarked against the volatility of inflation indices and found to be very high.

As it turns out, general equilibrium constraints on wealth and investment behavior reflect to a substantial degree the stylized facts of liquid foreign exchange markets. These are demonstrated by Monte Carlo simulations where autonomous factors are assumed to net each other so that only current account adjustments translate changes in fixed parameters and random shocks into the exchange rate. A strong correction mechanism of the exchange rates through the current account implies that market disturbances originating in underlying shocks or in capital flows are quickly smoothed out – contrary to the made up image of foreign exchange market volatility among practitioners.

The testing platform includes two similar large, relatively open economies, mimicking the €/ \$ rate. In the Dornbusch formulation, the non-stationary nature of exchange rate behavior is seen in the pattern where the 90% variation range is approximately 200% of the median level at 30 years, whereas in the Kouri case it is about one half. Simulations of the general equilibrium case show a faster adjustment process: already 2 years after the start of simulations the actual exchange rate is very close to the new steady state value. At the 30 years time point, it is about 20% of the initial steady state value.

Even when assets are perfect substitutes, monetary policy-makers can strengthen the international financial intermediation required for an intertemporal view of current account adjustment. Instead, when shifts in asset demands are a source of exchange rate instability, costless changes in the mixture of asset supplies may forestall costly macroeconomic adjustments in output and employment. The case for intervention by central banks to facilitate the current account process is stronger the more significant are differences in asset preferences. Obstfeld (2012) warns that current account imbalances, while very possibly warranted by fundamentals and welcome, can also signal elevated macroeconomic and financial stresses, as was arguably the case in the mid-2000s. He adds that valuation changes in net international investment positions, “while possibly important

in risk allocation, cannot be relied upon systematically to offset the changes in national wealth implied by the current account". Reforms have different time frames depending on the institutions which need to be changed. In addition, fiscal and monetary policies, macroeconomic and structural policies are closely interrelated (Macedo et al. 2013).

German companies know that they will remain competitive as long as trade takes place under fixed exchange rates: over 1999-2010, the German economy has accumulated well over €1tril from the EU-27 countries and about €760 bil from the rest of the world (Macedo and Lempinen, 2012). This indicates that German companies have been much more competitive in intra-EU trade. Consequently the highest profit margins are also likely to come from intra-EU business. On these grounds German industries must be very much in support of the trade opportunities allowed by the fixed exchange rate within the EZ. This may require potential bail out and support expenses to maintain the structure stable<sup>10</sup>.

Growth and inflation performance and the level of interest rates have mainly reflected the (weak) state of the global economy since the dotcom crisis. The overall macroeconomic policy stance has been very expansionary with the result that by following this policy the global economy has so far been able to avoid the Great Depression on a global scale. Is it possible that the EZ (and the global economy) have avoided Keynesian Liquidity Trap but ended up in Japanese Debt Trap?

History and geography prevent us from blaming democracy for the rise of populism (Philip Stephens, *Financial Times*, May 10): not many Europeans would exchange the right to vote for a quick fix in the EZ even though "a benign autocrat might have done a better job than 27 elected governments" and "economic interdependence and borderless communications leave governments to compete with multinational organizations. Nevertheless, the quick fix happened because (id. ibid. Nov 1) "the hedged funds missed the sheer force of political will behind the project" but "it would be a mistake to say the game is over". There is a Wicksellian flavor behind this diagnostic: whereas the technological forces underlying the global reach of the market make protection inefficient and inequitable,

---

<sup>10</sup> For Fratzscher (2013), Germany is the perfect scapegoat because adjustment countries look for external culprit, Germany is large, doing relatively well, clumsy during crisis (history matters).

preferences between private and public goods are national (Cooper, 1974). The single market needs a single currency and banking union before it needs a budget union as long as national preferences about taxation are consistent with sustainable external imbalances: *the EZ crisis is a balance of payments rather than a sovereign debt crisis* (Krugman, 2013).

### REFERENCES

- R. Cooper, *Economic Mobility and National Economic Policy*, Wicksell Lecture 1973, Stockholm 1974;
- R. Dornbusch, Expectations and exchange rate dynamics, *Journal of Political Economy*, December 1976;
- M. Fratzscher, Germany's role in Europe, draft, September 2013;
- B. Eichengreen, N. Jung, S. Moch & A. Mody, The Eurozone crisis: Phoenix Miracle or Lost Decade, draft, July 2013;
- P. Kouri, The balance of payments and the foreign exchange market: a dynamic partial equilibrium model, 1978, reprinted in Macedo & Lempinen, 2011, pp. 329-370;
- P. Krugman, Currency Regimes, Capital Flows and Crises, draft, October 2013;
- J. B. Macedo & U. Lempinen (editors), *Open Economy Dynamics Selected Papers by Pentti Kouri*, Helsinki: Taloustieto Oy, 2011;
- J. B. Macedo, J. Oliveira Martins & B. Rocha, Are complementary reforms a "luxury" for developing countries?, *Journal of Comparative Economics*, forthcoming 2013;
- M. Obstfeld, Does the Current Account Still Matter?, *American Economic Review*, May 2012.

# Celebrar a liberdade religiosa: nos 1700 anos do Edito de Milão<sup>1</sup>

AIRES A. NASCIMENTO

Ocorreu no ano de 2013 o XVII.º centenário do chamado “Edito de Milão”<sup>2</sup>: edito, porque se trata de decisão formal de autoridade<sup>3</sup>; de Milão, porque ali se situava a residência mais habitual do imperador Constantino, primeiro dos dois Augustos (o segundo era Licínio, a quem mais directamente estava confiado o Oriente). Em ritual de evocação (assim se honra a Academia em celebração de memória colectiva) não se pretendem discutir questões, mas elas erguem-se no espírito de todos e não é possível eludir o que de forma mais marcada ou de modo mais ténue, vem à memória.

Data quase perdida no tempo: não se anunciou, entre nós, qualquer aparato de *Ludi saeculares* (de *Magnum saeculum*)<sup>4</sup> que chamasse a atenção para tal edito, mas seria imperdoável que, no jogo das sombras inevitáveis do ontem, passasse despercebido o acontecimento, ignorando as dimensões históricas e humanas de tal acto político. Não pode ser esquecido o significado que ele tem na memória colectiva de uma história que vamos construindo.

O tema que obrigatoriamente vem à consideração é o da liberdade religiosa, pois assim consta do texto proclamado pelos dois imperadores. Tema de actualidade inegável, até pelo contraste a que estamos expostos, em dias de laicidade,

---

<sup>1</sup> O texto que se segue é versão alargada de comunicação apresentada à Academia das Ciências de Lisboa, que evocou o XVII centenário do Edito de Milão, em 28 de Novembro de 2013.

<sup>2</sup> A natureza jurídica do texto não é consensual; de âmbito geograficamente restrito (para aplicação na região de Nicomédia, no Oriente), não seria mais que um rescrito; no entanto, foi tradicionalmente tomado como promulgação de carácter universal. Cf. Elena Percivaldi, *Fu vero Editto?*, Roma, Ancora, 2012.

<sup>3</sup> “Edito” e não “édito”, para sermos fiéis à prosódia de origem, pois vem do latim: *edictum*, de *edico* (ou seja *e + dico*), que significa “declaração” (de autoridade); *editum* (que vem de *edo*) não é mais que “o resultado de trazer a público”; entenda-se, pois, que, embora ambas as formas existam na língua, não se podem confundir nem a contaminação é legítima...

<sup>4</sup> Permitimo-nos utilizar linguagem que é acessível a quem conheça o célebre *carmen saeculare* que devia celebrar a inauguração do *magnum saeculum* e para cuja redacção foi convidado o poeta Horácio, por Augusto em Junho de 17 a.C.

mais radical do que alguma vez aconteceu<sup>5</sup>; entendida por muitos como indiferença a temáticas ou referências religiosas (um encolher de ombros), frequentemente passa a indiferença, em contrariedade declarada e, às vezes, em despeito ostensivo. Quem tem medo da liberdade? Ninguém confessadamente. Porque haveria a liberdade religiosa de ser coarctada? Apesar de tudo, toma-se necessária alguma ousadia para entoar um *Carmen* que seja rebate de memória e erga os olhos ao céu, sem o despeito de Epicuro (por medo de a abóbada celeste nos cair em cima). *Pace Lucretio* (sem nos erguermos contra o seu testemunho, cf. *De rerum natura*, 1,66 ss.), queremos olhar para o Alto, confiantes na capacidade de nos abirmos à luminosidade do Céu que desencadeia harmonia de corações, em olhar directo e acolhedor, sem confrontos imodestos ou fanfarrões (apenas numa *facultas* de interioridade recomposta, sem medo). Por certo, não se esfumou em ilusão o que o Edito de Milão um dia proclamou: por isso mantemos a sua memória e porfiamos na liberdade de chegarmos para além do que a nossa condição humana transporta consigo, pois não abdicamos de uma Transcendência a que nos dedicamos.

\*

A seu tempo, Edward Gibbon apontou que o Edito de Constantino significou uma revolução; malgrado a sonoridade da proclamação, quedou-se ele na perplexidade do desencanto por nele adivinhar perda de toque marcial que julgava necessário para evitar a queda do Império e obstruir a passagem dos bárbaros que espreitavam nas fronteiras<sup>6</sup> – como se não houvesse bárbaros intralimiaros

---

<sup>5</sup> Ao longo do ano, sem referência ao edito constantiniano, foram vários os sinais de laicidade que se ofende com a simples demonstração de emblemas religiosos: a visita de François Hollande, Presidente francês, à Casa de Emaús, levou os responsáveis pela visita, não solicitada, a retirar o quadro de Abbé Pierre, a pretexto de perturbar a emissão televisiva; uma assistente de bordo em serviço na BA que usava um fio, em que pendia uma cruz de devoção, foi ameaçada de despedimento se não a retirasse (a pretexto de que exibia um símbolo religioso e ofendia passageiros muçulmanos – como se estes não obrigassem as suas companheiras a ostentar as vestes marcadamente religiosas); uma enfermeira, por sinal de nacionalidade irlandesa, foi compelida a retirar também a sua minúscula cruz devocional; algum dia a Cruz Vermelha mudará de nome e de símbolo...

<sup>6</sup> E. Gibbon, *Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. XX, ed. David Womersley, New York, Penguin Books, 2000.

que vivem do ódio e da perseguição aos outros, por medo de serem assaltados no que guardam avaramente<sup>7</sup>.

Não faltaram, porém, outras vozes, para dizerem que tal edito representou um ponto de viragem na história dos homens, porque ele pôs termo ao conflito entre paganismo e cristianismo<sup>8</sup>: melhor fora referir “conflito do paganismo contra o cristianismo”, pois este não hostilizava aquele, senão porque expunha os seus argumentos, em apologética de defesa; na superação, saltava a terreiro a renúncia aos poderes da tribo (em modo de Bacon) com afirmação de valores universais, abraçados em nome da resposta cristã (como a Europa pretende abarcar).

Outros preferem assinalar o *initium libertatis* do homem moderno<sup>9</sup>. Seja em liberdade que celebramos a efeméride. No entanto (e malgrado todas as declarações), importará, mesmo em nossos dias, garantir a expansão da disponibilidade para fruir da liberdade<sup>10</sup>, em paz de espírito que (em linguagem do próprio Constantino) tenha consistência no interior dos corações como verdadeira “cultura”, em sentido de *latreia*<sup>11</sup> que envolva tanto a *concordia hominum* como a *pax* (resultado de *pactum*) entre Deus e o Homem, na dimensão do humano que se eleva até ao divino.

---

<sup>7</sup> Carlos Alonso del Real, *Esperando a los barbaros*, Madrid. Colección Austral, Espasa-Calpe, 1972; em tom ficcional, mas não menos oportuno, J. M. Coetzee, *À Espera dos Bárbaros*, Lisboa, Dom Quixote, 1986.

<sup>8</sup> H. Bloch escreveu: “Na história da humanidade nunca houve outro momento de ruptura tão importante como o que assinala o fim do mundo antigo e o conflito final entre paganismo e cristianismo”; H. Bloch, “*La rinascita pagana in Occidente alla fine del secolo IV*”, in A. Momigliano (ed.), *Il conflitto tra Paganesimo e Cristianesimo nel secolo IV*, Torino, Einaudi, 1968, pp. 200 ss. (O original está em *The Conflict between Paganism and Christianity in the Fourth Century*, ed. A. Momigliano, Oxford UP, 1963).

<sup>9</sup> G. Lombardi, *Persecuzioni, laicità. Del’Editto de Milano a la “Dignitatis humanae”*, Roma, Studium, 1991, p. 128. Já Arnaldo Momigliano, “El cristianismo y la decadencia del Império Romano”, in *Conflicto entre el paganismo y el cristianismo en el siglo IV*, Madrid, Alianza, 1989, pp. 20, havia optado por colocar no triunfo do Cristianismo, com Constantino, a queda do Império Romano, pois “o cristianismo produziu um novo estilo de vida, criou novas lealdades e deu aos homens novas ambições e novas satisfações”.

<sup>10</sup> Segundo *The Price of Freedom denied. Religious Persecution and Conflict in the Twenty-first Century*, New-York, Cambridge U.P., 2011, ed. Brian J. Grim e Roger Finke, entre 2000 e 2007, registaram-se violações do direito de liberdade religiosa em 123 países; pelo contrário, pode assegurar-se que a liberdade de religião faz baixar a conflitualidade social.

<sup>11</sup> Cf. François Heim, “L’influence exercée par Constantin sur Lactance: sa théologie de la victoire”, in *Lactance et son temps: recherches actuelles – Actes du IVe Colloque d’études historiques et patristiques*, 21-23 Septembre, 1976, edd. Jacques Fontaine e Michel Perrin, Paris, Beauchesne, 1978, pp. 55-80.

Olhando em torno, alguém tão respeitável como o actual arcebispo de Milão, Cardeal Angelo Scola<sup>12</sup>, em celebração inicial de centenário, ousou falar do “edito” de Milão como “partida falhada”: expressão magoada da sua parte, encerra ecos de décadas passadas e tem por alvo o malogro em que se deixaram enredar os beneficiários da decisão imperial<sup>13</sup>. No entanto, seria limitar o significado do acto imperial reduzi-lo à sombra que ele projecta e não lhe dar o alcance que ele merece. Em termos mais manifestos tinha ele por intenção encerrar um tempo de perseguições. Não se limitava, porém, a encerrar um templo (fosse ele o de Jano, para acabar com lutas entre cidadãos de um mesmo povo, feito de muitas nações); de facto, abria as portas a um novo Templo, sem barreiras, em que todos os povos podiam entrar: em concreto, dava liberdade de culto, mas iniciava um novo tempo romano, acolhendo a dinâmica que lhe ofereciam as comunidades cristãs espalhadas por todo o Império<sup>14</sup>.

Em narrativa tradicional, o edito de Milão seria um acto piedoso de Constantino, influenciado por sua mãe, Helena, figura que entrou facilmente na legenda hagiográfica: tal lenda não resiste a análise e não é mais que uma simplificação

---

<sup>12</sup> O cardeal Angelo Scola, no seu discurso de 6 de Dezembro de 2012, na catedral de Milão, na festa de Santo Ambrósio, ao inaugurar as celebrações centenárias do Edito de Milão apontava para o decreto conciliar do Vaticano II sobre a dignidade do homem – *Dignitatis humanae*: a pessoa humana tem o direito à liberdade religiosa; esse direito persiste, mesmo naqueles que “não satisfaçam à obrigação de procurar a verdade e de a ela prestarem adesão”. Servimo-nos da tradução francesa, publicada em *La Documentation Catholique*, 5 de Fevereiro de 2013, pp. 119-123, dentro da rubrica “La laïcité en question”. A intervenção do cardeal foi recebida com algum agastamento, mas ele, em réplica, acentuou que o importante é “não esquecer a Deus”. Cf. Angelo Scola, *Não nos esqueçamos de Deus – liberdade de fé, cultura e política*, Lisboa, Paulinas, 2013.

<sup>13</sup> A posição não é nova: J.-R. Palanque, in *Histoire de l’Eglise*, ed. A. Fliche e V. Martin, Paris, Blou & Gay, 1939, III, p. 65, acentuava: “*Le Césaropapisme n’est pas son fait, et l’Etat n’est, avec lui, que le bras séculier de l’Eglise. Néanmoins, il faut bien constater que, dès le lendemain de la paix constantiniennne, le libre jeu de l’autonomie ecclésiastique est faussée*”. A denúncia da “era constantiana” como clericalizante teve o seu arauto em Marie-Dominique Chenu, teólogo dominicano, em 1961, vésperas de realização do Concílio Vaticano II; em análise histórica, J. Daniélou, *Nouvelle histoire de l’Eglise*, Paris, Seuil, 1963, secundou o movimento criado para uma secularização renovada, mas, do ponto de vista histórico, recebeu críticas de várias partes, mesmo em França. É hoje manifesto que, no século III se dava a ressurgência de cultos tradicionais e de cultos de mistérios orientais, ao mesmo tempo que as comunidades cristãs ganhavam formas de coesão e de presença na administração imperial, embora continuando a ser grupo minoritário influente (“minorité puissante”) que ocupava lugares de poder, segundo historiadores como Aline Rousselle, ainda que com distribuição geográfica não homogénea; por ser influente se revelava em crescimento, como parece revelar o número de bispos que no Egipto vai aumentando.

<sup>14</sup> Cf. Marie-Françoise Baslez, *Comment notre monde est devenu chrétien*, Paris, CLD Éditions, 2011.

dos factos, que eram complexos, e um esquema posto em estrutura familiar que não condiz com as funções de Constantino<sup>15</sup>.

\*

Ajustemo-nos à situação histórica – tanto quanto o permite uma síntese das questões mais adequadas à nossa exposição.

O modelo de poder experimentado por Diocleciano em Tetrarquia, a pretexto de complementaridade e vigilância recíproca, potenciara ambições políticas e o próprio Constantino, após a morte de seu pai, tinha de ajuizar com prudência e ponderação das situações que tinha de enfrentar. Proclamado imperador pelo exército que comandava, tinha de precaver-se da desconfiança dos seus pares. Por parte de Diocleciano, fora criada uma estratégia de renovação pelo regresso ao *mos maiorum*, repondo os cultos antigos como modo de garantir coesão na sociedade e gerar forças para defender as fronteiras, mas os modos de execução não criavam nem harmonia interna nem operacionalidade contra os bárbaros que chegavam às fronteiras: não eram os ritos que geravam afectos numa sociedade que mudara as suas referências e não era a obrigação de participar no culto que gerava vínculos de coesão social ou servia para comprovar fidelidades de modo a cerrar fileiras contra eventuais ataques provindos do exterior.

De facto, um fenómeno novo surgira e não podia ser ignorado: na sociedade romana haviam-se desenvolvido as comunidades cristãs, que celebravam um novo culto e desenvolviam solidariedades que se alargavam para além das fronteiras físicas; sempre essas comunidades haviam sido tomadas como estranhas e contra elas se tinham tomado medidas hostis, correntemente designadas por perseguições: as maiores haviam sido incrementadas pelo imperador Décio em meados do século III, por 250, e haviam sido tomadas ainda mais estritas no tempo de Diocleciano, por 303; no entanto, elas apenas sortiam o efeito contrário,

---

<sup>15</sup> Não está em causa o afecto de Constantino por sua mãe, pois teve para com ela gestos de grande consideração, a ponto de a fazer figurar em moedas e lhe entregou palácios para viver; a 8 de Novembro de 324, atribuiu-lhe o título de Augusta. Cf. Hélène Yvert-Jalu, *L'impératrice sainte Hélène. A la croisée de l'Orient et de l'Occident*, Paris, Téqui, 2013.

dando maior coesão às comunidades perseguidas e maior visibilidade ao testemunho que habitualmente davam com discrição.

Em disputa de poderes, e depois de ter sido provável executor em momentos anteriores, Galério apercebera-se do erro em que havia caído, mas, quando quis emendar a mão para se retractar, estava em final de vida e não teve tempo para garantir efeitos de liberdade religiosa, pois nem todos os outros tetrarcas partilhavam as suas decisões nesse terreno.

É Constantino quem assume a herança, pois se dá conta de que em causa está o reajustamento do relógio do Tempo para uma História nova: no imediato, era necessária uma estratégia que sossegasse as tensões e havia que travar perseguições que nada resolviam e apenas podiam suscitar perplexidades com a perda de colaborações generosas e de fidelidade comprovada em comunidades espalhadas por todo o Império a que aderiam novos membros<sup>16</sup>. Problema era encontrar forma de proclamar a liberdade religiosa e pôr fim a perseguições (que arrastavam toda a perversidade de denúncias e de violências institucionalizadas)<sup>17</sup>.

Mais que “revolução” de Constantino, que tencionava voltar à monarquia do poder, havia, efectivamente, uma mudança operada pelo Cristianismo que correspondia à revolução iniciada no interior dos corações, mas que ganhava visibilidade também nos limites alargados da ecúmena romana: haviam-se multiplicado grupos que se reconheciam como um *tertium genus* porque não se confundiam com outros grupos e se afirmavam em identidade de vida espiritual; sem faltarem à lealdade para com os outros, mormente para com as autoridades legitimamente estabelecidas, e afirmando-se em solidariedade plena com todos, mas especialmente com os que comungavam da mesma fé, os cristãos (que assim se denominavam desde os primeiros tempos em Antioquia – cf. Act. 11, 26) ousavam expor-se à morte para manterem a fé a que haviam aderido voluntariamente, celebravam os que por causa dessa fé haviam sucumbido a golpes de autoridade

---

<sup>16</sup> O número de cristãos era estatisticamente escasso, mas era significativo em alguns locais: se regiões havia em que o número não ultrapassaria 5%, noutras atingia 20%; a inquietação que isso provocava em ambientes tradicionalistas tinha consequências de desespero de que eram vítimas as comunidades cristãs que se iam afirmando em novas formas de solidariedade.

<sup>17</sup> Comentam Jean-Michel Carné e Aline Rousselle, *L'Empire romain en mutation – Des Sévères à Constantin (192-337)*, Paris, Seuil, 1999, p. 219: “il faut savoir terminer une persécution”.

romana e viviam da solidariedade que praticavam entre todos, disso prestando público testemunho.

Tanto quanto podemos reconhecer no teor do Edito de Milão, por parte de Constantino houve a ousadia de proceder ao reconhecimento das comunidades cristãs que se haviam desenvolvido na sociedade romana: apercebeu-se da novidade que elas representavam e tomou a decisão de dar-lhes liberdade de culto e de associação, acabando de vez com a exclusão de que eram vítimas<sup>18</sup>, tanto por falta de reconhecimento jurídico como por actos de violência a que estavam sujeitas<sup>19</sup>.

Os efeitos das medidas tomadas por Constantino não escapariam, décadas depois, ao juízo de Juliano, conhecido tradicionalmente por Apóstata, pois acusou o seu antecessor de *nouator turbatorque priscarum legum*, ou seja, de “autor de inovações atentatórias das primitivas leis”, de acordo com registo feito por Amiano Marcelino<sup>20</sup>.

Tivera o seu momento a promoção da *concordia deorum hominumque*, mediante a procura da *benevolentia deorum*, representada e interpretada pelos *favores imperiales*: pertencia ao passado captar a boa vontade de todos quantos prestassem culto às suas divindades; radicais eram os imperadores, que estavam também investidos das funções de pontífices, mas radicais eram sobretudo, por motivos de fé, as comunidades cristãs que não se deixavam iludir pelo alargamento do panteão romano<sup>21</sup>. Na sua frente ficava a fidelidade de fé professada por todos os que haviam ousado sacrificar a sua vida por ela.

---

<sup>18</sup> Antonio Gallonio, *Traité des instruments de martyre et des divers modes de supplice*, Paris, Charles Carrington, 1904; J. Vergote, “Les principaux modes de supplice chez les anciens et dans les textes chrétiens”, *Bulletin de l’Institut historique Belge de Rome*, 20, 1939, 141-163.

<sup>19</sup> As razões para as perseguições contra os cristãos foram diversas: umas de carácter político, outras de ordem sociológica, algumas de sentido religioso, outras de cariz político-religioso, sobretudo no período mais tardio. Quanto à sua frequência, verifica-se que elas aumentam com o tempo: de 64 a 250, houve 6, ou seja em média 1 cada 31 anos, mas de 250 a 305, a média é de 1 cada 14 anos; o ritmo cresceu depois de 250. Por locais, há que matizar também o mapa: antes de 250, as perseguições dão-se primeiro em Roma e alargam-se às Províncias; depois de 250, atingem todo o Império, em momentos sincronizados ou não.

<sup>20</sup> Am. Marc. 21, 10, 8.

<sup>21</sup> Entre outras reflexões recentes, cf. Arnaldo Marcone, “L’Editto di Milano: dalle persecuzioni alla tolleranza”, in *L’Editto di Milano e il tempo della tolleranza – Constantino, 313 d. C.*, ed. Gemma Sena Chiesa, Milano, Museo Diocesano / Mondadori Electa, 2013, pp. 42-47.

\*

Em concreto, importa saber que a rejeição do culto tradicional por parte da comunidade cristã custara vidas humanas. Quantas? O seu número real é problemático, mas inegável a sua existência: as *Actas de Martírio* são um desafio à análise<sup>22</sup>; a celebração do martírio, nas reuniões eucarísticas, alargou seguramente o número real e a representação (mais remota ou mais chegada a nós) empolou situações, a legenda serviu o culto, preservou memórias<sup>23</sup>. Nem por ver os seus membros levados perante os tribunais ou sujeitos a violências, a comunidade cristã se revoltou nem deixou de garantir colaboração à vida comum ou de orar a Deus pelos governantes (como era feito segundo as recomendações apostólicas – cf. Rom. 12, 14; 13, 1-7; 1 Petr. 3, 13-17) e de suplicar ao mesmo Deus que a tomasse digna de se apresentar diante d’Aquele que velava pela sua segurança e lhe prometia a Vida eterna.

A história coloca em Décio o odioso de ter recomeçado uma perseguição organizada contra os cristãos: procurava eliminar os seus orientadores ou responsáveis (bispos e outros), tentava privá-los de fontes espirituais (livros sagrados), retirava-lhes lugares de celebração (igrejas e lugares de reunião), obrigava-os a rituais que repugnavam à sua consciência. Efectivamente, sucedendo a Filipe, o Árabe (que Eusébio diz convertido ao cristianismo), por 250, o imperador Décio propõe-se restaurar as tradições romanas, promovendo valores como *pietas, pudicitia, ubertas* (religiosidade, modéstia, prosperidade), e impondo o culto imperial, até aí facultativo, mas agora com um ritual que obrigava a comprová-lo por um certificado, *libellus*, como modo de criar coesão em todo o Império. A reacção passiva dos cristãos (que se limitaram, primeiro, a evitar participação nas cerimónias rituais) tomava-os malquistos e deixava-os à mercê de levantamentos populares que reclamavam castigos por os considerarem

---

<sup>22</sup> Cf. *Acti e Passioni dei Martiri*, ed. A. A. R. Bastiensen et alii, Milão, Fondazione Lorenzo Valla / Arnoldo Mondadori, 1990. Robert Godding, Bernard Joassart, Xavier Lequeux, François De Vriendt, Joseph van der Straeten, *Bollandistes, saints et légendes. Quatre siècles de recherche hagiographique*, Bruxelles, Bollandistes, 2007; Hippolyte Delehaye, *Les passions des martyrs et les genres littéraires*, Bruxelles, Bollandistes, 1921; Marie-Françoise Baslez, *Les persécutions dans l’Antiquité. Victimes, héros, martyrs*, Paris, Fayard, 2007.

<sup>23</sup> Elizabeth A. Castelli, ed., *Martyrdom and Memory: early Christian Culture making*, Chichester, New York, Columbia Press, 2004.

culpados de flagelos infligidos pelos deuses molestados por lhes ser contraposto um culto que lhes retirava as honras tradicionais<sup>24</sup>.

A perseguição nem sempre chegou à exclusão por pena capital, mas muitos foram molestados – a forma de tratamento variou conforme as regiões (Orígenes, de Alexandria, foi metido na cadeia; Cipriano de Cartago teve de se refugiar em lugar secreto; outros foram desterrados)<sup>25</sup>. A historiografia cristã reverteu os tempos mais marcados para o esquema bíblico das dez pragas (sofridas no Egito pelo povo da Aliança): a perseguição começara em Herodes Agripa e prolongara-se até Constantino com intervalos de angústia, mas nunca de desespero – porque se mantinha a Promessa de que a Igreja não soçobraría (Mat. 16, 18) e a Aliança continuava no horizonte.

Diocleciano, tomando como modo de governo a associação de quatro detentores do poder, em Tetrarquia, dois como *Augusti* e dois como *Caesares* e propondo-se criar maior coesão e vigilância no Império, replicou a acção de Décio, pois os cristãos eram os mais visados como factor de divisão por não aderirem ao culto oficial.

Ousou Constantino inverter o rumo dos acontecimentos: como estratégia política voltou à forma monárquica para garantir unidade e não dispersar o exercício do poder; reconhecendo a dinâmica que os grupos cristãos davam à solidariedade entre eles e tendo comprovado a sua lealdade ao poder, considerou que havia que confiar-se à protecção de Cristo que eles invocavam, ganhou confiança e considerou que havia sinais que lhe garantiam essa protecção quando em luta contra Maxêncio este parecia abandonado pelos deuses tradicionais que ele invocava no perímetro de Roma. Respondendo a esses sinais, resolve garantir a sua protecção aos cristãos concedendo liberdade religiosa no Império. De forma declarada, pelo Edito de Milão, ficavam os cristãos com liberdade para celebrar o seu culto e Constantino, embora mantendo o título de Pontífice, renunciava a

---

<sup>24</sup> Cf. J. B. Rives, "The Decree of Decius and the Religion of Empire", *Journal of Roman Studies*, 89, 1999, 135-154; J. R. Knipfing, "The *libelli* of the Decian persecution", *Harvard Theological Review*, 16, 1923, 345-390; *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt: Geschichte und Kultur Roms*, ed. Hildegard Temporini e Wolfgang Haase, Berlim, De Gruyter, 1980, vol. 23.

<sup>25</sup> A comunidade de África, dependente de Alexandria, deve ter sofrido animosidades que Roma tinha para com o mundo helenístico que se contrapunha à sua cultura.

controlar o culto divino; os cidadãos romanos podiam olhar uns para os outros sem superioridade ou desdém à face do Céu<sup>26</sup>.

Tem razão o Cardeal Angelo Scola para lamentar (e verberar) aproveitamentos (activos e passivos) de conversos demasiado zelosos por reclamarem direitos do sagrado que lhes apareça revestido de verdade infalível e de intransigência de fogo: alguns são honestos, certamente no modo como se sentem revestidos de sagrado, outros talvez sejam apenas aproveitadores de fragilidades comuns para ousarem mandar parar o sol de cada manhã<sup>27</sup>. A aceitarmos a expressão utilizada (“falsa partida”), teremos de considerar que alguns (os mais honestos de entre os cristãos) terão mandado parar a “corrida” para atender a algum samaritano caído à beira da estrada e não deixar que outros avançassem sem controlo; outros houve que se constituíram em funções de árbitro para decisões que não lhes competiam<sup>28</sup>.

Importa não generalizar, mesmo se não conseguimos medir o grau de confiança dada por eles ao Edito. A aplicação de imediato fez-se em local restrito, em Nicomédia, onde Maximino, o César que estava associado a Licínio, pretendia continuar a aplicar disposições favoráveis aos cultos tradicionais. Quanto a Constantino, tinham razões os cristãos para considerarem que, mesmo antes de se submeter ao baptismo, ele se identificava com a celebração de “sacrifícios espirituais” – os únicos que interessa preservar porque os únicos que são livres e pessoais: o imperador mandara pôr termo a sacrifícios sangrentos e isso era sinal de que deixara de haver sacrifícios humanos (o Anjo de Abraão descera uma vez mais à terra, mas agora nem o cordeiro, providencialmente aparecido entre as moitas, tinha que ser imolado). Não se desprendeu Constantino do véu de sacrificador, porque conservava a púrpura de imperador, mas recusou servir-se da *aruspicina*, para prenúncio de qualquer acontecimento que viesse ao seu encontro, e declinou também os *triumpha* que o levassem ao cimo do Capitólio depois da

---

<sup>26</sup> Cf. *Costantino prima e dopo Costantino / Constantine before and after Constantine*, cur. Giorgio Bonamente, Noel Lensky, Rita Lizzi Testa, Bari, Edipuglia, 2012.

<sup>27</sup> Cf. Peter Brown, *Society and the Holy in Late Latin Antiquity*, Berkeley, UP, 1989.

<sup>28</sup> Não há que esconder a intolerância religiosa assumida por parte da Igreja institucional ou por parte dos poderes por ela influenciados: cf. Pier Franco Bétrice, *L'intolleranza cristiana nei confronti dei pagani*, Bolonha, Ed. Dehoniane, 1993; A. Momigliano, loc. cit., expõe com meridiana clareza algumas das condicionantes.

vitória conseguida sobre os inimigos, porque entendeu que a vitória sobre Maxêncio tinha sido fratricida e não era gloriosa a vitória; sensibilizado andava ele pela mensagem de uma nova religião, representada por pequenos grupos. Em acto de celebração da vitória, retomou o acto de Galério que renunciava a exclusões e aceitou o contributo que os cristãos lhe proporcionavam. Com isso “acelerou a história”<sup>29</sup>, embora não evitando equívocos, na presunção de que providencialmente lhe pertencia ser *episcopus ad exteros* – autoridade vigilante dos que não pertenciam à Igreja. Gesto desnecessário e excessivo? A paz (ameaçada pelos grupos donatistas) era bem a defender e Constantino assim o terá entendido.

Não ficou Constantino liberto dos seus demónios, mas não o havemos de ostracizar para o colocarmos fora do nosso mundo: procederemos assisadamente se não o mantivermos como mais um fantasma que não conseguimos esconjurar. Com o Edito de Milão, em 313, ousou ele romper fronteiras e abrir as portas a um mundo novo: por isso, pela novidade que ele evoca, merece ser trazido à memória<sup>30</sup>. Em interpretação pessoal, ele próprio, Constantino, atribuiu o seu gesto não a estratégia ou a mérito pessoal, mas a inspiração divina (*instinctu diuinitatis*), convertida em *dynamis* / *virtus*, assistido pela divindade. Coube-lhe ter de governar um Império que tentou manter em paz e para isso ousou deixar Roma como lugar simbólico, entregando edifícios ao novo poder espiritual, e colocou-se de sentinela em ponto mais estratégico para garantir defesa, em local geográfico onde mais se faziam sentir os embates externos, no Bósforo, onde ergueu uma nova cidade, Constantinopla, perfazendo com isso o regresso às origens do povo romano, que o próprio Júlio César projectara, mas não levara por diante.

---

<sup>29</sup> A expressão pertence a Marie-Françoise Baslez, *Comment notre monde est devenu chrétien*, Paris, CDL Éditions, 2007, p. 201.

<sup>30</sup> Vale a pena voltar ao texto de Antonio Fontán, “La revolución de Constantino”, in *La conversión de Roma – Cristianismo y Paganismo*, edd. José Mana Candal et alii, Madrid, Clásicas, pp. 107-150. Não foi Constantino o primeiro imperador a enfrentar o medo instalado na sociedade romana de cedência à religião cristã; recorde-se o nome de Filipe, o Árabe: sobre a história das perseguições, cf. Marta Sordi, *I Cristiani e l’Impero Romano*, Roma, Oscar Mondadori, 1990.

\*

Faltou nalgum momento a clarividência da profecia para a hierarquia eclesiástica não se imiscuir em actos de governo ou evitar interpretações sacralizadoras (como se podem censurar em Eusébio de Cesareia) e faltou ao poder político a ponderação de meios para salvaguardar o sentido de justiça e assim criar a noção do serviço que a todos desse o que pertence a cada um?

Em juízos de hoje, podem-se apontar ocasiões em que a renúncia era aconselhável (só os contemplativos e eremitas souberam entender quando deviam tomar o caminho do deserto); reconhecemos também que houve hierarcas que não hesitaram em fazer de monges tropa de combate para defesa própria<sup>31</sup> e outros se permitiram levar o zelo mais longe para forçar pretensas conversões<sup>32</sup>; por vezes, não houve sentido da tolerância para criar solidariedade com quem pedia ajuda e olhou-se com desdém para o joio que crescia com o trigo, esquecendo que as decisões pertencem ao juízo de Deus, que manda esperar pelo amadurecimento e não antecipar a colheita<sup>33</sup>. Investidos em poder, muitos fizeram dele serviço em favor dos outros, mas houve quem não se importasse com a privação de liberdade que outros sofriam; poucos souberam advertir que a verdadeira tolerância, para fazer jus à origem da palavra, compromete em solidariedade (de quem aceita apoiar a dinâmica do outro), sabendo, por outra parte, que a indiferença mútua destrói o que nunca começou a erguer-se em esperança<sup>34</sup>.

Há um rosário de amarguras que nunca havemos de esquecer, mas o mundo seria também mais sombrio se a memória que trazemos connosco não servisse senão para acentuar fragilidades ou para marcar razões de desconfiança e

---

<sup>31</sup> Nunca tínhamos advertido nessa situação, mas ela é apontada por Ramsay Mac-Mullen, *Christianisme et paganisme du IVe au VIIIe siècle*, Paris, Perrin, 2011, p. 26.

<sup>32</sup> A vitória deu, por vezes, carácter arrogante e até agressivo a alguns mentores e pastores da comunidade cristã: até Martinho de Tours, antigo soldado do exército romano, não deixará de lançar por terra os símbolos dos antigos cultos, mas ele próprio, com outros, entre os quais Ambrósio de Milão, reprovaram a iniciativa de Itácio de Ossónoba em reclamar a morte para Prisciliano. Não é aqui o lugar para mencionar representantes da intransigência pastoral que passava à acção: a Cesário de Arles, Máximo de Turim, Gregório Magno poder-se-á contrapor a acção de Martinho de Dume, no seu *De correctione rusticorum*.

<sup>33</sup> Math. 13, 29-30.

<sup>34</sup> Os dicionários podem explicar a etimologia da palavra: sendo *tolerantia* tem afinidade directa com *tollo* e com *sustuli*, cuja forma de base, *tuli*, serve de *perfectum* a *fero*, verbo que tem o valor de apoiar e dar a mão a quem precisa. Cf. Emout-Meillet, *Dictionnaire étymologique ou histoire des mots...*

despeito: o epíteto de “era constantiniana”, como denúncia, corre o risco de ser, para tempos recentes, um dos últimos vislumbres dos fulgores do Império ocidental<sup>35</sup>...

No lamento, perderíamos o sentido da liberdade como fonte de responsabilidade para construirmos comunidades de homens que, embora vindos de caminhos diversos, se dão as mãos e olham na mesma direcção; faltaríamos ao dever de solidariedade e assistência mútua que os primeiros cristãos não dispensavam e nunca foi posto em menor estima por todos quantos se devotaram ao Espírito de santidade; esqueceríamos a capacidade de escolha e determinação que esteve na base dos eremitas que buscaram no deserto o que parecia extinguir-se nas cidades, até que o sacrifício espiritual descobriu o sentido da dedicação em favor dos mais ignorados; passaríamos por cima de todas as memórias que foram elaboradas para celebrar liturgicamente a fidelidade do martírio suportado até sacrificar a vida por uma felicidade maior; deixaríamos de lado também todo o sentido da celebração do culto cristão, em que se dá a convergência de tempo e de eternidade, começando por humildemente bater a penitência em nosso peito.

Arvoraram-se símbolos identitários da comunidade cristã e não podemos senão reconhecer que eles procedem de utopias que se cruzam com a novidade buscada no Alto: a narrativa que supõe a visão de Constantino na véspera da batalha da Ponte Mílvia / *Pons Milvius* e a criação do lábaro do imperador (com o monograma e a empresa emblemática *in hoc signo vinces*) nascem de agenciamentos precários, em que se investiu significado novo; no caso, associou-se o divino à sorte de uma batalha de risco incerto, quando o rito marcial antigo era de invocação das divindades mais favoráveis e aqueles que compunham as fileiras do imperador se confiavam à protecção de Cristo Salvador, entrevisto na invocação solar do próprio Constantino, antes de defrontar Maxêncio...

A cristianização do Mundo Romano é um tema complexo que historiadores como Peter Brown ou R. MacMullen ajudam a problematizar, mas deixam em

---

<sup>35</sup> Tinha razão Marie-Dominique Chenu, teólogo dominicano, para, em 1961, em vésperas de realização do Concílio Vaticano II, denunciar um estado de coisas que travava a profecia, mas habituámo-nos facilmente ao quotidiano dos dias para não ficarmos agarrados a privilégios que não eram nossos. Sobre as circunstâncias de ontem, cf. Andrea Giardina, “L’epoca di Costantino”, in *Costantino prima e dopo Costantino – Constantine before and after Constantine*, cur. Giorgio Bonamente, Noel Lenski, Rita Lizzi Testa, Bari, Edipuglia, 2012, pp. xxix-xlvi.

suspensão de uma espada que recai sobre as nossas cabeças: vendo-a como processo que se foi estruturando, por entre recuos e avanços, sem que possamos antecipar o momento da Parúsia, porque só Cristo a antecipou na manhã da Ressurreição, saberemos reconhecer que o processo do Tempo de Deus é lento e sem fim à vista.

Necessários são os balanços de fim de época, mas todos eles são provisórios: a mensagem é proposta aos homens de bem-querer, mas não exclui quem a rejeita; por outro lado, o tempo, a que nos entregamos, não tem reguladores de contabilidade fiável, mas nem por isso poderá faltar a Palavra que há-de reconfortar os que estendem a mão à beira do caminho. Ganhámos algumas vezes a corrida, quando o evergetismo de outros tempos foi ultrapassado pelo “amor pelos pobres”, mas às vezes eles (os verdadeiros pobres merecedores da bem-aventurança) foram pretexto para encobrir traficâncias; por sua parte, a *paideia* (mais antiga ou mais chegada), a que nos entregámos como modo de valorização colectiva e pessoal, moderou muitas vezes a intolerância e a escola foi casa de educação para a cidadania de convívio, mas arriscámo-nos a confundir o que conseguimos em favor de todos com o que era da responsabilidade de cada um; houve saltos qualitativos na organização de estruturas (a criança entrou em nova relação<sup>36</sup>), mas precisaríamos de ter chegado a patamares de verdadeira sabedoria para escolhas motivadas e não arrastadas, planificadas mas não interesseiras; houve ganhos no exercício da *potestas*, quando ela foi mitigada pela *auctoritas* que era dinamismo de crescimento partilhado (com sentido de aumento interior) e pela *caritas* que fosse verdadeira (expressão de afecto que multiplica os bens quando necessário): esta última foi por vezes desvirtuada e esvaziada de verdadeiro conteúdo, tomando-se necessário reconduzi-la ao prestígio de quem é amado, mesmo que não se deixe abraçar, para isso também contribuindo a *deuotio* que se distingue por dedicação ao serviço dos mais necessitados, sem que o gesto se deixe aprisionar e implique retribuição; a condescendência (*synkatabasis*) não se deveria limitar a conveniência social e até a *humilitas* em ordem integradora deveria ser pressurosa e activa para se tomar modelo dos servidores do sagrado<sup>37</sup>.

<sup>36</sup> Cf. Pierre Riché, *Education et culture dans l'Occident barbare, VI<sup>e</sup>-VIII<sup>e</sup> siècles*, Paris, Seuil, 1962.

<sup>37</sup> Cf. Peter Brown, *Authority and the sacred: aspects of the Christianisation of the Roman World*, Cambridge, UP, 1995; Id., “The problem of Christianisation”, *Proceedings of the British Academy*, 82, 1993, 89-106. R. MacMullen, “What difference did the Christianity make”, *Historia*, 35, 1986, 322-343.

Enfim, em juízo de pastoral reconhecerão os responsáveis que a evangelização é mais lenta do que a alteração de atitudes e de mentalidades e não se pode confundir com instâncias de propaganda, pois ela só é conseguida quando entra nos corações. São equívocos os sinais que julgamos vindos do Céu; corremos o risco de não os entender se faltar a Profecia, que, de si, é anúncio do Reino que não nos pertence.

\*

O Edito de Milão é acto de dois imperadores: coloca possibilidades de viver um tempo novo; não tem que ser assumido como Pentecostes senão enquanto a Igreja se deixa atravessar pela Profecia que proclama o Evangelho que a anima e lhe serve de referência.

Olhando para as fontes primitivas, quase parece que a comunidade cristã recebeu a notícia sem euforias, pois até a julgaremos pouco preocupada em preservar testemunhos do documento imperial que lhe abria as portas da rua e lhe garantia a propriedade dos templos ou a restituição dos bens que lhe haviam sido retirados. A vida cristã é efectivamente do quotidiano, qualquer que seja o seu condicionamento; a liberdade oferecida não acrescentou nada ao que já havia de liberdade interior sentida e vivida por parte de quem se devotara ao espírito do Evangelho em favor de quem o requeria; alguns sentiram o Espírito que “sopra onde quer”, sem que se possa aprisionar: uns tantos partiram para o deserto para garantirem a capacidade de oferecer o verdadeiro sacrifício espiritual, outros entregaram-se à descoberta das maravilhas de Deus no mundo e entenderam que, entoando os *magnalia dei* (Act. 2, 11), reuniam os “Filhos de Deus dispersos” (Ioha. 11, 52)...

Buscando as escassas fontes do documento imperial<sup>38</sup>, verificamos que elas ficaram quase esquecidas nos meandros da história dos homens; será talvez uma

---

<sup>38</sup> A tradição da obra de Lactâncio, *De mortibus persecutorum*, conta apenas com um manuscrito, do séc. IX, *Colbertinus* 2627, da BN de Paris, originário da Abadia de Moissac; a genuinidade da obra tem sido posta em causa pelo contraste que revela o texto quanto à linguagem e ao estilo do autor, embora Jerónimo tenha incluído a obra entre as de Lactâncio; suspeita-se que o teor do texto ficou subordinado a interferências estranhas, por interesses (talvez do próprio Constantino) que o autor terá atendido... Cf. T. D. Bames, “Lactantius and Constantine”, *The Journal of Roman Studies*, 63, 1973, 29-46. Louvado o autor por muitos desde a antiguidade cristã, foi-lhe recusada autoridade maior pelo Papa Gelásio. No *De mortibus persecutorum*,

inevitabilidade da memória instalada, mas, no caso, talvez porque a Igreja que se seguiu esteve mais preocupada em atender ao Espírito que nela se fazia sentir que preocupada com venerar documentos – para isso terão bastado os oficiais da memória constantiniana, Lactâncio e Eusébio; em tempos tardios associou-se à acção primitiva a *Donatio Constantini*, mas a esse exercício não vale a pena dar-lhe mais mérito que o de buscar ficticiamente os fundamentos para usar o que estava à disposição desde tempos antigos<sup>39</sup>.

Em acto de repristinação desses tempos primeiros e, ao procurarmos salvaguardar os horizontes da história que pertence a todos os homens, pediremos que pelo menos “os homens de bem-querer” recuperem o sentido da memória: não apenas por respeito pelo passado, mas também e sobretudo pelo que nesse passado nos revemos. Em juízo crítico, poderemos sonhar com um futuro menos sombrio do que aquele que vamos carregando aos ombros, embora não consigamos evitar que a pedra de Sísifo se nos escape pela montanha abaixo...

Quanto ao edito de Constantino relativo à liberdade religiosa, não havemos de reear trazê-lo à sua natureza jurídica e à verdade dos factos, sem lhe

---

a tese perfilhada é apologética e ajustada a defender a perspectiva de que a justiça divina é inexorável e impiedosa quando recai sobre os malvados; quanto aos Imperadores que desencadearam as perseguições só o podiam ter feito por serem pérfidos e incapazes – como homens e como governantes, pelo que foram nocivos ao povo romano; influenciados por demónios, só podiam ter incorrido nas iras de Deus e na aversão do povo: como governantes foram incapazes de defender as fronteiras e foram derrotados; como homens receberam castigo por doenças incuráveis e dolorosas. Quanto a Constantino, a sua proximidade com a Igreja já em 312 é suspeita e supõe um juízo de conivência por parte de Lactâncio; a sequência dos factos parece ajustada para se adequar a percurso de vencedor que se vai desfazendo dos inimigos. Cf. *Autour de Lactance: hommages à Pierre Monat*, ed. Jean-Yves Guillaumin e Stéphane Ratti, Besançon, PU Franche-Comté, 2003. O título de “Cícero cristão” dado a Lactâncio pelos homens renascentistas (Pico della Mirandola, entre outros) não resiste a análise, senão enquanto se dedicou ao ensino da retórica; quanto ao estilo, os contrastes são por demais manifestos.

<sup>39</sup> O processo do texto está feito e esclarecido como tentativa de Roma suplantar processos carolíngios de actuar sobre os territórios que estavam à sua volta. Cf. N. Huyghebaert, “Une légende de fondation: le *Constitutum Constantini*”, *Le Moyen Âge*, 85, 1979, 173-209. Segundo esse ilustre beneditino (Dom Nicolau, com quem aprendemos a situar o texto), o folheto teve origem em Roma, num tempo, pelo século VIII, em que a igreja de S. João de Latrão teme a concorrência de S. Pedro que se torna centro de peregrinação pela *inventio* / descoberta do túmulo do Apóstolo e, por sua parte, os reis francos tendem a oferecer títulos de protecção às igrejas de Roma: valendo-se das Actas de S. Silvestre, papa contemporâneo de Constantino, o autor, quem quer que ele seja, procura atrair peregrinos a S. João de Latrão e conquistar favores para a sua igreja. Lorenzo Valla e Nicolau de Cusa, no século XV, foram suficientemente lúcidos para evitarem reconhecer autenticidade ao texto.

negarmos o que dimana de uma autoridade que procura acertar o passo com a história, deixando que os homens, a começar por um certo governador de Província, em Nicomédia, façam o resto<sup>40</sup>. Houve empolamentos como houve esquecimentos que evitaram análises e por isso deu-se por adquirido o que devia ser objecto de consideração isenta e sensata: facto é que colocamos marcos na estrada e só quando ela se estreita voltamos a aperceber-nos de que eles estão onde os colocámos, mas só têm préstimo se ele for para além do reconhecimento feito pela arqueologia...

Alguns continuarão a festejá-lo como acontecimento com que se identificam, outros verão nele insídias pérfidas e aproveitamentos sombrios para se colocarem a distância; razões temos para não converter a representação em realidade nem continuar a alimentar fantasmas, confundindo actos políticos com construções teológicas, sabendo que também para isso vale a advertência de que Constantino foi hábil para procurar “uma teologia da vitória”<sup>41</sup>.

Neste domínio, Constantino não inventa de raiz toda a sua mitologia, mas contribui para ela, como estratega que cultiva a sua imagem: por detrás da sua figura, acarinhada pelos cristãos, está uma simbólica profana de tempos mais antigos, transferida para tempos novos; a narrativa da sua vitória tem ajustamentos de situação, que tanto servem a ele como a outros, nomeadamente a Licínio (que se considera também beneficiado com um sonho antes de combater o seu adversário Maximino, levado, aliás, a isso por Constantino).

Libertos de preconceitos, olharemos com humildade para o que a memória traz até nós: havemos de eliminar atavios que porventura se foram tornando caducos por termos deixado envelhecer os enfeites que pusemos no andor.

Em momentos de crise, há o perigo de a memória não garantir a história porque lhe reduz a dimensão<sup>42</sup>; pelo contrário, existe também a possibilidade de utilizar as sombras para recortar nelas a nossa projecção. Sobre as narrativas que nos chegam é sempre possível envolver-se em dupla leitura: uma, feita de

---

<sup>40</sup> Já em finais do século XIX, O. Seeck, “Das sogenannte Edikt von Mailand”, *ZKG*, 10, 1891, 381-386, negava a existência de um edito por parte de Constantino; cf. Joseph-Rhéal Laurin, *Orientations maîtresses des apologistes chrétiens de 270 à 361*, Roma, Gregoriana, 1954, pp. 308-320.

<sup>41</sup> François Heim, *La Théologie de la victoire de Constantin à Théodose*, Paris, Beauchesne, 1992.

<sup>42</sup> André-Jean Tudesq, “Histoire et mémoire: une relation ambiguë et contradictoire”, in *Le temps de la mémoire II: soi et les autres*, ed. Danielle Bohler, Gérard Peylet, Bordéus, PU. 2007, pp. 97-106.

palavra fácil, para repetições, refractária a análises dedicadas; outra, favorável a olhar o mundo dos homens através de transfigurações que brotam dos anseios por novos tempos. Se nos é permitido voltar a Paul Ricoeur, cuja memória evocamos em passagem de centenário do seu nascimento, “*la fidélité au passé n’est pas une donnée, mais un vœux; comme tous les vœux, il peut être déçu, voire trahi*”<sup>43</sup>. Por isso, mal seria que não soubéssemos entrever as derivas da história para darmos a cada tempo o que lhe cabe: em recuperação de lições por vezes esquecidas, voltaremos aos ensinamentos do Papa Gelásio, que, em finais do século V, demarcava terrenos e pedia que “o poder espiritual se mantivesse afastado dos embustes mundanos e que, combatendo por Deus, não se intrometesse nos negócios seculares ao mesmo tempo que se pedia ao poder secular que evitasse tomar conta da gestão das coisas divinas; aceitasse cada qual ocupar modestamente o lugar que lhe pertence, em lugar de se enaltecer com o que retirasse ao outro para ficar com toda a autoridade: melhor seria que cada qual se ocupasse das coisas que lhe pertencem”.

No seu significado maior, o Edito constantiniano proclama a *concordia hominum*, que, se bem entendemos a reacção de Augusto quando o Senado o quis proclamar divino, era obra, não sua, mas de Deus; foi essa a mensagem percebida pelos primeiros cristãos quando nos Evangelhos escreveram: “Glória a Deus nas alturas e paz aos homens de bem-querer”; no horizonte, por entre altares erguidos à paz (como o de Augusto, em Roma), terá de ficar o comprometimento com os Direitos do Homem sem esquecer os Direitos de Deus<sup>44</sup>.

Em liberdade plena de homens que ousam partilhar lealmente a sua condição humana e são avessos a consultar arúspices (sejam eles etruscos ou de outra origem). Porque a história está nas nossas mãos, postularemos horizontes de infinito, negando a arbitrariedade dos limites impostos seja por imperadores no esplendor dos seus tronos de justiça (ou com as suas vestes de culto, velando a cabeça com o véu ritual), seja por zelosos guardas pretorianos (em trajes marciais) postados em cada esquina de rua (agora em nome da laicidade), seja

---

<sup>43</sup> P. Ricoeur, op. cit., p. 643.

<sup>44</sup> Estávamos nós entre os que haviam demandado a Praça de S. Pedro num domingo de 1991 para escutar João Paulo II: com voz marcada, o Papa, que se dirigia à multidão que ali accorera, fazia ecoar a sua palavra perguntando pelos Direitos de Deus.

---

eventualmente por sentinelas que se arrogam o direito de serem directores de consciência e pretendem até evitar o sacrifício espiritual<sup>45</sup>. Constantino, que não era oportunista que se prevalecesse dos fracos, afinal, é interpelação para os nossos dias, mesmo que a sua sombra sirva para contraste.

(VERSÃO ALARGADA DA COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013)

---

<sup>45</sup> Cf. Everett Ferguson, "Spiritual sacrifice in early Christianity and its environment", *Aufstieg...*, 23, 2, pp. 1152-1190.



## Paul Ricoeur – memória e reconhecimento

MICHEL RENAUD

Como todos os anos, também 2013 foi um tempo de aniversários notáveis; o bicentenário do nascimento de Kierkegaard, o centenário do nascimento de Albert Camus e de Paul Ricoeur. Este ano foi assim marcado por múltiplos colóquios e homenagens a Paul Ricoeur, de Leste a Oeste, do Norte ao Sul. Estados Unidos, Brasil, Argentina e Chile, Alemanha, Itália, Rússia, China e Japão, e tantos outros países comemoram nele um filósofo que passou a ser reconhecido mais rapidamente fora de França, a começar pelos Estados Unidos, onde desde 1971 e por mais de 25 anos leccionou o segundo semestre do ano acadêmico. Contudo, agora a França integrou-o no leque muito restrito dos pensadores mais extraordinários do século XX. Não é por acaso que, no dia 21 de Novembro de 2013, o Fonds Ricoeur, ao qual ele próprio entregou todos os seus inéditos, o seu arquivo e a sua biblioteca, organizou em colaboração com a Sorbonne uma semana de colóquios para celebrar este aniversário; o presidente da Câmara de Paris aproveitou a ocasião destes Colóquios para inaugurar nos arredores da Sorbonne uma praça com o nome de Paul Ricoeur.

Dado que me foi pedido não ultrapassar uma meia hora, limitar-me-ei a uma breve evocação da figura de Paul Ricoeur através do seu itinerário intelectual, pedindo desculpa aos eminentes confrades de filosofia para os quais estes dados já estão largamente conhecidos. Com efeito, em vez de me instalar imediatamente num segmento preciso da sua obra, conforme a minha intenção inicial, julguei mais útil, no contexto desta Academia, traçar com largas pinceladas um fresco global da sua obra, para salientar o seu fio condutor. Tal será o meu momento de homenagem a um pensador que suscita em geral a admiração dos que têm a paciência de o seguir de perto.

De Paul Ricoeur, gigante da filosofia, podemos afirmar que, com a excepção da lógica matemática e da filosofia das ciências da natureza, nenhuma corrente filosófica lhe foi alheia. Por outro lado, o título geral dos três Colóquios que lhe foram dedicados neste mês de Novembro em Paris não podia ter sido melhor:

*Paul Ricoeur. La traversée du siècle.* Dotado de uma prodigiosa capacidade de leitura e de reflexão, Paul Ricoeur atravessou um século cheio de aventuras do espírito, no sentido mais genuíno da palavra, mas também no sentido mais dramático; com efeito, muito precocemente ficou órfão de mãe e declarado «pupilo da nação» após a morte do pai na batalha de Verdun; a segunda guerra mundial também não o poupou; como tenente, foi prisioneiro de guerra durante cinco anos na Pomerânia, num campo de oficiais franceses. O jovem Ricoeur teve assim a oportunidade de reflectir desde cedo sobre o mal político, sobre «o paradoxo da violência», com os temas conexos, tal como a culpabilidade, assunto ao qual Karl Jaspers dedicou igualmente um livro em 1946, *A culpabilidade alemã*. Em Paris, Ricoeur confrontou-se com todas as correntes e modas intelectuais do pós-guerra, o existencialismo de Gabriel Marcel e de Sartre, a fenomenologia de Husserl, de Heidegger e de Merleau-Ponty, o marxismo então dominante, o estruturalismo de Greimas, de Lévi-Strauss e de Althusser, a psicanálise de Lacan, sem esquecer as personalidades que coincidiam com a corrente que por assim dizer inauguravam Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jacques Derrida (no júri do qual Ricoeur esteve presente). Mas o nosso filósofo conseguiu dialogar com cada uma dessas correntes, sem nunca se deixar hipnotizar pelas modas, face às quais sempre manteve um olhar atento e crítico.

Uma das características de Ricoeur foi o empenhamento sociopolítico, na esteira imediata do seu pensamento filosófico; este compromisso realizou-se principalmente na órbita do movimento personalista de Emmanuel Mounier e da revista *Esprit*, mas também em ligação com o *Instituto de Teologia Protestante* de Paris. Com este manteve sempre uma estreita relação desde o início da sua carreira, como o comprova a publicação de numerosos artigos na revista *Cristianismo Social*, revista ligada à *Igreja Reformada de França*. Aliás, cristão calvinista convicto até ao fim da sua vida, leitor atento de Karl Barth, contribuirá mais tarde, directa e indirectamente, para a renovação dos estudos teológicos; com efeito, no decurso dos anos, publicou livros e artigos de primeira importância sobre a hermenêutica bíblica, sobre a filosofia da religião e sobre a teologia fundamental, de tal maneira que as suas análises são actualmente objecto de estudo em quase todos os Institutos ou Faculdades de Teologia. Na verdade, após uma educação estritamente calvinista que o afastava afectivamente do mundo católico, o seu espírito de diálogo justifica que, em 2000, tenha recebido, das mãos do papa João Paulo II,

o prémio do Vaticano destinado a homenagear um pensador cristão pela excelência dos seus trabalhos de reflexão sobre a fé. Porém, na sua vida profissional teve sempre o máximo cuidado em separar discurso filosófico e linguagem de fé; na mesma linha, as suas convicções religiosas não o impediram de aderir plenamente à laicidade do Estado em matéria de ensino, laicidade que defendeu vigorosamente mesmo contra as formas institucionais de ensino católico, ainda que, nesta matéria, o seu pensamento tenha evoluído de 1939 até 1995.

Abramos agora o capítulo da sua intensa actividade filosófica. Qual é, quais são os fios condutores que permitem compreender a evolução da sua obra? Somos aqui ajudados por uma nota que Ricoeur apresenta no seu livro autobiográfico *La critique et la conviction*<sup>1</sup> (1995) (observação que o próprio Ricoeur me tinha comunicado pessoalmente na Sorbonne, já em 1983, no dia de comemoração dos seus 70 anos): os seus livros principais surgiram de uma tentativa de resposta à questão ou às questões deixadas em aberto pelo livro precedente. Em conformidade com esta ideia, queria apresentar o seu itinerário, cingindo-me às obras centrais e deixando de lado os estudos colaterais, os quais muitas vezes explicitam ou pormenorizam o percurso central.

Podemos afirmar que três correntes filosóficas principais puseram em movimento a reflexão de Ricoeur: a fenomenologia alemã de Husserl, a filosofia reflexiva francesa (com Maine de Biran, Lachelier, Lagneau e sobretudo Jean Nabert), e o pensamento existencialista de Karl Jaspers e de Gabriel Marcei com o qual teceu uma estreita relação de amizade. Por outro lado, Ricoeur teve a ideia de realizar uma filosofia da vontade, na base da fenomenologia de Husserl e com o projecto de fazer para a compreensão da vontade aquilo que Husserl tinha realizado na esfera do conhecimento. Porém, era necessário reformular a análise fenomenológica nos termos do existencialismo, principalmente na linha de Gabriel Marcei. Foi assim que Ricoeur apresentou em 1950 o seu Doutoramento de Estado, com um livro intitulado *Philosophie de la volonté. Tome 1. Le volontaire et l'involontaire*. Embora já precedida por dois primeiros livros, respectivamente dedicados à Karl Jaspers e Gabriel Marcei, *Le volontaire et l'involontaire* constitui

---

<sup>1</sup> Cfr *La critique et la conviction*. Cfr também o extenso livro sobre a vida de Ricoeur por François Dosse, *Paul Ricoeur. Les sens d' une vie* (p.789). Paris. La Découverte/Poche, 2001 (2.<sup>a</sup> edição revista e aumentada: 2012).

um marco importante na linha da fenomenologia, tal como *L'être et le néant* de Sartre e *La phénoménologie de la perception* de Merleau-Ponty; este volume de Ricoeur permaneceu como um tratado de antropologia filosófica virado para a acção.

Porém, uma questão permanecia em aberto: como compreender a relação da vontade com o mal? Desde o início, Ricoeur percebeu que isso deveria dar origem a uma outra obra, anunciada como uma «empírica da vontade», isto é, como uma análise concreta e existencial da vontade caída e serva. Em 1960, Ricoeur apresenta este projecto em dois livros, *Finitude et culpabilité* e *La symbolique du mal*. Mas a novidade, não entrevista dez anos mais cedo, é que o mal não se deixa compreender filosoficamente, porque, como disse Jean Nabert, o mal é o irracional e o injustificável em si mesmo. Só se diz e se narra, mas este dizer e esta narração, Ricoeur descobriu rapidamente que têm uma textura simbólica e, desta maneira, exigem uma interpretação. *La symbolique du mal* inaugura o que passou a chamar-se a viragem hermenêutica de Ricoeur, a sua primeira grande viragem. Foi portanto o problema do mal na vontade que justificou a necessidade de uma teoria hermenêutica. Todos os leitores de Ricoeur se lembram da teoria do círculo hermenêutico explicado no fim desse livro: «o símbolo dá que pensar».

Todavia, uma vez tendo aberto o universo da hermenêutica, Ricoeur encontra no seu caminho outras interpretações de tipo hermenêutico, nomeadamente a psicanálise. Em 1965 aparece então um livro de 530 páginas, *De l'interprétation, Essai sur Freud*, que constitui uma paciente e árdua análise do discurso freudiano, por causa do desafio que o inconsciente lança a todas as filosofias da consciência herdeiras de Descartes. Na esteira deste livro, aparece um conjunto de estudos centrados na multiplicidade das interpretações hermenêuticas; é o tema do livro de artigos de 1969, *Le conflit des interprétations. Essais d'herméneutique*.

Mas uma questão ficava em suspenso: a psicanálise não esgota o leque dos métodos interpretativos; com efeito, existe mais um universo simbólico específico, o da metáfora poética. O método hermenêutico devia portanto debruçar-se sobre a metáfora literária, para analisar a sua capacidade de inovação não apenas linguística, mas ontológica. É o que se efectuou – depois dos acontecimentos de Maio de 1968 – no livro de 1974, *La métaphore vive*, que analisa filosoficamente o impacto ontológico da metáfora poética.

Uma nova questão emerge da conclusão deste último livro. Não será que um romance inteiro poderia ser considerado também como uma grande metáfora da existência, não será que um tratado de história constitui, por sua vez, uma trama de certo modo simbólica, quase à maneira de uma grande parábola da existência humana? Esta nova questão deu origem aos três volumes de *Temps et récit*, (1983, 1984, 1985), que constituem uma inigualável epistemologia da história (tomo 1), paralelamente a uma teoria da narrativa de ficção (tomo 2: *La configuration dans le récit de fiction*), antes de desembocar numa teoria filosófica da temporalidade da existência (tomo 3: *Le temps raconté*).

Em 1986 aparece uma recolha de artigos, *Du texte à l'action. Essais d'herméneutique II*, que esclarecem e completam vários aspectos relacionados com a precedente trilogia e com a filosofia da acção.

Continuemos; o tempo passa e a actividade de Ricoeur não pára; ele trabalha com efeito num livro (de 425 páginas) que vai aparecer em 1990, sob o título *Soi-même comme un autre*. Poderíamos parafrasear este título com a expressão «Identidade pessoal e alteridade humana». Uma questão tinha ficado efectivamente tocada, mas não plenamente desenvolvida na trilogia de *Temps et récit*: qual é a identidade deste ser humano que vive na temporalidade, o que é a identidade narrativa pessoal? Acrescentarei: o que é ser pessoa, para quem não pensa nas categorias da substância aristotélica? Falo de pessoa, mas não é este conceito que predomina explicitamente neste novo livro de Ricoeur; o que está no centro da sua atenção é mais exactamente a análise da dupla maneira de entender a identidade humana, a identidade *idem* (ou mesmidade) e a identidade *ipse* (ou ipseidade). Na verdade, esta obra de 1990 constitui um extraordinário tratado de antropologia filosófica, guiado pela busca das «capacidades» humanas; incorpora também em três capítulos (os três penúltimos) os lineamentos de uma ética filosófica. Esta ética, que Ricoeur costumava chamar «a minha pequena ética», tornou-se o exemplo de ética filosófica mais conseguido e actualmente mais seguido em numerosas universidades.

Podia-se pensar que este novo livro *Soi-même comme un autre* fechava a curva do itinerário de Ricoeur aberta pelo primeiro tratado de antropologia filosófica de 1950; quarenta anos separavam os dois tratados. Mas tal como em Hegel a teoria do Espírito objectivo, com o mundo das instituições, sucede dialecticamente à teoria do Espírito subjectivo, Ricoeur retoma um caminho já iniciado em

trabalhos de juventude (em parte retomados nos importantes artigos do seu livro *Histoire et vérité*, de 1955 e 1964), e passa a desenvolver muitas questões de filosofia do direito, da ética e da política. Aparecem então três livros de recolha de artigos, em 1992, 1993 e 1994, respectivamente sobre a política (*Lectures 1. Autour du politique*; 1992), sobre autores contemporâneos (*Lectures 2. La contrée des philosophes*; 1993) e sobre a filosofia da religião (*Lectures 3. Aux frontières de la philosophie*; 1994).

Paralelamente a discussão filosófica da justiça continua em dois preciosos livros intitulados *Le juste 1* (1995)<sup>2</sup> e *Le juste 2* (2001), onde aborda também uma multiplicidade de questões ligadas ao direito, à bioética, e à política. Paralelamente discute a questão da subjectividade humana com um especialista das ciências neuronais Jean-Pierre Changeux, no livro *La nature et la règle. Ce qui nous fait penser* (1998), que dá um pouco a impressão de um diálogo de surdos por parte do cientista.) No mesmo ano de 1998 publica um trabalho de hermenêutica bíblica (*Penser la Bible*) com o exegeta canadiano André LaCocque (já evoquei este trabalho em comunicações anteriores). Aliás, Ricoeur nunca deixou de escrever textos sobre assuntos bíblicos e teológicos, os quais estão a ser recolhidos e publicados ainda agora a partir do Fonds Ricoeur. A este respeito, queria sublinhar, quase entre parênteses, a resposta de Ricoeur quando se lhe perguntava se a sua adesão à fé cristã não teria sido o resultado de um simples acaso: trata-se de «um acaso, transformado em destino por uma escolha contínua», expressão que reiterou em vários contextos. Voltemos agora ao itinerário principal.

Em 2000, tendo Ricoeur 87 anos, uma nova surpresa está à nossa espera; vemos com efeito aparecer um novo tratado, de grande envergadura qualitativa e quantitativa (mais de 650 páginas) *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Qual foi desta vez a questão ainda não resolvida pela obra de 1990 e que estimulou o pensamento de Ricoeur? Em nosso entender, trata-se da ligação entre a subjectividade humana e a objectividade cultural e política; mas desta vez, a memória intervém como mediação entre o ser humano, na distensão e na retenção da sua temporalidade privada, e a memória histórica que orienta o sentido da nossa identidade cultural. Tal como se pode constatar, ainda se fala aqui de *identidade*, mas agora

---

<sup>2</sup> Durante vários anos, a leitura da tradução de *Le Juste 1* tornou-se, em Portugal, matéria obrigatória para o concurso de entrada na carreira da magistratura.

pelo prisma da relação entre a memória pessoal e a memória colectiva. Entre outros assuntos, saliento como particularmente interessante a análise das patologias sociopolíticas do uso da memória e do seu contrário, o esquecimento: destaco por exemplo os títulos dos seguintes parágrafos: «*L'oubli et la mémoire empêchée*» (por exemplo, proibir politicamente a memória de tragédias políticas provocadas, como o genocídio da Arménia em 1915); «*l'oubli et la mémoire manipulée*» (por exemplo, nas comemorações de centenários, como o bicentenário da revolução francesa); finalmente «*o esquecimento imposto: a amnistia*» (p. 574-589). Esta obra acaba com um epílogo de 60 páginas sobre a possibilidade do perdão (ao qual já me referi numa precedente comunicação), perdão a nível privado, com certeza, mas sobretudo a nível sociopolítico (como o pedido de perdão por parte de Willy Brandt em Auschwitz e do papa João Paulo II em Jerusalém).

Enfim, em 2004 – um ano antes da sua morte que aconteceu em maio de 2005 –, aparece o seu último livro publicado em vida, *Parcours de la reconnaissance. Trois études* (380 páginas). Mais uma vez a mesma questão pode ressoar: qual é o elo de ligação desta última obra com as precedentes, de que problema surgiu este livro, de certo modo inesperado quando o autor já completava 91 anos? (Na verdade é esta questão que tinha pensado analisar de modo filosófico na segunda parte da minha presente comunicação. Mas por falta de tempo, limitar-me-ei a brevíssimas anotações, reservando eventualmente para o futuro uma discussão mais extensa desta problemática.) O livro de 2004 constrói pouco a pouco uma nova resposta à questão da reciprocidade da intersubjectividade, isto é, como afirma Ricoeur, à questão da «mutualidade». Sabemos que esta questão se coloca principalmente desde Descartes, uma vez que o Cogito cartesiano punha o eu como eixo referencial da verdade. Mas como é que se pode, a partir do eu, pensar a alteridade do outro? Tal foi um dos principais problemas da fenomenologia. Ora, o reconhecimento de si deve ser pensado como coextensivo ao reconhecimento do eu pelo outro. Mas será que, tal como na dialéctica hegeliana do senhor e do escravo – isto é, dialéctica da dominação e da servidão –, a luta e a violência são a forma mais elementar da reciprocidade intersubjectiva? A questão encontra a tese de Hobbes sobre a violência no «estado de natureza». Ricoeur vai passo a passo mostrar que o pretendido estado de natureza, como ficção, não existe e que, contrariamente a Hobbes, a sociedade se deve construir e se constrói efectivamente numa base ética, desde o princípio das relações recíprocas entre seres humanos.

A título de conclusão, queria recapitular o itinerário de Ricoeur com algumas observações. Em primeiro lugar, a evolução da hermenêutica; a viragem hermenêutica deu-se nele em 1960, por causa da questão do mal moral. Contudo, entre 1975 e 1985, Ricoeur alargou o método hermenêutico a toda a filosofia do agir, além da questão dos símbolos. Nessa altura, o nome de Ricoeur já estava quase definitivamente associado à hermenêutica geral da existência. Contudo, a partir de 1988 o próprio Ricoeur afirmou que tinha deixado de falar de *hermenêutica*, como se esta se tivesse diluído na problemática conjuntamente mais vasta e mais específica de uma filosofia da identidade humana. Efectivamente, a partir dos anos 1990 raras são as referências à hermenêutica.

Em segundo lugar, este itinerário conheceu também uma certa renúncia, que toma as aparências de uma ruptura. Em 1950 tinha anunciado um tratado sobre a «poética da vontade», que devia reintroduzir a problemática filosófica de Deus em relação com a vontade, com uma vontade desta vez liberta do mal e do servo-arbítrio. Esta viragem não se concretizou; todavia, partes inteiras deste projecto foram, em meu entender, realizadas de modo desmembrado, encontrando-se nos artigos filosóficos de filosofia da religião. Já sublinhei em outros contextos que esta renúncia se compreende também no horizonte da fé calvinista, com a sua relutância diante de qualquer discurso metafísico sobre Deus.

Em último lugar, já próximo do fim da sua vida, Ricoeur *teria expresso* a sua frustração de não ter escrito uma filosofia da acção; confesso não compreender nem esta afirmação nem a frustração que lhe corresponde, porque o fio condutor global da sua obra me parece ser precisamente o de uma filosofia da acção humana.

E finalmente, convém falar de alguns escritos póstumos; já quatro livros póstumos foram publicados até à presente data, mas um deles merece uma menção especial. Trata-se de um texto breve, *Vivant jusqu'à la mort*, que foi descoberto como manuscrito inacabado, redigido no tempo da doença grave da sua esposa, Simone Ricoeur, que veio a falecer em 1998. Neste livro Ricoeur interroga-se sobre o sentido de uma vida após a morte (livro que já comentei no contexto de uma precedente comunicação nesta Academia). Enfim, está a ser preparada agora a publicação de um curso muito importante sobre a *Filosofia da imaginação*, que, após muitas hesitações, o Fonds Ricoeur decidiu divulgar apesar da oposição explícita do filósofo quanto à publicação dos seus trabalhos inéditos. Tinha dito

com efeito, que a sua obra acabava com a sua morte e que não se lhe podia acrescentar nada.

Termino com uma única conclusão. O extraordinário, na personalidade de Paul Ricoeur, foi a aliança entre uma prodigiosa força intelectual e o seu respeito pela pessoa de todos os seus estudantes e parceiros de diálogo. Grande é, com efeito, um pensador como Paul Ricoeur, que, com a humildade da verdade, consegue quase inconscientemente, pelo diálogo com os seus interlocutores, dilatar o seu entusiasmo e abrir o seu espírito à descoberta do sentido e da verdade do real.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013)



# Índice

OS ÚLTIMOS CEM ANOS DA CLASSE DE LETRAS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS (1912-2012) .....	7
<i>Artur Anselmo</i>	
NOS 300 ANOS DO VOCABULÁRIO DE BLUTEAU .....	15
<i>Telmo Verdelho</i>	
THE ARMORY SHOW – ESCANDÂLO E SUCESSO .....	35
<i>Fernando Guedes†</i>	
ILUSÃO E EMPATIA NA TEORIA A ÓPERA: DE ROUSSEAU A WAGNER .....	55
<i>Mário Vieira de Carvalho</i>	
A “RENASCENÇA PORTUGUESA”, MOVIMENTO PLURAL .....	103
<i>António Braz Teixeira</i>	
OS LIMITES DA AUSTERIDADE E A SAÍDA DA CRISE .....	113
<i>Paulo de Pitta e Cunha</i>	
TORGA E UNAMUNO: UM DIÁLOGO NÃO APENAS IBÉRICO .....	119
<i>João Bigotte Chorão†</i>	
JOAQUIM PEDRO GOMES DE OLIVEIRA. MEMÓRIA DE UM ACADÉMICO E DE UMA ÉPOCA .....	125
<i>Guilherme d’Oliveira Martins</i>	

AS EDIÇÕES PORTUGUESAS DOS CÓLOQUIOS DE GARCIA D'ORTA (1563-1963) .....	135
<i>Artur Anselmo</i>	
VERNEY E O ILUMINISMO: SUA ATUALIDADE .....	147
<i>Luís A. de Oliveira Ramos</i>	
O TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE .....	159
<i>Nuno Gonçalo Vieira Matias†</i>	
A (IN)SEGURANÇA NO MUNDO DE AMANHÃ .....	173
<i>José Alberto Loureiro dos Santos†</i>	
EVOCÇÃO DE ALBERT CAMUS .....	183
<i>Marcello Duarte Mathias</i>	
ANTÓNIO MANUEL PINTO BARBOSA, ECONOMISTA E GOVERNANTE .....	195
<i>Jorge Braga de Macedo, Pedro Soares Martínez† e Manuel Jacinto Nunes†</i>	
CELEBRAR A LIBERDADE RELIGIOSA: NOS 1700 ANOS DO ÉDITO DE MILÃO .....	235
<i>Aires A. Nascimento</i>	
PAUL RICOEUR – MEMÓRIA E RECONHECIMENTO .....	255
<i>Michel Renaud</i>	

# Índice Onomástico

AIRES A. NASCIMENTO	
<i>Celebrar a liberdade religiosa: nos 1700 anos do Édito de Milão</i> .....	235
ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA	
<i>A “renascença portuguesa”, movimento plural</i> .....	103
ARTUR ANSELMO	
<i>As edições portuguesas dos Cóloquios de Garcia d’Orta</i> <i>(1563-1963)</i> .....	135
ARTUR ANSELMO	
<i>Os últimos cem anos da Classe de Letras da Academia das Ciências</i> <i>(1912-2012)</i> .....	7
FERNANDO GUEDEST†	
<i>The Armory Show – Escândalo e sucesso</i> .....	35
GUILHERME D’OLIVEIRA MARTINS	
<i>Joaquim Pedro Gomes de Oliveira. Memória de um Académico</i> <i>e de uma Época</i> .....	125
JOÃO BIGOTTE CHORÃO†	
<i>Torga e Unamuno: um diálogo não apenas ibérico</i> .....	119
JORGE BRAGA DE MACEDO	
<i>António Manuel Pinto Barbosa, economista e governante</i> .....	195

JOSÉ ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS†	
<i>A (in)segurança no mundo de amanhã</i> .....	173
LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS	
<i>Verney e o Iluminismo: sua atualidade</i> .....	147
MANUEL JACINTO NUNES†	
<i>António Manuel Pinto Barbosa, economista e governante</i> .....	195
MARCELLO DUARTE MATHIAS	
<i>Evocação de Albert Camus</i> .....	183
MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO	
<i>Ilusão e empatia na teoria a ópera: de Rousseau a Wagner</i> .....	55
MICHEL RENAUD	
<i>Paul Ricoeur – memória e reconhecimento</i> .....	255
NUNO GONÇALO VIEIRA MATIAS†	
<i>O Tratado do Atlântico Norte</i> .....	159
PAULO DE PITTA E CUNHA	
<i>Os limites da austeridade e a saída da crise</i> .....	113
PEDRO SOARES MARTÍNEZ†	
<i>António Manuel Pinto Barbosa, economista e governante</i> .....	195
TELMO VERDELHO	
<i>Nos 300 anos do Vocabulário de Bluteau</i> .....	15





Composto e impresso em Lisboa  
na Gráfica 99, em 2021.  
Dep. Legal: 61370/92

